

A light beige map of the state of Amapá is centered on a solid red background. The map has a torn, irregular edge. The title text is overlaid on the map.

Pesquisa em Ciências Humanas na Amazônia Amapaense

Volume 2

Organização

Marcos Vinicius de Freitas Reis
Cássia Plácido de Oliveira
Warlisson de Sousa Ferreira
Genival Fernandes Rocha



NEPAN



N E P A N

Editora do Núcleo de Estudos das Culturas Amazônicas e Pan-Amazônicas

www.nepaneditora.com.br | editoranepan@gmail.com

Diretor administrativo: Marcelo Alves Ishii

Conselho Editorial: Agenor Sarraf Pacheco (UFPA), Ana Pizarro (Universidade de Santiago do Chile), Carlos André Alexandre de Melo (Ufac), Elder Andrade de Paula – (Ufac), Francemilda Lopes do Nascimento (Ufac), Francielle Maria Modesto Mendes (Ufac), Francisco Bento da Silva (Ufac), Francisco de Moura Pinheiro (Ufac), Gerson Rodrigues de Albuquerque (Ufac), Hélio Rodrigues da Rocha (Unir), Hideraldo Lima da Costa (Ufam), João Carlos de Souza Ribeiro (Ufac), Jones Dari Goettert (UFGD), Leopoldo Bernucci (Universidade da Califórnia), Livia Reis (UFF), Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (Ufam), Marcela Orellana (Universidade de Santiago do Chile), Marcello Messina (UFPB/Ufac), Marcia Paraquett (UFBA), Marcos Vinicius de Freitas Reis (Unifap), Maria Antonieta Antonacci (PUC-SP), Maria Chavarria (Universidade Nacional Mayor de São Marcos, Peru), Maria Cristina Lobregat (Ifac), Maria Nazaré Cavalcante de Souza (Ufac), Miguel Nenevé (Unir), Raquel Alves Ishii (Ufac), Sérgio Roberto Gomes Souza (Ufac), Sidney da Silva Lobato (Unifap), Tânia Mara Rezende Machado (Ufac).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474

Pesquisa em ciências humanas na Amazônia amapaense, volume 2 / organização Marcos Vinicius de Freitas Reis [et al.]. – Rio Branco: Nepan Editora, 2021.

239 p.: il.

E-book em formato PDF.

Inclui referencias bibliográficas.

ISBN: 978-65-89135-42-5

1. Amazônia – História. 2. Amazônia – Usos e costumes. 3. Ciências humanas – Pesquisa. I. Reis, Marcos Vinicius de Freitas [et al.]. II. Título. III. Série.

CDD 22. ed. 001.42

A stylized map of the state of Amapá, Brazil, in a light beige color with a blue border. The map is centered on the page, and the title text is overlaid on it.

Pesquisa em Ciências Humanas na Amazônia Amapaense

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Fabício Antônio Antunes Soares</i>	
AS EPIDEMIAS E O ISOLAMENTO SOCIAL NA LITERATURA FRANCESA: O REFLEXO DOS CONFINADOS NAS OBRAS LA PESTE, DE ALBERT DE CAMUS, LE HUSSARD SUR LE TOIT, DE JEAN GIONO E LA QUARANTAINE, DE J.M. LE CLÉZIO	9
<i>Josiane da Trindade Damasceno</i>	
A ÉTICA PROFISSIONAL E A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA RELAÇÃO HOMEM E O TRABALHO	23
<i>Andréa Figueiredo Gomes</i>	
<i>Érica Cristiane Monteiro de Moraes</i>	
<i>Mariana Moraes Miccione</i>	
<i>Tiago Araujo Carvalho</i>	
CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO: UMA BREVE REFLEXÃO DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LOCAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	37
<i>Anne Karolyne Pessoa Pimentel</i>	
<i>Mariana Moraes Miccione</i>	
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E RELIGIÃO: A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO CRISTÃ NO PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO ARAÚJO	46
<i>Jéssica Vitória dos Reis Barreto</i>	
<i>Marcos Vinicius de Freitas Reis</i>	
RELIGIÃO E SAÚDE: ESPIRITUALIDADE NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	60
<i>Crislane Oliveira do Nascimento</i>	
<i>Marcos Vinicius de Freitas Reis</i>	
<i>Wellington de Lima Pinto</i>	
RELAÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO AMAPÁ: UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO EDUCACIONAL	84
<i>Jorge Lucas de Oliveira Dias</i>	
<i>Raimundo de Lima Brito</i>	

RELIGIÃO E COMPORTAMENTO SUICIDA: QUANDO A IGREJA FALA SOBRE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO	92
<i>Luana Izabel da Silva Nunes</i>	
<i>Marcos Vinicius de Freitas Reis</i>	
<i>Washington Luiz de Oliveira Brandão</i>	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PROJETO UNIENEM E A RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	116
<i>Cássia Plácido de Oliveira</i>	
POLÍTICA, RELIGIÃO E MULHER NO AMAPÁ: “ASSEMBLEIA DE DEUS, FÁTIMA PELAES E SUAS PAUTAS SOBRE OS GRUPOS FEMININOS”	132
<i>Gabriel Picanço Ferreira</i>	
<i>Marcos Vinicius de Freitas Reis</i>	
<i>Maria da Conceição Cordeiro da Silva</i>	
<i>Mônica Souza Corecha</i>	
A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM OLHAR PARA A CONSTITUIÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES DO AMAPÁ	142
<i>Josiane Pantoja Ferreira</i>	
AS “CÉLULAS” E OS JOVENS: ESTRATÉGIAS DE EVANGELIZAÇÃO EM UMA IGREJA PENTECOSTAL DE MACAPÁ (AMAPÁ)	158
<i>Jade Figueiredo Costa</i>	
ÁGUA DE BARRELA E A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA	172
<i>Simone Garcia Almeida</i>	
RACISMO RELIGIOSO: SÍNDROME DO DIABO	190
<i>Roberto José Nery Moraes</i>	
O IMPACTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ADVINDO DO AVANÇO TECNOLÓGICO NAS ORGANIZAÇÕES	193
<i>Andréa Figueiredo Gomes</i>	
<i>Fábio Alexandro Pereira de Almeida Filho</i>	
<i>Mariana Moraes Miccione</i>	
<i>Monã Corrêa Lima</i>	
<i>Paulo Cozzi de Oliveira</i>	
<i>Vitoria Almeida Farias</i>	
O “MARCO TEMPORAL” E OS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS	208
<i>Daize Fernanda Wagner</i>	
MULHERES MIGRANTES NA CIDADE DE OIAPOQUE: VULNERABILIDADE EM REGIÃO DE FRONTEIRA	229
<i>Carolina dos Santos Lazaméth</i>	
SOBRE OS AUTORES	235

PREFÁCIO

Fabício Antônio Antunes Soares¹

As ciências sociais e a história têm uma longa e fecunda relação. A historiografia moderna, enquanto irmã mais velha, nasceu nos Estados alemães no primeiro quartel do século XIX e, a partir do modelo alemão, se expandiu e passou a se desenvolver na academia e na esfera pública global. As ciências sociais surgiram na segunda metade do século XIX, preocupadas em desvendar a relação da modernidade com o desenvolvimento das sociedades. É válido saber que se a relação entre elas foi fecunda na Alemanha, principalmente em personagens como Max Weber e Georg Simmel; na França, a relação foi tensa entre a escola metódica e a sociologia durkheimiana.

Sobre isso, na década de 1930 a 1970, o historiador alemão Georg Iggers observou que houve uma supremacia das ciências sociais em relação com a historiografia. Contudo, a partir de 1980, ocorreu uma readequação dessa relação através da virada hermenêutica e pragmática nas ciências sociais e humanas. Essa guinada deu abertura para uma pluralidade de modelos interpretativos com base na historicidade e na ação problematizada e contextualizada dos sujeitos sociais.

Doravante, abandona-se o causalismo naturalista em favor da hermenêutica, a singularidade dos eventos torna-se o ponto de partida no lugar da normatização nomológica. Ademais, o objetivismo epistêmico vinculado ao fato social como coisa cede passagem para a historicidade e para a explicação norteadas por critérios de plausibilidade. A ação dos sujeitos sociais descortina um horizonte pragmático no qual a função da dupla hermenêutica tem um papel cognoscente fundamental. Como exemplo, essa transição teórica é visível na obra madura de Jürgen Habermas, Anthony Giddens e Pierre Bourdieu ou na historiografia com Reinhart Koselleck, Hayden White e Roger Chartier. Assim, dá-se um reencontro produtivo entre a historiografia e as ciências sociais.

De tal modo, novos objetos de pesquisa surgem, novos temas entram em cena, a importância do diálogo teórico metodológico ganha força para além das metanarrativas. Tão

¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH/UNIFAP).

logo, o pós-colonial, o global, as identidades múltiplas, as memórias subterrâneas ou reprimidas, a diversidade normativa, a questão de gênero e étnica, a perspectiva de análise para além do Estado-nação e, por fim, o decolonial, emergem na paisagem da historiografia e das ciências sociais.

Portanto, é em boa hora que vem a público o livro *Pesquisa em ciências humanas na Amazônia amapaense*, volume 2, organizado por Marcus Vinícius de Freitas Reis, Cássia Plácido de Oliveira, Warlisson de Sousa Ferreira e Genival Fernandes Rocha. Este livro está em sintonia com os avanços da historiografia e das ciências sociais, bem como abrange capítulos que são diversos na temática e na abordagem, evidenciando a pluralidade interpretativa e abertura em harmonia com a atual cena teórica. O seu mérito está em dar voz e visibilidade à diversidade dos sujeitos históricos e sociais que submergiram no esquecimento; trazer à luz novos objetos; emergir novas temáticas; problematizar antigas certezas; são essas competências que o leitor e a leitora encontrarão em *Pesquisa em ciências humanas na Amazônia amapaense*.

Por fim, cabe destacar a tenacidade e o denodo dos autores e organizadores do livro, dado que, no atual momento pelo qual atravessamos, escrever, publicar um livro e problematizar a realidade brasileira configuram-se num ato de resistência. Nas páginas subsequentes, o leitor e a leitora irão compreender que a análise crítica e a esperança no futuro se entrecruzam, e o descerramento de um novo/outro tempo se avizinha no horizonte.

Primavera de 2021
Criciúma/SC

AS EPIDEMIAS E O ISOLAMENTO SOCIAL NA LITERATURA FRANCESA: O REFLEXO DOS CONFINADOS NAS OBRAS *LA PESTE*, DE ALBERT DE CAMUS, *LE HUSSARD SUR LE TOIT*, DE JEAN GIONO E *LA QUARANTAINE*, DE J.M. LE CLÉZIO

Josiane da Trindade Damasceno

INTRODUÇÃO

*Mais cette cochonnerie de maladie! Même ceux qui ne l'ont pas la portent dans leur coeur*¹ (CAMUS, 1947, p. 108).

A criação literária inspirada nas epidemias ao longo da história, expõe a grande variedade das dores humanas. Sentimentos de impotência, desespero, negação, prostração, entre outros, são retratados nas obras de diversos autores da literatura mundial, que se baseiam em contextos de crise epidemiológica. A partir de Édipo Rei, de Sófocles, a narrativa sobre epidemias atua como um gênero que espelha a imagem do ser humano confrontando um inimigo invisível (TITTI, 2020).

De fato, como afirma Émile Zola, (*apud* COMPAGON, 2020), “[...] as obras primas do romance contemporâneo falam muito mais do homem e da natureza que as grandes obras de filosofia, história e crítica”². Considerando esse ponto de vista, surge a seguinte questão: Que semelhanças se destacam entre a pandemia de Covid-19 e as epidemias descritas nas

¹ “Mas essa porcaria de doença! Até os que não a pegaram, carregam-na no coração” (CAMUS, 1947, p. 108). (Todas as traduções deste artigo são autorais).

² Citação original: “*La vérité est que les chefs-d'œuvre du roman contemporain en disent beaucoup plus long sur l'homme et sur la nature, que de grandes ouvrages de philosophie, d'histoire et de critique*”.

narrativas literárias, no que tange ao comportamento humano e suas diversas manifestações?

Essa problemática tem sido abordada por Orhan Pamuk (2020), romancista turco, autor de um romance histórico sobre a peste negra na Ásia, no início do século XX. Apesar de serem épocas, lugares e doenças diferentes, o autor esclarece que as reações de “negação, medo e rumor são idênticas, humanas e universais”. Os grandes romances epidêmicos possuem registros importantes que podem contribuir para o autoconhecimento em um contexto de crise sanitária que tem mudado drasticamente a vida de milhões de pessoas ao redor do planeta.

Por isso, o presente artigo focalizará em três romances da Literatura Francesa que tratam, sob diferentes perspectivas, dos sentimentos e dos comportamentos humanos durante épocas de epidemias: *La Peste* (1947), de Albert de Camus, *Le Hussard sur le toit* (1951), de Jean Giono e *La Quarantaine* (1995), de Le Clézio. Com a finalidade de constatar se os personagens retratados nesses romances epidêmicos, embora oriundos de contextos diversos, apresentam perfis comportamentais idênticos aos que se têm vivenciado durante a pandemia do SARS-CoV-2, especificamente no que se refere ao isolamento social.

A escolha dessas três obras para o embasamento deste estudo, decorre da diversidade dos contextos em que estão inseridas. Apesar de serem expressões da Literatura Francesa, *La Peste*, *Le Hussard sur le toit* e *La Quarantaine* referem-se a continentes, épocas e doenças específicas, ilustrando de forma mais variada as experiências vividas pelos personagens, assim como os perfis psicológicos esboçados em suas páginas.

LA PESTE, ALBERT DE CAMUS (1947)

*Le soleil incessant, ces heures au goût de sommeil et des vacances, n'invitait plus comme auparavant aux fêtes de l'eau et de la chair. Elles sonnaient creux au contraire dans la ville close et silencieuse. Elles avaient perdu l'éclat cuivré des saisons heureuses. Le soleil de la peste éteignait toutes les couleurs et faisait fuir toute la joie*³ (CAMUS, 1947, p. 107).

Na Argélia dos anos 40, uma epidemia de peste bubônica se propaga na cidade de Orã, tornando-a “vazia e silenciosa”: esse é o cenário da narrativa de *La Peste*, talvez a mais conhecida obra literária alusiva a uma crise epidêmica. De acordo com os jornais *Le Monde*⁴, *Le Figaro*⁵ e *O Globo*⁶, o interesse na leitura desse romance, do autor franco-argelino Albert de Camus, tornou-se bastante evidente, o que se comprova pelo aumento considerável de ven-

3 “O sol incessante, essas horas com gosto de sono e de férias não convidavam mais como antes às festas da água e da carne. Elas tocavam no vazio, ao contrário, na cidade fechada e silenciosa. Elas tinham perdido o brilho de cobre das estações felizes. O sol da peste apagava todas as cores e fazia escapar toda a felicidade”.

4 *Le Monde*. *Le coronavirus dope les ventes de « La Peste » d'Albert Camus en Italie*. Publicado em 03 de março de 2020. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/societe/article/2020/03/03/le-coronavirus-dope-les-ventes-de-la- peste-d-albert-camus_6031679_3224.html>. Acesso em: 04 ago. 2020.

5 *Le Figaro*, *En pleine épidémie de coronavirus, les ventes de La Peste de Camus s'envolent*. Publicado em 03 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.lefigaro.fr/livres/en-pleine-epidemie-de-coronavirus-les-ventes-de-la- peste-de-camus-s-envolent-20200303>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

6 *O Globo*, *Enquanto 'A peste' vira best-seller, editor de Albert Camus está num navio sem saber se poderá sair*. Publicado em 20 de março de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/enquanto- peste-vira-best-seller-editor-de-albert-camus-esta-num-navio-sem-saber-se-podera-sair-24310897?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar&fbclid=IwAR-omxXj5RcwGclY54IRNclCrocew3llQBBkXGdyPHABmiUbGyBY8dKJUio>. Acesso em: 03 ago. 2020.

das na Itália, na França e no Brasil, desde o início da crise do Novo Coronavírus em janeiro de 2020.

O interesse pela trama desse célebre romance epidêmico evidencia a busca por uma identificação do leitor com os personagens residentes em outro lugar e em outra época que tenham conhecido, ou talvez superado as mesmas angústias dos que experimentam a vivência da tragédia, do confinamento, da insegurança, da perda e do medo. Espera-se, assim, olhar para si mesmo através dos personagens e ouvir o que eles têm a dizer, buscando uma forma de “ensinamento” que auxilie na passagem por um período “fora do comum”, como afirma Compagnon (2020).

Entretanto, apesar da notoriedade de *La Peste*, sua variedade de personagens baseia-se em uma representatividade exclusivamente masculina, visto que as mulheres fazem raras e pouco expressivas aparições, sem nenhum papel bem definido e preponderante na trama. Os personagens masculinos assumem inteiramente as ações que norteiam o enredo, dando-se destaque ao jornalista (Rambert), ao clérigo (Paneloux), ao juiz (Othon) e, principalmente, ao médico (Rieux).

Com base no comportamento dos personagens, destacam-se três aspectos ligados ao confinamento no romance de Camus, através das palavras empregadas no enredo e que pertencem aos campos semânticos de *exílio*, *monotonia* e *revolta*. Portanto, procura-se entender como esses sentimentos se expressam nas ações dos personagens e na própria voz do narrador.

LE SENTIMENT DE LEUR EXIL (O SENTIMENTO DO SEU EXÍLIO)

A separação entre os habitantes de Orã, em decorrência do isolamento social, é tratada como sendo um tipo de exílio, notadamente um dos assuntos mais recorrentes da obra de Camus (ARAÚJO, 2020). A palavra “exílio” tem sua etimologia oriunda do latim, referindo-se ao banimento, ou à condição de estar longe da própria cidade ou país: “*C’était ce genre d’évidence ou d’appréhensions, en tout cas, qui entretenait chez nos concitoyens le sentiment de leur exil et de leur séparation*” (CAMUS, 1947, p. 166).

Na narrativa de *La Peste*, o próprio conceito de confinamento, ou isolamento social, vai além de uma mera permanência em um espaço físico que preconiza *ficar em casa*, fazendo alusão a uma condição de grande distanciamento de tudo que antes fazia parte da rotina, dos hábitos e da própria identidade, gerando também um tipo de arrependimento por não ter aproveitado plenamente a vida quando lhes era possível fazê-lo.

*Ils éprouvaient ainsi la souffrance profonde de tous les prisonniers et de tous les exilés, qui est de vivre avec une mémoire qui ne sert à rien. Ce passé même auquel ils réfléchissaient sans cesse n’avait que le goût du regret. Ils auraient voulu, en effet, pouvoir lui ajouter tout ce qu’ils déploieraient de n’avoir pas fait quand ils pouvaient encore le faire avec celui ou celle qu’ils attendaient - de même qu’à toutes les circonstances, même relativement heureuses, de leur vie de prisonniers, ils mêlaient l’absent, et ce qu’ils étaient alors ne pouvait les satisfaire*⁸ (CAMUS, 1947, p. 71).

7 “Era esse tipo de evidência ou de apreensão, em todo caso, que cultivava em nossos co-cidadãos o sentimento do seu exílio e de sua separação”.

8 “Eles passavam assim pelo sofrimento profundo de todos os prisioneiros e de todos os exilados, que é o de viver com uma memória que não serve para nada. Esse mesmo passado sobre o qual refletiam sem parar tinha apenas o gosto do arrependimento. Eles teriam realmente gostado de poder acrescentar-lhe tudo o que se arrependiam de não ter feito, quando podiam ainda fazer, com aquele ou

O emprego da palavra *exílio* para descrever o confinamento dos habitantes de Orã traduz toda uma situação de desesperança, saudade, insegurança, entre outros estados melancólicos provocados pelo fato do distanciamento entre as pessoas, mas também da paralisação de suas rotinas individuais, inclusive dos dois outros aspectos estudados aqui: a *monotonia* e a *revolta*. O confinamento obrigatório em contextos sanitários, é comparado em *La Peste* a estar exilado em seu próprio país, em sua própria cidade e talvez na própria psique do confinado, situação idêntica à de um prisioneiro: “*Impatients de leur présent, ennemis de leur passé et privés d’avenir, nous ressemblions bien ainsi à ceux que la justice ou la haine humaines font vivre derrière les barreaux*”⁹ (CAMUS, 1947, p. 71).

LES GRANDS MALHEURS SONT MONOTONES (OS GRANDES INFORTÚNIOS SÃO MONÓTONOS)

Um segundo aspecto do isolamento social em *La Peste*, é a monotonia que se instala em Orã, marcada pelo que o narrador expõe, como a ausência de um “herói consolador” ou ainda de “alguma ação brilhante”, tais quais constata-se nas “histórias antigas”:

À cet égard, le narrateur sait parfaitement combien *il est regrettable de ne pouvoir rien rapporter ici qui soit vraiment spectaculaire, comme par exemple quelque héros réconfortant ou quelque action éclatante, pareils à ceux qu’on trouve dans les vieux récits. C’est que rien n’est moins spectaculaire qu’un fléau et, par leur durée même, les grands malheurs sont monotones*¹⁰ (CAMUS, 1947, p. 166).

A epidemia de peste na cidade de Orã impõe, durante o confinamento, uma pausa na vida de seus habitantes que se veem na obrigação de deixar de lado seus planos e suas vaidades, sobrevivendo em uma cidade que se tornou uma “sala de espera” (*salle d’attente*). Uma espera vaga, sem datas precisas, tal qual tem sentido uma grande parte da humanidade durante o período de pandemia do SARS- CoV-2, em todos os âmbitos da sociedade, tanto coletivo como individualmente. Muitos planos estão na “sala de espera”, envoltos na monotonia do adiamento (ARAÚJO, 2020).

Para os habitantes de Orã, o confinamento ilustra-se pela imagem das “férias insuportáveis”, um oxímoro apropriado para muitos dos que vivenciam a pandemia de Covid-19 e que foram ausentados de suas atividades profissionais ou educacionais presenciais, ficando em suas casas “enchendo as horas” com atividades à distância, possivelmente chamadas de “os trens pela imaginação” de Orã, sendo essas ocupações “a única maneira de escapar” para outra realidade que aquela da peste: “*Pour finir, le seul moyen d’échapper à ces vacances insupportables était de faire marcher à nouveau les trains par l’imagination et de remplir les heures avec les carillons répétés d’une sonnette pourtant obstinément silencieuse*”¹¹ (CAMUS, 1947, p. 71).

aquela que esperavam - do mesmo jeito que em todas as circunstâncias, até as relativamente felizes, de suas vidas de prisioneiro, misturavam o ausente, e o que eles eram então não os podia satisfazer”.

9 “Impacientes com o presente, inimigos do passado e privados de futuro, parecemos bem assim àqueles que a justiça ou o ódio humano colocam atrás das grades”.

10 “Nesse sentido, o narrador sabe perfeitamente o quanto é lamentável não poder contar aqui algo realmente espetacular, como, por exemplo, algum herói consolador ou alguma ação brilhante, como os que achamos em histórias antigas. Sendo que nada é menos espetacular que um flagelo e, por sua duração, os grandes infortúnios são monótonos”.

11 “Finalmente, o único meio de escapar a estas férias insuportáveis seria ligar novamente os trens pela imaginação e ocupar as horas com os carrilhões repetidos de uma campainha obstinadamente silenciosa”.

A TRENTE ANS, IL FAUT PROFITER DE TOUT (AOS TRINTA ANOS, É PRECISO APROVEITAR TUDO)

A frase deste subtítulo faz parte das falas de um dos personagens mais enérgicos do enredo: o jornalista Rambert, “homem das plumas” e ao mesmo tempo militante e combatente, que acaba ficando isolado em Orã durante a epidemia de peste, após ter ido àquela cidade cobrir uma reportagem. O confinamento e o ócio da localidade tornam-se inaceitáveis para o jornalista que tentará, por diversos meios, contornar o isolamento social e retornar à França para reencontrar a mulher que ama: “*je ne peux pas supporter l'idée que cela va durer et qu'elle vieillira pendant tout ce temps*”¹² (CAMUS, 1947, p. 141).

Rambert é a representação da revolta e até mesmo da transgressão do confinamento, estando pronto a fugir de Orã, burlando as leis locais com o intuito de escapar da monotonia e da peste. Para ele, parece inadmissível que alguém na casa dos trinta anos não aproveite a vida, estando longe da pessoa que ama e de suas ambições pessoais.

Um protótipo de comportamento equivalente pode ser identificado no contexto epidêmico atual. Em praticamente todos os países, onde o isolamento social foi e tem sido imposto, durante a pandemia de Covid-19, muitos *Ramberts* atuais não têm suportado “a ideia de que isso iria durar”, duvidando da funcionalidade do confinamento e tentando, por diversos meios, “fugir” do exílio da pandemia.

A transgressão das barreiras do isolamento por Rambert acaba mudando de rumo quando ele percebe uma dose de egoísmo em suas ações, visto **não ser** o único a estar privado da felicidade da companhia da pessoa que ama. Essa tomada de consciência e sentimento de vergonha o faz desistir de sua tentativa de fuga, e a revolta inicial dá lugar à empatia e ao sentimento de coletividade, pois como ele afirma, “queira ou não, essa história concerne a todos”: “*J'ai toujours pensé que j'étais étranger à cette ville et que je n'avais rien à faire avec vous. Mais maintenant que j'ai vu ce que j'ai vu, je sais que je suis d'ici, que je le veuille ou non. Cette histoire nous concerne tous*”¹³ (CAMUS, 1947, p. 191).

Os três aspectos comportamentais relacionados ao confinamento, não são os únicos perceptíveis na narração de *La Peste*, dado que outros sentimentos estão a eles atrelados, como é o caso da angústia, do medo e da depressão. Reflexo nítido dos confinados durante a pandemia de Covid-19, o perfil dos moradores de Orã, na obra *La Peste*, expõe a necessidade de lutar coletivamente contra o sofrimento **físico e emocional** da condição de confinamento, estando dispostos a fazer mudanças, como ilustrado pela tomada de consciência do jornalista Rambert. *La Peste* descreve meticulosamente uma cidade habitada por homens comuns, sem a presença de heróis, com os quais não é difícil se identificar quando se vivencia um período de crise epidêmica.

A ausência de “um herói reconfortante” marca uma das visíveis diferenças entre *La Peste* e o segundo romance epidêmico a ser analisado neste artigo: *Le Hussard sur le toit* (O

¹² “Não posso suportar a ideia de que isso vá durar e que ela envelhecerá durante todo esse tempo”.

¹³ “Eu sempre pensei que era estrangeiro a esta cidade e que eu não tinha nada a fazer com vocês. Mas agora que eu vi o que eu vi, sei que eu sou daqui, queira ou não. Esta história concerne a todos nós”.

hussardo no telhado), cujo enredo é embalado por atos virtuosos diante de uma outra crise epidêmica, a cólera.

LE HUSSARD SUR LE TOIT, DE JEAN GIONO (1951)

*Angelo se demanda tout à coup s'il n'y avait pas, quelque part, mêlée à l'univers, une énorme plaisanterie*¹⁴ (GIONO, 2013, p. 82).

As paisagens do sul da França em 1838, infestadas de cólera, são o pano de fundo para as peripécias de Angelo Pardi, coronel italiano dos hussardos¹⁵, personagem principal do romance de Jean Giono, adaptado para o cinema por Jean-Paul Rappeneau, tornando-se destaque no âmbito literário e cinematográfico.

A trama de *Le Hussard sur le toit* é baseada em uma epidemia real de cólera que ocorreu em 1832, acentuando a dramaticidade da obra. De acordo com o site *France Info*, “[...] a cólera desembarca em Calais, na França e passa rapidamente a circular em todo o país” (*Le 15 mars 1832, le choléra-morbus débarque à Calais, en France. Il va rapidement circuler dans le reste du pays*).¹⁶

O enredo não economiza detalhes ao descrever os ataques da doença, perpetuando, na memória no leitor, as imagens marcantes das vítimas expelindo uma secreção parecida com “arroz com leite”, numa “atmosfera de podridão e sujeira, onde “os cadáveres são devorados por pássaros, cães e ratos”, e onde o herói tentará encontrar a força de conferir-lhes um pouco de dignidade, enterrando-os (PINAUD, 2013, p. 6).

O hussardo Angelo é um herói em fuga, não da cólera, mas das autoridades que o consideram responsável por ter envenenado as fontes da cidade. O título da obra antecipa ao leitor por onde o personagem passa para escapar dos que o procuram: os telhados de casas abandonadas por causa da epidemia devastadora de cólera, que Angelo chama de “*saloperie humaine*” (porcaria humana).

Mas Angelo não é o único a apresentar um caráter corajoso e até mesmo heroico, pois em uma das suas tentativas de escapar de seus inimigos, o coronel se depara com uma jovem mulher, Madame Pauline de Théus, cujo perfil impetuoso e prestativo tem uma função marcante na narrativa, ao acompanhar Angelo em suas aventuras, enfrentando diversos desafios para encontrar o caminho de casa.

Efetivamente, a trajetória de fuga do herói não se restringe às descrições de ataques tão explícitos da cólera, mas igualmente a uma contemplação das paisagens das cidades afetadas pela epidemia. De fato, o narrador dedica longas passagens descritivas dos lugares da Provença, Manosque, Carpentras, Aix, Avignon, por onde o herói passa, assim como da sensação de extremo calor daquela época do ano, ressaltando o desalento dos personagens.

De acordo com Lecomte (2014), Giono efetuou profundas pesquisas sobre a doença, conferindo uma ambientação de “documentário” ao livro, tornando o texto, além de realista, extremamente forte pela utilização de imagens, sentimentos, sensações e visões das

¹⁴ “Angelo perguntara-se de repente se não havia, em algum lugar, misturado ao universo, uma grande piada.

¹⁵ Soldado de cavalaria ligeira na França e na Alemanha. In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/hussardo> [consultado em 09-08-2020].

¹⁶ FRANCE INFO. *Histoire et confinement: La France de 1832 face au choléra*. Publicado em 02 de abril de 2020. Disponível em: <<https://france3-regions.francetvinfo.fr/centre-val-de-loire/histoire-confinement-france-1832-face-au-cholera-1810722.html>>. Acesso em: 09 set. 2020.

paisagens ligadas ao horror. Essa ideia pode ser exemplificada pelas descrições macabras da decomposição dos cadáveres, como “elementos de uma paisagem assustadoramente bela”¹⁷ (LECOMTE, *idem*).

Apesar da incontestável riqueza descritiva da aventura humana face a uma epidemia devastadora, *Le Hussard sur le toit* não apresenta muitas passagens relevantes sobre os sentimentos dos habitantes no que tange ao isolamento. A saga de Angelo Pardi é exterior a qualquer muro, pois nele percebe-se uma dinâmica representativa de obras épicas, o que é ilustrado pelos atos de virtude e bravura ao tentar ajudar muitas pessoas acometidas pela cólera, destacando seu papel de herói na história.

Consoante as passagens específicas da obra, os sentimentos dos personagens em quarentena podem ser exemplificados por três características: a *tristeza*, o *medo* (ligado à desconfiança) e a *raiva*, tornando o isolamento uma verdadeira provação que se acrescenta ao caos imposto pela epidemia.

ASSIS TRISTEMENT (SENTADOS TRISTEMENTE)

Uma das referências concernentes ao confinamento, destacada através da leitura da obra, é a reação do próprio Angelo, que, ao se deparar com a ameaça de ser posto em quarentena, confessa absolutamente não se agradar da ideia de ficar preso (*être bouclé*) em um estábulo, para cumprir o isolamento imposto pelas autoridades locais: “*L’allusion à la quarantaine lui avait fait aussi dresser les oreilles. Voilà une autre histoire et qui ne plaît pas du tout, se dit-il, je n’ai pas envie d’être bouclé dans quelque étable pleine de fumier*”¹⁸ (GIONO, 2013).

Angelo não aceita o fato de isolar-se para conter a propagação da cólera na região, comparando o fato de estar confinado com estar preso, o que para um herói dinâmico, pode parecer inconcebível. Mas como a quarentena é descrita na obra? Trata-se de um tipo de isolamento diferente do que se preconiza na atualidade de Covid-19, mas cujos sentimentos decorrentes dela são parecidos. De acordo com as descrições na narrativa, as pessoas eram confinadas em granjas ou estábulos durante alguns dias e em péssimas condições, como exemplificado na citação abaixo:

*Vous avez l’air tous très vigoureux. Mais il faut que vous fassiez ici une quarantaine de trois jours, c’est recta. On va vous conduire dans une grange, là à côté, qui sert à ça, où vous ne serez pas mal, et où vous ne serez pas seuls. Il y en a déjà une trentaine qui attendent. Trois jours, ce n’est pas la mer à boire ! On les conduisit à la grange qui était pleine de gens de tout âge et de toute condition, assis tristement sur des malles à côté de paniers, de valises et de baluchons*¹⁹ (GIONO, 2013).

17 “Giono a effectué beaucoup de recherches sur la maladie, et ses descriptions sont empreintes de cette démarche de documentation. Mais au -delà de l’aspect documenté et réaliste, l’écrivain déploie des images, des sentiments, des sensations, des visions de voyage, qui couplés à l’horreur, rendent son texte extrêmement puissant. Les morts, par exemple, peuvent devenir des véritables éléments d’un paysage atrocement beau, au final dont la manière où les couleurs et les lumières se rejoignent. Le pourrissement et le macabre des corps mourants ou déjà partis rejoignent l’esthétique du regard et de l’écriture”.

18 “A alusão à quarentena também lhe chamou a atenção. ‘Eis outra história que não me agrada nem um pouco’, se dizia ele, ‘não tenho vontade de ficar preso em qualquer estábulo cheio de esterco’”.

19 “Vocês parecem todos vigorosos. Mas é necessário que fiquem aqui de quarentena por três dias, é certo. Vamos levá-los a uma granja, aqui próximo, que serve para isso, onde vocês não ficarão mal, nem sozinhos. Há uns trinta que já esperam. Três dias e não será nada demais! Levaram-nos à granja que estava cheia de gente de toda idade e de toda condição, sentados tristemente sobre baús próximos de cestos, de malas e de sacolas”.

Em meio ao quadro da quarentena apresentado nesse trecho, com seus objetos e cena, as pessoas ali presentes são descritas psicologicamente como estando “sentadas tristemente”, numa desolação de suas vidas que, durante o confinamento, resumem-se a baús, malas, cestos e sacolas espalhados em uma granja. Pode-se imaginar que a tristeza representada na cena, não se restringe ao fato do isolamento em si, mas de todo o conjunto de elementos que compõem a própria vivência da epidemia, a qual traz consigo a tristeza da tragédia, do horror, e do medo.

VOUS AVEZ [...] PEUR ET VOUS MÉFIEZ DE TOUT (VOCÊS TÊM MEDO E DESCONFIAM DE TUDO)

Um segundo aspecto dentre as reações dos personagens confrontados ao isolamento social em *Le Hussard sur le toit*, é o medo do contágio combinado à desconfiança de cada aproximação e/ou contato. Diversos momentos da narrativa expõem o horror à contaminação, resultando em atitudes de desprezo com relação ao outro, que se torna o inimigo em potencial e possível portador da doença, que deve ser combatido e/ou afastado.

Essa combinação de medo e desconfiança é diretamente citada por Angelo em uma das passagens que descrevem a quarentena na obra, onde o herói tenta persuadir seus interlocutores a terem a mesma disposição que ele, de não só aproximar-se, mas de cuidar dos doentes: “*Approchez-vous. N’ayez pas peur. Vous voyez précisément que moi qui soigne les malades et qui les touche, je ne suis pas malade. Moi qui ai mangé un poulet entier, je ne suis pas malade et vous qui avez peur et vous méfiez de tout vous mourrez*”²⁰ (GIONO, 2013).

O contraste entre a postura de Angelo e dos demais personagens que se encontram nessa mesma quarentena aponta para as próprias dicotomias do ser humano enfrentando uma “epidemia devastadora”, fazendo com que “o leitor descubra as fraquezas, assim que a grandiosidade do homem sob o efeito da cólera”, fazendo da obra um verdadeiro “afresco social”, pela maneira com que expõe o comportamento humano diante do terror de uma epidemia (PINAUD, 2013, p. 5).²¹

CE N’EST PAS LA PEINE DE VOUS FACHER (NÃO ADIANTA SE ZANGAR)

O sentimento que se alia à tristeza, ao medo e à desconfiança, provocados pelo isolamento social, é a raiva consequente da oposição ao confinamento, o que impele os personagens a reagirem e até mesmo tentarem a fuga. A narrativa apresenta diversos momentos de tensão em razão das condições impostas pela quarentena: “*Ce n’est pas la peine de vous fâcher. Et d’ailleurs, à quoi ça sert ? Vous n’êtes pas les seuls, comme vous voyez. Attendez un peu. Demain matin, dès qu’il fera jour, on s’arrangera pour tourner les barrières de quarantaine*”²² (GIONO, 2013).

Os ânimos dos personagens que compõem a narrativa ficam acirrados atrás das barreiras da quarentena. A epidemia de cólera com suas mortes aterrorizantes constituem um cenário totalmente novo e sem sentido para as pessoas, visto que “o espectro da cólera” nun-

20 “Aproximem-se. Não tenham medo. Vejam precisamente que eu que cuido dos doentes e que os toco, não estou doente, eu que comi um frango inteiro, não estou doente e vocês que têm medo e que desconfiam de tudo, morrem”.

21 “Il s’agit d’une fresque sociale, puisque, à travers le regard d’Angelo, le lecteur découvre la désorganisation d’une région, ainsi que les faiblesses et la grandeur de l’homme sous l’effet du choléra”.

22 “Não adianta se zangar. Aliás, de que adianta? Vocês não são os únicos, como podem ver. Esperem um pouco, amanhã de manhã, assim que o sol nascer, vamos dar um jeito para virar as barreiras da quarentena”.

ca havia atingido o continente europeu até então (FRANCE INFO, 2020). Trata-se de uma situação inédita para aqueles moradores do sul da França, o que induz a alterações de humor que se manifestam por estados psicológicos, apresentando características impulsivas, de extrema falta de resignação.

Sendo assim, a leitura da obra *Le Hussard sur le toit* contribui para o esboço de um panorama das reações humanas em situação de urgência sanitária. Mesmo que os métodos para o isolamento social apresentados no enredo sejam diferentes do que é praticado na atualidade da pandemia do Novo Coronavírus, é possível notar semelhanças no que diz respeito ao comportamento humano ao lidar com as barreiras de uma quarentena, que é exatamente o título da última obra epidêmica a ser analisada neste artigo: *La Quarantaine*, de Le Clézio.

LA QUARANTAINE (1995), DE J.M.G. LE CLEZIO

*Les murs noirs des bâtiments de la Quarantaine [...] comme une prison entourée par la mort*²³
(LE CLÉZIO, 1995, p. 216).

O isolamento forçado em uma ilha do oceano Índico, após a descoberta de sintomas de varíola em dois passageiros de uma embarcação, dá início às peripécias de Léon, junto do seu irmão Jacques, que também estava a bordo em direção às Ilhas Maurício. Todos desembarcam na ilha Plate, onde é imposta uma quarentena que se mostrará extremamente precária, concomitante à beleza exuberante da natureza e a uma intensa história de amor.

A narrativa dessa obra de J. M. Le Clézio foi inspirada em uma experiência de seu avô, e nela, o autor exprime a vivência do “isolamento forçado, em uma ilha onde a colonização separa os europeus dos *coolies*²⁴”. Léon vive entre esses dois “mundos”, criando laços extremamente fortes com Suryavati, cuja força de caráter e o vislumbre por um ilusório modo de vida europeu a aproxima de Léon, despertando uma paixão tão intensa quanto os elementos descritos das paisagens vulcânicas e marítimas:

*La déesse froide s'est installée à Palissades. C'est une vague, qui vient de l'autre bout du monde, et qui rien n'arrêtera. Dans la Quarantaine, les passagers de l'Ava se sont refermés, recroquevillés, comme pour l'arrivée de la tempête. Mais moi, quand vient la nuit, je passe de l'autre côté, à travers le bois de filaos. J'ai appris a bouger comme un sauvage, sans bruit, pieds nus dans les laves et les buissons d'épines. Le bruit du vent dans le filaos me donne le frisson, c'est un rituel. J'aime aussi entendre la rumeur générale de la mer qui ronge l'île par tous les bords. Il me semble que la vibration est en moi, à l'intérieur de mes viscères*²⁵ (LE CLÉZIO, 1995, p. 224).

Nesse cenário narrado em primeira pessoa por Léon, pouca ênfase é dada às descrições da doença, seus sintomas ou casos de morte, contrastando-se, assim, das obras analisadas precedentemente, nas quais, os detalhes sobre a agonia e a morte das vítimas das epidemias são marcantes, especialmente em *Le Hussard sur le toit*. Em *La Quarantaine*, o que destaca-se

23 “Os muros negros dos edifícios da Quarentena [...] como uma prisão rodeada pela morte”.

24 Trabalhadores agrícolas de origem asiática.

25 “A deusa fria se instalou na Paliçada. É uma onda, que vem do outro lado do mundo, e que nada a pode deter. Na Quarentena, os passageiros do *Ava* fecharam-se, encolhidos, como se esperassem por uma tempestade. Mas eu, ao anoitecer, passo para o outro lado, através da floresta casuarina. Aprendi a me mover como um selvagem, sem barulho, pés descalços nas lavas e nos arbustos de espinhos. O barulho do vento nas casuarinas me arrepiam, é um ritual. Gosto também de escutar o rumor geral do mar que corrói a ilha por suas beiras. Parece-me que a vibração está em mim, dentro das minhas vísceras”.

é a própria experiência do confinamento, na qual é ilustrado o papel do romance moderno que, de acordo com Pitillo (2009, p. 60):

[...] apresenta-se mais receptivo para acolher as inquietudes do sujeito da modernidade. É o que se vê em *La quarantaine*: por meio de uma narrativa fragmentada, na maioria das vezes, esse novo romance põe em cena um narrador-autor expondo vivências individuais, que incitam o leitor moderno a buscar a experiência do conhecimento de si mesmo, enquanto indivíduo, em um primeiro momento. Posteriormente, leva esse mesmo leitor a estabelecer com o mundo objetivo, nas suas relações com o outro, reflexões sobre a sua condição humana por vezes absurda e insensata.

A experiência do confinamento relatada nessa obra de Le Clézio, focaliza em alguns elementos, entre eles: a *preocupação e o sentimento de abandono*, o *trauma* e, finalmente, tal qual nota-se nos romances já estudados, 3) o *desafio ao isolamento social*. Esses elementos são demonstrações das exposições de “vivências individuais”, capazes de propor considerações importantes sobre a condição humana.

L'INQUIETUDE S'EST INSTALLÉE DANS LA QUARANTAINE (A PREOCUPAÇÃO SE INSTALOU NA QUARENTENA)

A escassez de provisões é um dos principais motivos de preocupação dos habitantes da Quarentena, sejam os alimentos ou o querosene, eles careciam de suprimentos básicos para a sobrevivência, enquanto estavam isolados aguardando o retorno da embarcação. Diante disso, surgem questionamentos acerca da conduta das autoridades locais que deveriam fazer uma repartição dos víveres, da qual aparentemente omitiam-se.

*Bartoli et Julius Véran ont fait le point en ce qui concerne nos provisions : vingt kilos de riz et du poisson séché pour une semaine environ. Le tonneau d'huile est presque vide. Le pétrole lampant va manquer dans deux ou trois jours. Le sidar a fait la répartition de vivres déposés par le garde-côte, et il a omis notre camp. Pourquoi ? Sait-il quelque chose que nous ignorons, sur la date de notre départ ? Ou bien a-t-il décidé de nous affamer?*²⁶ (LE CLÉZIO, 1995, p. 131).

Os questionamentos quanto à postura das autoridades, nascem do sentimento de abandono, retratado também na fala de Jacques ao exprimir sua raiva, acusando de descaso o chefe local, o *sidar*:

*Où était-il hier? Il ne s'est pas montré. C'est lui qui a tout organisé. Il n'a pas cherché à calmer les esprits. Je n'ai pas entendu une seule fois son maudit sifflet ! [...] Pourquoi ne fait-il rien pour nous ? [...] Personne ne se soucie de nous, personne ne plaide notre cause pour qu'on vienne nous libérer!*²⁷ (LE CLÉZIO, 1995, p. 129).

Esses são momentos de estresse gerados por um aparente mau gerenciamento de víveres, a preocupação que vai além do medo de contágio, mas que se desdobra em ansiedade na perspectiva de sobrevivência durante tempos de confinamento. Os que vivenciam o iso-

26 “Bartoli e Julius Verán fizeram um balanço na situação das provisões: vinte quilos de arroz e de peixe seco para mais ou menos uma semana. O barril de óleo está quase vazio. O querosene vai acabar em dois ou três dias. O sidar fez a repartição dos víveres deixados pela guarda costeira, e ele omitiu nosso acampamento. Por quê? Será que ele sabe de alguma coisa que nós ignoramos, sobre a data da nossa partida? Ou talvez tenha ele decidido nos deixar passar fome”.

27 “Onde estava ele ontem? Ele não apareceu. Foi ele quem organizou tudo. Ele não tentou acalmar os ânimos. Eu não escutei uma única vez seu maldito apito! [...] Por que não faz nada por nós? [...] Ninguém se preocupa conosco, ninguém defende nossa causa para que venham nos liberar!”.

lamento durante uma epidemia, precisam lidar com o sentimento que é bem retratado nas passagens citadas acima, como a luta para ter um mínimo necessário de provisões e o descontentamento por tornar-se extremamente dependente das autoridades, gerando revolta e sentimento de abandono.

JE VOUDRAIS TOUT OUBLIER (EU QUERIA ME ESQUECER DE TUDO)

A paisagem estonteante e a história de amor vivida por Léon, não apagam os traços fortes da experiência da vida na Quarentena, sobretudo quando ele reflete na maneira como todos reagem às dificuldades que aparecem a cada dia, por exemplo, o aumento do número de doentes. Segundo o personagem, cada novo contaminado “os empurra para trás”, e “cava um pouco mais o braço de mar que os separa de Maurício” (*Chaque nouveau malade nous rejette en arrière, creuse encore un peu plus le bras de mer qui nous sépare de Maurice*) (LE CLÉZIO, 1995, p. 253).

Léon descreve cada detalhe angustiante que presenciara, deixando marcas em sua psique, o que torna a Quarentena insuportável:

J'avais un sentiment de solitude, de détresse, je ne pouvais plus rester dans les bâtiments de la Quarantaine. Je ne voulais plus penser [...] aux corps enveloppés dans les draps, sous l'auvent. Je ne voulais plus rencontrer le regard trouble de Jacques derrière ses lunettes au verre brisé [...]. J'ai couru aussi vite que j'ai pu, le long du rivage, vers le cimetière abandonné. J'ai décidé d'aller jusqu'à la grotte²⁸ (LE CLÉZIO, 1995, p. 252).

Cenas de morte, mesmo que raras na narração, são suficientes para expor o caos interno dos personagens e o estresse causado pela vivência do isolamento, levando-os a desejar o esquecimento de tudo e contemplar os momentos de calma e de “quase felicidade” das noites da Paliçada, com seu céu tão dourado de fim do dia e a “chamada à oração”:

J'aime le soir à la baie des Palissades. Quand le sifflet du sidar annonce la fin de la journée, et qui retentit l'appel à la prière, le ciel devient très jaune. Il y a un moment de grand calme, de bonheur presque. Alors je voudrais tout oublier²⁹ (LE CLÉZIO, 1995, p. 253).

Em contextos epidêmicos e de isolamento social, é possível que, assim como Léon, algumas pessoas sintam dificuldades de obliterar certas experiências, desenvolvendo um tipo de estresse pós-traumático, sobrevivendo com o desespero e o medo. Léon tenta encontrar, na própria natureza, a calma que falta na vida na Quarentena, a qual ele afirma não suportar mais.

Diante disso, o personagem desenvolve a mesma atitude de Rambert em *La Peste* e de Angelo em *Le Hussard sur le toit*, a de desafiar os limites do isolamento e de ultrapassar as barreiras, indo em busca de seus próprios interesses, apesar das proibições.

28 “Tive um sentimento de solidão, de desespero, eu não podia mais ficar nas dependências da Quarentena. Eu não queria mais pensar [...] nos corpos enrolados em lençóis, sob o toldo. Eu não queria mais cruzar o olhar transtornado de Jacques atrás dos seus óculos com lentes quebradas [...] Corri o mais rápido que pude, ao longo do litoral, em direção ao cemitério abandonado. Decidi ir até a gruta”.

29 “Gosto da noite nas docas da Paliçada. Quando o apito do *sidar* anuncia o fim do dia, e que ressoa a chamada à oração, o sol fica bem amarelo. Há um momento de grande calma, de quase felicidade. Então, eu queria esquecer de tudo”.

J'AI DECIDÉ DE BRAVER L'ABSURDE COUVRE-FEU (DECIDI DESAFIAR O TOQUE DE RECOLHER)

Uma medida drástica para limitar o aumento da contaminação, é a instituição de um toque de recolher na ilha inteira, impondo sanções aos que o desrespeitarem, vindo a ser considerados como perigosos para a comunidade. A fim de fazer valer a medida, uma fronteira foi instituída na ilha, entre as partes leste e oeste. No entanto, Léon não aceita a imposição de um toque de recolher que o impeça de estar junto de Suryavati, e decide enfrentar a ordem expressa: *“J’ai donc décidé de braver l’absurde couvre-feu, pour revoir Surya”. Cette nuit, quand tout le monde dormira, je prétexterai d’aller aux latrines pour m’engager à travers les taillis et passer de l’autre côté* (LE CLÉZIO, 1995, p. 144). (Decidi então desafiar o toque de recolher, para ver Surya. À noite, quando todos já estarão dormindo, fingirei ir à latrina para adentrar os matagais e passar para o outro lado).

A sensação de sufocamento é frequente nas falas de Léon ao tratar da Quarentena, representativa de uma prisão da qual procura fugir a todo custo, enquanto outros personagens demonstram resignação e obediência: *“Jamais je n’avais ressenti à ce point l’impression d’étouffement. En acceptant l’édit du Véran de Véreux, en voulant se préserver du contact avec les Indiens pour quitter plus vite la Quarantaine, les passagers de l’Ava se sont enfermés dans leur propre prison”*³⁰ (LE CLÉZIO, 1995, p. 144).

Léon demonstra ser “[...] o senhor do seu próprio destino” (PITILLO, 2009 p. 171), representando o sujeito moderno, transgredindo barreiras e buscando uma identidade, ou seja, um típico “sujeito lécleziano: [...] constrangido pelas imposições da sociedade moderna européia [...]” (PITILLO, p. 2009 173), mas refletindo a postura de muitos que não aceitam ou nem acreditam na necessidade de um confinamento que imponha limites às suas buscas contínuas de identidade e autoafirmação.

A obra *La Quarantaine* esboça o homem moderno através de três pontos essenciais: a ansiedade, o trauma e o afrontamento às regras ao lidar com o confinamento, permitindo ao leitor, em certos casos, encontrar uma correspondência com os personagens e suas diversas reações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 causou e tem causado grandes impactos na sociedade mundial, despertando, em muitos, o interesse em conhecer vivências relacionadas às outras epidemias, oriundas de contextos e épocas diferentes. Para esse fim, a literatura propõe os romances epidêmicos, como os que aqui foram analisados, para que os leitores de hoje possam olhar-se no “espelho” dos confinados (TITTI, 2020), buscando uma compreensão da sociedade, da qual fazem parte, ao verem refletidos os seus próprios medos e vislumbres nos personagens que dão vida às narrativas.

A análise dos romances epidêmicos, como reflexo do confinamento da atual pandemia de Covid-19, poderia implicar, de certa forma, numa relação entre literatura e sociedade, sob

³⁰ “Eu nunca havia sentido a esse ponto a impressão de sufocamento. Ao aceitarem o decreto do Véran de Véreux, querendo preservar-se do contato com os indianos para deixar mais rápido a Quarentena, os passageiros do Ava trancaram-se em suas próprias prisões.”

a perspectiva das ciências sociais, utilizando o objeto da criação literária como fonte de estudo de fenômenos sociais (FACINA, 2004). No entanto, sem o aprofundamento em aspectos históricos ou antropológicos, buscou-se observar como a Literatura Francesa aborda o tema epidemiológico, apontando para características e reações que parecem típicas de situações em crises sanitárias.

Os personagens mais relevantes das narrativas expõem características, às vezes, semelhantes entre si, apesar do grande distanciamento dos papéis que desempenham em suas respectivas obras. Ao longo do trabalho, destacaram-se em vários trechos das obras analisadas, aspectos como a ansiedade, a tristeza, o desespero, a frustração, o trauma e o rompimento do isolamento social, como algo aparentemente inerente a muitos dos que são confrontados ao confinamento, devido às crises epidêmicas.

As três referidas obras apontam para muito além de um tipo de epidemia em um lugar específico do mundo, seja a peste, a cólera ou a varíola, em enredos de contágio que se desenrolam na Argélia, na França ou nas Ilhas Maurício, seus personagens representam o ser humano ao ser privado da sua vida e rotinas durante uma crise sanitária. Dessas ficções, compreende-se que o jornalista Rambert de *La Peste*, Angelo, de *Le Hussard sur le toit* e ainda Léon de *La Quarantaine*, assim como os demais personagens das narrativas, referenciam comportamentos humanos que podem manifestar-se em momentos de crise, como a da pandemia da Covid-19.

As epidemias relatadas nas obras estudadas chegaram ao seu término, os personagens passaram por extremas mudanças pessoais e coletivas, simbolizando o que a sociedade atual talvez espere ao “virar essa página da história” que é a pandemia do Novo Coronavírus:

*Il s'est passé tant de choses, tant de choses se sont défaites et recomposées autrement, nos sentiments, nos idées, jusqu'à la façon que nous avons de regarder, de parler, de marcher et de dormir. Quelques-uns sont morts, d'autres ont perdu la raison. Nous ne serons plus jamais les mêmes*³¹
(LE CLÉZIO, 1995, p. 465).

É bem provável que a fala de Léon em *La Quarantaine*, resuma a história presenciada no momento atual, e é possível aferir que após a vivência dessa experiência da pandemia e do confinamento, a sociedade nunca mais será a mesma, visto que as mudanças repentinas na rotina, bem como a falta de contato social decorrente do isolamento, afetam significativamente a vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. L. de. *A peste e o recomeço do olhar*. Cult, 26 de março de 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-pest-e-o-recomeco-do-olhar/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

COMPAGNON, A. *La littérature face aux pandémies*. Sciences sociales et humanités, abril 2020. Disponível em: <<https://www.fondation-cdf.fr/2020/04/01/la-litterature-face-aux-pandemies/>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

CAMUS, A. *La Peste*, Québec, Bibliothèque Numérique - Les classiques des sciences sociales, fondée et dirigée par Jean-Marie Tremblay, Bibliothèque Paul-Émile Boulet, Université du Québec à Chicoutimi, 1947.

FACINA, A. *Literatura e Sociedade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

³¹ “Passaram-se tantas coisas, tantas coisas se desfizeram e se recompuseram de outro modo, nossos sentimentos, nossas ideias, até a nossa maneira de olhar, de falar, de andar e de dormir. Alguns morreram, outros perderam a razão. Nós nunca mais seremos os mesmos”.

FRANCE INFO. *Histoire et confinement: La France de 1832 face au choléra*. Publicado em 02 de abril de 2020. Disponível em: <<https://france3-regions.francetvinfo.fr/centre-val-de-loire/histoire-confinement-france-1832-face-au-cholera-1810722.html>>. Acesso em: 09 set. 2020.

GIONO, J. *Le Hussard sur le toit*. Paris: Gallimard, 2013. (édition numérique).

LE CLÉZIO, J. M. G. *La Quarantaine*. Paris: Gallimard, Collection Folio, 1995.

LECOMTE, S. *Le hussard sur le toit de Jean Giono Fiche de lecture*: Analyse complète de l'oeuvre, Primento, 2014.

LE FIGARO. *En pleine épidémie de coronavirus, les ventes de La Peste de Camus s'envolent*. Disponível em: <<https://www.lefigaro.fr/livres/en-pleine-epidemie-de-coronavirus-les-ventes-de-la- peste-de-camus-s-envolent-20200303>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

LE MONDE. *Le coronavirus dope les ventes de « La Peste » d'Albert Camus en Italie*. Publicado em 03 de março de 2020. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/societe/article/2020/03/03/le-coronavirus-dope-les-ventes-de-la- peste-d-albert-camus_6031679_3224.html>. Acesso em: 04 ago. 2020.

O GLOBO. *Enquanto 'A peste' vira best-seller, editor de Albert Camus está num navio sem saber se poderá sair*. Publicado em 20 de março de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/enquanto- peste-vira-best-seller-editor-de-albert-camus-esta-num-navio-sem-saber-se-podera-sair-24310897?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar&fbclid=IwARomxXjl5RcwGclY54IRNclCrocew3llQBBkXGdyPHABmiUbGyBY8dKJUio>. Acesso em: 03 ago. 2020.

PAMUK, O. *La leçon des grands romans d'épidémie*, 02 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.liberation.fr/debats/2020/05/02/la-lecon-des-grands-romans-d-epidemie-par-orhan-pamuk_1787082>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PINAUD, E. *Le hussard sur le toit de Jean Giono*, Le PetitLittéraire. Fr. Version numérique, 2013.

PITILLO, G. F. *Le Clézio e a aventura do narrar: um estudo de La Quarantaine*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Araraquara-SP, 2009.

TITTI, N. *L'épidémie en littérature à travers six grands romans*, Art et création-France culture, 17 mars 2020. Disponível em: <<https://www.franceculture.fr/litterature/lepidemie-en-litterature-a-travers-6-grands-romans>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

A ÉTICA PROFISSIONAL E A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA RELAÇÃO HOMEM E O TRABALHO

Érica Cristiane Monteiro de Moraes

Tiago Araujo Carvalho

Mariana Moraes Miccione

Andréa Figueiredo Gomes

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, foi possível analisar que ocorreu uma sequência de mudanças no mundo corporativo, nas quais pode-se observar que houve um movimento crescente na relação das pessoas com trabalho e vida profissional. Algumas vezes, é notável que exista certa devoção de pessoas ao trabalho e à empresa, o que traz à memória, laços similares mantidos por fiéis apreciadores de suas religiões. Logo, esta pesquisa propõe refletir sobre este contexto.

Para o ser humano, o trabalho sempre foi de grande importância em vários aspectos, além de ser imprescindível para a subsistência. A força que a organização do trabalho exerce sobre o homem, muitas vezes, gera uma ação específica, impactando seu aparelho psíquico. Frequentemente, o trabalho é imposto de modo que o indivíduo não possa valer-se de sua capacidade criativa, fazendo com que suas ideias não sejam consideradas e, assim, execute a atividade laboral de forma repetitiva e, muitas vezes, mal remunerada. Ademais, o sujeito convive com a ameaça de ser substituído, o que gera um processo de alienação, insatisfação e desgosto, bem como favorece uma porta de entrada para doenças e uma encruzilhada que se abre para o desequilíbrio mental e/ou doenças somáticas.

Essa relação homem e trabalho, por ser próxima e fazer parte do seu contexto social e da sua história, significa que:

O Homem não pode ser entendido sem o Trabalho e o Trabalho, em si mesmo, reflete a condição humana. Existe uma relação pré-determinada entre o Homem e o Trabalho. Considerando-se que o ser humano se caracteriza pela indeterminação, uma condição biológica que o instrumentaliza, mas não o programa, o trabalho e o desejo humano não podem existir separadamente. O homem é dotado de consciência e inteligência, desejos e pulsões, que buscam espaço para elaboração nas atividades da vida diária, entre elas o trabalho. Certamente, o trabalho imposto ao homem não responde sistematicamente a esta exigência conceitual, se tornando alienante. É uma verdadeira missão, a consciência que o homem tem de desempenhar na vida uma tarefa concreta e pessoal, derivada de seu caráter único e *irrepetível*. No entanto, a partir do momento em que o trabalho é institucionalizado, passa a se apresentar uma nova configuração: a relação existente entre Homem, Trabalho e Organização (ZAVATTARO; BENZONI, 2013, grifo do autor *apud* CORREA; SOUZA, 2016, p. 128).

Quando a relação do homem com a organização do trabalho é favorável, ao invés de conflituosa, há o respeito e a consideração pela pessoa *por trás* do colaborador, no qual o trabalho, por mais simples que seja, é valorizado e as exigências se apresentam dentro do que é compatível às condições do ser humano, sendo incentivado a um crescimento pessoal e profissional. Assim, o colaborador poderá sentir satisfação na realização da tarefa e renderá mais na sua execução, em que passa a ter uma função sublimatória, estando ciente e o colaborador que não é uma mera máquina que opera peças de uma grande engrenagem desconhecida.

Alguns dos componentes essenciais de bem-estar, saúde e satisfação na vida, estão inerentemente subjugados ao trabalho e à profissão. Na medida em que o trabalho tem sua relevância alterada ao longo da história, é possível analisá-lo em relação à importância que ele assume na atribuição de sentido para a existência humana – seja na forma de obstáculo ou como um fator positivo. Contudo, se for considerada a frase de Pascal “todos os homens procuram ser felizes; isso não tem exceção [...] é esse o motivo de todas as ações de todos os homens [...]” (*apud* COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 10), desse modo, cabe compreender que o trabalho está inserido dentro da referida busca pela felicidade.

Devido à presença de situações bastantes conflituosas dentro do mundo corporativo e à busca de uma alternativa plausível para que se tenha um ambiente de trabalho saudável, o presente artigo tem por objetivo geral apresentar as contribuições que a Ética Profissional e a Psicologia Organizacional podem oferecer nos processos de bem-estar e motivacional dentro das organizações. Por objetivos específicos têm-se: identificar e analisar alternativas que favoreçam um ambiente de trabalho satisfatório; analisar quais fatores favorecem a motivação e o bem-estar no mundo corporativo; fazer um breve histórico sobre bem-estar e motivação no mundo corporativo.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa descritiva e bibliográfica por meio de levantamentos em fontes secundárias como livros, bibliotecas, artigos científicos, sites de universidades, bancos de teses, dissertações e monografias. Dessa forma, a estrutura do artigo está organizada de maneira a conceituar Ética e Psicologia Organizacional; a abordar a relação homem e trabalho, bem-estar e motivação nas organizações, e assédio moral;

apresentar a metodologia; analisar e interpretar os dados e, por último, concluir com as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

ÉTICA

De acordo com Chaui (1996, p. 340): “Ética, do grego, *ethos*, com a vogal longa, significa costume. Ethos, com a vogal breve, significa caráter, índole natural, temperamento, conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa”. A Ética também é entendida como um conjunto de condutas morais reguladoras advindas das relações entre indivíduo e sociedade (VÁSQUEZ, 1998).

Nesta perspectiva, a Ética pode ser compreendida como “[...] filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais” (CHAUI, 1995, p. 339 *apud* MEDEIROS, 2002). A moral está relacionada aos “[...] valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta, válidos para todos” (CHAUI, 1995, p. 339 *apud* MEDEIROS, 2002). Mediante conceitos, Medeiros (2002) conclui que:

A moral, portanto, refere-se à normatividade oriunda da sociedade, refere-se aos costumes, normas e regras que permeiam o cotidiano e que visam regular as relações entre os sujeitos. A ética é a reflexão crítica sobre a moral, ou seja, pensar naquilo que se faz, repensar os costumes, normas e regras vigentes na sociedade.

Silva (2013) entende que para Filho e Trisotto (2003), a conduta ética é considerada um tipo particular de comportamento, a qual é sustentada por preceitos que o sujeito toma decisões dentro de uma faixa definida por limites e padrões socialmente preestabelecidos, ou seja, exerce sua liberdade e autonomia para decidir, tendo em vista seus limites e responsabilidades sociais.

Quando a sociedade limita os desejos inconscientes do sujeito de tal modo que nunca consiga manifestá-los, Chaui (2000) explica que pode ocorrer alternativas as quais fogem da Ética, a saber: ou a transgressão de seus valores pelos sujeitos reprimidos, ou a passividade de uma coletividade neurótica (SILVA, 2013).

Arruda et al. (2003) definem Ética como uma ciência prática de caráter filosófico, uma vez que, como filosofia, possui o papel de conhecer, analisar e questionar os atos humanos e, como ciência prática, tem o papel de executar suas teorias na prática cotidiana dos atos humanos. Contudo, apenas unindo a teoria à prática é que a Ética tem valor real. Segundo os autores, “Pode-se dizer que a principal fonte da ética é a realidade humana, na qual a razão encontra e conhece os princípios morais, universais e certos” (ARRUDA et al., p. 46).

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

O surgimento da Psicologia Organizacional se deu a partir das revoluções Francesa e Industrial que ocorreram no final do século XIX, uma vez que essas revoluções foram determinantes, pois se deu devido às migrações dos trabalhadores do campo para a cidade, que fizeram com que a demanda de recrutamento e seleção para indústrias tivessem um aumento significativo. Nesse período, com o surgimento das máquinas, os trabalhadores passaram a desempenhar suas funções de forma mais mecanizada, mesmo que as organiza-

ções possuíssem o conhecimento científico, elas o utilizavam para exercer autoridade sobre os trabalhadores.

A Psicologia não é um campo único de conhecimentos. Ela é engendrada por corpos de conhecimento muito distintos entre si, com origens muito diversas, nas quais expressam concepções sobre o ser humano comumente discordantes umas das outras (CUNHA, 2002). Nesse sentido, parafraseando Bergamini (1982), os autores Silva e Merlo (2007, p. 136) salientam que “A psicologia organizacional compreende os estudos sobre tomada de decisão, motivação, clima organizacional, liderança, comunicação interpessoal, desenvolvimento de recursos humanos, entre outros”.

No Brasil, a Psicologia Organizacional surge como uma investida de fundamentação e a procura de um caráter científico e inovador no domínio dos processos produtivos, com base no contexto das ideias da administração científica de Taylor. Consoante Zanelli et al. (2004, p. 558): “Leon Walther traz para o Brasil a psicotécnica, os cursos e a primeira aplicação de testes ocorreram em 1924 no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. A aplicação desses testes para selecionar empregados expandiu-se, principalmente nas empresas ferroviárias”.

A Psicologia Organizacional e do trabalho e a gestão de pessoas precisam ser discutidas em conjunto para gerar possibilidades de práticas eficazes que contribuam com os interesses organizacionais e individuais, formando relações de trabalho sadias e normais (CASSANDRE; VERCESI, 2009).

De acordo com Schein (1982), a Psicologia Organizacional pode ser reconhecida como um campo de atuação interdisciplinar que procura compreender os fenômenos organizacionais que se desenvolvem em torno de um conjunto de questões referentes ao bem-estar do indivíduo, já que, para o autor, as organizações são sistemas sociais complexos.

Conforme CAMPOS et al. (2011, p. 705):

[...] o papel do psicólogo dentro das organizações é atuar como facilitador e conscientizador do papel dos vários grupos que compõem a instituição, considerando a saúde e a subjetividade dos indivíduos, a dinâmica da empresa e a sua inserção no contexto mais amplo da organização.

Por conseguinte, Schette (2005, p. 5) discorre que o psicólogo organizacional “[...] precisa compreender o homem como ser social, em constante interação com o meio”. Segundo Chiavenato, (2009, p. 68):

Os psicólogos organizacionais preocupam-se em conceituar o *homem administrativo*, ou seja, o homem como um incansável processador de informações e tomador de decisões. Segundo essa concepção, as pessoas recebem e processam informações do ambiente que as rodeia e tomam incessantemente decisões a respeito de todos os seus atos cotidianos e corriqueiros.

Desse modo, pode-se aferir que a Psicologia Organizacional é importante, pois percebe as necessidades das organizações e de seus colaboradores, tão logo, uni-las em prol de um bem comum e rentável para ambos, englobará o comprometimento simultâneo, com respeito mútuo e possibilidade de crescimento no mercado. Portanto, essa área vem para

atuar como uma intercessora na motivação dos colaboradores para com o trabalho em consonância com as metas geradas pelas organizações.

RELAÇÃO HOMEM E TRABALHO

Na história do homem, constata-se que o trabalho é imprescindível para produzir e manter a sua própria vida, sendo fundamental ajustar a natureza às suas necessidades. Isso quer dizer que o homem não pode viver sem trabalhar, uma vez que ele não tem sua existência garantida pela natureza, sem que ele haja sobre ela, transformando-a e adequando-a às suas necessidades, caso contrário, o homem não conseguiria sobreviver.

Segundo Bauman (2001), o trabalho, entre outras extensões da sociedade de consumo, precisa ser aprazível ao indivíduo, não sendo mais medido pelos seus efeitos vinculares, seja com as organizações de trabalho ou pela relação com os outros colaboradores, seja no papel do trabalho para a manutenção ou transformação da sociedade. Aranha (1996, p. 56) define que:

O trabalho – que é a transformação do homem sobre a natureza – modifica também a maneira de pensar, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que ela seja. E nesse sentido é que dizemos que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua própria cultura.

Correa e Souza (2016, p. 8) demonstram que:

Antunes (2000) evidencia essa relação dicotômica que o homem estabelece com o trabalho; ele propõe a reflexão dos sentidos do trabalho, a partir dos discursos, das ideologias, relações de poder e outros aspectos oriundos da sociabilidade humana. Nesse contexto, o trabalho evidencia essa relação dicotômica de trazer satisfação e sofrimento para o ser humano.

E acrescentam que:

O próprio significado da palavra trabalho está associada ao sofrimento humano “remete à origem latina *tripalium* (três paus) – instrumento utilizado para subjugar os animais e forçar os escravos a aumentar a produção. O *tripalium* era, pois, um instrumento de tortura, algo semelhante à cruz que o rebanho cristão adotou” (DALLAGO, 2010, p. 58 *apud* CORREA; SOUZA, 2016, p. 8, grifo do autor).

Entretanto, cabe a ser observado, no que diz respeito aos aspectos históricos da vida humana, nos quais os homens transformam-se e reconstroem-se como seres marcados pela sua cultura, ao mesmo tempo em que constituem sua identidade social, muitas vezes, marcada pela sua identidade profissional (CORREA; SOUZA, 2016). Por conseguinte, o trabalho possui a definição de uma atividade social do homem, que propõe-se a transformar o meio em que vive com um esforço afirmado e almejado para a realização de seus objetivos.

BEM-ESTAR E MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

O bem-estar no trabalho depende do ambiente e da saúde e segurança do trabalhador. O reconhecimento do esforço é de suma importância e tem como consequência aspectos vinculados à saúde do colaborador. A saúde é vista como um estado de conforto, bem-estar físico, mental e social (SILVA, 2005). Por outro lado, para Dejours (1986), essa definição é

considerada vaga, uma vez que é impossível definir o que seja este estado de conforto e, tão logo, o estado de bem-estar perfeito não existe.

Segundo Arruda et al. (2003), “[...] a felicidade é uma certa atividade da alma de acordo com a virtude”. Contextualizando, Maximiano (2004, p. 269) descreve que a “motivação para o trabalho é um estado psicológico de disposição, interesse ou vontade de perseguir ou realizar uma tarefa ou meta”. Tem-se, assim, que a motivação do indivíduo é singular e está baseada sobretudo em seus desejos e necessidades.

Já para Chiavenato (1999, p. 52), a motivação é descrita como um “impulso do comportamento humano que, quando bem administrado, conduzirá os colaboradores a um ideal de futuro [...] e poderá levar a uma produtividade além de qualquer limite esperado”. O autor perfaz dizendo que:

O primeiro passo para se conhecer a motivação humana é o conhecimento do que ocorre no comportamento das pessoas. Isto significa que é necessário identificar os processos impulsionadores (impulsos) e orientadores (reforços de comportamento) antes de estabelecer os motivos (CHIAVENATO, 1999, p. 89).

E quando se fala em motivação, é imprescindível citar Abraham Maslow e as teorias motivacionais. Em seu estudo de cunho humanístico, defende que o homem é movido por necessidades hierarquicamente organizadas, pois a motivação sobrevém quando as necessidades mais básicas são supridas, levando assim, ao desejo de que se é possível conquistar algo a mais, passando a querer um “nível” acima e assim continuamente. “Em outras palavras, portanto, o estudo da motivação deve ser em parte, o estudo dos objetivos últimos ou desejos ou necessidades humanas” (MASLOW, 1954, p. 66 *apud* SAMPAIO, 2009, p. 7).

Esses níveis categorizados por Maslow são normalmente apresentados pela literatura em forma de uma pirâmide e, de sua base para o topo, apresentam as necessidades elaboradas pelo autor, conforme abaixo (figura 1):

Figura 1 - Necessidades Humanas Hierarquizadas



Fonte: Maslow (1954, p. 66 *apud* SAMPAIO, 2009), adaptado pelos autores.

Essas necessidades são conceituadas da seguinte forma:

- *necessidades fisiológicas* — compreendem os impulsos (*drive*), acrescidos da dinâmica da homeostase e da ideia de apetite (que introduz a escolha de alimentos pela pessoa ao tema da fome);
- *necessidades de segurança* — [...] o conceito de segurança de Maslow compreende certa estabilidade, entendimento e controle dos padrões de mudança do ambiente em que a pessoa se encontra;
- *necessidades de pertença e amor* — entendidas como o compartilhamento de afeto com pessoas em um círculo de amizade e intimidade;
- *necessidades de estima* — compreendem a imagem que a pessoa tem de si (autoestima ou autorrespeito) e o desejo de obter a estima dos outros;
- *necessidades de autorrealização* — compreendem a ideia, defendida por muitos autores (como Jung, 1987, por exemplo), de que as pessoas têm um potencial interno que necessita tornar-se ato (SAMPALIO, 2009, p. 8-9, grifo do autor).

Para Marx e Engels (1980), o sujeito é determinado por aquilo que ele faz. “A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens [...]” (MARX; ENGELS, 1980, p. 25 *apud* FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 636). Nesta acepção, Chiavenato (2005, p. 273) aponta que:

Os seres humanos são motivados por uma grande variedade de fatores. O processo motivacional pode ser explicado da seguinte forma: as necessidades e carências provocam tensão e desconforto na pessoa e desencadeiam um processo que busca reduzir ou eliminar a tensão. A pessoa escolhe um curso de ação para satisfazer determinada necessidade ou carência. Se a pessoa consegue satisfazer a necessidade, o processo motivacional é bem sucedido [...].

Cada vez mais os colaboradores buscam o aperfeiçoamento profissional para satisfazer as necessidades pessoais e da organização, querem ser vistos, ouvidos e são mais participativos. O clima organizacional também funciona como um fator motivacional para as equipes de trabalho, pois, se o local em que passam a maior parte do dia for agradável, as circunstâncias serão ignoradas e a atividade será executada com maior satisfação, o que poderá representar maior rentabilidade para a organização. Segundo Ferreira e Mendes (2008, p. 111):

[...] diagnosticar como os trabalhadores avaliam o seu ambiente de trabalho se constitui em um importante desafio para as abordagens das ciências do trabalho. Neste sentido, captar, tratar e analisar as representações que os indivíduos fazem de seu contexto de trabalho pode ser um diferencial, em certa medida um requisito central, para adoção de mudanças que visem promover o bem-estar no trabalho, a eficiência e a eficácia dos processos produtivos.

Deste modo, pode-se descrever que a satisfação no trabalho é uma condição necessária que leva o indivíduo a escolher de que maneira realizará a tarefa, a qual ocorre através dos fatores motivadores. Logo, a satisfação completa é um estágio em que não se pode alcançar, uma vez que sempre existirá necessidades insatisfeitas que conformarão novas condutas de motivação na busca de degraus mais elevados a serem atingidos.

Conforme Chiavenato (2008, p. 490), “A qualidade de vida no trabalho é essencial na criação de um espírito de cidadania organizacional como nos programas de qualidade total nas organizações”. Sendo assim, é de suma importância se perfazer de fatores que possam incentivar a qualidade, a produtividade e o bom relacionamento entre organização e colaborador.

ASSÉDIO MORAL

Por vezes, as condições de trabalho, que se caracterizam pela pressão e precarização, permitem emergir os assédios e intimidações, os quais compõem sérios riscos ao trabalhador e podem levar ao aumento de doenças e acidentes relacionados ao trabalho. De acordo com Zanelli (2010), os transtornos causados pelo estresse, assédio moral, um ritmo exacerbado e um clima organizacional ruim, também estão relacionados às péssimas condições de trabalho, falta de segurança e autonomia e a uma exposição frequente às situações de extremo desgaste físico e mental.

No caso do assédio moral, destaca-se que não é um problema médico ou psiquiátrico, já que não é uma doença da pessoa, mas sim uma doença do ambiente de trabalho, que muitas das vezes, causa diversos sintomas como insônia, ansiedade e depressão (EGE, 2001). O assédio moral pode ser entendido como:

[...] toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2001, p. 65).

Soboll (2008) explica que o assédio moral organizacional ocorre por meio de práticas abusivas, tais como: cobranças exageradas e persistentes, metas abusivas e crescentes, geralmente por parte de gestores ou representantes da organização com o intuito de alcançar objetivos organizacionais. Em alguns casos, essas práticas implicam em forçar o trabalhador a pedir demissão, o que evita custos à organização, a exemplo, não pagar multas rescisórias.

Desde o século passado, a sociedade vem sendo continuamente alimentada pelo fervor materialista e consumista e que esses fenômenos foram piorando pelo início das privatizações e pelo crescente processo de globalização (BARRETO, 2003 e GONDIM, 2008). O assédio moral, ainda que não seja um fenômeno novo, é um tema bastante discutido no meio científico, verificando-se que no Brasil, as primeiras produções acadêmicas iniciaram há cerca de dez anos (ELGENNENI; VERCESI, 2009).

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo foi de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva e pesquisa bibliográfica, sendo realizada por meio de levantamentos em fontes secundárias como livros, artigos científicos, bibliotecas, sites de universidades, bancos de teses, dissertações e monografias, de modo a possibilitar uma visão geral sobre como a Ética Profissional, em parceria com a Psicologia Organizacional, podem contribuir no processo motivacional e de bem-estar no ambiente de trabalho.

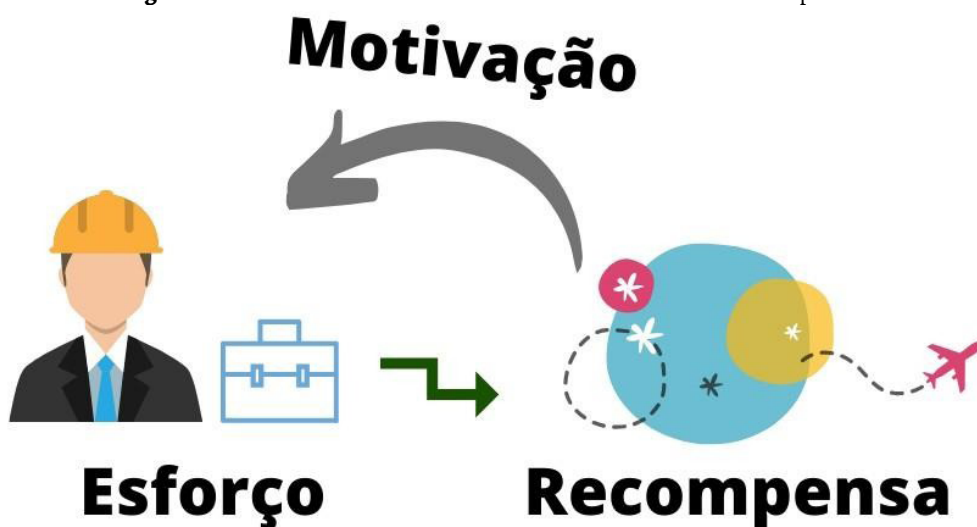
No decorrer da pesquisa bibliográfica, foi possível evidenciar como a Ética e a Psicologia Organizacional estudam o bem-estar, o desenvolvimento e a relação entre os colaboradores dentro de uma organização. Todas as informações coletadas no decorrer da pesquisa foram a base para traçar maneiras de como alcançar o melhor desempenho da organização e, assim, maximizar as potencialidades dos seus colaboradores.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A pesquisa bibliográfica identificou teorias e conceitos da Psicologia Organizacional e da Ética Profissional que contribuem para o bem-estar da relação homem-trabalho, assim como para o processo motivacional nas organizações. É mensurável que o trabalho pode dar sentido à existência humana, pois através dele, o indivíduo constrói os bens necessários para a sua própria sobrevivência, tornando-se capaz de demonstrar suas habilidades, aptidões e qualidades. Silva (2005), Chiavenato (2005) e Chaui (2009) defendem ser imprescindível o entendimento da Ética e da Psicologia Organizacional dentro das organizações de modo a torná-lo um fator decisivo no planejamento de estratégias.

A utilização de estratégias motivacionais, pela Psicologia Organizacional, mostra-se eficiente na garantia de melhores resultados para as empresas. Uma das estratégias identificadas é a recompensa por um esforço ou projeto realizado que propicia a criação de um ambiente aberto à inovação e criatividade e evita a alienação e o bloqueio da inventividade do colaborador (VOLPATO; CIMBALISTA, 2002).

Figura 2 - Processo motivacional baseado no sistema de recompensas.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Volpato e Cimalista (2002).

Para Volpato e Cimalista (2002, p. 82-83), a diferenciação das empresas que propiciam um ambiente favorável à inovação para as demais, se dá pelo “[...] potencial e o conhecimento sublimado de seus colaboradores, transformando-os em competitividade empresarial e não em custos”.

Herzberg (1968), através da Teoria dos Dois Fatores, chegou à conclusão de que existem fatores que colaboram para a motivação e para a satisfação das pessoas em seus trabalhos. De acordo com o autor “[...] A prevenção da insatisfação é tão importante quanto o incentivo de satisfação” (*apud* MARQUES, 2019). Sua teoria foi produto de entrevistas realizadas

na área industrial de Pittsburgh (Pensilvânia, Estados Unidos) e seu principal objetivo do estudo foi identificar quais os fatores que causavam a satisfação e a insatisfação dos colaboradores em seu ambiente de trabalho (MARQUES, 2019).

Dessa forma, ele usufruiu de questionamentos sobre o que satisfazia e o que desagradava a cada um dos colaboradores das organizações nas quais atuavam. Sua teoria chegou a ser de suma importância para o estudo da motivação, comportamento e satisfação das pessoas nas organizações. A teoria de Herzberg conclui que os fatores motivacionais são os responsáveis pelo aumento de satisfação, bem como de produtividade (MARQUES, 2019).

Esses fatores proporcionam a liberdade de decidir como executar o trabalho, com a utilização plena das habilidades pessoais e da responsabilidade total pelas atividades, de definir metas e objetivos correlacionados ao trabalho, assim como, servem para a autoavaliação de desempenho. A isso, chamou-se de “fatores satisfacientes”, cuja a satisfação é produzida pela presença, enquanto, a insatisfação é ocasionada pela ausência, também chamados de intrínsecos:

Fatores que levam à insatisfação: política da empresa; condições do ambiente de trabalho; conflitos no relacionamento com outros funcionários; segurança; salário.

Fatores que levam à satisfação: crescimento; desenvolvimento; responsabilidade; reconhecimento; realização (MARQUES, 2019, grifo do autor).

Em conformidade com os levantamentos efetuados no decorrer da pesquisa bibliográfica, mediante resultados da aplicação da Ética Organizacional ou Profissional, observa-se os seguintes fatos no contexto corporativo:

- Bem-estar dos funcionários;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Motivação para que os colaboradores vistam a camisa da empresa com orgulho;
- Estímulo para entregar um bom trabalho e até mais do que foi solicitado;
- Encorajamento para que os empregados participem da construção de novas ideias e planejamentos (MARQUES, 2018).

Não obstante, a Ética vem para demonstrar a maneira de pensar de um povo, sua forma de agir e de como ver o mundo e como este mundo, bem como o próprio homem vive em constante mudança, se aperfeiçoando e se modificando. É essencial que tudo o que foi criado por ele o acompanhe neste processo evolutivo, “[...] transformando-se para responder às exigências novas da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo” (CHAUI, 1996, p. 338).

Consequentemente, os estudos dos processos psicológicos que visam o entendimento da relação real indivíduo-sociedade, devem buscar as discordâncias objetivas do processo histórico e social do indivíduo na sociedade que substancializa-se através de seu trabalho, de sua atividade prática ou mesmo do desvelamento de suas representações parciais e abstratas no âmbito do pensamento individual e das ideias coletivizadas. Assim, Bergamim (1981, p. 17) defende que:

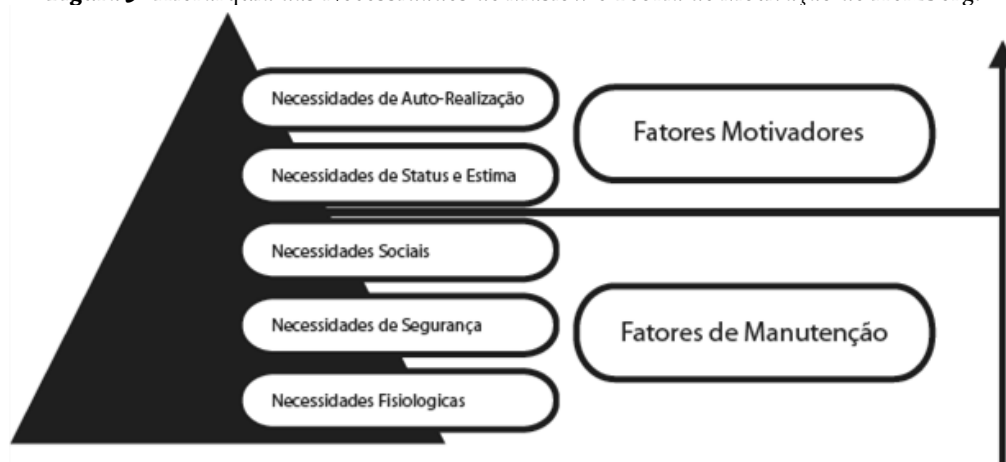
Atravessamos a era da Psicologia. A preocupação com a compreensão do comportamento humano está presente em quase todas as áreas da vida de cada um e de todos. O

cinema, o teatro, os romances, as revistas e jornais, enfim todos os meios de comunicação de que o homem dispõe, refletem esse grande interesse e comprovam a tese inicial de que o momento da civilização atual está voltado para o exame e a reflexão sobre esse grande tema. Já é passada a época do encanto pela tecnologia; se por um lado, ela ainda nos fascina, por outro tem-se constituído em fonte de dificuldades e desajustamentos emocionais. Acreditou-se que a felicidade haveria de surgir com as facilidades da automação e assim, engenheiros, cientistas e inventores produziram até hoje uma idade técnica que é realmente maravilhosa, mas que nem sempre satisfaz os corações e as mentes dos homens que trabalham nas suas máquinas, nem os consumidores que se beneficiam dos seus produtos. Importantes problemas psicológicos têm origem no fato de que a esse nosso (maravilhoso) desenvolvimento industrial e técnico não resultou uma correspondente satisfação afetiva e emocional das pessoas.

Logo, é perceptível que a qualidade de vida de uma organização e a busca insistente pela eficiência e continuidade nos processos de melhorias se conquista através da disposição do profissional e do apoio da Psicologia Organizacional, enquanto ciência do comportamento responsável pela análise das características do trabalho que contribuem para o aumento da eficiência organizacional (ZANELLI et al., 2004).

Em análise analógica do raciocínio proposto por Herzberg com a Teoria das Necessidades Humanas de Abraham H. Maslow, é possível destacar que os fatores de manutenção estão intrinsecamente ligados com as necessidades de ordem inferior e os fatores motivadores ligados às necessidades de ordem superior, representados abaixo (Figura 3):

Figura 3 - Hierarquia das Necessidades de Maslow e Teoria de Motivação de Herzberg.



Fonte: Queiroz (1996). Adaptado por Pilatti (2007).

A Teoria dos Dois Fatores propicia elementos efetivos que produzem satisfação e insatisfação. Ambos os conceitos demonstram que o modo como o colaborador reage ao ambiente de trabalho, é de suma importância para o seu desempenho. Se ele encontrar um espaço que lhe ofereça suporte e oportunidades de desenvolvimento, provavelmente se sentirá satisfeito e disposto a contribuir positivamente com a organização. Nesse sentido, fica evidenciado que o apoio constante dentro do ambiente corporativo é de extrema necessidade e fundamental para a motivação do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história humana, nem sempre o trabalho recebeu a mesma importância que lhe é conferida atualmente, isto é, nem sempre foi encarado como um “privilégio”, e nem tão pouco praticado com intensidade e com as mesmas finalidades em comparação aos dias atuais. Pode-se dizer que ao longo da evolução da sociedade industrial e pós-industrial, no instante em que a prática do trabalho transformava-se, diversas narrativas acabavam por legitimá-la, intencionalmente ou não, ocasionando o surgimento de novas práticas.

O colaborador está comprometido a adaptar-se a esse novo contexto que é resultante do conjunto das transformações no mundo do trabalho que ocorreram nas últimas décadas, que surgiu da adoção de novos modelos organizacionais por parte das organizações e, como consequência, está fadado à exposição, à precarização e à fragilização das relações trabalhistas.

Observa-se que a boa relação no ambiente de trabalho deve ser pautada em respeito, flexibilidade e profissionalismo. Pois, um ponto relevante é que as empresas não estão mais focadas apenas ao aspecto profissional de seu colaborador, mas tentam conhecê-lo como um todo, em termos de habilidades, motivações, subjetividade, entre outros.

Sobre a Ética, mesmo que possua várias definições, vê-se que ela está estreitamente ligada à conduta humana e ao estudo do comportamento humano em várias situações de sua vida, com foco no alcance do bem-estar e da felicidade.

Diante do exposto, pode-se concluir que não existe uma fórmula infalível para que se possa conquistar, ou até mesmo reconquistar, a disposição dos trabalhadores, a fim de que executem suas tarefas. Porém, é possível dizer que compete à Psicologia Organizacional juntamente com a Ética Profissional, a implantação de estratégias de gestão de pessoas que contribuam para a motivação e empenho das atividades de seus colaboradores.

Quando há melhorias no clima organizacional, tão logo eles afetarão a organização, o que leva a ganhos, tanto para as organizações, quanto para os colaboradores. Ou seja, se as organizações funcionam sob condições instáveis, com políticas injustas e que possuem como parte da cultura organizacional, a desvalorização do bem-estar do colaborador, normalmente levará à perda da produtividade.

Os processos de bem-estar e motivação nos indivíduos surgem de forma intrínseca, em que cada um desenvolve impulsos motivacionais distintos e em momentos desiguais, e reconhece que essas forças afetarão diretamente a maneira de como encarar o trabalho e suas próprias vidas. A busca pela compreensão do bem-estar do colaborador no trabalho mostra que ele é afetado não apenas pelo meio ambiente físico, mas também pelo meio psicossocial. Uma das maneiras de planejar esses efeitos é reconhecer a existência dessas variáveis no contexto organizacional.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARANHA, M. L. de A. *História da educação*. Rio de Janeiro: Moderna, 1996.
- ARRUDA, C. C. et al. *Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 201 p.

- BARRETO, M. *Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC; Fapesp, 2003.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERGAMINI, C. W. *Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento humano na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- CAMPOS, K. C. de L. et al. *Psicologia Organizacional e do Trabalho – Retrato da Produção Científica na Última Década. Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 4. Universidade São Francisco, 2011, p. 702-717.
- CASSANDRE, M. A.; VERCESI, C. A recorrência do assédio moral: a violência no ambiente de trabalho. *Cadernos de Administração*, v. 17, n. 1, 2009.
- CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996, 440 p.
- CHIAVENATO, I. Higiene, segurança e qualidade de vida. In: *Gestão de Pessoas*. 3. ed. São Paulo: Campus, 2008.
- CHIAVENATO, I. *Recursos humanos: o capital humano das organizações*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CHIAVENATO, I. *Recursos humanos*. São Paulo: Atlas, edição compactada, 1999.
- CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- COMTE-SPONVILLE, A. C. *A mais bela história da felicidade: a recuperação da existência humana diante da desordem do mundo*. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.
- CORREA, M. A. P. da C.; SOUZA, R. L. Origem e relação do trabalho com o ser humano e as limitações do trabalho na prisão. *Texto & Contextos*. Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2016, p. 126-143.
- CUNHA, M. V. da. *Psicologia da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, v. 54, n. 14, 1986, p. 7-11.
- EGE, H. *Mobbing Conoscerlo per Vincerlo*. Milano, Itália: Casa Editrice Franco Angeli, 2001.
- ELGENNENI, S. M. de M.; VERCESI, C. Assédio moral no trabalho: implicações individuais, organizacionais e sociais. *Revista Psicologia: organizações e trabalho*. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2009, p. 68-85.
- FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. Education in a marxist perspective: an approach based on Marx and Gramsci. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v. 12, n. 26, jul./set 2008, p. 635-646.
- FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Contexto de Trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e gestão*. Porto Alegre/RS: Artmed, 2008.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONDIM, S. M. G. Assédio Moral no Trabalho. *Revista Psicologia: organizações e trabalho*. Florianópolis, v. 8, n. 2, 2008, p.184-188.
- HIRIGOYEN, M. *Assédio Moral: violência perversa do cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MARQUES, J. R. *Conheça a Teoria de Herzberg*. 2019. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/teorias-da-motivacao-2/>>. Acesso em: 09 out. 2019.
- MARQUES, J. R. *Desvendando a Ética Organizacional*. 2018. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-carreiras/desvendando-etica-organizacional/>>. Acesso em: 09 out. 2019.
- MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas, 2004.
- MEDEIROS, G. A. *Por uma ética na saúde: algumas reflexões sobre a ética e o ser ético na atuação do psicólogo*. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2002, vol. 22, n. 1, p. 30-37. ISSN 1414-9893.
- PILATTI, L. A. Qualidade de Vida e Trabalho: perspectivas na Sociedade do Conhecimento. In: VILARTA, R. et al. (orgs.). *Qualidade de vida e novas tecnologia*. Campinas: IPES, 2007.
- SAMPAIO, J. R. O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. *Revista de Administração da USP*. São Paulo, v. 44, n.1, 2009, p. 5-16.
- SCHEIN, E. H. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.

- SCHETTE, F. R. *O papel da psicologia no desenvolvimento de líderes organizacionais, segundo psicólogos e líderes*. Tese de doutorado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas. 2005.
- SILVA, L. B. C. A psicologia na saúde: entre a clínica e a política. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 17, n. 1, 2005, p. 79-92.
- SILVA, M. L. B. Ética Social e Profissional. Psicologia. PT, 2013.
- SILVA, P. C. da; MERLO, Álvaro R. C. Prazer e Sofrimento de Psicólogos no Trabalho em Empresas Privadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 27, n. 1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 132-147.
- SIQUEIRA, M. M. M. Medidas do comportamento organizacional. *Estudos de Psicologia*, v. 7, número especial, 2002, p. 11-18.
- SOBOLL, L. A. P. *Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- VÁZQUEZ, A. S. Ética. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- VOLPATO, M; CIMBALISTA, S. O processo de motivação como incentivo à inovação nas organizações. *Revista da FAE*. Curitiba, v. 5, n. 3, set./dez. 2002, p. 75-86.
- ZANELLI, J. C. *Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseados em evidências*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ZANELLI, J. C. *et al.* Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ZANELLI, J. C. *et al.* *Processos psicossociais nas organizações e no trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO: UMA BREVE REFLEXÃO DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LOCAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Mariana Morais Miccione
Anne Karolyne Pessoa Pimentel

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a criatividade e inovação no desenvolvimento organizacional vem sendo debatido há alguns anos, dada a sua importância em meio à administração de crises e resolução de problemas. Para tanto, o presente estudo debate sobre a temática a partir da perspectiva atual da pandemia de COVID-19, no sentido de compreender os impactos produzidos nas organizações. Diante desse momento histórico, muitas mudanças na dinâmica das organizações foram necessárias em virtude da recomendação oficial de isolamento social, fato que culminou na aplicação, mais frequente, da modalidade de trabalho denominada teletrabalho e/ou trabalho remoto. Desse modo, as organizações passaram a adotar diferentes estratégias de trabalho e de gestão, a fim de adaptar-se à mudança organizacional em nível mundial.

Um dos impactos da pandemia de COVID-19 foi na área da economia, levando o mundo a uma recessão econômica que, segundo o Fundo Monetário Internacional (2020), está sendo considerada como a mais aguda crise global do século vinte e um. Desde então, tornou-se necessário a implementação de ações e estratégias emergenciais de adaptação. A criatividade e a inovação têm relação direta com o desenvolvimento organizacional e com o avanço tecnológico, pois são processos complementares e que resultam no desenvolvimento de estratégias competitivas aliadas à eficiência do capital humano e do capital financeiro.

O presente estudo está estruturado, inicialmente, com conceitos e teorias sobre criatividade e inovação, passando a uma breve reflexão do desenvolvimento organizacional na cidade de Macapá/AP no contexto da pandemia de COVID-19, finalizando com uma discussão em relação às perspectivas do cenário econômico permeado de transformações e à importância da adoção de práticas de gestão adequadas.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como bibliográfico, descritivo e explicativo. A pesquisa bibliográfica apresenta o referencial teórico sobre o tema; a descritiva estuda o tema, descreve as variáveis e as características do fenômeno do objeto de estudo; a explicativa identifica a reação de dependências entre duas ou mais variáveis (GIL, 2012). Sendo assim, o estudo baseia-se na apresentação dos conceitos essenciais ao conhecimento e aprofundamento da temática; na descrição das variáveis que explicam a relação da criatividade e inovação com o desenvolvimento das organizações; e na interpretação dessas variáveis em termos de causa e efeito.

CRIATIVIDADE, INOVAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES

Ao longo do tempo, o fenômeno da criatividade tem sido estudado por diferentes áreas do conhecimento. Partindo de sua etimologia, “A palavra criatividade vem do latim *creatus*, que significa criar, do verbo infinitivo *creare*” (*apud* MORAES, 2011, grifo nosso). Ainda, o dicionário Aurélio da língua portuguesa define criatividade como “capacidade criadora, engenho, inventividade; capacidade que tem um falante nativo de criar e compreender um número ilimitado de sentenças em sua língua” (*apud* MORAES, 2011).

Edward de Bono (1970) apresentou o conceito de pensamento lateral como o processo de resolução de problemas subsidiado pela capacidade de raciocinar logicamente. Sendo assim, o pensamento lateral é a busca de ideias diferentes para sair daquelas convencionais que o pensamento crítico oferece mediado por quatro ferramentas de pensamento a saber: a) ferramenta de geração de ideias projetadas para quebrar os pensamentos do dia a dia; b) ferramenta para focar em novas ideias e ampliar as antigas; c) ferramenta para ver o que é importante e agregar valor diante das novas ideias; d) ferramenta na qual pondera-se as restrições do mundo real e os recursos disponíveis.

As teorias ligadas ao estudo do comportamento humano relacionado ao ambiente de trabalho, apresentam explicações sobre a relação da criatividade e organizações. Seguindo a vertente psicológica, estudos iniciais da teoria comportamentalista (SENS, 1998) basearam-se na díade estímulo-resposta e buscavam explicar a criatividade como comportamento condicionado a um estímulo externo ao organismo, estando garantidos a predição e o controle do comportamento. Aqui, o processo criativo ficou definido como aquele decorrente de combinações mentais armazenadas advindas das experiências vivenciadas anteriormente. A teoria da Gestalt (WERTHEIMER, 1959) viu a criatividade como a busca de soluções para uma gestalt/forma incompleta. Na teoria Psicanalítica (KNELLER, 1978), a ênfase passou a ser na afetividade, uma vez que a criatividade é por ela entendida como a forma inconsciente de solucionar conflitos internos. Estudos mais recentes da teoria comportamental mostraram a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1954). A pirâmide das ne-

cessidades humanas revelou os fatores motivacionais que impactam na vida do indivíduo, sendo o fator da autorrealização o responsável pela criatividade.

Ainda sobre o comportamento humano, há o processo criativo de Kneller (1978, p. 62-73) que se baseou em cinco fases: apreensão, preparação, incubação, iluminação e verificação. A dinâmica flui a partir do surgimento da necessidade de resolver uma situação, que desperta hipóteses/soluções para o problema, para análise das possibilidades, para a escolha daquela que melhor resolva a situação e para a análise da solução e o método utilizado. O autor ressalta que o processo envolve a participação das emoções no processo criativo, pois a criatividade é vista como um processo mental e emocional, o qual é resultado de uma perturbação de um problema ou situação que precisa de solução efetiva e definitiva naquele momento.

Relacionando o comportamento do indivíduo e o ambiente, a autora Alencar (1998) cita as dimensões da criatividade, associando-as com os fatores: pessoa, cultura e ambiente, estando subjacente habilidades e competências, bem como valores e práticas de convivência favoráveis. Nessa mesma direção de relacionamento, Csikszentmihalyi (1999) afirma em seu estudo sobre sistemas sociais, que a questão mais importante à criatividade é onde ela está, e não o que ela é, pois os fatores pessoa, domínio e campo ficam de tal modo envolvidos que funcionam dinamicamente. Logo, mais importante do que definir criatividade, é investigar em que medida o ambiente social, cultural e histórico reconhece ou não uma produção criativa.

O termo inovação deriva do latim *innovare*, tem como significado: incorporar, inserir o novo, a novidade (DICIO, 2020). Os estudos sobre inovação são vastos e têm suas contribuições reconhecidas. No Manual de Oslo (2005), inovação é descrita como um processo complexo e sistêmico, devido ser um processo contínuo, no qual as empresas realizam constantemente mudanças em produtos e procedimentos na busca de novos conhecimentos. Desse modo, é praticamente impossível falar em inovação e não associá-la à economia. A esse respeito, Schumpeter (1982) pontuou que o desenvolvimento econômico depende da inovação tecnológica, da introdução e difusão de novas invenções geradoras de mudanças estruturais denominadas “destruição criativa”, em substituição a antigos hábitos de consumo por novos.

De acordo com Marx (1983), a inovação é fundamental para o desenvolvimento econômico, uma vez que esta é a ferramenta propulsora para o acúmulo de capital e o capitalismo está diretamente ligado à inovação enquanto vantagem competitiva. De tal modo que a concorrência estimula a constante produção de bens, novas tecnologias e novas estratégias de gestão para o pleno desenvolvimento organizacional.

O sistema capitalista é um processo evolutivo, cuja dinâmica é baseada na capacidade em como os indivíduos se adaptam ao ambiente econômico, como as organizações se adaptam às mudanças e sobressaem diante de situações problemáticas. Assim, surge o conceito de empresário inovador, figura responsável por apresentar novos produtos ao mercado. Ou seja, é o agente da inovação e da destruição criativa, entendida como a força propulsora não só do capitalismo, como do progresso material.

GESTÃO DA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO

A evolução econômica se caracteriza por rupturas e discontinuidades com a situação presente e ocorre devido à introdução de novidades na maneira de o sistema funcionar. Nesse contexto, a criatividade e a inovação se tornam processos de suma importância para o desenvolvimento organizacional, uma vez que estejam sob a égide de um modelo de gestão que preze por estratégias de desenvolvimento.

A gestão da criatividade diz respeito ao favorecimento da criação de ideias e aspectos subjetivos, enquanto a gestão da inovação está relacionada à definição de estratégias a partir dos resultados advindos da criatividade. Para que isso seja possível é necessário que o ambiente seja propício para a inovação. Chibas et al. (2012, p. 21) afirmam que “a dificuldade para inovar é maior em departamentos mais fechados e normatizados [...], ou naqueles em que a precisão é fundamental [...]”, pois toda e qualquer mudança acarreta novos métodos e técnicas organizacionais e é passível de resistências. Daí a necessidade de um favorável e facilitador a tais estratégias.

A inovação é uma consequência da criatividade. O termo inovatividade alia a competência em inovação à capacidade produtiva organizacional, de modo a verificar a medida da inovação em comparação aos concorrentes. Essa avaliação é feita por meio de indicadores de índice de novos produtos lançados em determinado período, de participação de mercado desses produtos e de redução de custos e processos. O resultado da inovatividade é o desenvolvimento contínuo da organização durante os ciclos econômicos, como recessão, prosperidade e crescimento (QUANDT; FERRARESI; BEZERRA, 2013, p. 1).

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para Schumpeter (1988), o desenvolvimento econômico tem forte ligação com a tecnologia, já que é a partir dela que acontecem as mudanças e os fenômenos econômicos. É impossível falar em inovação e tecnologia sem associá-la à economia, já que muitas inovações são frutos da competitividade do mercado capitalista.

Segundo Schumpeter (1988), a inovação tecnológica cria uma ruptura no sistema econômico, tirando-a do estado de equilíbrio, alterando padrões de produção e criando um diferencial a cada organização. A economia não é monótona, pois os métodos de produção de bens e prestação de serviços estão em constante transformação e aperfeiçoamento. Ela existe em ciclos de inovações que surgem e desaparecem. São eles: *Boom* – quando a economia tem seu auge e está próspera, no topo; *Recessão* – quando a economia começa a queda do auge e perdura até a média; *Depressão* – quando a economia desaquece da média até o fim da onda; *Recuperação* – quando a economia começa a aquecer e estabiliza na média para o *boom* (SCHUMPETER, 1997).

Outra abordagem econômica são as ondas de Kondratieff ou Teoria dos ciclos de Kondratieff (1935), desenvolvida pelo economista Nikolai Kondratieff. Ele afirma que a economia global funciona com uma dinâmica única contida de fases de expansão que são seguidas de fases de recessão, estando diretamente ligadas às mudanças tecnológicas quanto a sua duração e tempo de maturação. Desse modo, a dinâmica da economia capitalista se desenvolve

em ciclos, os quais consistem em períodos alternados de crescimento elevado e períodos de crescimento relativamente lento.

Compreender como funciona o desenvolvimento econômico ajuda na preparação a possíveis crises econômicas, pois os períodos de recessão costumam ser seguidos por períodos de expansão, dinâmica que ocorre desde a Revolução Industrial até os dias atuais. Tem-se aqui, um ciclo voltado para a informática e as telecomunicações e, seguindo a referida teoria, a próxima será a desaceleração deste ciclo.

PANDEMIA E ECONOMIA: “CORONOMICS”

O cenário atual, em meio a uma crise sanitária em escala mundial, vem afetando de modo significativo a saúde e a economia dentre todos os outros aspectos. Existe até um termo para esse momento, o chamado “*Coronomics*”, que é uma combinação entre “Coronavírus” e “Economia”. O termo foi sugerido pelo Professor *Ajith de Alwis* (2020), da Universidade de *Moratuwa, Sri Lanka*, para ilustrar a realidade econômica mundial pós-pandemia e representar as relações e interações econômicas de novas tendências organizacionais.

A pandemia do ano de 2020 resultou em uma fase de recessão que causou uma oscilação na economia, modificando relações, estratégias e métodos já conhecidos de trabalho. Em vista disso, uma remodelagem poderá ser feita para adequar-se em conformidade com as novas demandas e necessidades globais. Para tanto, é indispensável a formulação e a execução de uma política de desenvolvimento econômico de longo prazo voltada à pós-pandemia. De acordo com o World Bank (2020), esta será a recessão econômica mais profunda desde a crise financeira mundial de 2008-2009 e a crise da dívida da América Latina nos anos 1980. Cabe ressaltar que antes da pandemia de COVID-19, o cenário econômico brasileiro era de recuperação da crise de 2014/2017, a qual “[...] é fruto de uma combinação de choques de oferta e demanda resultado de erros de política econômica” (BARBOSA FILHO, 2017, p. 59).

PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE MACAPÁ/AP

Em 2020, a pandemia atingiu o mundo com grande impacto. No Estado do Amapá, após registrar o primeiro caso suspeito em 13 de março de 2020, o funcionamento de serviços e órgãos públicos foram alterados na cidade de Macapá/AP como prevenção ao risco de contágio. A partir do dia 20 de março, houve confirmações de casos e o Governo Estadual estabeleceu o primeiro decreto com redução de atividades, especialmente do comércio, ficando limitado ao empreendimento dos segmentos de alimentos, higiene e saúde, com horário de funcionamento reduzido, seguindo as regras do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. Em seguida, as instituições de educação também suspenderam suas atividades presenciais, o transporte público reduziu a capacidade para 30% de sua frota em funcionamento, e estabelecimentos de atendimento ao público adaptaram seus atendimentos por meio de agendamentos ou de modo remoto (G1 AP, 2020).

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio (2020) do Amapá, realizou no mês de abril uma pesquisa *online* para mensurar os impactos produzidos nas organizações. Os resultados encontrados mostraram que o faturamento da metade das em-

presas caiu em até 90% por causa das restrições e que 76% das empresas alegaram que, em caso de permanência da situação, conseguiriam se manter por apenas 30 dias. Em relação ao quadro de pessoal, 15% dos empresários responderam que já tinham demitido trabalhadores e outros 40% afirmaram não ter como manter o quadro de contratados.

Durante esse momento de fragilidade nos sistemas, econômico e de saúde, o Serviço Social da Indústria – SESI ofereceu ajuda por meio de serviços de apoio às empresas, desde assessoria virtual para adequação dos ambientes de trabalho, até teleatendimento na área da saúde, como atendimento psicológico (CAVALCANTE, 2020). Além disso, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio (2020), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas e Empresas – SEBRAE, disponibilizou uma consultoria sobre as principais linhas de crédito anunciadas pelas instituições financeiras, a fim de auxiliar os empreendedores no enfrentamento dos efeitos da crise causados pela paralisação das atividades econômicas no Estado do Amapá.

DISCUSSÃO

As crises impactam diretamente no processo criativo, por conseguinte, no contexto pandêmico de Covid-19, ações são necessárias para redução do impacto na dinâmica das organizações. Logo, se faz importante a reflexão sobre os fatores de redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário (BRASIL; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2018), o setor empresarial brasileiro é composto por aproximadamente 99% de micro e pequenas empresas (MPE), as quais correspondem a 52% dos empregos formais do setor privado. Não obstante, muitos estudos enfatizam a importância dos pequenos empreendedores para o desenvolvimento econômico e social. Conforme afirma Ribeiro-Soriano (2017), “Desde a década de 1980, os pequenos empresários e empreendedores têm recebido maior reconhecimento como impulsionadores do crescimento econômico”.

No Amapá, ocorreu o maior crescimento do país quanto a abertura de novas empresas. Foram abertas 2.153 empresas, das quais 1.762 foram do tipo Micro Empreendedor Individual – MEI. Isso apresentou uma alta de 19,1% em relação ao ano de 2019, posto que durante a pandemia observou-se o crescimento de serviços e venda de produtos na modalidade de entrega em domicílio, conforme afirmado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas – SEBRAE.

A necessidade de utilização de ferramentas criativas no trabalho remoto e no comércio virtual durante a pandemia de COVID-19, levou os gestores a adotarem e adaptarem-se às estratégias organizacionais em conformidade com métodos de gerenciamento à distância. A dependência em relação à tecnologia é um processo crescente na chamada era da informação e comunicação e agora se tornou mais presente diante da situação enfrentada em nível global. Tal evidência fica clara e é corroborada pela afirmativa de Schwab (2016) em seu livro “A Quarta Revolução Industrial”, quando considera ser a relação entre a revolução tecnológica e a transformação na vida do indivíduo complexa, impactante e envolvente, haja

vista que a revolução digital está criando abordagens radicalmente novas que mudarão o envolvimento e a colaboração entre indivíduos e instituições.

Um dos desdobramentos da revolução tecnológica é a demanda para a gestão da mudança organizacional, caracterizada pelo estabelecimento de problemáticas e oportunidades. Essa possibilidade torna-se mais factível em organizações que investem e facilitam o processo de criatividade e inovação. No atual momento, essa necessidade de mudança ocorre principalmente em razão de dois fatores: a diminuição do índice de contágio do vírus e a recuperação da economia. Logo, o uso da tecnologia alia-se à adequação às recomendações para a contenção da doença e, conseqüentemente, resulta em soluções criativas e inovadoras para a redução do impacto econômico e social, bem como a sobrevivência das organizações.

Tendo em vista essas considerações, é possível afirmar que o domínio de ferramentas mais flexíveis e adaptáveis potencializam a produtividade e eficiência organizacional para auxiliar no processo de tomada de decisão. Essas ferramentas são conhecidas como *Digital Skills* ou ferramentas digitais, das mais variadas possíveis, como *sites* para venda de produtos ou gerenciamento e armazenamento de atividades; plataformas de reprodução de vídeo para chamadas ou gravações; plataformas para acesso remoto de equipamentos; aplicativos de entrega de produtos e/ou serviços; aplicativos de comunicação social e redes sociais para inserção no mercado digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar a relação da criatividade e inovação no impacto do desenvolvimento das organizações locais no contexto da pandemia de Covid-19. Consoante exposto ao longo do trabalho, foi esclarecido, quanto aos efeitos da pandemia, o planejamento das estratégias organizacionais para amenizar e suportar este momento de crise. Para tanto, discutiu-se acerca da adoção de medidas e implementação de mecanismos, ferramentas e métodos de gerenciamento de crise baseados nos processos de criatividade e inovação na esfera administrativa.

As variáveis encontradas em conformidade ao desenvolvimento organizacional foram com relação às medidas de contenção do vírus e o impacto socioeconômico sofrido pelas empresas, em destaque as micro e pequenas empresas e microempreendedores, que são a maioria dos empreendimentos. Ainda, foi elucidado como os autores Schumpeter e Kondratieff explicam a existência das crises e como é quase impossível prever exatamente quando uma próxima recessão acontecerá, muito embora seja possível delinear planos para retardar e contornar as dificuldades que surgirem. Desse modo, é perceptível que os avanços e inovações tecnológicas podem estimular o planejamento de estratégias de gestão organizacional durante situações de crise.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. Promovendo um ambiente favorável à criatividade nas organizações. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 38, n. 2, São Paulo, 1998, p. 18-25.
- ALVES, M. L. Da C.; CASTRO, P. F. de. Criatividade: Histórico, Definições e Avaliação. *Revista Educação*, v. 10, n. 2, 2015, p. 47-58. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2161>>. Acesso em: 04 dez. 2020.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, 2017, p. 51-60.
- BONO, E. de. *O pensamento criativo: como adquiri-lo e desenvolvê-lo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

BRASIL; MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Nota Informativa: uma Análise da Crise gerada pela Covid- 19 e a Reação de Política Econômica*. Nota Técnica, 13 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-uma-ana-lise-da-crise-gerada-pela-covid19.pdf/view>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL; OCDE. *Manual de Oslo: Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica*. FINEP, 2005.

CAVALCANTE, A. *SESI Amapá oferta serviços de apoio às empresas contra a Covid-19*. 2020. Disponível em: <<https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/sesi-amapa-oferta-servicos-de-apoio-as-empresas-contra-a-covid-19>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

CHIBÁS, F. O. *et al.* Gestão da Inovação e da Criatividade Hoje: apontes e reflexões. *HOLOS*, ano 29, vol. 3. 2012. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/1082/678>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

CSIKSZENTMIHALYI, M. *Implications of a systems perspective for the study of creativity*. In: STERNBERG, Robert J., *Handbook of creativity*. 1. ed., Nova York: Cambridge University Press, 1999, p. 313-335.

CSIKSZENTMIHALYI, M. *The systems model of creativity: the collected works of Mihaly Csikszentmihalyi*. Dordrecht: Springer, 2014.

DICIO. Dicionário Online. *Significado de inovação*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/inovacao/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ETIMOLOGIA. *Etimologia de Criatividade*. Disponível em: <<https://etimologia.com.br/criatividade/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FECOMÉRCIO. *Fecomércio AP avalia os impactos do Coronavírus para a economia do Estado*. Disponível em: <<http://www.fecomercio-ap.sicomercio.org.br/noticias/fecomercio-ap-avalia-os-impactos-do-coronavirus-para-economia-do-estado>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FECOMÉRCIO. *Plano de reabertura das atividades econômicas do Amapá*. Disponível em: <http://www.fecomercio-ap.sicomercio.org.br/sites/default/files/fecomercio-ap/files/pagina_arquivo/plano_reabertura_do_comercio_fecomercio_oficial_assinado.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FECOMÉRCIO. *Principais linhas de crédito anunciadas pelas instituições financeiras para enfrentamento da crise no Estado do Amapá*. Disponível em: <http://www.fecomercio-ap.sicomercio.org.br/sites/default/files/fecomercio-ap/files/pagina_arquivo/cartilha_comercio_seguro_linhas_de_creditos.pdf>. Acesso em 06 dez. 2020.

FECOMÉRCIO. *Propostas de bancos públicos e privados para empresas – Covid-19*. Disponível em: <http://www.fecomercio-ap.sicomercio.org.br/sites/default/files/fecomercio-ap/files/pagina_arquivo/radar_financeiro.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FIATES, G. G. S. *Criatividade e desenvolvimento de novos conceitos*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.

Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_2/Criatividade/material_didatico/criatividade_desenvolvimento_de_novos_conceitos.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

G1 AP. *Serviços afetados pelo Coronavírus no Amapá*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/03/16/coronavirus-saiba-como-irao-funcionar-os-servicos-em-macapa.ghml>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

G1 AP. *Amapá tem maior crescimento do país na criação de empresas em meio à pandemia*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/09/28/amapa-tem-maior-crescimento-do-pais-na-criacao-de-novas-empresas-em-meio-a-pandemia.ghml>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

IBGE. *Desemprego chega a 14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

IMF (2020). *An Early View of the Economic Impact of the Pandemic in 5 Charts; International Monetary Fund*. Disponível em: <<https://blogs.imf.org/2020/04/06/an-early-view-of-the-economic-impact-of-the-pandemic-in-5-charts/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

KNELLER, G. F. *Arte e ciência da criatividade*. Tradução de REIS, José. 5. ed., São Paulo: IBRASA, 1978.

KONDRATIEFF, A. N. D. The long waves in economic life. *Review of Economic Statistics*. v. 17, n. 6, 1935.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

MASLOW, A. H. *Motivation and personality*. New York: Harper & Brothers, 1954.

MINSKY, H.P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.

MORAES, P. *O que é Criatividade?*. 2011. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/o-que-e-criatividade>>. Acessado em: 06 dez. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: método e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUANDT, C. O.; FERRARESI, A. A.; BEZERRA, C. A. *10 dimensões da inovatividade e seus impactos no desempenho inovador*. XXXVIII Encontro da ANPAD, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_GCT1666.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RIBEIRO-SORIANO, D. (2017). *Small business and entrepreneurship: their role in economic and social development*. Entrepreneurship & Regional Development. 2017, p. 1-3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08985626.2016.1255438>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ROSHAN FERNANDO, E. *Coronomics and Sri Lanka*. Daily FT, 2020. Disponível em: <<https://www.ft.lk/columns/Coronomics-and-Sri-Lanka/4-695550>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SCHUMPETER, J.A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHUMPETER, J. A. (1911). *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

SCHUMPETER, J. A. *Business cycles: A theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. New York Toronto London: McGraw-Hill Book Company, 1939, 461 p.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre o lucro, capital, crédito, juros e o Ciclo Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHWAB, K. *A Quarta Revolução Industrial*. Tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016. E-book.

SENS, M. J. *A criatividade sob a ótica do processo comportamental*. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SEBRAE. *Pequenos negócios em números*. 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> . Acesso em: 06 dez. 2020.

WERTHEIMER, M. *Productive thinking*. New York: Harper & Row, 1959.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E RELIGIÃO: A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO CRISTÃ NO PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO ARAÚJO

Jéssica Vitória dos Reis Barreto

Marcos Vinicius de Freitas Reis

INTRODUÇÃO

O ano de 2018 foi marcado pela ascensão da direita conservadora no Brasil e culminou com a eleição do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Com a frase marcante de sua campanha política, “*Brasil acima de Tudo e Deus acima de Todos*”, Bolsonaro conquistou a admiração da extrema direita brasileira e a confiança de grupos conservadores cristãos que viram no presidente uma figura de salvação, um herói na luta contra o *monstro* do comunismo que *destruiu* o Brasil.

Posturas antiglobalistas, anticomunistas e voltadas à defesa de valores conservadores cristãos ganham força na política interna e externa do governo de Bolsonaro. Nesse cenário, o presidente designou o diplomata Ernesto Fraga de Araújo para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, a fim de renovar a Política Externa e o Itamaraty, por meio de uma política de *desideologização* que busca romper com as *amarras* ideológicas deixadas pelos partidos considerados de esquerda.

Embora o presidente defenda a *desideologização* da Política Externa Brasileira, observa-se que suas ações são influenciadas pela ideologia da direita conservadora. A nomeação de Ernesto Araújo para o ministério das Relações Exteriores foi fortemente impulsionada pelo fato de que o chanceler segue a mesma vertente ideológica que o presidente Jair Bolsonaro. Em seu artigo intitulado *Trump e o Ocidente*, publicado em 2017 no Caderno de Política Externa, Ernesto, assim como Bolsonaro, faz críticas ao globalismo, enaltece a postura conservadora e nacionalista de Donald Trump nos Estados Unidos e afirma que o Brasil precisa

seguir o ocidente de Trump, ou seja, o Brasil precisa adotar a mesma política conservadora e nacionalista de Trump. A razão para tal defesa estaria na crença de que Trump resgatou os valores espirituais e culturais ocidentais nos Estados Unidos a partir do momento em que elencou Deus na política.

De acordo com o chanceler, a *salvação* para o Brasil estaria no resgate de valores espirituais e na inserção do país no ocidente espiritual, tendo por prioridade Deus e se desprendendo das *amarras* ideológicas comunistas, tal qual Trump fez. Partindo deste raciocínio, Ernesto Araújo propõe uma nova Política Externa Brasileira, a “metapolítica externa”, a qual seria mais voltada para o âmbito espiritual do que para questões militares ou econômicas (ARAÚJO, 2017).

A influência de uma visão religiosa no pensamento político do ministro das Relações Exteriores afeta a forma que a Política Externa do país é conduzida, uma vez que embora seja representante de um Estado laico (Art. 5º da Constituição Federal de 1988), Ernesto Araújo defende a primazia do resgate de valores cristãos na Política Externa Brasileira, alinhando-se ao pensamento de Jair Bolsonaro: “*Brasil acima de tudo e Deus acima de todos*”.

Diante do exposto, este trabalho objetiva compreender a influência que a religião cristã exerce sobre a atual Política Externa Brasileira, pautada no pensamento político e ideológico de Ernesto Araújo, além de discutir como a laicidade é vista no Brasil e entender a aproximação ideológica entre o chanceler e o presidente Donald Trump. Para tanto, a metodologia utilizada é de natureza exploratória na qual buscou-se analisar discursos e artigos, a fim de compreender a construção ideológica do pensamento de Ernesto Araújo. A abordagem é de caráter qualitativo, com ênfase na análise de discurso.

Na primeira seção, será apresentada uma breve discussão acerca da teoria da secularização, discutir-se-á a religião como campo de estudo nas Teorias de Relações Internacionais e a forma como a religião impacta o Sistema Internacional, utilizando especialmente a abordagem da Escola Inglesa. Atualmente, Jeffrey Haynes é o teórico da Escola Inglesa que mais se debruça a estudar as influências da religião nas Relações Internacionais, e em virtude disso, seu trabalho será o mais explanado nesta parte.

Na segunda seção, a laicidade será abordada no âmbito do Brasil com ênfase na análise das influências da direita brasileira na política e na ascensão de Bolsonaro ao poder. Na terceira seção, será discutida a escolha de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores, bem como a relação entre a política ideológica bolsonarista e a figura de Donald Trump enquanto presidente dos Estados Unidos da América. Por meio da análise de documentos e de discursos de Ernesto Araújo, discutir-se-á a maneira que o pensamento político do chanceler afeta a Política Externa Brasileira.

RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Durante a década de 1960, o mundo passava por transformações nas áreas de indústria, tecnologia, cultura e ciência, após séculos de busca por avanços que tiveram início ainda no período iluminista. Entretanto, o advento da modernidade provocou questionamento nos teóricos sociais a respeito da posição que a religião assumiria diante de uma sociedade voltada ao racionalismo. Por essa razão, surgem as teorias da secularização que defendem

a ideia de que com a modernidade e suas transformações, a religião se torna irrelevante na sociedade, pois os avanços científicos e tecnológicos acabam por suprir as necessidades humanas que outrora eram preenchidas pela religião. Porém, apesar das mudanças significativas ocorridas na sociedade moderna, a religião não perdeu influência da forma que os teóricos da secularização previam (BERGER, 2000).

Peter Berger (2000), importante sociólogo e estudioso da religião, em sua obra intitulada *A Dessecularização do Mundo: uma visão global*, afirma que apesar da modernidade ter provocado alguns efeitos secularizantes, ela também provocou efeitos de contrasecularização, isto é, determinados segmentos religiosos mudaram suas estratégias e conseguiram se fortalecer diante do processo de secularização. Neste aspecto, o autor aponta os equívocos nas teorias da secularização, enfatizando que mesmo diante dos efeitos da modernidade, a sociedade ainda é fortemente influenciada pela esfera religiosa:

Se vivêssemos realmente num mundo altamente secularizado, poderíamos esperar que as instituições religiosas sobrevivessem na medida em que se adaptassem à secularização; essa tem sido a suposição empírica das estratégias de adaptação. Mas o que ocorreu, de modo geral, é que as comunidades religiosas sobreviveram e até floresceram na medida em que *não* tentaram se adaptar às supostas exigências de um mundo secularizado (BERGER, 2000, p. 11, grifo do autor).

A crença de que a religião deve estar num espaço *distanciado* das esferas de poder e de influência na sociedade moderna, influenciou o pensamento dos teóricos das ciências sociais aplicadas, de modo que os estudos acerca da religião e sua influência na sociedade se tornaram banais. O fenômeno da secularização é um fenômeno ocidental (FOX, 2004 *apud* HAYNES, 2016) e dentro dos estudos clássicos de Relações Internacionais, esta *ocidentalização* é predominante. De acordo com Haynes (2016), a secularização da religião nos estudos das Relações Internacionais foi influenciada pelos ideais provenientes do Tratado de Westfália, o qual foi um conjunto de Tratados assinados em 1648, após a Guerra dos 30 anos, em prol da paz entre os estados da Europa Ocidental por meio dos princípios da não intervenção e da separação entre Estado e Igreja.

Além da secularização da religião, o Tratado de Westfália influenciou as teorias clássicas de Relações Internacionais a determinarem o Estado como único ator legítimo no sistema internacional, e a considerarem apenas os exercícios de poder estatais como relevantes, reduzindo ou eliminando os aspectos religiosos e culturais dos estudos. No Realismo, o Estado era majoritariamente o único ator relevante e todos os outros temas de análise eram relativos à força, poder militar e território. No liberalismo, a cooperação entre os Estados com base em interesses comuns a fim de evitar conflitos, é vista como fundamental, e mesmo com a incorporação dos indivíduos como atores internacionais, a religião permaneceu não sendo tema relevante de análise.

Na abordagem Construtivista há uma preocupação com as interferências que a cultura e a religião podem exercer sobre os atores, dado que nessa corrente teórica estes elementos são constitutivos do Estado. O construtivismo aborda questões como a cultura, o discurso e o papel das ideias, a fim de compreender a intersubjetividade que compõe os aspectos da vida social e política (FINNEMORE; SIKKINK, 2001).

No caso dos teóricos da Escola Inglesa, nota-se uma certa preocupação em considerar a moral e a cultura como elementos de análise. A Escola Inglesa passou a considerar a cultura e a moralidade nos estudos internacionais, com base na crença de que há uma sociedade internacional que surge a partir da interação entre os Estados. Neste aspecto, ao interagirem, os Estados acabam por compartilhar elementos culturais e religiosos. O interesse dos analistas de Relações Internacionais em pesquisar assuntos relacionados à religião só iniciou após os atentados de 11 de setembro de 2001 (HAYNES, 2016). Doravante, houve a necessidade de compreender o fenômeno da religião para além do multiculturalismo e da interferência doméstica que as instituições religiosas exercem sobre a sociedade. A visão clássica de que a religião não possuía influências significativas no Sistema Internacional foi substituída pela busca de análises mais profundas sobre o modo como a religião pode interferir nas relações de cooperação entre os Estados.

A Política Externa de um país é influenciada pela sua política doméstica, de modo que quanto mais os atores religiosos exercerem influência na política interna de um país, mais estes atores terão influência nas tomadas de decisão, tal como pontua Haynes (2016, p. 30):

A habilidade de atores religiosos de influenciar a política externa dependerá não apenas da natureza das características institucionais de um sistema político e das oportunidades formais para influenciar o pensamento do governo, mas também de sua habilidade de exercer *soft power*.

Joseph Nye (2004), importante teórico do Neoliberalismo nas Relações Internacionais, introduziu o conceito de *Soft Power* ou “poder brando” oposto ao *Hard Power*. Enquanto no *Hard Power* há o exercício do poder de forma coercitiva, ameaçadora e impositiva, no *Soft Power* tem-se a persuasão e o convencimento como estratégias. De acordo com Haynes (2016), “O *soft power* cobre algumas características – incluindo cultura, valores, ideias – representando coletivamente formas diferentes, não necessariamente menores, de influência, comparativamente ao *hard power*”.

Um exemplo de *Soft Power* religioso foi o ocorrido na Bolívia em novembro de 2019, após a senadora de direita Jeanine Áñez autoproclamar-se presidente do país, erguendo uma Bíblia na sede presidencial na capital La Paz, disse: “Deus permitiu que a Bíblia voltasse a entrar no Palácio. Que Ele nos abençoe”. Este ato da senadora e então presidente boliviana, explicitou a influência que a religião cristã exerce sobre a atual política do país. A Política Externa da Arábia Saudita também exerce o *soft power* religioso.

Outro exemplo claro da sobredita categoria encontra-se na política brasileira em que há uma Bancada Evangélica e três clérigos à frente de Ministérios: A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves (pastora evangélica); o ministro da Justiça e da Segurança Pública, André Luiz de Almeida Mendonça (pastor presbiteriano); e o ministro da Educação, Milton Ribeiro (pastor evangélico). Desta forma, as igrejas assumem papéis fundamentais na preconização destes líderes e, por meio de suas influências políticas, estes religiosos passam a ter acesso a benefícios exclusivos de funcionários do governo, como a concessão do Passaporte Diplomático para pastores (Valdemiro Santiago e sua esposa). A presença de atores religiosos na política brasileira cresce desde a década de 60, e é um

dos elementos fundamentais para se compreender a Política Externa do Brasil, uma vez que o âmbito externo é diretamente influenciado pelo âmbito doméstico.

A QUESTÃO BRASILEIRA: LAICIDADE VERSUS RELIGIÃO

O Art. 19 da Constituição Federal dispõe acerca da separação entre Estado e Religião. O Art. 5, inciso 6 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispõe que: “VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL 1988). Segundo Reis (2016, p. 92), “A noção de laicidade está ligada à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, Igreja e Estado em contextos pluralistas”.

Embora a separação entre Estado e Religião seja um princípio constitucional no Brasil, a influência cristã esteve presente em diversos momentos da história do país. A *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, ocorrida em 19 de março de 1964 e os protestos contra o governo Dilma Rousseff, ocorridos em 2015, exemplificam a influência religiosa sobre a política brasileira. No primeiro exemplo, houve a forte manifestação de grupos religiosos majoritariamente católicos, os quais realizaram missas e gritaram palavras de ordem contra o comunismo e as reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart (1961- 1964).

Conforme Mariano (2011, p. 251):

A cultura política nacional e, em especial, os dirigentes partidários, políticos e governamentais têm contribuído, de forma decisiva, para reforçar a instrumentalização mútua entre religião e política e para legitimar e estimular o ativismo político-partidário de grupos religiosos e a ocupação religiosa da esfera pública.

O segundo exemplo culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Houve participação de diversas entidades e movimentos religiosos nos protestos, porém, o movimento mais presente foi o neopentecostal que utilizou-se do maior evento protestante brasileiro para a propagação da manifestação anti-PT: A *Marcha para Jesus*, a qual também esteve à frente de protestos em favor da cura gay, contra o casamento gay e contra o aborto. Como explica Reis (2016, p. 56), os “[...] grupos ligados ao movimento pró-vida organizam passeatas, manifestações, posicionando-se contra o governo petista e na defesa dos valores da família e contra o aborto”.

Outro evento que demonstrou as defesas ideológicas fervorosas de grupos cristãos e chocou o país, corresponde aos protestos realizados em 16 de agosto de 2020, em frente a um hospital no Recife-PE, com o objetivo de impedir que uma garota de dez anos de idade interrompesse uma gravidez que havia sido fruto de abusos sexuais. Os protestos foram convocados pela ativista cristã e de direita Sara Winter, que divulgou o endereço do local onde o aborto seria realizado e o nome da menina. Durante os protestos, palavras de ódio foram proferidas contra a garota e os profissionais que realizariam o procedimento. Essas tentativas de interferência nos direitos civis individuais explicitam a realidade da sociedade brasileira, composta por maioria cristã. A Tabela 1 demonstra o número de brasileiros por religião do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010:

Tabela 1 - Número de Brasileiros por Religião

RELIGIÃO	POPULAÇÃO
Sem religião	15.335.510
Evangélicas	42.275.440
Católica apostólica romana	123.280.172
Religiões afro-brasileiras	588.797
Espíritas	3.848.876
Outras religiões	5.185.065

Fonte: Censo 2010, IBGE.

As eleições de 2018 para a escolha do presidente do Brasil evidenciaram a influência religiosa sobre as decisões da população brasileira. Jair Messias Bolsonaro, um candidato de extrema direita, conquistou a maioria dos votos através de uma forte campanha, cujo *slogan* foi “*Brasil acima de Tudo e Deus acima de Todos*”, o qual foi pensado para conquistar os votos de um público específico – a extrema direita brasileira, composta majoritariamente por cristãos – que tem por lema a *defesa da moral e dos bons costumes*. Neste aspecto, a religião cristã é vista como um ponto forte da ideologia conservadora, um marco identitário. Para Ferrara (2016, p. 94):

As religiões tomaram em alguns casos o lugar das ideologias, não porque tenham se tornado necessariamente elas mesmo ideológicas, mas porque chamadas a preencher um vazio de pensamento identitário. [...] Em suma, o fenômeno religioso representa hoje um aspecto do processo – em ato em nível planetário – de redefinição identitária que vê envolvidos os indivíduos como as comunidades, as instituições e, mais em geral, as diferentes estruturas sociais. Ao redor de tais identidades culturais e religiosas se verificam fenômenos de mobilização de massa e se geram situações de crise; daqui nasce a exigência de novas categorias analíticas, antes de tudo, para “decifrar” tais desafios.

A campanha de Jair Bolsonaro foi para além das ruas e esteve presente principalmente em igrejas evangélicas, nas quais os pastores defenderam a candidatura de Bolsonaro e por meio de argumentação bíblica, buscaram convencer os fiéis de que havia um inimigo em comum a ser derrotado (o comunismo) através da ascensão de Bolsonaro à presidência. A ideia de que Bolsonaro era o escolhido por Deus para presidir o Brasil ganhou força total e com 55% de votos, ele foi eleito presidente do Brasil.

A ascensão de Bolsonaro ao poder demonstra a forma que religião e política se entrelaçam: a visão de que o país precisava de um *Salvador* converge com a visão cristã de um Messias (o único escolhido por Deus para redimir a humanidade e livrá-la do mal). O título de *Mito* dado a Bolsonaro por seus eleitores, evidencia a forma com que os aspectos religiosos interferem nas tomadas de decisão política, como aponta Geertz (2008) na obra “*A interpretação das culturas*”: “Uma das coisas que quase todo mundo conhece, mas não sabe muito bem como demonstrar é que a política de um país reflete o modelo de sua cultura”.

De acordo com Raoul Girardet (1987), em momentos de crise política, social ou econômica, os indivíduos ficam mais suscetíveis à criação de mitologias e mitos políticos; a ideia de que há uma conspiração maligna e obscura que objetiva destruir os povos em contraste

com o *salvador*, o grande líder que promete restaurar o *bem* e conduzir a humanidade ao reino de justiça. No caso brasileiro, a conspiração maligna seria o *comunismo* e o *herói* que lutaria contra esta conspiração, seria Jair Bolsonaro, e nota-se que foi justamente este discurso de salvação e restauração da justiça que o levou à presidência.

Ressalta-se que a direita brasileira possui grandes formadores de opiniões, presentes na mídia e principalmente nas redes sociais, onde todo o discurso ideológico é produzido para atingir desde a elite brasileira até as camadas menos favorecidas da sociedade. Os discursos, sempre recheados de promessas de salvação mediante a governança da direita, destacam-se pelas seguintes características: visão antiglobalista, conservadorismo, intolerância às minorias e defesa de valores cristãos (incluindo o ódio ao comunismo, justificado pela ideia de que o comunismo é o grande mal a ser combatido). Consoante Reis (2016, p. 110):

O “bem” e o “sagrado” representado pelos setores conservadores da sociedade que têm as soluções para os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil; e o “mau” e o “profano” representado pelos setores mais progressistas que, mais uma vez, no comando das instituições políticas governam de forma corrupta e com práticas que perseguem os cristãos.

Entre as principais personas aclamadas pela direita brasileira, estão: o filósofo Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, o qual defende o combate aos *três projetos globalistas*; o deputado federal Marco Antônio Feliciano, que é pastor presidente da Igreja Assembleia de Deus Cathedral do Avivamento e defensor dos valores cristãos, da moral e da *família tradicional cristã*, grande defensor da cura gay e do combate ao comunismo; e a ex-feminista Sara Fernanda Giromini, conhecida como Sara Winter, ativista política da extrema direita, armamentista, antifeminista, antiglobalismo e anticomunismo. Sara Winter chegou a ser presa, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, em 15 de junho de 2020, devido ao discurso de ódio e à incitação de ataques contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso.

Além dos indivíduos supracitados, destaca-se o diplomata Ernesto Henrique Fraga Araújo, nomeado para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, em busca de renovar a Política Externa e o Itamaraty, por meio de uma política de *desideologização* e de combate ao *globalismo*.

Ernesto Henrique Fraga Araújo nasceu em Porto Alegre no ano de 1967; é Bacharel em Letras pela Universidade de Brasília (UnB) e ingressou no Instituto Rio Branco em 1990, com intuito de seguir carreira na diplomacia. Serviu nas Embaixadas do Canadá, dos Estados Unidos da América, e da Alemanha. Ele foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro em 1 de janeiro de 2019 para assumir o Ministério das Relações Exteriores e pôr em prática a política de *desideologização*, a qual consiste em romper com as *amarras* ideológicas deixadas pelos partidos de esquerda, nesse caso, o Partido dos Trabalhadores (PT), e o combate ao globalismo defendido por Olavo de Carvalho.

Edward Said (1993), importante teórico do Pós-colonialismo, evidenciou em sua obra intitulada *Cultura e Imperialismo*, a forma que o pensamento imperialista ainda é perpetuado nas práticas políticas, ideológicas e sociais. Conforme o autor:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que in-

cluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento aliadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servís” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade” (SAID, 1993, p. 30).

De acordo com Olavo de Carvalho, existem três projetos globalistas que determinam toda a ordem social mundial e reprimem o cristianismo (principalmente o catolicismo), os quais seriam o *comunismo chinês* (instauração de uma ditadura universal comunista); o *islamismo* (orientalismo); e a *corrente globalista capitalista*, que visa criar a sociedade administrada, a qual seria uma alternativa materialista para o marxismo e que compactua com este. Para ele, esses três projetos globalistas são uma “Aliança mundial anti-cristã” que promove a morte de cristãos no Oriente e o genocídio cultural no Ocidente por meio do boicote ao cristianismo (OLAVO, 2019). Essa visão denuncia a inclinação da direita brasileira a defender os interesses imperialistas dos EUA, quase que de forma servil, com o propósito de obter sua aprovação no cenário internacional. Segundo Said (1993, p. 51):

A maioria deles agora assumiu um tom estridente de condenação direitista, fazendo uma separação entre o que é não branco, não ocidental, não judaico-cristão, e o espírito ocidental aceito e eleito, então reunindo tudo isso sob vários rótulos degradantes, tais como terrorista, marginal, de segunda categoria ou insignificante. Atacar o que está contido nessas categorias é defender o espírito ocidental.

O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO ARAÚJO

A visão pró-Ocidente de Olavo de Carvalho é compactuada por Ernesto Araújo que a explicita em seu artigo denominado *Trump e o Ocidente*, o qual foi fundamental para que Ernesto fosse escolhido por Bolsonaro para assumir o Ministério das Relações Exteriores. No referido artigo, o chanceler defende a aproximação ideológica do Brasil com a ideologia de Trump (ocidentalização do Brasil), uma forma de Política Externa mais *espiritualizada* (dentro dos valores cristãos) e defende o combate ao globalismo e ao comunismo. Através de uma análise do discurso do presidente Donald Trump, Ernesto, tal qual Olavo, defende a ideia de que os valores ocidentais estão ameaçados:

O Ocidente, em sua visão, muito longe de viver tranquilo, sentado no topo da cadeia alimentar da globalização como muitos supõem, está sob séria ameaça. As ameaças visíveis, Trump as encontra no “terrorismo islâmico radical” (dito assim com todas as letras), mas também – o que pode surpreender pelo prosaísmo neste contexto de luta existencial – na burocracia, essa força que “drena a vitalidade e a riqueza do povo”. Porém Trump enxerga bem mais do que esses perigos, e neles enxerga mais do que uma simples questão de segurança ou de eficiência econômica. Para ele, o verdadeiro e enorme perigo é a perda da própria identidade ocidental, a perda do espírito, o desaparecimento dos “laços de cultura, fé e tradição que nos fazem quem somos”.

Há muito tempo um líder mundial não falava dessa maneira. Trump aqui se aproxima de Reagan e de Churchill (que se viam como os grandes defensores da liberdade e da civilização diante da barbárie e da opressão) (ARAÚJO, 2017, p. 327-328; 329).

Ernesto compactua com a visão ideológica de Trump e enaltece a postura do presidente norte-americano, de modo que em determinados parágrafos de seu artigo, Trump é considerado um líder na luta entre a fé e a ausência da fé:

Ao chamar por Deus, na praça de Varsóvia, Trump ataca o cerne da pós-modernidade. Não se deve ler Trump pela chave das relações internacionais ou da ciência política, mas sim da luta titânica entre a fé e sua ausência, entre o mundo construído pela fé e o mundo que vai sendo destruído pelos “valores”. Podemos não querer estar do mesmo lado de Trump nessa luta, mas precisamos reconhecer que ele a postula, que ele é um líder nesse combate, que não é um “bilionário governando para bilionários” como algum detrator o chamou. Bilionário não diz *we want God* (ARAÚJO, 2017, p. 351, grifo do autor).

O chanceler não se priva de falar abertamente do *Deus* responsável por escolher Trump para salvar o Ocidente. Esse *Deus* é o *Deus cristão*, aquele que pleiteia em favor de Trump, dos americanos e do Ocidente:

Evidentemente esse Deus por quem os ocidentais anseiam ou deveriam ansiar, o Deus de Trump (quem imaginou que alguma vez leria estas palavras, “o Deus de Trump”?) não é o Deus-consciência cósmica, ainda vagamente admitido em alguns rincões da cultura dominante. Nada disso. É o Deus que age na história, transcendente e imanente ao mesmo tempo (*mine eyes have seen the glory of the coming of the Lord*, diz o início do “Hino de Batalha da República”, aquele do famoso refrão *Glory Hallelujah*, que precisa ser escutado com atenção para começar-se a entender a alma americana). Nossa cultura, hoje, ignora esse Deus (ARAÚJO, 2017, p. 350, grifo do autor).

A atenção dada por Ernesto Araújo ao fator religioso do discurso de Trump é fundamental para a compreensão sobre a similaridade entre o pensamento político do diplomata e a ideologia de Trump; pois conforme Ernesto, a fé e os valores ocidentais estão perdendo força no Ocidente desde o Iluminismo, de modo que o Ocidente passou a negar sua própria identidade a fim de enquadrar-se em uma ideologia liberal e globalista.

O diplomata ignora temas sensíveis como a segurança e a economia, e fixa-se na defesa de uma política pautada no conservadorismo radical e na religião cristã como modelo a ser seguido. Com isso, Trump é posto num patamar elevado, não por seus projetos políticos necessários, mas por seu favoritismo concedido a grupos conservadores através de seu discurso de *libertação do Ocidente*. Para Araújo (2017, p. 329):

Trump, ao falar de alma, desafia frontalmente o homem pós-moderno, que não tem alma, que tem apenas processos químicos ocorrendo aleatoriamente entre seus neurônios. Trump fala de Deus, e nada é mais ofensivo para o homem pós-moderno, que matou Deus há muito tempo e não gosta que lhe recordem o crime.

Essas expressões de Trump parecerão a muitos, no mínimo, manifestações de mau gosto, a outros parecerão laivos de fascismo.

Diante disso, somente o resgate da fé e dos valores da civilização poderá salvar o Ocidente das *amarras* do globalismo. Trump seria, então, o único capaz de restaurar a identidade e a glória do Ocidente por incorporar uma “terapia civilizacional” em busca de reencontrar o “[...] inconsciente coletivo abandonado, sufocado sob os golpes do liberalismo tecnocrático e do politicamente correto” (ARAÚJO, 2017, p. 331).

Ernesto, assim como Olavo de Carvalho, ataca o globalismo, o islamismo e o comunismo, bem como chama atenção para o que ele define como “marxismo cultural globalista”, que tem por objetivo desconectar o indivíduo de suas origens, tornando-o incapaz de assumir um papel social, o que faz esse indivíduo ser “[...] incapaz de resistir ao poder do estado [...]” (ARAÚJO, 2017, p. 339). Esses objetivos, seriam alcançados pelos projetos globalistas através da negação da nacionalidade, da negação de gênero e da abertura de fronteiras, transformando todos os indivíduos em imigrantes, impedindo assim que o indivíduo se identifique com a sua própria nação (OLAVO, 2019).

Segundo Araújo (2017, p. 346):

Só quem ainda leva a sério a história do Ocidente, só quem continua sendo ator e não mero espectador, são os norte-americanos, ou pelo menos alguns norte-americanos. Hoje, é muito mais fácil encontrar um ocidentalista convicto no Kansas ou em Idaho do que em Paris ou Berlim.

O chanceler afirma que mesmo que o Brasil não queira, ainda continua fazendo parte do “Ocidente espiritual”, e em virtude disso, necessita de uma política voltada não apenas para os setores materiais, mas para o âmbito espiritual. Esta inclusão da religião na política seria a ornada “metapolítica”, a qual engloba todos os setores (cultural, emocional, ideológico e simbólico). Ademais, ele salienta que “Não será o desenvolvimento nem a tecnologia nem a justiça social nem a cooperação nem a sustentabilidade nem os direitos humanos que nos salvarão” (ARAÚJO, 2017, p. 354; 355). Segundo Ernesto, somente o *Deus de Trump* será capaz de salvar o Brasil, reduzindo a importância de temas como tecnologia, sustentabilidade e direitos humanos, isto significa que somente Trump poderia salvar o Brasil e o Ocidente.

Em seu discurso de posse do Ministério das Relações Exteriores, no dia 2 de janeiro de 2019, Ernesto Araújo tratou de forma abrangente a respeito da fé, em especial a fé cristã; citou versículos bíblicos em grego, leu *Ave Maria* em Tupi, defendeu a valorização e o resgate de *Deus* na cultura brasileira e na política, e enfatizou o desejo de resgate do nacionalismo, a renovação do Itamaraty e o combate ao globalismo. Segundo o chanceler, a Política Externa Brasileira estava distante do Brasil, sendo feita para agradar aos globalistas, e diante disso, com o governo de Bolsonaro, uma das metas seria libertar a Política Externa da ordem globalista por meio de uma política de *desideologização*, libertando o Itamaraty das ideologias *comunistas*. No entanto, nota-se uma aproximação ideológica com os EUA, em um esforço para inserir o conservadorismo no Itamaraty e na Política Externa Brasileira, quebrando a tradição de não alinhamento político entre as potências. O diplomata declarou que:

O presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória.

Nós vamos lutar para reverter o globalismo e empurrá-lo de volta ao seu ponto de partida.

Nós queremos levar a toda parte o grito sagrado da liberdade, *eleuthería*. Esse foi o primeiro grito de guerra do Ocidente em seu nascimento, na batalha de Salamina, *Eleutheroûte Patrída*. Libertai a pátria (ARAÚJO, 2019a).

Na defesa do resgate do sentimento nacionalista nos brasileiros, o chanceler cita os Estados Unidos da América, a Hungria, a Polônia, e outros países e povos como exemplos de luta por amor à pátria, e aponta a *oikofobia* como fator preocupante no Brasil, uma vez que segundo ele, o país não aprendeu a honrar seus elementos, seus heróis e sua própria história, logo conclui que “O problema do mundo não é a xenofobia, mas a oikofobia – de oikos, oikía, o lar. Oikofobia é odiar o próprio lar, o próprio povo, repudiar o próprio passado”. Partindo de uma visão conspiracionista, ele acrescenta que além da Oikofobia, há a Teofobia, que seria o ódio contra Deus, proveniente de uma tentativa globalista de destruir as nações (ARAÚJO, 2019a).

Ernesto, assim como Olavo de Carvalho, acredita em um plano globalista para a aniquilação do Cristianismo e das nações ocidentais, minando o discurso de posse de proposições abstratas e conspiracionistas:

Para destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é contra isso que nos insurgimos.

O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano (ARAÚJO, 2019a).

Em seu *blog* intitulado *Metapolítica 17 contra o Globalismo*¹, o chanceler expõe abertamente suas convicções ideológicas e sua visão acerca de diversos temas, em especial, a forma com que as relações internacionais brasileiras devem ser conduzidas. Seguindo a lógica de Olavo de Carvalho no combate ao comunismo e ao globalismo, na seção *about* do sobredito *blog*, Ernesto se expressa:

Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista.

Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural.

Essencialmente é um sistema anti-humano e anti-cristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante.

O projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história.

A escolha de Ernesto Araújo para assumir o Ministério das Relações Exteriores é um exemplo das estratégias políticas do governo de Jair Messias Bolsonaro, as quais envolvem escolhas majoritariamente ideológicas, voltadas a atender os anseios do eleitorado interno e o desejo de firmar parcerias mais concretas com os EUA. Cabe salientar que o governo Bolsonaro prioriza as parcerias com o país norte-americano, de tal modo que mesmo com o discurso nacionalista feito pelo presidente brasileiro e pelo chanceler Ernesto Araújo, é notável a necessidade que o governo Bolsonaro possui de receber aprovação de Trump, dado que atitudes como prestar continência à bandeira dos EUA e comemorar o Dia da Independência dos Estados Unidos anunciam a busca por *equiparação* entre Bolsonaro e Trump, gerando o enfraquecimento da própria identidade nacional e autonomia que o presidente brasileiro tanto defende.

¹ Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou compreender a influência da religião no pensamento político de Ernesto Araújo e a forma como ele pretende conduzir o Ministério das Relações Exteriores. A visão do ministro fixa-se nos termos do pensamento olavista: combater o globalismo e o comunismo, sobrepor o cristianismo e alinhar-se à figura política de Trump, considerado o grande modelo a ser seguido, o *Escolhido divino* na luta em prol do Ocidente, do conservadorismo e dos valores cristãos.

A ideia de que o Ocidente está ameaçado pelo orientalismo e pelo globalismo, denuncia uma necessidade imperialista do Ocidente de subjugar o Oriente, a qual, interpretando-se pelo pensamento de Said (1993), significa que “Eles são culpados, nós somos inocentes. Eles são os vilões, nós somos as vítimas. Nós somos superiores e civilizados, eles não”. A crítica aos ideais secularistas é majoritária na construção do discurso conservador de Trump e Ernesto, o qual sugere que somente a religião cristã (com ênfase na vertente católica) é capaz de manter os ideais capitalistas do Ocidente e proteger a *civilização*.

Na primeira seção foi analisado o enquadramento teórico da religião nas Relações Internacionais e o modo que a religião afeta a política interna e externa dos Estados, pois compreender as relações entre religião, academia e política são fundamentais para que haja um entendimento sobre o exercício de poder entre as instituições religiosas e os Estados no Sistema Internacional.

Na segunda seção, buscou-se compreender as relações entre laicidade e Constituição Federal no âmbito do Brasil, e a ascensão de Bolsonaro à presidência da República. Foi feita a contextualização da inserção dos evangélicos e católicos na política brasileira para que haja a compreensão com relação à influência que estes atores exercem na política brasileira doméstica, bem como a tendência elitista e americanista da direita brasileira.

Na terceira seção, fez-se a explanação e a análise do pensamento político do chanceler Ernesto Araújo, através de seu discurso de posse, seu artigo *Trump e o Ocidente* e seu *blog Metapolítica 17 contra o Globalismo*. Estes documentos foram fundamentais para entender quais bases ideológicas sustentam o pensamento do chanceler e a forma que a Política Externa Brasileira será conduzida durante sua gestão. Ernesto foi escolhido por possuir um viés ideológico totalmente congruente com as ideologias de Bolsonaro e Olavo, os quais também se baseiam na figura ideológica de Trump.

A postura de Ernesto afeta as relações internacionais que o Brasil busca produzir, bem como a posição do país no Sistema Internacional. O Brasil que buscava conquistar uma posição de destaque no Sistema Internacional e disputava suas zonas de influência com os EUA, torna-se, no governo Bolsonaro, uma das principais zonas de influência norte-americana, o que enfraquece a posição do Brasil no cenário internacional. Com a vitória de Joe Biden, toda a *aposta* feita pelo governo Bolsonaro é posta em xeque, visto que o presidente não possui um alinhamento ideológico com Biden. Sendo assim, devido ao relacionamento com Donald Trump, Bolsonaro demorou a reconhecer a vitória de Joe Biden.

Portanto, compreender quais fatores influenciam as tomadas de decisão dos atores é fundamental no entendimento acerca da Política Externa de um país. Além dos aspectos

materiais como os interesses comerciais, ideológicos e territoriais, os aspectos que envolvem a cultura e a religião são imprescindíveis na análise do comportamento dos tomadores de decisão, logo, faz-se necessário abordar a temática religiosa com mais profundidade por parte dos internacionalistas e acadêmicos de Relações Internacionais, adotando-se uma visão mais pragmática e menos ocidentalizada, com a finalidade de assimilar os parâmetros identitários que determinam as disputas ideológicas; as relações estabelecidas entre os Estados e como as religiões podem interferir nestas relações, especialmente no campo da cooperação internacional.

Ademais, existe a carência de uma Teoria da Religião nas Relações Internacionais, o que dificulta o interesse dos acadêmicos no tema. Para tanto, é necessário incorporar o fenômeno da religião no campo das Teorias de Relações Internacionais para que aconteça o desenvolvimento de uma Teoria que possa analisar profundamente a relação entre Religião e Relações Internacionais, proporcionando aos analistas internacionais um aparato teórico capaz de auxiliar na compreensão de determinados padrões de comportamento – que podem ou não estar relacionados com as convicções religiosas – dos tomadores de decisão, do mesmo modo que estão relacionados com suas visões ideológicas, proporcionando um olhar para além da visão de política internacional positivista.

REFERÊNCIAS

“A BÍBLIA de volta ao palácio”, diz Jeanine Áñez. *Band Jornalismo*. 13 nov. 2019. 1. vídeo (00:20s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8LnF1oKr2jo>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. *Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores* – Brasília, 2 de janeiro de 2019. Publicado em 03 jan. 2019a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ARAÚJO, E. *Liberdade religiosa, religião libertadora*. Blog Metapolítica 17 contra o Globalismo, 19 jul. 2019b. Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/post/liberdade-religiosa-religi%C3%A3o-libertadora>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARAÚJO, E. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, IPRI - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Ano III, n. 6, 2017, p. 323-357. Disponível em: <<https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BERGER, P. A Desseccarização do Mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2000, p. 9-24. Disponível em: <<http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/pages/arquivos/desseccarizacaoLERR.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BOLSONARO bate continência a bandeira americana em sinal de subserviência aos EUA. *Progressista*. 10 out. 2017. 1. vídeo (02:30min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8M1dUtgFdog>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 jun. 2020

CAMPOS, R. D. E. Religião e Relações Internacionais: Uma abordagem teórico-metodológica. *5º Encontro Nacional da ABRI: redefinindo a diplomacia num mundo em transformação*, 29 a 30 jul. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/14559591/Religi%C3%A3o_e_Rel%C3%A7%C3%B5es_Internacionais_uma_abordagem_te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gica>. Acesso em: 12 jun. 2020.

FERRARA, P. Religião e Relações Internacionais: um enquadramento teórico. Trad. Anna Carletti. In: CARLETTI, A.; FERREIRA, M. A. S. V. (Coord.). *Religião e Relações Internacionais: dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá, 2016, p. 87-122.

- FINNEMORE, M.; SIKKINK K. Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. *Annual Review of Political Science*, v. 4, 2001, p. 391-416.
- FREIXO, A. de; PINHEIRO-MACHADO, R. (Orgs.). *Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Oficina Raquel, Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- HAYNES, J. Religião nas Relações Internacionais: Teoria e Prática. Trad. Rodrigo Duque Estrada. In: CARLETTI, A.; FERREIRA, M. A. S. V. (Coord.). *Religião e Relações Internacionais: dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá, 2016, p. 21-52.
- IBGE. *Censo 2010*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.
- MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre-RS, v. 11, n. 2, maio/ago. 2011, p. 238-258. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- NYE, J. S. *Soft Power*. New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.
- OLAVO de Carvalho sobre os três projetos globalistas existentes e fontes intelectuais remotas. *Nada a ver por aqui*. 18 jul. 2019. 1. Vídeo (36:52min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R-wxblFVWbY>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- REIS, M. V. de F. *Política e Religião: Participação Política dos Católicos Carismáticos do Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, 2016.
- SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- UNIVERSA, Uol. *Grupo católico faz ato em hospital de PE contra aborto de menina estuprada*. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/16/grupo-de-catolicos-tenta-impedir-aborto-de-menina-de-10-anos.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RELIGIÃO E SAÚDE: ESPIRITUALIDADE NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Crislane Oliveira do Nascimento

Wellington de Lima Pinto

Marcos Vinicius de Freitas Reis

INTRODUÇÃO

A atenção voltada para a dimensão espiritual torna-se cada vez mais necessária à prática assistencial à saúde. Alguns estudos¹ vêm sendo desenvolvidos relacionando a espiritualidade com o enfrentamento de doenças, promoção e reabilitação, demonstrando o interesse da comunidade científica em tentar compreender os mecanismos fisiológicos que explicam a relação entre a religião e a espiritualidade no cuidado à saúde. Pensar em religiosidade/espiritualidade e saúde traz à tona seu aspecto relacionado à prática clínica diária, exprimindo que ainda existe uma grande lacuna entre o saber e o fazer, o que evidencia a necessidade de mais pesquisas que avaliem a integração desses conceitos e a correlação que existe nas taxas saúde-doença (THIENGO et al., 2019).

Constitucionalmente, o Brasil é um país laico instituído no texto da Constituição Federal de 1988 (CF 88), sendo assim, não existe hierarquização entre as confissões religiosas ou formas de espiritualidade. Na Amazônia amapaense, tem-se a presença de católicos, evangélicos, budistas, candomblecistas, judeus, daimistas, ateus, agnósticos, mórmons, adventistas, etc. Entretanto, independentemente da matriz religiosa, é natural que dialoguem com as questões da saúde do sujeito e das políticas públicas de saúde.

¹ VASCONCELOS, E. A associação entre vida religiosa e saúde: uma breve revisão de estudos quantitativos. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, set. 2010, p. 12-18.

A religião, então, impacta diretamente na perspectiva de cura dos pacientes, na empatia dos profissionais de saúde no exercício de suas profissões, na relação médico-paciente, e na adesão aos tratamentos propostos. Os problemas espirituais, afetivos e sociais são demandas importantes na vida de qualquer indivíduo, as quais estão, principalmente, aliadas à saúde, motivando cada vez mais instituições, templos e santos em busca de um atendimento de forma integral.

Historicamente, a saúde pública foi influenciada pela participação de instituições religiosas para que o sistema público de saúde, atualmente Sistema Único de Saúde (SUS), fosse influenciado por movimentos sociais e políticos, contra a ditadura e pela liberdade democrática, surgindo políticas públicas voltadas para os direitos humanos básicos e universais. Foi fundamental para este movimento, a chamada reforma sanitária, da qual resultaram os princípios básicos do SUS: universalidade, descentralização, igualdade, regionalização e participação da comunidade.

Desse modo, a formação médica baseia-se na formação social voltada ao direito universal de acesso à saúde, o qual está muito além de um direito, mas uma garantia constitucional e ratificada pela Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre o funcionamento de serviços de saúde no Brasil. Neste mesmo sentido, o SUS, a partir do ano de 2003, passou a oferecer uma série de tratamentos alternativos por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), considerando as práticas de medicina alternativa, dentre elas acupuntura, homeopatia, fitoterapia e tratamentos baseados na regionalização e individualidades do paciente; ademais, é inegável o papel assistencial das Irmandades Católicas, por meio das Santas Casas presentes em diversas cidades do país. Na Amazônia, destacam-se as variadas religiões influenciadas pela cultura indígena e de matrizes africanas, ressaltando-se as benzedeadas que realizam desde a cura através do conhecimento popular de ervas medicinais locais até a função de parteiras.

Constantemente, a formação do acadêmico da área de saúde exige uma construção humanística, não mais centrada na doença, mas sim no tratamento do paciente de forma holística. O objetivo é enxergar no doente, muito além da doença, mas condições socioeconômicas, ambientais, psíquicas que possam impactar na qualidade de sua vida. Dentre estas vertentes, é essencial o conhecimento da espiritualidade para humanização das relações em saúde. Para tanto, as práticas espirituais, incluindo as religiosas, servem como enfrentamento da doença, tanto para o doente quanto para o familiar. Por essa razão, foi possível observar que a espiritualidade contribui para interpretar melhor a doença, dando um sentido e um significado a ela.

Com a compreensão de que a identidade profissional é construída durante a formação acadêmica e que o modo como se entende a espiritualidade influencia no modo de cuidar, surgiu o interesse do problema desta pesquisa, bem como da busca por estudar as concepções de estudantes de Medicina sobre a espiritualidade no cuidado em saúde.

O objetivo geral, portanto, é analisar e apresentar o perfil dos acadêmicos do curso de Medicina sobre a relação entre espiritualidade e saúde no tocante a escolha da disciplina optativa de *Sociologia Aplicada à Saúde*, com debates sobre as questões relacionadas à religio-

sidade no âmbito da saúde, e sua importância na formação pessoal, profissional e humanística.

Enquanto os objetivos específicos são: investigar a concepção dos discentes de Medicina sobre espiritualidade e importância pessoal; classificar como os participantes relacionam a espiritualidade com o cuidado em saúde, considerando a espiritualidade do paciente no processo saúde-doença; e avaliar como a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) forma seus acadêmicos na graduação de Medicina.

Nota-se que existe a necessidade da comunidade acadêmica de compreender como a espiritualidade é concebida por estudantes da área de saúde e como isso pode interferir na qualidade do cuidado em saúde fornecido por eles. A partir do conhecimento de suas concepções, pode-se inferir como a espiritualidade tem sido incorporada em sua formação acadêmica e fomentar a discussão sobre as mudanças curriculares necessárias para modificar este cenário.

A metodologia desta pesquisa trata-se de um estudo de campo, exploratório e descritivo, com abordagem quali-quantitativa, realizado no Departamento de Ciências Biológicas e Saúde, na UNIFAP, *campus* Marco Zero, em Macapá-AP. A amostra foi composta por estudantes de Medicina da referida instituição de ensino. O tipo de amostragem adotado foi o não probabilístico por conveniência, com participação de 44 estudantes, e a escolha desses participantes, no tocante a sua caracterização e delimitação, garantiu os termos da pesquisa qualitativa, uma vez que neste tipo de abordagem não são utilizados parâmetros como generalização dos resultados e a comparação, típicos dos estudos quantitativos, além da técnica de análise de dados e aplicação de questionários com perguntas discursivas e objetivas.

Com intenção de possibilitar a coleta de dados, foi utilizado um instrumento composto por duas partes, através de uma plataforma online. A primeira parte do questionário consistiu em dados sociodemográficos com intuito de apreender a idade, sexo, prática e frequência religiosa dos participantes do estudo. A segunda parte foi constituída por três questões discursivas sobre a temática central do estudo, as quais são: O que você entende por espiritualidade? Na sua opinião, quais as relações entre espiritualidade e cuidado? Qual a importância da espiritualidade do paciente em seu processo saúde-doença?

A análise dos dados foi feita através da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2000), dado que o discurso do significado da dimensão espiritual necessita de um método analítico capaz de conduzir o pesquisador por um caminho seguro.

De posse do material coletado, foi realizada a leitura dos questionários respondidos pelos acadêmicos para demarcação da pesquisa. Em seguida, passou-se para a exploração do material seguindo a ordem: pré-análise e suas ações; análise descritiva; e interpretação inferencial. Os questionários foram codificados a partir da identificação das unidades de registro e de contexto. Neste estudo, as unidades de contexto são representadas pelas questões que compuseram o instrumento de coleta de dados e as unidades de registro por palavras-chave identificadas nas respostas dos acadêmicos a estas questões.

A primeira seção deste trabalho destaca a apresentação da discussão teórica a respeito da história sobre a identidade, e como sua significação foi capaz de mudar, iniciando com

as questões de religião e, posteriormente, o estigma; e de que forma surge a junção na relação médico-paciente na formação do curso de Medicina da UNIFAP. Como base, utilizou-se a obra de Stuart Hall, *"Identidade Cultural na Pós-Modernidade"*, a qual retrata que as velhas identidades que proporcionaram estabilização para o mundo social estão em declínio, enquanto novas identidades surgem, ocasionando uma fragmentação no indivíduo moderno. Assim, essa identidade diz respeito ao objeto deste estudo, os acadêmicos de Medicina, que possuem religião e influências antes de adentrarem em instituições de ensino em busca desta formação, e tão logo o debate acerca dos conhecimentos científicos e empíricos no processo da incorporação de práticas religiosas no cuidado em saúde.

Nesta discussão, o estudo sobre *"Estigma"*, de Erving Goffman, também contribuiu para o entendimento a respeito da identidade, porém, com a utilização do desempenho dos papéis sociais, os quais estão relacionados com a forma que cada indivíduo concebe sua imagem e pretende manter, além de como este conceito é usado como metodologia quando essas identidades entram em conflito, de forma a estigmatizar e depreciar conhecimentos e religiões. Ademais, foram utilizados outros autores para auxiliar no debate de laicidade e liberdade religiosa no Brasil e as mudanças que ocorreram no campo religioso e no âmbito dos estados Amazonas e Amapá, a fim de relacionar a religião no campo regional, até a chegada da intolerância e racismo religioso.

Para tanto, na segunda seção é explanada a trajetória metodológica da pesquisa, isto é como se desenvolveu, qual o local, os participantes, os procedimentos para coleta de dados e metodologias da disciplina. A intenção é dissertar sobre os resultados obtidos durante a pesquisa, categorizando os sujeitos envolvidos conforme as categorias que irão se mostrar, para assim atender ao objetivo específico do estudo: analisar a visão dos acadêmicos em torno da necessidade do estudo da intercessão entre espiritualidade e saúde.

Por fim, a terceira seção converge para as considerações finais, buscando resgatar os principais elementos que emergiram do trabalho, dada sua importância para as dinâmicas de religião e espiritualidade na formação de futuros profissionais médicos. Esses resultados também trazem uma proposição mais ampla e disciplinar para a relação da espiritualidade no que diz respeito à saúde, com vistas à fomentação de possíveis políticas públicas para tal área.

INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE NA SAÚDE

A reflexão acerca da religião e saúde tornaram-se frequentes² na última década entre a sociedade e pesquisas científicas, uma vez que constatados os impactos e desfechos clínicos em enfermidades, perdas ou qualidade de vida de um modo geral. A religiosidade e espiritualidade, então, são buscas intrínsecas que o indivíduo procura para compreender questionamentos a respeito da vida e seus significados, assim como as relações com o sagrado, ou ainda práticas em instituições organizacionais.

No Brasil, há um grande número de expressões e elementos religiosos, e, consequentemente, motivos para pesquisar o quaterno: espiritualidade, religiosidade, saúde e psico-

2 GOMES, N.; FARINA, M.; FORNO, C. Espiritualidade, Religiosidade e Religião: Reflexão de Conceitos em Artigos Psicológicos. *Revista de Psicologia da IMED*, São Paulo, v. 6, n. 2, set./out. 2014, p. 107-112. ISSN 2175-5027.

logia, bem como de que modo a dimensão religiosa e espiritual fortalece a confiança e a existência da fé para evitar situações de agravo.

Nesta perspectiva, revelam-se aspectos consideráveis na formação e assistência de profissionais médicos, já que existe uma dissonância de que muitos profissionais da área da saúde não aceitam ou demonstram dificuldades em abordar o tema religião com pacientes³, motivados pela falta de informações no período da graduação, não sendo disponíveis disciplinas que abordem o tema de forma profunda, de modo a relacionar religião e saúde.

A religião é tida por muitos como uma rede de apoio social dos sujeitos, ou suas estratégias de prevenção ou promoção de saúde, porém, de acordo com Santos (2003, p. 56) “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”, para investigar se os modos como se considera a religião nas práticas de saúde podem produzir equidades de diferenças que possam incluir ou excluir.

A participação religiosa está relacionada com efeitos benéficos para pessoas que estão em recuperação de doenças físicas e mentais, abordando questões especiais sobre as correlações positivas para a pluralidade religiosa no ato de uma consulta médica, aliando o uso de medicamentos a manifestações de fé⁴ do seu paciente, em busca constante da preservação da paz no Estado Laico e pluralidade religiosa. Por conseguinte, a religião também pode ser associada a resultados negativos e usos inadequados de serviços de saúde, como a interrupção de tratamentos médicos, abandono de medicações aliados ao tradicionalismo e ações extremistas de muitos grupos religiosos.

O potencial para efeitos positivos e negativos do espiritualismo em saúde, combinado com os altos níveis de compromisso com a espiritualidade, indicam a necessidade de pesquisas futuras. Independentemente dos possíveis mecanismos, se há indivíduos que lucram em termos de saúde aliadas à religião, esses deveriam ser motivados, sempre respeitando as convicções individuais de cada um e o bem-estar físico e mental/psicológico.

Enquanto a religiosidade constitui-se em uma estratégia de enfrentamento importante diante de situações consideradas difíceis, como é tratado o caso do diagnóstico do câncer, que produz um forte impacto na vida do indivíduo e cujo tratamento é permeado de eventos estressores. A religiosidade e a espiritualidade aparecem como importantes aliadas para as pessoas que se encontram enfermas (FLECK et al., 2003). Contudo, são as consequências do enfrentamento religioso que predirão se os resultados refletidos na saúde do paciente aparecerão de forma positiva ou negativa, por exemplo, uma melhora rápida e acelerada de dores ou mal-estar.

O enfrentamento religioso abrange a religiosidade e a espiritualidade que se diferenciam em alguns aspectos. A religiosidade está relacionada com uma instituição religiosa e/ou igreja, pela qual o indivíduo segue uma crença ou prática, proposta por uma determinada religião (LUKOFF, 1992; MILLER, 1998). Por outro lado, a espiritualidade é definida como

3 REGINATO, V.; BENEDETO, M.; GALLIAN, D. Espiritualidade e saúde: uma experiência na graduação de medicina e enfermagem. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan./abr. 2016, p. 237-255.

4 FORNAZARI, S. RAFIHI, R. Religiosidade/Espiritualidade em Pacientes Oncológicos: Qualidade de Vida e Saúde. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Londrina-PR, v. 26, n. 2, abr./jun. 2010, p. 265-272.

característica individual que pode incluir a crença em um Deus, representando uma ligação do *Eu* com o Universo e com outras pessoas. Assim, a espiritualidade envolve questões sobre o significado e o propósito da vida, encontrando-se além da religião e da religiosidade (SULLIVAN, 1993).

No processo de institucionalizar a ciência e a diferença entre o sagrado, surge uma característica importante na noção da religião ou do ato religioso, que ocupa-se do sobrenatural ou na crença através do mundo sob mistério. Segundo Durkheim (1989, p. 5), “A religião seria, portanto, uma espécie de especulação sobre tudo o que escapa à ciência e, de maneira mais geral, do pensamento claro”.

Para Durkheim (1983, p. 110) a sociedade “[...] confina duas ordens de fatos bastante diferentes: aqueles que são os que devem ser e aqueles que deveriam ser diferentes daquilo que são, os fenômenos normais e patológicos”. Nessa direção, patológico é compreendido como um problema que deve ter suas causas compreendidas, visto como desviante, enquanto o normal, através da tradição, modificou a sociedade, logo, a saúde se moldará dentro da normalidade que a tradição aponta.

A sociedade, enquanto um organismo completo, possibilita a diversidade cultural e religiosa, por este motivo, o médico no exercício da medicina, deve entender e compreender os diversos aspectos socioculturais da cura. Deste modo, o fenômeno religioso é um sistema de coesão social, reproduzindo valores e reforçando alguns princípios, conforme Durkheim (1989, p. 31), não existe religião falsa, uma vez que cada grupo e sociedade têm suas razões para crer e organizar rituais próprios. Aqui, o propósito é entender a religião como fato social de sociedades ou grupos, exterior ao indivíduo com funções coercitivas sobretudo na educação e trabalho, tornando a institucionalização com o apoio de líderes e hierarquia, que irá agir como manutenção da ordem social através da relação com a saúde. Sendo assim, o autor afirma que a religião:

[...] é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem uma mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem. O segundo elemento que participa assim de nossa definição não é menos essencial que o primeiro, pois, ao mostrar que a ideia de religião é inseparável da ideia de igreja, ele faz pressentir que a religião deve ser uma coisa eminentemente coletiva (DURKHEIM, 1989, p. 32).

Através da patologia e da desordem, as quais não têm tradição diante de regras e normas da sociedade, é que indivíduos irão ficar doentes socialmente e muitos males (doenças físicas e psicológicas) serão desenvolvidos. Pelo fato de não se inserirem nessa ordem do que seria considerado *correto*, a religião, a partir de então, é tratada como a via de *normalidade*. Isso se explica através do que Durkheim fala acerca do suicídio, que não é uma causa individual, mas sim uma causa social, pois segundo ele cada sociedade tem em sua história, um conjunto de indivíduos dispostos ao suicídio, e que essa disposição deve ser estudada não apenas pelos fenômenos orgânico-psíquicos ou do meio físico onde os indivíduos estão situados, mas sim segundo as causas sociais que geram os fenômenos coletivos.

Portanto, o suicídio é explicado como uma questão social que varia de acordo com a razão inversa do grau de interação social dos indivíduos com a sociedade. O elemento cen-

tral é a coesão social, ou seja, quanto mais existe coesão social menor é a taxa de suicídio em uma sociedade.

Levando-se em consideração as diferenças culturais presentes nas regiões brasileiras, a região Norte necessita de estudos científicos sobre a espiritualidade na formação de profissionais médicos, já que esta região não segue o *tradicionalismo* que Durkheim (1989) propunha anteriormente, e desvia da forma de pensar e agir ao preferir a fé e relacioná-la com amparos a doenças. Isto se justifica por meio da comunidade acadêmica compreender como a espiritualidade é concebida por futuros médicos e com isso interferir na qualidade do cuidado em saúde fornecido por eles, desse modo, a partir do conhecimento de suas concepções, pode-se inferir como a espiritualidade tem sido incorporada em sua formação acadêmica. Ora, a identidade profissional é construída durante a formação acadêmica e se relaciona com a espiritualidade no cuidar profissional, já que nossas identidades são construídas através de influências de uma sociedade e suas tradições, como aponta Durkheim (1989).

Além do mais, a identidade trata-se de um conceito social, o qual procura demonstrar que as velhas identidades, responsáveis pela estabilidade do mundo social, estão entrando em declínio e sendo substituídas pelas novas identidades, caracterizadas pela fragmentação do indivíduo moderno, que tem promovido grandes mudanças estruturais nas sociedades. Por essa razão, a identidade não é única, passando a ser fluida, difusa, fragmentada e plural, consideradas no constante processo de mudança e de sofrerem transformações, assim como o campo religioso.

Cada religião irá interpretar o campo da saúde de uma forma única e particular, frequentemente, também ocorre na Amazônia, onde líderes religiosos da Pajelança usam a espiritualidade para demonstrar a relação da sociedade com doenças e sua pluralidade. Assim como a cosmovisão afro-ameríndia, na qual os praticantes religiosos procuram primeiro a religião, em busca de alternativas medicinais, visões e amparo, julgando ter mais apoio e resultados do que na busca por um médico.

Conforme Hall (2006), a chamada *crise de identidade* é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. Essas relações entre diferentes identidades no mundo moderno nem sempre serão harmônicas e, por vezes, irão entrar em conflito, projetados sobre os saberes, empírico e científico, sempre com aspectos de hierarquização, nos quais a academia terá mais adeptos e apoios de pesquisas, enquanto o conhecimento popular será visto como algo inferior e sem grande importância nos consultórios médicos.

Pacheco (2010), em seus estudos sobre a prática da cura na região amazônica, denota que mesmo com o avanço da medicina baseada em evidências científicas e as diversas disputas entre médicos e pajés, noticiadas em jornais do século XIX e primeiras décadas do XX, os praticantes da medicina mágico-terapêutica atualizaram concepções sobre os tipos de doenças que se desenvolvem. Nas conversas realizadas ou acessadas com benzedores, curandeiros, pajés e pais de santo, todos de forma unânime, afirmam haver doenças que somente a medicina científica resolve e outras, somente as encantarias.

Esse sentido da tolerância na modernidade relaciona-se então ao projeto de dominação universal do colonizador europeu, no qual a ideologia da ciência moderna, em sua busca de uma verdade absoluta e no uso de uma razão instrumental ansiosa por dominar a natureza, foi utilizada como elemento legitimador que possibilitou/possibilita o desenvolvimento de atitudes de intolerância. No âmbito das relações religiosas faz-se pertinente observar até onde esse conceito de tolerância moderno pode predispor ao preconceito para com membros de credos diferentes. Todavia, ao se trabalhar com esta temática, é interessante questionar até que ponto o preconceito é apenas um elemento constitutivo da formação das identidades, entre elas as religiosas, ou até que ponto ele pode se caracterizar num estigma que pode conduzir à intolerância religiosa (OLIVEIRA, 2007, p. 225).

É para essa intolerância que Cardoso (2003) chama a atenção ao destacar que no campo da identidade, seu conceito e busca como algo puro e homogêneo, concebido em termos de valor universal, conduziu a um ideário de tolerância tal que negando a pluralidade humana, relegou o diferente, o não idêntico ao lugar do submisso, do anormal, do estranho, do não existente ou do manipulável.

É possível observar que a passagem do preconceito à intolerância torna-se evidente em um consultório médico, através das desigualdades resultantes de um poder institucional e socialmente construído, predominando alguns e excluindo outros, que serão considerados *inferiores*. Essa exclusão, que não é natural, quando se transforma num estigma é reveladora de uma marca, “de um atributo profundamente depreciativo”, que expressa uma linguagem de relações sociais que dão peso a esses atributos de modo negativo (GOFFMAN, 1998, p. 13).

Assim, o estigma possibilita a uma pessoa ou a parcelas de pessoas, por conta de um ou mais atributos que possuem e que não são aceitos socialmente, viverem uma situação de condenação tal que elas negligenciam, independentemente de outros atributos que as mesmas possam ter. Isso ocorre frequentemente em hospitais, onde não se abre espaço para diálogos com pacientes sobre suas crenças, e este fato influencia até mesmo nas políticas públicas de saúde. Os médicos possuem certas dificuldades em lidar com os saberes não ocidentais e, na prática, isso pode ser interpretado por grupos religiosos que visitam pacientes doentes em hospitais, como ato de solidariedade. Esses indivíduos sempre pertencem às denominações católicas ou evangélicas, não é comum presenciar grupos de matrizes africanas desenvolvendo essas atividades, por motivos óbvios de falta de conhecimento e informações de profissionais da saúde e pacientes, o que, conseqüentemente, geram afastamento e estranheza.

Essas informações foram coletadas com os acadêmicos que são objetos deste estudo, e que praticam visitas e trabalhos de campo em clínicas médicas das mais diversas especialidades e hospitais. Assim, toda essa pluralidade de religiões no país são demandas que se materializam através de indivíduos e que precisam ser dialogadas pelo médico que, por sua vez, não recebeu conhecimentos acerca do assunto durante sua formação.

Nesta perspectiva, a ignorância caracteriza-se em um preconceito, marca distintiva tão forte, que anula a inclusão do indivíduo em seu meio social, podendo ser aplicado na forma de conhecimento científico e empírico, quando profissionais médicos entram em contato através de consultas com populações tradicionais amazônicas, que historicamente têm

uma relação específica em como lidar e tratar doenças, provocando a conversão da religião em estigma, sobretudo, se não for católica ou evangélica. Os testemunhas de Jeová servem como exemplo deste impasse social e religioso que impacta diretamente no exercício da medicina, os quais, tradicionalmente, realizam a recusa caso um de seus membros necessite de transfusão sanguínea, mas apesar das convicções pessoais e religiosas, a justiça brasileira tem acatado a soberania da vida.

Desse modo, considera-se que o preconceito é desenvolvido por membros – protestantes, evangélicos, católicos, espíritas kardecistas, umbandistas, candomblecistas, etc. – de alguma religião. Para adeptos de outras crenças que venham configurar atitude de aceitação de desigualdades sociais como naturais, repetindo sua legitimação, estamos diante de um preconceito reforçado pela identidade religiosa com conflitos, que atua como limitação das diferenças em relação aos demais, com a repetição da exclusão de grupos religiosos podendo se aproximar da intolerância, a partir de quando se nega ao *outro*, o direito de proferir sua fé dessemelhante.

Goffman (1998) afirma que o sujeito estigmatizado – por idade, sexo, cor, profissão, religião, etc. – sofre uma discriminação tamanha que:

[...] os padrões que ele incorporou da sociedade maior o tomam intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser: A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele.

Por isso, existem critérios para saber como está relacionada a racionalização de uma religião, sabendo sobre “[...] o grau em que uma religião se despojou da magia” (PIERUCCI, 2003, p. 117). E quanto mais se “[...] reprime a crença na magia, ‘desencantando’ assim, os fenômenos do mundo, [...] estes perdem seu sentido mágico [...]” (WEBER, 1994, p. 334). Uma religião que age dessa forma, tem por característica negar a magia de toda e qualquer forma, contestando todo o poder que ela exerce sobre a realidade, eficácia e como meio de salvação. Assim, as práticas mágicas tendem a desaparecer e ser explicadas na educação com a sociedade moderna, passando a usar a ciência como justificativa, fazendo-se necessário o médico de neutralidade diante de seus pacientes, já que a saúde é um espaço público e de todos, e precisa ser igualitário. A neutralidade aqui pode ser inserida através de diálogos em tom de inserção e respeito de crenças de pacientes em seus tratamentos, aliando o que existe de divino aos tratamentos médicos e remédios.

Entretanto, esse papel também diz respeito à legitimação, que é um aspecto necessário à manutenção e à reprodução da ordem social estabelecida, uma vez que é tido como pressuposto que o homem tem a necessidade de explicações e justificativas para aceitar as coisas tal como a ele se apresentam. Essa tarefa é cumprida pela religião à medida em que legitima as instituições sociais (BERGER, 1971a, p. 49). Os movimentos religiosos irão permanecer ao longo do tempo e a religião não vai acabar, mas apenas se adaptar às particularidades dos indivíduos, de forma subjetiva, respeitando questões de cada sociedade e tempo. Logo, a modernização está necessariamente associada à dessecularização, ao passo que existe no

homem um impulso religioso que impossibilita a secularização de poder prevalecer de maneira absoluta na modernidade.

A medicina, em sua história, evidenciou o lugar comum entre a religião e a ética, principalmente no que concerne à relação médico-paciente. Para Anjos (2007), a Bioética e a Teologia inserem-se na sociedade plural, com uma consciência cada vez mais clara de tal pluralidade. Existe, ainda, o Código de Ética do Estudante de Medicina (CEEM), que foi elaborado por uma comissão especial do Conselho Federal de Medicina e que possui seis eixos fundamentais os quais ajudam muito com as questões abordadas nesta pesquisa: relação do estudante com as instituições de ensino e de saúde; relação do estudante com o cadáver; relações interpessoais com/do estudante; responsabilidades do estudante com seus estudos/formação; relação do estudante com a sociedade; e relação do estudante com a equipe multiprofissional.

Assim, o acadêmico, já no exercício de sua profissão, deve respeitar a diversidade cultural e influência religiosa de seu paciente. Trindade (2012), em estudos sobre as benzedeiras do Amazonas e a cura popular na cidade de Parintins-AM, ressalta o papel das benzedeiras e parteiras, bem como a relevância do ofício desempenhado por elas. As benzedeiras possuem função social definida: trazer conforto e bem-estar a todos os males, daqueles que não encontraram na ciência médica, sua cura. Constitui-se assim, um paralelo entre o conhecimento científico, baseado em evidência, e o saber popular, conhecido como senso comum, marginal.

A religião passa a ser não mais uma imposição do Estado, ou mesmo cultural, havendo um rompimento no mundo ocidental e, com essa quebra, o indivíduo passa a ter o poder de escolha, sobre seguir determinada religião, não sendo mais tratado como uma abordagem hereditária, passando a ser uma vivência particular e subjetiva de influências externas. Essa subjetivação plural é o que Hall (2006) aponta como uma das características da pós-modernidade que se desdobra no ocidente.

O processo de secularização do Estado proporcionou maior liberdade ao indivíduo para desempenhar sua fé, possibilitando espaço ao surgimento de novos grupos, logo, a expansão do pluralismo religioso e liberdade religiosa rompeu o domínio católico no Brasil, dando legitimidade e institucionalizando novos grupos. A secularização não é aplicável em todas as religiões, uma vez que está, majoritariamente, na constituição e não sendo desenvolvida na sociedade.

Entre 1980 e 2010, os católicos declinaram de 89,2% para 64,6% da população, queda de 24,6 pontos percentuais, os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2%, acréscimo de 15,6 pontos, enquanto os sem religião expandiram-se num ritmo ainda mais espetacular: quintuplicaram de tamanho, indo de 1,6% para 8,1%, aumento de 6,5 pontos. O conjunto das outras religiões (incluindo espíritas e cultos afro-brasileiros) dobrou de tamanho, passando de 2,5% para 5%. De 1980 para cá, portanto, prosperou a diversificação da pertença religiosa e da religiosidade no Brasil, mas se manteve praticamente intocado seu caráter esmagadoramente cristão (MARIANO, 2013, p. 1).

No cenário local, o Amapá se caracterizou por ter presença de evangélicos muito evidente e muitos atuantes na política, ocupando cargos e candidaturas, enquanto o núme-

ro de católicos vem diminuindo. A população predominante é católica (64%), seguido pelos evangélicos (28%) e espíritas (0,4%); os sem religião somam 6% da população. Entre as igrejas evangélicas, a que conta com o maior número de membros é a Assembleia de Deus (100.821), seguida pela Igreja Universal (10.101), Igreja Adventista do Sétimo Dia (9.461), Igreja do Evangelho Quadrangular (6.468) e Igreja Pentecostal Deus é Amor (3.146) (REIS E CARMO, 2015).

Com base no conjunto teórico anterior, e na inédita abordagem da religião na disciplina de *Sociologia Aplicada à Saúde*, no curso de Medicina da UNIFAP, partimos do pressuposto que a formação de profissionais na área de saúde carece de uma abordagem acerca da religiosidade do paciente e dos seus impactos no tratamento de doenças.

A ESPIRITUALIDADE NO ENSINO MÉDICO

Na formação do acadêmico em Medicina, a abordagem da espiritualidade é dicotômica, já que existe a dificuldade de discuti-la com conhecimento científico e posicionamento técnico, além disso, existe certa resistência em aceitar a dimensão espiritual do ser humano no cuidado e isso se deve ao impacto do paradigma positivista e naturalista nas disciplinas de saúde. Através da análise de currículos dos cursos de Medicina, constata-se que as disciplinas estão centradas, em sua maioria, na dimensão biológica do ser humano.

Neste sentido, o ensino médico necessitou de uma nova metodologia que alinha-se à formação profissional com habilidades humanísticas essenciais no exercício da medicina, influenciada pelo método de aprendizagem baseado em soluções de problemas, denominado PBL (*Problem Based Learn*). Dentre os principais métodos de aprendizagem ativa, destaca-se o Método de Aprendizagem Baseada em Problemas (MABP), que torna os estudantes parte efetiva do processo de ensino-aprendizagem, buscando a construção de conhecimento sólido e autônomo com independência.

Esse método vem se consolidando como uma importante ferramenta pedagógica e tem gerado diferentes resultados na construção do conhecimento dos estudantes pelo seu grau de comprometimento⁵. A metodologia se destaca por ser aceita e empregada nas mais diversas Instituições de Ensino do Brasil (IES) e do mundo, por isso, se faz importante avaliar as experiências e os resultados obtidos por discentes da área da saúde de diferentes instituições sobre as experiências vividas a partir da utilização do MABP.

Atualmente, a metodologia adotada pela UNIFAP engloba o aprendizado através da metodologia ativa, que permite recrutar conhecimento diversificado, contribuindo para a formação dos estudantes. Através de disciplinas optativas, é possível complementar sua formação e contribuir diretamente para o desenvolvimento humano e social.

Surge daí, a oferta da disciplina optativa de *Sociologia Aplicada à Saúde*, com ênfase em religião, dirigida aos acadêmicos de graduação do curso de Medicina da UNIFAP, com carga horária de 60 horas, dividida em 15 encontros de 04 horas semanais. O programa compreende desde o questionamento reflexivo sobre o porquê estudar espiritualidade na área da saúde até a sua influência nos resultados terapêuticos, incluindo os riscos e benefícios na promoção de uma assistência mais humanizada, bem como, abrangendo estudos sobre as

⁵ Nesta Direção, Borochovcicius e Tortella (2014); Da Silva (2015); De Carvalho Borges et al. (2014); De Moraes (2014).

grandes religiões, anamnese espiritual, reflexões sobre Deus, fé, dor e sofrimento, morte e questões acerca da bioética e discussões relativas da transcendência enquanto um campo a ser explorado dentro dos domínios da pesquisa científica e suas limitações metodológicas. O objetivo desta disciplina é construir, na finalização do curso, uma reflexão que favoreça ao estudante a percepção sobre a importância da espiritualidade como fator de grande influência no acompanhamento do paciente no processo saúde-doença e sua participação como instrumento de humanização no atendimento.

A disciplina ocorreu no período do segundo semestre letivo de 2019, no turno da manhã, no Departamento de Ciências Biológicas e Saúde, bloco de Medicina, da UNIFAP. Assim, as atividades de monitoria culminaram nesta pesquisa, através das quais houve o auxílio ao professor ministrante Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis⁶, com repasses de textos, e-mails, informações e auxílio aos estudantes que, por sua vez, atenderam à pesquisa de forma muito receptiva e de maneira a demonstrar bastante interesse pelo tema.

A proposta de atividades se deu através de palestras, seminários temáticos com representantes de lideranças religiosas, visitas técnicas e rodas de conversa. Além disso, houve a discussão teórica no início da disciplina com exposição de textos, artigos e capítulos de livros de teóricos – Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Émile Durkheim – que debatem temas acerca de construção de identidade, diferença, cultura, religião e espiritualidade.

Para a visita técnica, realizada ao longo do semestre, os acadêmicos direcionaram-se à Associação Beneficente Ylê de Oxum Apará, localizada no bairro Pedrinhas, na cidade de Macapá-AP, onde tiveram a oportunidade de conhecer o espaço físico no qual são desenvolvidas as atividades de religiões de matriz africana, podendo inteirar-se sobre imagens, rituais e roda de conversa muito satisfatória com o responsável do Terreiro, Pai Salvino. A maioria dos estudantes presentes não tinha noção das denominações e informações sobre religiões de matriz africana, nem mesmo como ocorria essa troca através da relação entre saúde e religião; a referida casa diz que orienta e cuida de doenças físicas e até mentais, através de rezas e ervas, mas que orienta sempre o auxílio do médico e que se este profissional instruir laudos e resultados negativos, estes não prometem cura ou mudança no caso.

Os seminários temáticos foram compostos por líderes de grupos religiosos – Ayahuasca, Reiki, Testemunhas de Jeová e um debate sobre religiões de matriz africana, contendo personalidades de diferentes segmentos – que somaram com informações, experiências e vivências, além de debates acerca de práticas e informativos relacionados à saúde de suas respectivas denominações; este momento serviu como troca, já que se trata de posições voltadas à saúde, nas quais religiões praticam e atuam e que os acadêmicos não sabiam o real motivo e história através da decisão e seguimento. Ter esses líderes contando casos e suas vivências perante estudantes de Medicina foi essencial, em vista de que foi relatado abusos e negligências hospitalares, bem como casos de violação do corpo e individualidades desses indivíduos.

Para critérios de finalização da disciplina, o último seminário, intitulado *“Morte e Saúde na formação do profissional Médico”*, se deu através de professores do próprio curso de Medi-

⁶ Professor efetivo da Universidade Federal do Amapá, no curso de Relações Internacionais, mestre em Ciência Política e Doutor em Sociologia, voltando seus estudos em torno do tema religião.

cina, com formação em Ciências Humanas aplicadas. Foi um bate-papo que possibilitou o conhecimento de experiências pessoais e profissionais de professores que estão no dia a dia com os alunos, ensinando e trocando conhecimentos, mas de forma sistêmica e positivista.

Com intenção de possibilitar a coleta de dados, foi utilizado um instrumento composto de duas partes, através de uma plataforma *online*. A primeira consistiu em um questionário sociodemográfico, com intuito de apreender a idade, sexo, prática e frequência religiosa dos participantes do estudo. A segunda parte continha três questões discursivas sobre a temática central do estudo: O que você entende por espiritualidade? Na sua opinião, quais as relações entre espiritualidade e cuidado? Qual a importância da espiritualidade do paciente em seu processo saúde-doença?

A análise dos dados foi feita através da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2000), uma vez que o discurso do significado da dimensão espiritual necessita de um método analítico capaz de conduzir o pesquisador por um caminho seguro.

De posse do material coletado, foi realizada a leitura dos questionários respondidos pelos acadêmicos para demarcação da pesquisa. Em seguida, passou-se para exploração do material, em que os questionários foram codificados a partir da identificação das unidades de registro e de contexto. Neste estudo, as unidades de contexto são representadas pelas questões que compuseram o instrumento de coleta de dados e as unidades de registro por palavras-chave identificadas nas respostas dos acadêmicos a estas questões, as quais são definidas no Quadro 1.

Quadro 1 - Unidades de conteúdo e de registro identificadas nos discursos dos participantes e suas respectivas definições.

Unidade de conteúdo: o que você entende por espiritualidade?	
Unidades de registro	Definição
Algo/força superior	Indica que enquanto o homem busca sentido, a ciência enxerga rastros do sagrado, de uma força, ou superior inerente aos seres humanos.
Relação com Deus	A religião/religiosidade/espiritualidade são a fonte dos sentimentos que nos nutre de amor, paz e contentamento.
Subjetividade	Sugere que o espaço íntimo do homem (mundo interior) leva-o a se relacionar com o mundo social. É o espaço onde a percepção instaura a realidade.
Transcendência	A relação exclusiva do indivíduo com o transcendente por meio da fé e/ou de uma crença.
Sentido da vida	Motiva o homem como ser espiritual a decidir os rumos de sua vida.
Crença/fé	A crença é tudo que acredita-se como verdade, fé e a convicção do que esperamos e a certeza do que não vemos.
Bem-estar	Trata-se da satisfação com a vida, positividade.
Unidade de conteúdo: relação entre espiritualidade e cuidado?	
Unidades de registro	Definição
Cuidado humanizado	Mostra não apenas o paciente, mas sua família, a equipe de profissionais e o próprio ambiente. A humanização deve fazer parte da filosofia da medicina.

Atenção profissional	Independente da área de formação ou categoria profissional, a comunicação deve ser valorizada como essencial na atenção paliativa.
Apoio ao cuidado	Orientar a assistência, pensando o processo de saúde e trabalho não apenas centrado no médico, mas em toda a equipe, de forma interdisciplinar.
Holismo	Significa o inteiro, o todo, o completo. A prática do holismo evita tratar de forma isolada o processo saúde-doença.
Interfere na recuperação	Em um processo social, seguir as orientações médicas resultam na recuperação da saúde.
Crença/fé	A crença é tudo que acredita-se como verdade, fé e a convicção do que esperamos e a certeza do que não vemos.
Lidar com o próximo	A sabedoria adquirida na convivência com as diferenças, como a forma de pensar, sentir, agir, etc.

Unidade de conteúdo: relação entre espiritualidade e o processo saúde-doença?

Unidades de registro	Definição
Adesão e ajuda no tratamento	Indica a aceitação pelo paciente das recomendações do profissional de saúde.
Influência no processo saúde-doença	O sedentarismo e maus hábitos alimentares são fatores de risco que influenciam o processo saúde-doença.
Holismo	Significa o inteiro, o todo, o completo. A prática do holismo evita tratar de forma isolada o processo saúde-doença.
Bem-estar	Trata-se da satisfação com a vida, positividade.
Fortalecimento do paciente	Os sentimentos de tristeza e apatia fragilizam o paciente, pelo fato de não sentir-se preparado para cumprir suas obrigações sociais. É essencial o apoio espiritual e familiar.
Qualidade de vida	As condições de vida do ser humano, demonstradas pelo lado físico, mental, psicológico, emocional e espiritual.
Enfrentamento da doença	A estratégia de enfrentamento é a tentativa do indivíduo superar o estresse provocado por sinais e sintomas da doença, como apatia, depressão, desânimo, raiva, ansiedade, etc.
Integralidade	As ações médicas no tratamento em conhecimento, organização e trabalhos em saúde.
Respeitar costumes	Respeitar o outro é compreender que pessoas pensam e agem de forma diferente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Macapá, Amapá, Brasil.

Desta forma, emergiram-se três categorias temáticas: o conceito e a importância da espiritualidade; relação entre espiritualidade e cuidado; e relação entre espiritualidade e o processo saúde-doença. Para facilitar a apresentação dos resultados, foram construídos quadros compostos pelas categorias, unidades de registro, unidades de contexto e a frequência de cada uma.

Após a aprovação do estudo, os estudantes participantes da disciplina foram abordados e convidados a participarem da pesquisa. Após a explicação sobre os objetivos, justificativa e procedimentos metodológicos do estudo, seus riscos e benefícios, bem como a possibilidade de desistência ou recusa em participar do estudo em qualquer momento sem nenhum prejuízo e a garantia de sigilo e anonimato na divulgação de seus resultados, os estudantes manifestaram sua concordância de participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sendo assim, o estudo seguiu as recomendações éticas pre-

conizadas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas em Seres Humanos (BRASIL, 2012).

Por se tratar de uma disciplina optativa, fizeram-se presentes alunos de todos os períodos do curso, desde os iniciais até aqueles que se encontravam em processo de formação. A pequena porcentagem dos acadêmicos correspondeu à maioria do sexo masculino, com 23 participantes, enquanto do sexo feminino, foram 21 participantes. A idade dos indivíduos variou entre 21 a 41 anos, respectivamente, mínima e máxima (Tabela 1).

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos participantes do estudo.

Acadêmicos de Medicina	Sexo		Idade	
	Feminino	Masculino	Mínima	Máxima
	21	23	21 anos	41 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Macapá, Amapá, Brasil.

No tocante à religiosidade organizacional, tanto a assiduidade mínima, de pelo menos uma vez ao mês ao serviço religioso, quanto a assiduidade máxima, mais de uma vez na semana, foram maior entre os acadêmicos (Tabela 2).

Tabela 2 - Assiduidade dos participantes a serviços religiosos.

Acadêmicos de Medicina	Uma vez ao mês		Mais de Uma vez ao mês		Uma vez na semana		Mais de uma vez na semana		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	20	45,5	04	9,1	06	15,9	12	29,5	44	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Macapá, Amapá, Brasil.

Sobre a importância ou não da espiritualidade para os acadêmicos, independente da filiação religiosa declarada, dos 44 participantes, 38 atribuíram a espiritualidade a algum grau de importância. E apenas 06 participantes não consideraram importante, portando, conclui-se que a maioria julga ser importante a questão da espiritualidade. Vale ressaltar, que a construção e aproximação desse grupo pesquisado, antes mesmo do desenvolvimento da pesquisa, evidenciou que os participantes consideram em sua vida a dimensão religiosa e espiritual, e ainda revelam a lacuna ao longo da formação desse tema.

Tabela 3 - Grau de importância da espiritualidade, segundo participantes.

Acadêmicos de Medicina	Não é importante		Relativamente importante		Importante		Muito importante		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	06	9,1	06	15,9	09	20,5	23	54,4	44	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Macapá, Amapá, Brasil.

No discurso dos participantes da pesquisa, a espiritualidade é compreendida como elo entre o homem e um ser supremo, este ser supremo representa um Deus ou uma força maior que dá sentido às coisas inexplicáveis, rege a vida humana e o universo. A maioria das respostas atribuem a espiritualidade ao relacionamento do homem com esse Deus, em uma dicotomia entre o mundo da matéria e o mundo do espírito. Mediante análise desta dicotomia, muitos aspectos religiosos que influenciam o processo saúde-doença não são levados em consideração de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 - Unidades de registro e de conteúdo da categoria intitulada “O que você entende por espiritualidade?”, identificadas nas respostas dos participantes do estudo.

O que você entende por Espiritualidade?		
Unidades de registro	Frequência	Unidades de contexto
<i>Algo/força superior</i>	6	- Como uma maneira de conexão com o divino. - Baseado em algo superior ao nosso entendimento humano. - É acreditar em algo que lhe fortaleça. - Contato com forças superiores a este plano ou mesmo a rejeição da existência delas. - Algo que não conhecemos por completo, porém nos dá força. - É a forma individual de busca pela conexão com algo ou alguém superior.
<i>Relação com Deus</i>	6	- É a conexão que tenho com Deus e com o meu interior. - A espiritualidade é uma coisa natural do ser humano. - Algo colocado na mente humana pelo próprio Criador para que pudéssemos nos conectar a Ele. - É a Busca por Deus. - É uma forma de conexão com Deus. - Estar conectado com Deus.
<i>Subjetividade</i>	9	- Algo que nos conecta com uma parte além do corpo físico. - Acreditar que existe algo além do corpo físico. - É uma forma de você acreditar, se conectar em algo maior, em outra realidade. - Contato com aquilo que está além do plano material ou físico. - Um sentimento de tranquilidade sem explicação da causa. - Ela preenche o vazio da nossa existência, tornando o impossível em algo palpável. - Costumes que buscam algo além do plano material, divino. - É acreditar em algo místico, além da realidade material. - Por algo que se estende da nossa existência partindo para o sobrenatural.
<i>Transcendência</i>	5	- Estado individual acerca das percepções daquilo que é sentido de forma não material. - Uma conexão com algo maior e transcendental. - Uma percepção de mundo construída em torno de valores culturais, sociais, familiares e pessoais que busca transcender. - A forma que a gente tem de tentar buscar explicações e razões para as coisas que acontecem na vida e transcendem o meio material. - Acreditar em algo que transcende qualquer coisa terrena e preenche o ser humano.
<i>Sentido da vida</i>	6	- Como se enxerga a vida após a morte e como as atitudes e ações dele em vida podem refletir após seu término. - Conexão emocional. - Busca de sentido e compreensão de aspectos não palpáveis e complexos da própria vida e dos outros. - Forma de acreditar que a vida significa mais do que realmente é. - Uma forma de tentativa de explicação da realidade, porém simplificada. - Porto seguro.

<i>Crença/fé</i>	7	- Entendo como um meio de busca pela fé. - Aquilo que alimenta o nosso espírito. - Uma forma do ser humano se conectar com algo que traga esperança e fé. - Algum meio para se ligar ao sagrado. - Significa a expressão da minha fé. - Uma aproximação com o sagrado. - É aquilo que nos permite conectar com o divino.
<i>Bem-estar</i>	5	- Estado de ser/estar do indivíduo. - Forma de buscar a melhor versão de si mesmo. - Busca de ter paz de espírito/paz interna de inúmeras formas. - Espiritualidade é a forma como você se expressa. - É uma tentativa de conexão com o interior.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Macapá, Amapá, Brasil.

A dimensão da espiritualidade, mais do que acrescentar um novo conhecimento, é uma maneira de ver o universo dos acontecimentos numa nova perspectiva, outrora reduzida a uma visão tecnicista, em que ocorre uma abertura para a reflexão sobre questões essenciais e existenciais. A dimensão da espiritualidade diz respeito a um plano metafísico que não se limita a qualquer tipo de crença ou prática religiosa; nela é contemplado o conjunto de emoções e convicções de natureza não material, o qual nos remete a questões como o significado e o sentido da vida (VOLCAN, 2003). Assim, a espiritualidade não está vinculada necessariamente a uma fé religiosa em uma divindade específica, mas em como o ser humano é intrinsecamente espiritual, uma vez que tem a capacidade de autoconsciência, reflexão sobre si e sua autotranscendência.

Na relação entre espiritualidade e cuidado profissional, a maioria dos acadêmicos acredita que ela está atrelada em lidar com o próximo, de modo em que é preciso ter apoio ao cuidado de todas as formas que contribuam para a melhora do paciente, incluindo sua crença e fé, já que existem doenças e estados físicos que profissionais da saúde não são capazes de diagnosticar, apenas crenças e religiosidades podem direcionar. Percebe-se, também, que essas concepções e relações se modificaram ao longo da disciplina, depois do contato e experiência com tantos indivíduos e suas histórias, tornando-os ainda mais sensíveis ao tema e à sua futura profissão (Quadro 3).

Quadro 3 - Unidades de registro e de conteúdo da categoria intitulada “Relação entre espiritualidade e cuidado”, identificadas nas respostas dos participantes do estudo.

Em sua opinião, qual a relação existente entre espiritualidade e cuidado?		
Unidades de registro	Frequência	Unidades de contexto
<i>Cuidado humanizado</i>	5	- A importância da saúde humanizada, focando no ser biopsicossocial. - Um guia na busca por entendimento e explicação. - Deve-se entender a espiritualidade e religião de cada paciente, para que haja um cuidado mais individualizado e humano com cada paciente. - Humanizar mais nossas relações com os pacientes. - Crédito no tratamento humanizado como essencial nesse processo.

<i>Atenção profissional</i>	4	- A espiritualidade é parte inerente ao ser, faz parte da abordagem ao paciente considerá-la em todos momentos de cuidado. - Acredito que a espiritualidade deve ser uma aliada no processo de saúde, pois muitos pacientes a têm como esperança de dias melhores, de cura, e encorajar essa ferramenta é um passo muito importante para o cuidado do paciente. - É importante considerar dependendo da relação médico paciente. - É considerar o indivíduo como completo, e traz mais conteúdo para mais possibilidades de abordagem e sucesso terapêutico.
<i>Apoio ao cuidado</i>	8	- Se faz de suma importância que seja abordada a questão da espiritualidade no tratamento do paciente. - Ela ajuda a tranquilizar o paciente e aceitar sua condição com mais resiliência. - Estimulá-lo a buscar em sua fé aqueles que lhe dão maior apoio emocional é imprescindível para alcançar a cura/tranquilidade mental. - Mesmo que o médico não acredite na religião do paciente, ele tem que se apegar ao lado religioso do paciente para tranquilizá-lo. - A espiritualidade oferece conforto sobre o processo de adoecimento, principalmente em pacientes terminais. - Sempre respeitar a espiritualidade do paciente e ter em mente que ela auxilia no tratamento. - A espiritualidade pode ser usada como um instrumento de auxílio para o paciente, tendo em vista os benefícios no bem-estar geral. - Aqueles pacientes que têm qualquer tipo de crença e o lado espiritual em suas vidas, podem sempre estar aliando as duas partes para ter um benefício próprio na saúde.
<i>Holismo</i>	4	- É necessária para uma abordagem holística do paciente. - Oferecer mais do que apenas a visão materialista e técnica do médico, mas visualizar o paciente como uma entidade completa, com seu corpo e mente. - Respeito à sua esperança e apoio humanizado e holístico ao paciente. - É onde o ser humano busca conforto e paz de espírito, que é algo bastante relevante em qualquer processo da vida.
<i>Interfere na recuperação</i>	6	- A forma que o paciente vê a espiritualidade ajuda no tratamento do mesmo. - É necessário levá-la em consideração, uma vez que é determinante de estilo de vida e pode indicar adesão ao tratamento. - Quando o paciente e sua família têm espiritualidade e acreditam e pedem pela cura de um doente, isso ajuda muito no tratamento. - Ela pode em muito contribuir pra melhorar e servir de acalento nos momentos difíceis. - São determinantes na relação médico e pacientes, com repercussões diretas no tratamento. - A espiritualidade é muito importante na assistência à saúde devido à sua atuação e conhecimento em diversas vertentes do cuidado ao paciente.

<i>Crença/fé</i>	8	- A resposta a um determinado tratamento pode ser influenciada diretamente pela fé. - A forma como vai se encarar determinada situação na saúde, a fé pode ser um grande aliado. - Se a fé o torna mais confiante, melhor será seu tratamento e sua condição psicológica. - A crença que o paciente possa ter na interferência desses fatos sobrenaturais no estado dele, pode alterar a resposta dele à medicação ou qualquer tipo de tratamento. - Aceitar as escolhas de cada paciente é fundamental, principalmente no que ele acredita. - Acredito veementemente que a espiritualidade, a fé age diretamente na recuperação dos pacientes. - A espiritualidade dá ao paciente uma esperança e uma paz de espírito que a medicina moderna não consegue proporcionar. - Ela permite que o paciente se tranquilize em relação à sua condição clínica.
<i>Lidar com o próximo</i>	9	- A espiritualidade auxilia o paciente a ter algo em que confiar no momento de dor e sofrimento. - A espiritualidade dos pacientes é benéfica como placebo na cura das doenças. - Acredito que é de importância que o médico conheça as vertentes religiosas a fim de respeitar a individualidade de cada ser como pessoa. - Uma relação importantíssima de fraternidade, a empatia tem como cerne tal sentimento. - É de extrema importância compreender o valor da vida e enxergar o próximo como seu semelhante, apesar de muitas coisas. - Faz a gente se manter bem pra cuidar de quem precisa. - Espiritualidade é essencial e está ligada à empatia e compaixão. - A busca pela espiritualidade é capaz de fortalecer o paciente em momentos delicados, ajudando a lidar com menor sofrimento em situações difíceis. - Pois deve ser levado em consideração na hora de atender e se portar à frente do paciente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Macapá, Amapá, Brasil.

Não há contradição entre a prática de uma fé diante da atividade profissional de um cientista. Em outras palavras, é possível ser um bom cientista e ao mesmo tempo acreditar em Deus. A crença em um *Ser Superior* pode ser uma opção completamente racional, na qual princípios de fé são, na verdade, complementares aos científicos. Enquanto o domínio da ciência está em explorar a natureza, o domínio de Deus encontra-se no mundo espiritual, impossível de esquadrihar com instrumentos e linguagem científica (COLLINS, 2007). Isso é demonstrado no Quadro 4, no qual são consideradas questões sobre o uso conjunto da espiritualidade com os cuidados médicos, resultando na influência direta dessa relação para esses futuros profissionais.

Quadro 4 - Unidades de registro e de conteúdo da categoria intitulada “Relação entre espiritualidade e cuidado”, identificadas nas respostas dos participantes do estudo.

Qual a importância de considerar a espiritualidade do paciente em seu processo saúde-doença?		
Unidades de registro	Frequência	Unidades de contexto
<i>Adesão e ajuda no tratamento</i>	5	- Essa relação já foi comprovada como algo positivo para o tratamento do indivíduo. - Na maioria das vezes é benéfico pelo otimismo e crença na melhoria da saúde. - Considero como fator benéfico para o processo de restabelecimento da saúde do paciente. - Exerce impacto positivo. - A forma com que o paciente pratica sua espiritualidade pode influenciar em algumas questões sobre ao que ele está receptivo em termos de tratamento.
<i>Influência no processo saúde-doença</i>	8	- Será uma das bases importantes no processo de adoecimento. - A espiritualidade pode fornecer testemunhos de como ou porquê de superar tal enfermidade. - Ela pode sim causar um impacto positivo no processo saúde-doença. - A espiritualidade do paciente afeta diretamente a forma como ele encara todo o processo de adoecimento e morte. - A espiritualidade dá ao paciente, a sensação de algum tipo de controle sobre a doença e possibilidade de cura. - A espiritualidade é importante porque ela ajuda no processo de cura. - Porque as crenças do paciente, principalmente, quando têm relação com o processo saúde-doença, têm um papel ativo na recuperação do paciente. - Um fator de grande influência para instituição de tratamentos e ajudas no processo de cura das doenças.
<i>Holismo</i>	2	- A religião muitas das vezes responde os anseios das pessoas em relação ao desconhecido e ao tratamento holístico. - Algo que ultrapassa o biológico.
<i>Bem-estar</i>	2	- A espiritualidade do paciente traz mais energias boas para o processo de cura, alegria e diminuição da ansiedade e angústia. - A espiritualidade atua como um refúgio para pacientes enfermos.
<i>Fortalecimento do paciente</i>	7	- A partir dela podemos melhor estabelecer a relação médico-paciente. - Entender a fé do paciente e sua relação com sua espiritualidade é importantíssimo para passar pelo processo da doença da forma mais tranquila. - A espiritualidade é muito importante, pois o paciente está em um processo difícil na sua saúde. - Servir como apoio para aqueles que acreditam. - Todo médico deve ter uma visão que vai além do biológico no que se refere à prestação de cuidados. - É uma forma de trazer força para o paciente em um momento delicado com a descoberta e o tratamento de algumas doenças. - É o que complementa qualquer terapêutica e atribui eficiência às demais.
<i>Qualidade de vida</i>	4	- Doenças por causas emocionais, por exemplo. - A mente é responsável por controlar boa parte do nosso corpo e a espiritualidade, pra mim, é uma das formas de cura mental e não existe corpo em pleno estado de funcionamento com uma mente não sã, na minha opinião. - Pode ajudar no desfecho de sua saúde de forma extremamente positiva, a partir do momento que ele acredite. - Pode ser um ponto relevante na manutenção da saúde.

<i>Enfrentamento da doença</i>	3	- Acho que principalmente no processo de aceitação, pacientes que têm espiritualidade tem um processo diferente daqueles não tementes. - A maioria dos pacientes toma a espiritualidade como base para o processo saúde e doença. - É importante na adesão do paciente, a terapêutica, isso pode ajudar ele.
<i>Integralidade</i>	4	- O respeito e até mesmo o incentivo ao paciente manter suas crenças acesas não só motivam o paciente como também estreitam os laços da relação médico-paciente. - Um possível entrave ou abertura, dependendo da perspectiva do paciente e do médico. - Compreensão dos fatores do universo do paciente envolvidos nesse processo saúde-doença é fundamental para entender o surgimento e traçar um possível tratamento. - Como instrumento de entendimento, ou, pelo menos, percepção da realidade, a espiritualidade dita a cooperação e aceitação do paciente com sua doença e ainda sua adesão ou não ao tratamento.
<i>Respeitar costumes</i>	9	- As crenças são importantes no processo de cura. Há pessoas que acreditam que algumas doenças podem ser advindas do espírito doente. Além disso, a crença de algo maior que possa curar a doença ajuda no tratamento e há estudos que comprovam isso. - É muito importante respeitar a espiritualidade do paciente e saber como lidar com ela. - É dever do médico respeitar a identidade de seus pacientes, e ativamente buscar ter uma posição que não cause ofensas ou antagonize estes. - É importante para que sejam consideradas as crenças, costumes e restrições do paciente, no processo saúde-doença. - Respeitar as crenças do paciente ajudará na melhor relação médico-paciente, na adesão ao tratamento e até mesmo na melhora clínica. - Não ferir as crenças do paciente e respeitar as suas vontades. - Se relaciona à medida que há presença de fé, tanto na ciência quanto na crença que está intrínseco ao paciente. - A espiritualidade do paciente define a relação dele com o processo de adoecer e como ele lida com os conceitos de morte e saúde. - Cabe, então, ao profissional da saúde compreender e respeitar as decisões do indivíduo ligados à religiosidade e a espiritualidade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Macapá, Amapá, Brasil.

Comparando as respostas, observa-se uma diferença significativa no modo de expressar a relação da espiritualidade no processo saúde-doença, sendo maior a incidência de respostas favoráveis à questão nos itens: respeitar os costumes e influência no processo saúde-doença. É interessante destacar que essa influência da espiritualidade do próprio estudante na decisão sobre a inclusão ou não do cuidado espiritual, depende da visão de espiritualidade que se tem, se há uma maior ou menor dificuldade para lidar com a situação. As situações de finitude de vida e de enfrentamento de doenças graves e mentais são consideradas como facilitadoras.

Em contrapartida, é inconcebível na formação de qualquer profissional da área da saúde e numa perspectiva holística e integral, a exclusão da dimensão espiritual na abordagem do cuidado, pois este se torna efetivo quando contempla o ser humano em seus aspectos físico, psicológico, social e espiritual. A expressão espiritualidade não pode ser reduzida aos

momentos de vulnerabilidade humana, como no enfrentamento de doenças graves e na finitude da vida; e sua influência no processo saúde-doença não pode ser ignorada (SOUZA; MAFTUM; MAZZA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação médica demanda diversas habilidades. O desafio atual consiste em alinhar habilidades teóricas e práticas, com uma formação humanística centrada no tratamento integral do paciente. Apesar da excessiva carga teórica que abrange o estudo detalhado de doenças, o acadêmico de Medicina precisa compreender e respeitar os elementos culturais e religiosos do seu paciente, assim como está previsto no Código de Ética do Estudante de Medicina, no eixo cinco, que trata da relação do estudante com a sociedade, para que possa obter a adesão do tratamento e resultados positivos. Por este motivo, a adoção das metodologias ativas, com inserção do ensino baseado em problemas, tem resultado em profissionais que demandam por um conhecimento amplo, que engloba a visão biopsicossocial.

Neste contexto, a Universidade Federal do Amapá através do curso de Medicina, disponibiliza a disciplina optativa *Sociologia Aplicada à Saúde*, com abordagem em religião, o que possibilita uma formação extensa, para além do diagnóstico e tratamento de doenças, dado que a religião impacta na conduta do profissional que irá se formar, além da compreensão da fé no processo de tratamento ou cura. Por se tratar do único curso de Medicina do estado do Amapá, o curso da UNIFAP torna-se o polo de formação de profissionais que irão vivenciar a grande diversidade religiosa, como religiões de matrizes africanas, cristãs, pentecostais ou protestantes.

Assim, a disciplina optativa *Sociologia Aplicada à Saúde* proporcionou aos acadêmicos, a reflexão sobre os diversos temas que vão além da saúde e doença, através de atividades desenvolvidas ao longo das aulas e visitas imersivas em ambientes de fé e encontros com líderes ecumênicos, os quais possibilitaram a formação teórica e a vivência com as particularidades de cada vertente religiosa.

Na Amazônia, a influência cultural de religiões afro-ameríndias impactam diretamente na dificuldade do exercício da medicina, visto que cada paciente costuma fazer a adesão ao tratamento de forma distinta e particular, influenciado por seu conhecimento cultural e religioso. Cabe ressaltar que o Amapá é um estado com grande número de populações tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhos e caboclos – que possuem singularidades distintas quando consideradas a religiosidade e a espiritualidade.

Portanto, se faz essencial uma formação multicêntrica, incorporando ciências sociais e saúde voltadas ao paciente, e não somente à doença. Ao trabalhar questões éticas, identidade, diferenças e cultura, são desenvolvidas algumas habilidades no acadêmico, como a facilidade de comunicação, cuidado com o próximo, empatia e inteligência emocional, contando com o auxílio de uma equipe em seus atendimentos com antropólogos, sociólogos, enfermeiros especializados em comunidades e religiões.

Quando os acadêmicos de Medicina, participantes deste estudo, foram interrogados acerca da relação entre espiritualidade e o cuidado profissional, comprovou-se que a maioria reconhece a interferência da espiritualidade na recuperação do paciente, deste modo,

correlaciona espiritualidade com a atenção profissional que gera apoio ao momento de tratamento de doenças, bem como, considera fundamental no processo de saúde-doença, o respeito, a crença e a fé de quem procura consultórios médicos.

Por fim, para que a formação médica no Amapá aconteça de forma integral, o apontamento deste estudo é que a disciplina de Sociologia da Religião seja aplicada ao quadro efetivo de disciplinas do curso, para que assim possamos ter profissionais de saúde cientes do seu papel de mudança social, integrados às culturas e crenças regionais. A sugestão da inserção efetiva visa colaborar nesta formação, favorecendo o desenvolvimento de futuros profissionais, os quais estejam mais atentos e aptos a acolher e compreender as necessidades espirituais do paciente no seu processo saúde-doença, como um recurso a ser utilizado na melhora da qualidade do seu acompanhamento, oferecendo uma proposta concreta de solução às queixas frequentes da desumanização do sistema de saúde.

Esta experiência com os acadêmicos veio reforçar que para um preparo adequado de indivíduos que se dirigem à área da saúde, o campo da espiritualidade não pode ser avaliado como curiosidade ou uma possibilidade, mas uma exigência necessária declarada pelos próprios estudantes, requerida tanto para a formação profissional, quanto social e pessoal.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, M. F. Bioética e teologia na sociedade plural. In: NEVES M. C. P.; LIMA, M. (Orgs.). *Bioética ou bioéticas na evolução das sociedades*. Centro Universitário São Camilo, Coimbra-SP: Gráfica de Coimbra, 2004.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BENKO, M. A.; SILVA, M. J. P. Pensando a espiritualidade no ensino de graduação. *Revista latino-americana de enfermagem*, Ribeirão Preto-SP, v. 4, n. 1, jan. 1996, p. 71-85.
- BERGER, P. *Dossel Sagrado*. Buenos Aires: Amarratu Editores, 1971a.
- BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 22, n. 83, abr./jun. 2014, p. 263-294. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/287>>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012*. Diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2012.
- COLLINS, F. S. *A linguagem de Deus: um cientista apresenta evidências de ele existe*. São Paulo: Gente, 2007.
- DA SILVA, O. O. N. O método da aprendizagem baseada em problemas nos cursos de Educação Física: um relato de experiência. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 15, n. 171, ago. 2015, p. 38-43. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27381/14966>>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- DE CARVALHO BORGES, M. et al. *Aprendizado baseado em problemas*. *Medicina (Ribeirão Preto Online)*, v. 47, n. 3, 2014, p. 301-307. Disponível em: <http://revista.fmrp.usp.br/2014/vol47n3/8_Aprendizado-baseado-em-problemas.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- DE MORAIS, D. C. M. Avaliação da experiência de estudantes de farmácia no componente curricular de farmacologia com a utilização da metodologia de aprendizagem baseada em tarefas. *FOCO: caderno de estudos e pesquisas*, n. 5, jul./dez. 2014, p. 89-109. Disponível em: <<http://www.revistafoco.inf.br/index.php/FocoFimi/article/view/34>>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. 2. ed. Trad. de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, série "Os Pensadores". Seleção de textos de José Arthur Gianotti. 1983.
- DURKHEIM, É. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FLECK, M. P. A. et al. Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. *Revista Saúde Pública*, n. 37, 2003, p. 446-455.

- FONSECA, A. S., *et al.* Espiritualidade: o significado na prática do enfermeiro. *Nursing*, São Paulo, n. 112, 2008, p. 312-317.
- GOLDIM JR *et al.* (Orgs.). *Bioética e espiritualidade*. Porto Alegre: EdUPUCRS; 2007.
- GOMES, N.; FARINA, M.; FORNO, C. Espiritualidade, Religiosidade e Religião: Reflexão de Conceitos em Artigos Psicológicos. *Revista de Psicologia da IMED*, São Paulo, v. 6, n. 2, set./out. 2014, p. 107-112. ISSN 2175-5027.
- HALL S. *A Identidade Cultural Na Pós-Modernidade*. 10. ed. Rio De Janeiro: Dp&A; 2006.
- LUKOFF, D. Toward a more culturally sensitive DSM-IV (psychoreligious and psychospiritual problems). *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 180, 1992, p. 673-682.
- MILLER, W. R. *Researching the spiritual dimensions of alcohol and other drug problems*. *Addiction*, 93, 1998, p. 979-990.
- NASCIMENTO, L. C. *et al.* Espiritualidade e religiosidade na perspectiva de enfermeiros. *Texto e Contexto – Enfermagem*, Florianópolis-SC, v. 22, n. 1, jan./mar. 2013.
- PACHECO, A. S. Encantarias Afroindígenas na Amazônia Marajoara: Narrativas, Práticas de Cura e (In)tolerâncias religiosas. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, abr./jun. 2010, p. 88-108. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.21755841.2010v8n17p88/2504>>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- PENHA, R. M.; SILVA, M. J. P. Conhecimento e percepção da importância do atendimento da dimensão espiritual pelos graduandos de enfermagem. *O Mundo da Saúde*, v. 31, n. 2, 2007, p. 238-245.
- PIERUCCI, A. F. *O Desencantamento do mundo*: Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: 34, 2003.
- REGINATO, V.; BENEDETO, M.; GALLIAN, D. Espiritualidade e saúde: uma experiência na graduação de medicina e enfermagem. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan./abr. 2016, p. 237-255.
- SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar*: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SOUZA, J. R.; MAFTUM, M. A.; MAZZA, V. A. O cuidado de enfermagem na dimensão espiritual: a experiência dos alunos de graduação. *Online Brazilian Journal of Nursing*, v. 8, n. 1, 2009.
- SULLIVAN, W. P. It helps me to be a whole person: The role of spirituality among the mentally challenged. *Psychosocial Rehabilitation Journal*, 16, 1993, p. 125-134.
- THIENGO, P. C. S *et al.* Espiritualidade e religiosidade no cuidado em saúde: revisão integrativa. *Cogitare Enfermagem*, v. 24, n. 58692, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v24i0.58692>>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- TRINDADE, D. do C. As benzedeadas do Amazonas: a atualidade da cura popular na cidade de Parintins. In: *Anais Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação*. Palmas: IFTO, 2012.
- VASCONCELOS, E. A associação entre vida religiosa e saúde: uma breve revisão de estudos quantitativos. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, set. 2010, p. 12-18.
- VOLCAN, S. M. A. Relationship between spiritual well-being and minor psychiatric disorders: a cross-sectional study. *Rev. Saúde Pública*, v. 37, n. 4, 2003, p. 440-445.
- WEBER, Max. *Ciência e Política*: duas vocações. São Paulo: Ed. Cultrix, 2005.

RELAÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO AMAPÁ: UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO EDUCACIONAL

Raimundo de Lima Brito
Jorge Lucas de Oliveira Dias

INTRODUÇÃO

A motivação originária que despertou o interesse para a realização deste estudo emergiu a partir das experiências protagonizadas durante as trajetórias profissionais docentes mediante o ensino de Sociologia – do Trabalho¹ – no estado do Amapá, em especial, a oportunidade de atuação como bolsistas nos cursos técnicos do MEDIOTEC. Dessa forma, relatar as vivências que são atravessadas pelas histórias de vida, as situações econômicas e o ensino da sociologia, configura-se de suma importância para evidenciar o ensino da referida disciplina no contexto amazônico, enquanto um contexto permeado de múltiplas dificuldades e diversidades (GONÇALVES, 2012).

Reafirma-se, então, que o MEDIOTEC é um programa educacional, uma iniciativa do Ministério da Educação que busca fortalecer e ampliar a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos concomitantes para alunos regularmente matriculados no ensino médio das redes públicas de educação, por meio do custeio da bolsa formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Seu objetivo é fortalecer e ampliar a oferta de educação profissional e técnica de nível médio articulada com as redes públicas de

¹ O trabalho pode ser definido como o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade. Esse é o primeiro traço central identificado quando se procura compreender o sentido mais profundo da noção de trabalho. Se, por um lado, o trabalho é expressão, em maior ou menor medida, de um ato *poiético*, o momento da criação, ele tem sido também, ao longo da história, constante expressão de subordinação e alienação. (ANTUNES, 2011, p. 432-433)

educação e com o setor produtivo, de modo que os/as alunos/as cursem o ensino técnico no contraturno do ensino regular de nível médio.

O estudo visa refletir sobre o ensino da Sociologia do Trabalho – enquanto um ramo de sociologia que tem por finalidade a realização de estudos e análises sobre as diversas faces do mundo do trabalho – no contexto amazônico junto aos cursos ofertados pelo Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso – CEPAJOB, no Centro de Educação Profissional de Santana Professora Maria Salomé Gomes Sares - CEPSPMSGs e em suas escolas remotas localizadas nas cidades de Macapá-AP, Santana-AP e Mazagão-AP, ambas situadas em pleno território amazônico, da região norte do Brasil.

Com a introdução da sociologia como disciplina nos cursos de ensino médio e profissionalizante, pergunta-se: o que é sociologia? Para que serve? Como ensinar a pensar de maneira sociológica? Qual sua importância para a educação profissional?

A obra “A Imaginação Sociológica”, Mills (1970), enfatiza a exigência de que acima de tudo, nos afastemos em nosso pensamento das rotinas familiares de nossas vidas cotidianas para enxergá-las como algo novo. Logo, entende-se que uma das funções e especializações primordiais da sociologia é o ato de investigar as conexões entre o que a sociedade faz com o indivíduo e o que este faz consigo e com a sociedade como um todo.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Zygmunt Bauman, afirma que a sociologia teria por função mostrar as possibilidades de os indivíduos viverem em liberdade:

Não há escolhas entre ‘maneiras’ e ‘neutras’ de fazer sociologia. Uma sociologia descomprometida é uma impossibilidade. Buscar uma posição moralmente neutra entre as muitas marcas de sociologia hoje praticadas, marcas que vão da declaradamente libertária à francamente comunitária, é um esforço vão. Os sociólogos só podem negar e esquecer os efeitos de seu trabalho sobre a “visão de mundo”, e o impacto de visão sobre as ações singulares ou em conjunto, ao custo de fugir a responsabilidade de escolha que todo ser humano enfrenta diariamente. A tarefa da sociologia é assegurar que essas escolhas sejam verdadeiramente livres e que assim continuem, cada vez mais, enquanto durar a humanidade (BAUMAN, *apud* EDIC, s/d, p. 10).

Dessa forma, sustenta-se que o ensino da sociologia pode proporcionar ao aluno/a do MEDIOTEC a aquisição e reflexão sobre conhecimentos que poderão ser utilizados como ferramentas de compreensão e (re)interpretação dos fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: A SOCIOLOGIA DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

É válido ressaltar que as experiências como docentes da disciplina de Sociologia do Trabalho, tiveram como *locus* de atuação as cidades: Macapá-AP, Mazagão-AP e Santana-AP. As atividades didáticas pedagógicas do ensino da Sociologia foram simultaneamente desenvolvidas com os cursos: Técnico em Massoterapia e Técnico em Comércio.

Destacam-se que os conceitos e as categorias de análise da sociologia para compreensão da realidade dos fenômenos sociais em diferentes contextos históricos da sociedade humana constituem a base tecnológica, ou seja, o conteúdo a ser estudado, acompanhado

pela estratégia de ensino e técnica de estudo (aula expositiva e dialogada, dinâmica de grupo, estudo dirigido, leitura e discussão de textos, rodas de conversa, discussão sobre temas, estudo de caso, análise e reflexão sobre filmes e cartazes temáticos, etc.). Além disso, são identificados os recursos didáticos a serem utilizados, bem como a forma de avaliação da atividade.

Ressaltam-se que as bases tecnológicas da Sociologia do Trabalho aplicadas nos diferentes cursos contribuíram para existência de elementos – extremamente relevantes – concebidos como formadores para o desenvolvimento das competências e habilidades, que proporcionam conhecimentos básicos sobre a sociologia e sua influência nos “mundos do trabalho” e, conseqüentemente, na vida do trabalhador. Efetivamente, fornecem habilidades para a compreensão da estrutura organizacional, hierárquica e das relações de trabalho nos diferentes contextos históricos, econômicos e políticos da sociedade, como também a identificação dos diversos conceitos sobre o mundo do trabalho.

Ao realizarmos um estudo e reflexão de um texto provocador de vários questionamentos sobre a existência de diversos fenômenos naturais, sociais, políticos e culturais do cotidiano, constatamos que desenvolvemos um dos princípios epistemológicos da Sociologia que é o Estranhamento, ou seja, a capacidade de estranhar, nos obrigando a pensar que devemos nos distanciar da realidade em que vivemos todos os dias e descobrir por que é assim.

Outra questão epistemológica é o princípio da desnaturalização que também contribuiu para o estudo dos fenômenos sociais, cuja realidade mostra situações nas quais a sociedade encara como sendo naturais, essenciais, porém, ilegais, imorais e antiéticas que estão presentes e são aceitas em determinadas sociedades.

[...] Quem não ouviu a expressão “isso é natural”? Ora, isso acontece a todo o momento. A Sociologia, mas não só ela, o pensamento científico, o conhecimento científico, teria essa capacidade de desnaturalizar as coisas. Ou seja, dizer e fazer as pessoas pensarem de determinada forma: “O que você está vendo não é. Mas o que você está vendo, não foi assim. Ou, foi assim, mas não é mais assim e pode ser que seja no futuro de outra forma (EDIC, s/d, p. 17).

Com esse entendimento, enfatizaremos a nossa análise nas experiências desenvolvidas nas seguintes temáticas: apresentação da Sociologia e do Trabalho enquanto categoria social de análise, abordagem dos fenômenos da Globalização e o Suicídio como temas de estudo da sociologia. Contudo, para fins desta investigação, as referidas abordagens trabalhadas na sala de aula, serão relatadas de maneira breve e conceitual, sem o intuito de propor uma discussão aprofundada.

Por essa óptica, entende-se a Sociologia, enquanto ciência da sociedade², concebida como uma ciência social que “[...] constitui um projeto intelectual tenso e contraditório” (MARTINS, 2003, p. 07), por conta de seu conturbado surgimento durante as concepções

2 A Sociologia e a Antropologia, assim como a Ciência Política, são ramos do que se pode chamar mais amplamente de ciências da sociedade. Nascidas em meio às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do século XIX, cercadas, de um lado, pelo progresso científico e tecnológico e, de outro, pela exploração do trabalho e pela desigualdade social, essas ciências começaram a forjar explicações – mais baseadas em teorias e conceitos do que em impressões e opiniões – para a compreensão do mundo da época. (CALBUCCI, E.; ROCHA; CALBUCCI, R., 2013, p. 11)

oriundas de bases dominantes europeias, mas que também se voltaram para interesses de classes revolucionárias excluídas do poder. Sendo assim, conceitua-se:

A sociologia é uma forma de saber científico originada no século XIX. Como qualquer ciência, ela não é fruto do mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo. Portanto, a sociologia tem também as suas causas históricas e sociais. Compreender o contexto no qual a sociologia nasceu é fator fundamental para se entender as suas características atuais (SELL, 2001, p. 08).

Em meio a essa concepção de Sociologia, reforça-se o fato de que “[...] desde seu início a sociologia tem se dedicado à análise do trabalho na sociedade moderna”. (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 07), sendo esse trabalho uma “[...] condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS; ANTUNES, 2013, p. 13). Por trabalho, entende-se como uma grande categoria social de análise:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta tanto com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [*tierartig*], do trabalho. Um incomensurável intervalo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais (MARX, 2017, p. 255-256).

Dado essas noções teórico e/ou conceituais, avançamos para os aspectos específicos dos cursos profissionalizantes, na perspectiva sobre o corpo discente do curso técnico em Comércio realizado na cidade do Mazagão-AP, composto por um público geralmente jovem e, em grande medida, constituído por mulheres. Além disso, estes/as jovens eram oriundos/

as de áreas ribeirinhas e realizavam um trajeto peculiar para chegarem à escola no contexto amazônico. O itinerário se deu da seguinte forma: inicialmente, os estudantes se deslocavam de suas casas às margens do rio Mazagão e seus afluentes, em pequenas embarcações, denominadas de rabeta³, até a parte da cidade onde a escola está situada.

Este meio de transporte, financiado pelo município, é de suma importância para as comunidades ribeirinhas acessarem o sistema escolar. Durante as aulas, foi possível comprovar que os estudantes tinham um distanciamento e aversão à leitura, por exemplo, ao invés de lerem os capítulos dos livros, preferiam a leitura de pequenas apostilas seguidas por uma atividade. Apesar de tal problemática, optamos pela realização das dinâmicas de grupos que estimulavam a discussão dos temas estudados, tornando-se um facilitador pedagógico para o entendimento das questões trabalhadas em sala de aula.

Em termos gerais, mesmo diante das adversidades singulares do ensino da Sociologia na referida cidade e escola, verificou-se que a turma conseguiu um desempenho exitoso na disciplina, absorvendo a proposta pedagógica, com a qual, contribuiu para a sua formação profissional e a compreensão da realidade social.

No município de Santana, por sua vez, tivemos a experiência de trabalho no curso técnico em Massoterapia. Majoritariamente, os/as discentes constituíam-se por mulheres. Cabe frisar, que os/as estudantes matriculados no curso eram alunos/as da escola da rede Estadual Barroso Tostes, que faziam parte do MEDIOTEC no contraturno na mesma escola. Percebemos que estes/as estudantes tinham frequência assídua nas aulas, apresentando um bom desempenho nas atividades propostas, tais como a leitura e execução das atividades avaliativas determinadas pelo professor. Em algumas atividades, os/as jovens expuseram o trabalho de forma criativa e interessante, como peças teatrais, paródias, cartazes e rodas de conversa sobre os conteúdos estabelecidos. Deste modo, as aulas se tornaram mais lúdicas e prazerosas, logo, facilitaram a aprendizagem dos temas da Sociologia.

Em suma, constatamos que o fato dos estudantes estarem vinculados à mesma escola onde o curso era oferecido, tornou a presença e o ótimo rendimento da disciplina, fatores fundamentais para o seu aproveitamento.

Na cidade de Macapá, com todas as suas especificidades⁴, a experiência foi realizada no curso técnico em Comércio. A turma se caracterizou por ser, predominantemente, composta por discentes homens, e apresentou algumas peculiaridades desafiadoras que requereram uma prática diferenciada de relacionamento, considerando que alguns alunos eram oriundos de medida socioeducativa, e os relatos de que já foram integrantes de facções cri-

3 Veículo fluvial, formado por uma estrutura de madeira semelhante a uma canoa, junto com um motor de barco a óleo, que é localmente conhecido pela nomenclatura de “rabeta”.

4 Macapá, a única capital do Brasil localizada na margem esquerda do Rio Amazonas, tem aproximadamente 465.495 mil habitantes (IBGE/2016). Sua fundação remonta à metade do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa assumiu abertamente a missão de ocupar a região do Cabo Norte, que compreende o atual Estado do Amapá. A motivação principal era a ameaça estrangeira na foz do Rio Amazonas. A ação mais concreta desse projeto foi a criação da Vila de São José de Macapá, em 1758; e tem no deslocamento de famílias açorianas (cerca de 432 pessoas), em 1751, a base efetiva desta ocupação. É o ponto de partida do surgimento da sociedade amapaense no período colonial. A capital amapaense, Macapá, é hoje uma cidade que vem passando por transformações e ganhou nos últimos anos vários empreendimentos imobiliários (condomínios fechados, edifícios e prédios de médio porte), mas mantém uma arquitetura genuinamente de cidade amazônica, com antigos prédios públicos, e casas simples de madeira ou alvenaria. Denominada carinhosamente de “a Joia rara da Amazônia” por intelectuais locais, a cidade precisa ser mecuidada pelo Poder Público, principalmente no que se refere à pavimentação de ruas e avenidas. (PINTO, M. J. S., 2016, p. 28)

minosas, que em determinados momentos consumiam entorpecentes ilícitos e lícitos no âmbito escolar. Fato este que se tornou um empecilho para o desenvolvimento das atividades, culminando na decisão do corpo pedagógico em proporcionar um debate sobre as drogas e suas consequências negativas para o processo de ensino e aprendizagem.

No percurso da disciplina, a aversão à leitura foi notória – inclusive com algumas não executadas, devido às saídas inoportunas da sala durante o desenvolvimento das atividades. Realidade que nos levou à elaboração de pequenas apostilas abordando os temas do componente e estudos dirigidos como forma avaliativa, caso contrário, os estudantes não concluíam as tarefas propostas. Diante disso, fomos impulsionados ao desenvolvimento das dinâmicas de grupo para favorecerem a compreensão dos temas, o que, por parte dos discentes foi benéfico e produtivo em relação à assimilação dos conteúdos sobre o mundo do trabalho, a globalização, o suicídio, entre outros.

Dessa maneira, a abordagem sobre Suicídio foi cuidadosamente trabalhada com esses jovens. A escolha em elencar esse fenômeno social se deu pelo fato de sua recorrência e registros elevados no estado do Amapá. Este fenômeno pode ser considerado psicológico, patológico e/ou emocional, mas que, pelo viés da Sociologia, é compreendido por uma explicação social, pois, conforme Tomazi (EDIC, S/D) citando Durkheim (1858-1971), afirma que este observou em vários países, que o fenômeno tem uma regularidade, de uma coerção social, que não é individual, pessoal e casual, mas sim, faz de um processo em que o indivíduo é influenciado por um contexto social.

Vale salientar, que o trabalho da abordagem do Suicídio também contou como fator determinante, a presença de tal fenômeno na sociedade amapaense, o que motivou durante o desenvolvimento do componente, a discussão da temática. O debate objetivou esclarecer aos estudantes, quais são os motivos, as causas e as consequências do Suicídio no meio social, em específico, na sociedade amapaense.

Nas aulas de Sociologia a turma se interessou muito pela temática geral da disciplina de Sociologia do Trabalho, uma vez que muitos se identificaram com o conteúdo ministrado, o que os levaram aos questionamentos e falas sobre depoimentos pessoais ou o que observaram na sociedade e em suas perspectivas particulares. Nessa abordagem, os princípios de estranhamento, vistos anteriormente, foram praticados. Isto é, colocamos para os discentes que o Suicídio também resulta de diversos processos e relações sociais e não somente individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, afirma-se que o ensino de Sociologia do Trabalho, enquanto uma modalidade diversificada de ensino ocorre a partir de elementos enriquecedores, considerando as particularidades proporcionadas pelo ensino de Sociologia na Amazônia. Consequentemente, concluiu-se que este ensino de Sociologia, enquanto uma modalidade enriquecedora de ensino, contribui significativamente para a formação/reflexão crítica e cidadã do público alvo – jovens em conclusão do ensino médio –, fazendo com que tenham a oportunidade de conhecer/dialogar/refletir sobre algumas abordagens sociológicas através de aulas expositivas, partindo de temáticas como: fundamentos/introdução à sociologia, com ênfase para

teóricos clássicos tidos como fundadores da Sociologia enquanto ciência social⁵, teorias sobre o mundo do trabalho, os desdobramentos relacionados ao trabalho, enquanto categoria social de análise na contemporaneidade.

As atuações como professores de Sociologia em Curso Técnico em diferentes cidades resultou em um panorama singular de abordagem metodológica do ensino da Sociologia em cada realidade social das escolas. Entrar em contato com diversas experiências e histórias de vida, resultou em grande importância para a formação da prática docente, sobretudo, o fato mais expressivo foi à possibilidade de detectar como a disciplina de Sociologia é necessária para estes jovens e sua formação profissional.

Outro aspecto importante como relato desta experiência, foi o deslocamento para as cidades do interior ocorrer via estrada atravessando pontes sobre os Rios Matapi, Vila Nova e Mazagão, que possibilitou o diálogo com moradores das áreas ribeirinhas, o contato direto com a natureza (fauna e flora), e nos proporcionou despertar para sentimentos até então adormecidos devido à exaustiva atividade laborativa.

Destarte, em face das problemáticas sociais presentes na sociedade contemporânea, tais como o universo do trabalho e o Suicídio, buscou-se desenvolver um entendimento sociológico que desvele e explique claramente esses assuntos para os estudantes, especialmente àqueles que estão com os primeiros contatos com essa Ciência. A absorção por parte da juventude em relação aos fatos sociais pela ótica do senso comum é recorrente e tem suas implicações nos processos sociais.

Diante do exposto, as conjecturas sociológicas atuam em contrapartida desta perspectiva; propondo um conhecimento que descortine o olhar naturalizado sobre os fatos sociais. Para os jovens dos cursos técnicos supracitados neste trabalho, com diversas formações profissionais distintas e peculiares em suas naturezas, os desdobramentos dos conhecimentos constituídos nas aulas de sociologia do trabalho, embora com algumas dificuldades como a aversão à leitura por grande parte dos/as alunos/as, impactou de maneira positiva na formação profissional dos cursos mencionados, pois evidenciou uma assimilação das entranhas sociais em que os jovens estão inseridos e irão se deparar no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R.; HOLZMANN, L. (Org.). Trabalho. In: *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 2. ed. Porto Alegre/RS: Zouk, 2011. p. 432-437.
- CALBUCCI, E.; ROCHA, J.; CALBUCCI, R. *Sociologia: conceitos e interação*. São Paulo: Editora LeYa, 2013.
- EDIC. *Sociologia no Ensino Médio*. Direção: Paulo Aspis; Roteiro: Amaury César Moraes e Nelson D. Tomazi; Edição: Luciana Sperandio. S/D, Belo Horizonte, MG.
- ENGELS, F.; ANTUNES, R. (Org.). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, C. B. *O que é Sociologia*. (Coleção Primeiros Passos; 57). São Paulo: Brasiliense, 2003.

5 Três pensadores são considerados os fundadores da Sociologia: Karl Marx (1818-1853), Max Weber (1864-1920) e Émile Durkheim (1858-1917). Foram eles que deram dimensão científica à disciplina e que, de modo sistemático, começaram a estudar as formas de organização e as regras de funcionamento das sociedades humanas, procurando determinar as normas que regem as relações sociais, o que implicou a análise das instituições e dos comportamentos sociais, bem como da ideologia, da cultura e das relações de trabalho que se constituíram no mundo capitalista. (CALBUCCI, E.; ROCHA; CALBUCCI, R, 2013, p. 16)

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I – O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 255-304.

PINTO, M. de J.de S. *Conhecendo o Amapá*. Belém-PA: Cultural Brasil, 2016.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. *Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SELL, C. E. *Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx*. Itajaí-SC, 2001.

RELIGIÃO E COMPORTAMENTO SUICIDA: QUANDO A IGREJA FALA SOBRE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Luana Izabel da Silva Nunes

Washington Luiz de Oliveira Brandão

Marcos Vinicius de Freitas Reis

INTRODUÇÃO

No meio científico, a temática do suicídio é amplamente pesquisada, tanto no cenário mundial, quanto nacional ou local. Contudo, algumas variáveis apresentam poucas pesquisas, apesar de serem de extrema relevância. Religião e suicídio compreendem este campo de relevância, mas com poucos estudos publicados.

O objetivo deste estudo foi estabelecido a partir da necessidade local de compreensão da relação entre as temáticas pontuadas. Ao percebermos a pouca proximidade com o assunto, diversos questionamentos surgiram, tais como: características do suicídio na Amazônia; religião na Amazônia; e suicídio e religião na Amazônia. Este último foi tema norteador de uma mesa redonda intitulada: *Suicídio e Religião na Amazônia*; o referido evento acadêmico foi organizado pelos membros do Ambulatório de Atenção à Crise Suicida (AMBACS) e do Centro de Estudos de Religião, Religiosidade e Políticas Públicas (CEPRES), ambos são projetos de extensão e pesquisa da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O evento ocorreu no Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior (IMMES), contando com um número considerável de inscritos e predominância de acadêmicos de Medicina e Psicologia.

Para a realização da mesa redonda, fizeram-se presentes os líderes religiosos dos seguintes segmentos: Igreja Católica Apostólica Romana, religião de Matriz Africana (Umbanda), Federação Espírita do Amapá (FEAP), Assembleia de Deus e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (LDS). Cada líder religioso respondeu a seis perguntas elaboradas previamente, as quais tratavam sobre a compreensão do Comportamento Suicida para a re-

ligião que eles representavam; durante a realização do evento, fez-se a transcrição das falas e a produção de relatórios, logo, a partir destes documentos foi possível realizar a análise crítica e a produção desta pesquisa.

Posto isso, tal estudo tem por ênfase a busca do entendimento da percepção dos líderes religiosos sobre o Comportamento Suicida, identificando os Fatores Protetores e as falas vulneráveis relacionadas à temática, além de mapear as iniciativas das entidades religiosas que tratam sobre prevenção do suicídio. Para tanto, os pesquisadores utilizaram-se da leitura interpretativa (GIL, 2015) para análise dos dados, deste modo, foi criado um instrumento de pesquisa que avalia se as respostas apresentam falas protetoras ou vulneráveis, gerando assim um panorama sobre os dados encontrados. Tal instrumento é composto pela compilação dos Fatores de Risco e de Proteção presentes na literatura, cita-se Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014).

Os resultados desta pesquisa mostram um olhar voltado para o cuidado, zelo e misericórdia com aqueles que estão em sofrimento psíquico e se percebem envolvidos no Comportamento Suicida; e, notadamente, existe um alinhamento entre os escritos nos livros que regem os segmentos religiosos com a fala dos mesmos, mostrando domínio a respeito da temática. Ademais, ressalta-se a importância de propiciar espaço de fala para os líderes religiosos a fim de terem um local onde poderão expressar as experiências, conhecimentos e angústias diante do despreparo para lidar na prática com a demanda do suicídio.

Este artigo está dividido em três seções: a primeira seção apresenta os dados sobre o Comportamento Suicida, questões conceituais, epidemiológicas e as descrições dos fatores de risco e protetores. Na segunda seção, serão abordadas a definição de religião e questões voltadas à identidade e à integração que esta proporciona; nesta parte, é possível compreender o papel desenvolvido pela religião na Amazônia Amapaense. A terceira seção disserta sobre a relação entre suicídio e religião, apresentando os dados de pesquisas sobre a temática, bem como a compreensão de cada segmento religioso sobre o suicídio.

Ratifica-se a importância deste estudo para a comunidade científica, visto que existem poucos estudos no Brasil e nenhum refere-se à cidade de Macapá-AP. Este trabalho poderá servir de base para organizar possíveis intervenções com as áreas das temáticas envolvidas, com uma leitura convidativa para curiosos e entusiastas e obrigatória para pesquisadores do suicídio.

COMPORTAMENTO SUICIDA

O suicídio é um complexo problema de saúde pública e resultado da interação entre fatores psicológicos, sociais, biológicos e ambientais (OMS, 2014). Em uma primeira consideração, o suicídio parece contradizer algo que é essencial para qualquer espécie – a luta pela sobrevivência e adaptação às mudanças impostas pela própria ação do homem sobre o ambiente.

O termo Comportamento Suicida refere-se a um modo particular de relacionamento da pessoa com o seu ambiente, que se estabelece em um *continuum* o qual se inicia com a ideia suicida e, posteriormente, pode desencadear a tentativa de suicídio ou ser finalizado com o suicídio (SCHLÖSSER et al., 2014; WERLANG; BOTEAGA, 2004). Esse *continuum*

deve ser entendido como algo dinâmico, interrelacionado, por exemplo, a ideação suicida atual e a tentativa de suicídio passada são alguns dos melhores preditores de novas tentativas ou de novos suicídios consumados (TURECKI, 1999; WERLANG et al., 2005). Somando a isso, o estudo de Bertolote, Mello-Santos e Botega (2010) sugere que há evidências da associação entre personalidade, controle de impulsos, suporte social e fatores culturais na continuidade da sequência *ideação suicida – tentativa de suicídio – suicídio*. Para Werlang, Borges e Fensterseifer (2005, p. 259), “Apesar de haver poucos dados disponíveis, alguns estudos clínicos e epidemiológicos sugerem a presença de um possível gradiente de severidade e de heterogeneidade entre estas diferentes categorias”.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), o suicídio pode ser conceituado como ato deliberado e levado a cabo por alguém que tem plena consciência de seu resultado final. No entanto, quando o suicida não consegue concluir o plano, passa a ser definido pela literatura como tentativa de suicídio. Então, considera-se que tanto a tentativa quanto o ato suicida em si foram motivados por ideias as quais levaram o indivíduo a cogitar e planejar sua própria morte.

O suicídio é considerado como multifacetado, multifatorial e com várias interpretações. Ribeiro (2006, p. 5) citado por Brandão (2015, p. 81) enfatiza que o fenômeno pode ser uma resposta de esquiva ou fuga de situações divergentes, logo, o suicídio é “[...] um comportamento governado por regras, baseado na construção de consequências imaginárias”.

Os estudos sobre autopsia poderiam mostrar discussões acerca da questão de se atribuir ao suicídio, múltiplas causas e, simultaneamente, associar a maioria dos casos à presença de transtornos mentais. O estudo realizado por Cavalcante et al. (2012) discute o campo da autópsia psicológica a partir da avaliação da qualidade e consistência de seu instrumental de coleta de informações, proporcionando a testagem de tal protocolo. Os resultados apontam para a multicausalidade dos eventos que desencadeiam o suicídio nos 51 idosos participantes, como sobrecarga financeira; abusos e desqualificações; morte e adoecimentos de parentes; deficiência, doenças físicas e transtornos mentais; isolamento social e traços depressivos; ideias, tentativas e suicídio na família. Neste contexto, os motivos atribuídos foram alterações de comportamento; impacto de perdas; doenças ou deficiências; conflitos conjugais ou familiares; estilo de vida; aposentadoria ou desemprego. A investigação mostra que a expressão multicausalidade precisa ser melhor definida, pois aparece associada tanto a Fatores de Risco, quanto aos motivos que levariam os idosos a cometerem suicídio. Além disso, a presença de psicopatologia não pareceu evidente, apesar de alguns termos – como alteração do comportamento – estarem relacionados a diversos transtornos mentais.

Quanto aos Fatores de Risco para o Comportamento Suicida, ressaltam-se:

- (a) vulnerabilidade, quando citam contextos específicos que desencadeiam ações individuais autodestrutivas;
- (b) psicopatológicos, quando há presença de uma descrição diagnóstica de algum transtorno psiquiátrico como aspecto favorecedor das ações individuais autodestrutivas;
- (c) relativos ao ciclo de vida, destacando características presentes em fases do desenvolvimento humano que seriam potencialmente favoráveis para ações individuais autodestrutivas;
- (d) idiossincráticos, ao enfatizarem características do padrão comportamental do indivíduo que favoreçam ações autodestrutivas;
- (e) decorrentes da intenção, quando destacam supostas consequências produzidas

sobre o ambiente social do tentador/suicida a partir da ação autodestrutiva; e (f) midiáticos, quando ressaltavam o papel da mídia na divulgação de notícias influenciando os casos de suicídio (BRANDÃO, 2015, p. 60).

Por outro lado, a ABP (2014) sugere que a autoestima elevada; bom suporte familiar; laços sociais bem estabelecidos com família e amigos; religiosidade independente da filiação religiosa e razão para viver; ausência de doença mental; estar empregado; ter crianças em casa; senso de responsabilidade com a família; gravidez desejada e planejada; capacidade de adaptação positiva; capacidade de resolução de problemas e relação terapêutica positiva, correspondem aos Fatores Protetores contra o Comportamento Suicida.

No Brasil, somente em 2006, o Comportamento Suicida foi considerado como um problema de saúde pública e o Ministério da Saúde apresentou a Estratégia Nacional para Prevenção do Suicídio, com o intuito de diminuir os óbitos, as tentativas, os danos associados e o impacto na família (BRASIL, 2006). Além disso, nos últimos anos, diversas publicações em formas de manuais e cartilhas foram produzidas pelo ministério da saúde e por associações de classe profissionais, com o propósito de orientar e incentivar a detecção de condições associadas ao fenômeno, bem como de realizar medidas de prevenção.

Para Botega (2004), Mayo (1992), Shneidman, Farberow e Litman (1969) e a OMS (2002; 2014), o suicídio é um processo pelo qual a pessoa dá fim a sua própria vida de maneira voluntária. A motivação voluntária para a autodestruição é um dos fatores que pode ajudar o Comportamento Suicida a se tornar um tema difícil de ser tratado na sociedade por trazer à tona, segundo Botega e Werlang (2004), outros temas periféricos da autodestruição como o tabagismo, o alcoolismo, a inobservância de tratamentos médicos e determinados estilos de vida.

O conceito de suicídio adotado neste estudo é o da OMS (2002, p. 66), a qual afirma que o suicídio “é um ato deliberado, iniciado e levado a cabo por uma pessoa com pleno conhecimento ou expectativa de um resultado fatal”. Além disso, o suicídio está extensivamente caracterizado na literatura como um problema de saúde pública (HAWTON; HEERINGEN, 2002; TURECKI, 1999; WHO, 2008; 2014).

Não obstante à dimensão da experiência individual como característica marcante na compreensão do suicídio e, mais amplamente, do Comportamento Suicida, fica evidente que a dimensão social, econômica e educacional são aspectos relevantes ao entendimento deste fenômeno. A manutenção da qualidade de vida das pessoas também se enrola dentro destas dimensões, as quais tradicionalmente estão associadas às instituições que de maneira abrangente funcionam como agências de controle de comportamento das pessoas dentro de um espaço sociodemográfico, por meio do estabelecimento de leis. Ainda em consequência disso, os indicadores desenvolvidos para caracterizar e avaliar os fenômenos humanos acabam por refletir, em certo sentido, o grau de envolvimento dos órgãos gestores das esferas governamentais na identificação das necessidades de desenvolvimento e implantação das políticas públicas.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2018), os indicadores apontam que 79% dos casos de suicídio ocorrem em países de baixa e média renda. Este fenômeno pode ocorrer durante todo o curso de vida e é a principal causa de mortes entre jovens de

15 a 29 anos em todo o mundo. Recentemente, foi noticiado que as taxas de suicídio caíram no mundo, porém, aumentaram cerca de 24% no Brasil entre 2006 e 2015. Neste documento, os pesquisadores apontam que a popularização da internet, as mudanças sociais no País e a falta de políticas públicas no combate ao suicídio são as principais razões para esse aumento. Em 2019, no Brasil, foi promulgada a Lei nº 13.919, que instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, visando à prevenção desses eventos e ao tratamento dos condicionantes a eles associados.

O estado do Amapá apresentou um aumento de 5,1 por 100 mil habitantes em 2016 para 8,2 por 100 mil habitantes em 2019, indicadores acima da média nacional, sendo que a faixa etária mais atingida está entre 15 e 29 anos de idade, segundo o Serviço de Vigilância em Saúde (CVS) da Secretaria Estadual de Saúde na divulgação do Boletim epidemiológico (CVS, 2019; NUNES, 2018). Nesse documento, a CVS reforça a necessidade de melhorar as notificações dos casos de tentativa de suicídio e autoagressão. Em 30 de dezembro de 2019, foi promulgada a Lei nº 2.469, que institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e Suicídio, e cria a Semana Estadual de Valorização da Vida, promovendo um avanço na forma de cuidar das pessoas envolvidas no Comportamento Suicida.

No contexto de assistência ao Comportamento Suicida, em Macapá-AP existe a Microrrede de atenção à crise suicida, a qual se originou em maio de 2017 a partir da implantação do AMBACS, que é um projeto de pesquisa e extensão da UNIFAP. Hoje, a Microrrede é composta por cerca de 16 instituições governamentais municipais e federais, igrejas, instituições de ensino superior privadas, que estabeleceram convênio com o AMBACS. Nesses locais, são realizados atendimentos de natureza psicológica na modalidade individual e em grupo (prevenção e posvenção), e estão distribuídas por diversos bairros em Macapá-AP e Santana-AP. Os atendimentos realizados têm seu fluxo iniciado no atendimento emergencial da crise suicida recebido no Hospital de Emergência (HE) e por demanda espontânea.

Além disso, ao longo de 2018 e 2019, diversos esforços têm sido realizados para divulgar a Microrrede nos âmbitos da educação, assistência social, justiça e saúde para facilitar o processo de acesso ao serviço. Ademais, o AMBACS realizou parceria com o Ministério Público do Amapá para a produção de ações de escuta psicológica nos bairros de maior vulnerabilidade para o Comportamento Suicida, bem como para a produção de um vídeo institucional enfatizando a prevenção do suicídio.

COMPORTAMENTO SUICIDA E RELIGIÃO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

São poucos os trabalhos no Brasil que dissertam a relação entre religião e suicídio. No contexto amazônico amapaense, lideranças religiosas comumente tentam desenvolver estratégias de como lidar com este problema entre seus fiéis e as lideranças religiosas. Não são poucos os relatos que ouvimos ou lemos que o suicídio pode ser consumado e prevenido por influência do elemento religioso.

A religião ou a religiosidade consegue exercer influência em todas as latitudes da vida humana. Na atual conjuntura brasileira, é claramente destacado pensar a religião como fenômeno social e cultural extremamente atuante em questões políticas, econômicas, sociais,

culturais, educacionais e também na saúde mental do ser humano. A religião consegue interagir com a subjetividade das pessoas, enquanto dialoga com as questões voltadas para políticas públicas.

A realidade do campo religioso na Amazônia amapaense é caracterizada pela sua pluralidade de ofertas religiosas, religiosidades ou filosofias de vida. Segundo Reis e Carmo (2015, p. 180), mediante análises dos dados do IBGE de 2010 sobre o perfil religioso do amapaense, o número de católicos tem caído nas últimas décadas totalizando 65% da população. O número de evangélicos tem crescido de forma significativa representando cerca de 187 mil fiéis, que corresponde a 28% da população; e há crescimento dos sem religião. Além do mais, existem outras instituições religiosas que possuem atividades em funcionamento, a exemplo: judeus, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos Últimos Dias (LDS), islâmicos, adventistas, daimistas, ateus, gnose, pagãos, satanistas, testemunhas de jeová, vale do amanhecer, racionalismo cristão, candomblé, umbanda, xamanismo, pajelança, budismo, etc.

Berger (2001), enquanto estudioso do fenômeno religioso, aponta que a natureza humana necessita de alguma forma de contato com o sobrenatural e que a relação com o sagrado é natural na vida cotidiana do sujeito moderno. Para o autor, independentemente do período histórico que a humanidade esteja vivenciando, instituições religiosas, crenças na religião nunca desaparecerão da sociedade, pelo contrário, sempre estarão oferecendo respostas para os principais anseios que determinada comunidade esteja demandando (p. 17). Isto significa que a religião não será substituída pela ciência, uma vez que a primeira possui a capacidade de adaptação às mais variadas realidades da vida humana para permanecer influenciando a sociedade.

Nesta linha de raciocínio, Geertz (1978) define a religião como fator cultural, em razão de ser um conjunto de códigos simbólicos, construído pelo próprio desenvolvimento da comunidade e decodificado pelos próprios membros que vivem neste sistema. Esses códigos oferecem explicações sobre o mundo para o homem que, por sua vez, aplica o sentido apreendido na sua vida cotidiana, ou seja, as ações humanas são pautadas pelos símbolos e significados oferecidos pela crença religiosa escolhida pelo indivíduo ou comunidade; são esses símbolos religiosos que dizem que as atitudes humanas são verdadeiras ou falsas.

Na visão de Geertz (1978), determinados comportamentos humanos podem ser interpretados a partir da cosmovisão compartilhada por aquela sociedade. As explicações das razões dos suicídios ocorridos podem ser entendidos pelos códigos simbólicos da religião assumidos como verdadeiros por aquela sociedade ou pessoa que optou pelo ato de tirar a própria vida. Isto é, o significado da concepção de morte, o trato com o luto e outras nuances em torno da vida após a morte, é natural que tenha fundamento no fator religioso.

Percebemos que no contexto da Amazônia amapaense, as religiões oferecem valores a serem partilhados coletivamente. Não são raras as situações em que pessoas se reúnem para cantar, louvar, comer, dançar, estudar, debater, participar de rituais, ensinamentos em torno de valores que são compartilhadas comunitariamente. Tais fundamentos são vivenciados em suas vidas particulares como regulamentação do que é *certo* ou *errado*.

O caboclo da Amazônia é um sujeito essencialmente religioso. De acordo com Pacheco (2013), os elementos da cultura afro-ameríndia – crença nos encantados, orixás, caboclos e

suas conexões com os elementos da natureza – ajudam na construção da identidade coletiva do amazônico e a explicação do funcionamento da vida para o amazônico é fruto da sua relação com a mata. As religiões da floresta mostram o sentido da lógica do mundo, pois oferecem respostas do que é *certo* ou *errado* na vida comunitária. Não seguir esses valores pode acarretar em sanções fortes para o adepto, regulamentação da vida em comunidade do amapaense. Além do mais, o suicídio é o não cumprimento das orientações proferidas pelas entidades mágicas por mediação de um pajé ou curandeiro.

A respeito da vivência da identidade pelo sujeito, Bauman (2004, p. 60) salienta que atualmente a sociedade é caracterizada pela fluidez em suas relações interpessoais. Os laços de solidariedade são cada vez mais raros entre os indivíduos, visto que em função do estilo de vida do modo capitalista e da globalização, as pessoas optam pelo individualismo como regra universal a ser seguida, portanto, o objetivo é a satisfação pessoal e não comunitária.

É possível afirmar que a crise nas relações humanas pode ser amenizada pelo fator religioso, pois quando o sujeito aceita os fundamentos da cosmovisão daquela confissão religiosa, naturalmente inicia o sentimento de pertencimento àquele grupo. Aos poucos, o recém-convertido vai incorporando na sua subjetividade, elementos compartilhados por aquele grupo social, como o combate à solidão, aos vazios existenciais, amortização dos problemas emocionais, bom acolhimento, desenvolvimento de laços de amizade, solidariedade para resolver os problemas econômicos e financeiros, os quais podem ajudar a evitar a prática do suicídio.

A realidade apresentada no parágrafo anterior é muito comum em comunidades pentecostais católicas e evangélicas no contexto da Amazônia. Os espaços sagrados são utilizados como lugares para a socialização em busca de evitar problemas ligados às questões emocionais ou econômicas. Os valores compartilhados pelas pessoas da religião são fundamentais a serem seguidos e preservados. Desse modo, no espaço religioso, o sujeito terá estrutura emocional e material para lidar com as adversidades da vida moderna.

Contudo, para Hall (1996), a identidade não é algo fixo definido ou coercitivo, mas ela é reelaborada a todo o momento pelas pessoas. A interação com outros indivíduos, grupos sociais, instituições ou outros formatos de interação, naturalmente promove a mudança de identidades. Assim, as diferenças identitárias individuais ou comunitárias são percebidas na relação com o outro.

Para Silva (2000, p. 78) “na mesma sociedade existem diferentes identidades e essas identidades são modeladas e remodeladas na relação com o diferente”. O problema apontado pelo autor é o de não aceitar a identidade cultural do diferente, isto é, tachamos o outro como anormal, desviante, patológico, errado, inferior e atrasado. Desenvolvemos justificativas negativas em relação ao diferente para afirmar a superioridade da identidade individual. Dito de outra forma, as relações de poder estabelecem quando impomos a nossa visão de mundo em relação ao outro, e a religião pode ajudar na hierarquização entre as identidades.

Sendo assim, a religião pode incluir as pessoas como também pode excluí-las. Ela pode incluir quando os adeptos estão vivendo de acordo com as normas estabelecidas e definidas como *corretas*. É comum as famílias católicas e evangélicas tradicionais adotarem os valores morais cristãos como verdades absolutas e que devem ser seguidas sem questionamento.

Muitas pessoas que não conseguem, por alguma razão, seguir esses valores, passam a ter vários conflitos com a família ou com a liderança religiosa, por exemplo, atos suicidas cometidos por homoafetivos podem ser uma das causas à discriminação sofrida por um membro da família, pelo fato dele ser gay. A discriminação contra a identidade de gênero pode ter um fundamento religioso, uma vez que este núcleo familiar pauta a sua visão de mundo, rigidamente, pelos valores religiosos católicos ou evangélicos.

A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

A partir da apresentação da contextualização e do referencial teórico, ressalta-se a importância de pesquisar os Fatores Protetores relacionados ao Comportamento Suicida, destacando-se a complexidade do papel da religiosidade na dimensão da prevenção do Comportamento Suicida. De acordo com Botega (2015), a religião constitui um importante sistema de crenças e o estabelecimento de uma rede de apoio social, que, por sua vez, fortalece interações grupais, fazendo da religião um provável fator mantenedor de vida.

Para Durkheim (1982) – primeiro teórico a pesquisar sobre a relação entre religião e Comportamento Suicida – o pertencimento a determinado grupo religioso estabelecia relação direta com os índices de suicídio, ou seja, ele não considerava somente a afiliação religiosa, mas a qual grupo religioso o sujeito pertencia; sendo assim, argumenta que a religião pode ter papel integrador ou desagregador da sociedade. Agregador quando os valores religiosos são reconhecidos como valores universais por parte daquela sociedade e desagregador quando as práticas religiosas possuem inspiração individualista.

Em países de inspiração católica, a prática do suicídio é menor em razão da Igreja Católica ter um sistema hierárquico mais rígido, ideias religiosas inquestionáveis e mais bem definidas, além de ritos e liturgias próprias, que criam uma identidade e coesão a esse grupo social. Por outro lado, em países de maioria protestante, a taxa do suicídio é maior. A explicação deve-se ao fato do protestantismo ser uma religião mais fragmentada, com pouca hierarquia e havendo pouca interação social. No contexto evangélico, o indivíduo tem maior liberdade para construir seus valores a partir da livre interpretação da bíblia (DURKHEIM, 1982, p. 56).

Na visão de Durkheim (1982), a prática do suicídio entre os judeus é baixa. Ao longo da história, os judeus foram muito perseguidos em função de seu aspecto religioso e cultural. A defesa do direito de existir a religiosidade judaica gerou solidariedade entre os membros com o objetivo do fortalecimento da identidade comunitária. O judaísmo, enquanto religião, regulamenta as práticas e crenças e não abre espaço para protagonismo individual.

Os estudos do supramencionado teórico possibilitam diversas reflexões sobre a importância da religiosidade no contexto do Comportamento Suicida, contudo, conforme aponta Moreira-Almeida (2004), a falta de controle de variáveis – desemprego, níveis socioeconômico, sexo e estado civil – não proporcionam fidedignidade aos dados apontados por Durkheim; com isto, não é possível afirmar com fidedignidade que pertencer ao segmento católico, gerará um efeito protetor maior em detrimento de outras instituições religiosas. Contudo, destaca-se que um nível mais alto de religiosidade, independente da filiação re-

ligiosa, corresponde a um nível mais baixo de suicídios (DURKHEIM, 1982; MOREIRA-ALMEIDA, 2004; CARIBÉ, 2012; KLEIMAN; LIU, 2014).

Em síntese, Durkheim (1982) salienta que quando a instituição religiosa promove a regulamentação, classificação, propõem diretrizes, fundamenta o que é normal ou patológico, delimita atuação das paixões individuais, consegue combater as anomalias surgidas, as crises políticas e econômicas, para assim evitar o aumento do suicídio.

Caribé (2012) enfatiza que não há unanimidade nos estudos publicados que correlacionam a temática suicídio e religião, em parte, isso se justifica por discrepâncias metodológicas e conceituais no desenvolvimento da pesquisa, dado que não existe um método único para mensurar religiosidade ou, por vezes, analisar somente afiliação religiosa, além da dificuldade de correlacionar as variáveis presentes.

Diante disso, Caribé (2012) propõe a compreensão da relação entre religião e suicídio para além da afiliação religiosa. Isto posto, os seus estudos baseiam-se na compreensão dos três domínios da religiosidade propostos por Koenig et al. (1997), sendo eles: Atividades Religiosas Organizacionais (ORAs) (verifica a frequência com que alguém participa de serviços religiosos formais); Atividades Religiosas não Organizacionais (NORAs) (é medido por um item e definido pela quantidade de tempo gasto em atividades religiosas privadas, como oração ou meditação) e Religiosidade Intrínseca (RI) (é medido por três itens e conceituado como o grau em que alguém integra sua religião à vida). Esses elementos são mensurados pela escala *Duke Religious Index-Durel* (DRI).

Relacionado a isso, nota-se que pacientes com menor envolvimento religioso tendem a estar mais envolvidos no Comportamento Suicida. Frisa-se que o envolvimento religioso é um fator de proteção mais consistente que somente a afiliação religiosa pode oferecer. Ademais, pontua-se que indivíduos com dados expressivos na categoria NORAs apresentam menores índices de relação com o Comportamento Suicida, ou seja, a religiosidade mostra expressiva importância mesmo quando praticada de forma individual (privada), demonstrando que não é somente pela integração social que a religiosidade oferece suporte protetor, apesar de que a integração religiosa pode oferecer suportes diante de situações de crises (CARIBÉ et al., 2012; BOTEAGA, 2015; KLEIMAN; LIU, 2014; NERY-FERNANDES et al., 2012).

Neste sentido, Nery-Fernandes et al. (2012) sugerem que a religiosidade pode se constituir como um fator protetor e de risco. Também consideram que o papel protetor sofre variações conforme a cultura que a pessoa está inserida, porém, configura-se como protetor para os indivíduos que professam algum credo religioso e que participam de algum espaço religioso, visto que eles se sentem pertencentes à determinada religião, frequentam cultos, creem em alguma divindade, etc. E, especificamente, os autores ainda afirmam que a atividade de integração social em ambientes religiosos pode “diminuir atitudes de isolamento social, sentimentos de maior desesperança frente às adversidades que a vida impõe à piora das condições de saúde, tanto física quanto mental” (p. 101).

Considerando isto, Kleiman e Liu (2014) ratificam sobre o efeito protetor da religiosidade, elencando que o contato social não é o único elemento que deve ser analisado neste contexto. Para além da integração social, os estudiosos pontuam que a desaprovação religiosa diante do suicídio pode agir como mecanismo de controle, evitando possíveis tentativas

de suicídio. Não há dados específicos sobre os segmentos religiosos, logo, não é possível afirmar que tais efeitos são gerais em todas as religiões.

Mediante relação da religião e suicídio, cita-se que o segundo fenômeno está presente na Bíblia desde o antigo testamento, registrando-se cinco suicídios: Sansão (Jz 16, 28-30), Abimelec (Jz 9, 54), Saul (1 Sm 31, 4) Zinri (1 Reis 16, 18), Aitofel, (2 Sm 17, 23) e no Novo Testamento, o suicídio de Judas (Mateus 27, 5) (BÍBLIA SAGRADA, 2010). Na bíblia, não há menção ao suicídio como algo demoníaco ou associado ao pecado; somente alguns anos depois, teólogos da Igreja Católica passaram a compreender o suicídio como um pecado. Santo Agostinho (354-430) afirmou que a vida é um presente de Deus, e desfazer-se dela é contrariar *sua* vontade e, como consequência, rejeitá-lo. Para tanto, segundo Botega (2015), matar-se passou a ser um pecado mortal, dado que em 452, o Concílio de Arles proclamou que o suicídio era um crime consequente da fúria demoníaca. No século seguinte, em 562, o Concílio de Braga decidiu que os suicidas não seriam honrados com os ritos fúnebres católicos. Em 693, o Concílio de Toledo determinou que até mesmo os sobreviventes de uma tentativa de suicídio fossem excomungados.

Já no século XIII, São Tomás de Aquino, em sua *Summa Theologica*, acrescentou que o suicídio não deixava chance de arrependimento, tornando-se o pior dos pecados. Desta forma, os suicidas passaram a ser considerados os mártires de Satã. Somente no século XX, com a Declaração sobre a Eutanásia da Sagrada Congregação da Doutrina da Fé (1980), a Igreja Católica compreende que fatores psicológicos podem intervir no comportamento das pessoas, diminuindo sua responsabilidade ou até mesmo suprimindo-a. Doravante, a igreja Católica vislumbra um Deus misericordioso, que socorre e concede arrependimento para quem tira a sua vida.

O Catecismo da Igreja Católica (CIC, 2002) cita o suicídio na sua terceira parte, a qual se intitula: *A vida em Cristo*. A primeira citação está direcionada à explicação dos dez mandamentos, ênfase ao quinto mandamento que diz: “Não Matarás”; em sua explicação catequética, tal mandamento é responsável para que o indivíduo não cause dano no corpo ou na alma, de si mesmo ou do próximo. Ainda na terceira parte do catecismo, na segunda seção, artigo quinto, que trata novamente do quinto mandamento e do respeito pela vida humana, encontram-se, de forma mais detalhada, as orientações da igreja sobre a temática do suicídio, tópicos 2280 até 2283. Em geral, é afirmado que a vida é um dom de Deus e deve-se preservá-la e cuidá-la; o suicídio é contrário ao amor de si mesmo, amor ao próximo e ao amor de Deus.

Observa-se que o CIC (2002) faz menção aos fatores psicológicos, afirmando que mediante essas condições, diminui-se a responsabilidade do indivíduo. Por fim, o catecismo diz que: “2283. Não se deve desesperar da salvação eterna das pessoas que se suicidaram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, oferecer-lhes a ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida”. Deste modo, a igreja Católica adota em seus documentos, uma postura de misericórdia para com os suicidas.

Em relação às outras denominações religiosas, poucos são os achados e documentos que permeiam essa temática, Botega (2015) elenca que para os evangélicos pentecostais, tais como os adeptos da Assembleia de Deus, existem diversos rituais que englobam cura física e

emocional, prosperidade material, libertação de demônios e resolução de conflitos afetivos, contudo não há nada explícito sobre o suicídio, somente a condenação.

A Doutrina Espírita produz constantes materiais e campanhas referentes à temática de prevenção ao suicídio e, comparativamente a outras religiões, é a que mais produz material sobre o assunto (SILVA, 2019). Para o espiritismo kardecista, o suicida é vítima do seu engano, pois tal ato provoca maiores danos, não resolvendo a situação predisponente ou precipitante que o levou a essa decisão, gerando consequências mesmo após a morte, ou seja, o suicídio cometido conscientemente desencadeia sofrimento ao espírito duradouro, uma vez que após cometer tal ato, a vida passa a continuar em outra dimensão e percebe-se que o problema não chegou ao fim, tornando-se mais agonizante (OLIVEIRA, 2006; SILVA; BARBOSA, 2019).

Referente às religiões afro-brasileiras, existe uma pluralidade de deuses (orixás) os quais não apresentam intencionalidade de censurar ou punir os humanos por suas falhas, a umbanda, com forte sincretismo religioso, não possui uma posição definida em relação ao suicídio (BOTEGA, 2015).

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (LDS), no livro *Doutrina e Convênios* (2015), apresenta orientações e esclarecimentos aos líderes religiosos sobre como falar adequadamente sobre a temática do suicídio com os seus adeptos, inclusive sugerindo a presença de um profissional da psicologia. O versículo “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt, 22:39) é o guia sobre a necessidade do cuidado com o outro. Destaca-se, então, a percepção do Comportamento Suicida, prevenção e posvenção dos LDS no seguinte trecho:

Quando alguém tira a própria vida, somente Deus é capaz de julgar seus pensamentos, suas ações e seu nível de responsabilidade. O suicídio não precisa ser a característica que define a vida eterna de uma pessoa; [...] o ato de tirar a própria vida é verdadeiramente uma tragédia, pois esse ato, apesar de único, deixa muitas vítimas: primeiro a pessoa que morre, depois dezenas de outras que ficam para trás, algumas das quais sentirão dor e perplexidade por anos a fio. Para essas pessoas, a cura vem por meio do Salvador, que “desceu abaixo de todas as coisas” para que pudesse saber “segundo a carne”, como socorrer seu povo, de acordo com suas enfermidades. Aconselhamento e recursos profissionais podem ser úteis (DOUTRINA E CONVÊNIOS, 2015).

Nery-Fernandes et al. (2012) consideram que o assunto em questão é um campo de estudo com certa aridez e sugere que a religiosidade pode ser considerada como uma variável subjetiva, o que reforça a necessidade de considerarmos aspectos ideográficos na compreensão do Comportamento Suicida, conforme sugere Brandão (2015).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, por ser preliminar aos outros tipos de pesquisa, além de trazer mais familiaridade do tema abordado aos pesquisadores (GIL, 2019). Dentre os métodos, utilizou-se o tipo pesquisa descritiva para descrever objetivamente as características de determinada população ou fenômeno, neste caso, a percepção dos líderes religiosos sobre a compreensão do Comportamento Suicida.

O método utilizado para a interpretação dos dados coletados corresponde à leitura interpretativa, esta tem por objetivo relacionar o que os pesquisadores afirmam com o problema de pesquisa para o qual se busca uma solução. Tal método permite a utilização de outros conhecimentos já obtidos com a finalidade de formular uma análise de dados com conhecimentos significativos. Com isto, a partir do aporte teórico utilizado e dos dados coletados, através dos relatórios da mesa redonda, *Suicídio e Religião na Amazônia*, promovida pelo CEPRES e AMBACS, projetos de extensão e pesquisa da UNIFAP, foi possível que os pesquisadores inferissem sobre determinada realidade, analisando a conjuntura do problema proposto, para emitir uma interpretação com dados científicos (GIL, 2019).

O delineamento da pesquisa caracterizou-se como documental, em decorrência da análise dos relatórios; e bibliográfico, elaborado a partir de materiais existentes, como livros, artigos científicos, entre outros. Ambas têm similaridade, porém diferenciam-se na fonte, a pesquisa bibliográfica trabalha com materiais que já foram estudados analiticamente e a documental com materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reanalisados de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo formada por documentos públicos e/ou privados. Já a natureza da pesquisa constitui-se em aplicada, por gerar conhecimentos práticos à área pesquisada e envolver interesse local, bem como motiva-se pela necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados (GIL, 2019).

UNIVERSO

O universo da pesquisa foi composto pelos relatórios com as transcrições das falas dos cinco representantes de segmentos religiosos da cidade de Macapá-AP, os quais compuseram a mesa redonda intitulada *Suicídio e Religião na Amazônia*; o relatório está dividido em introdução, parte destinada à mediadora da mesa redonda, desenvolvimento constituído pelas seis perguntas elaboradas aos líderes religiosos e, por fim, as considerações finais que tratam sobre questões que eles, a partir do conhecimento e da prática religiosa, acreditaram que deveriam ser pontuadas.

Dentre as denominações religiosas que participaram da referida mesa redonda, destacam-se: Igreja Católica Apostólica Romana, religião de Matriz Africana (Umbanda), Federação Espírita do Amapá, Assembleia de Deus (Pentecostal) e A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (SUD). Antes de participarem, os líderes religiosos foram informados sobre a produção dos relatórios do evento e, diante do consentimento dos participantes, o evento foi gravado, o que resultou nos relatórios, base da coleta de dados para esta pesquisa.

INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa utilizado corresponde a um quadro criado a partir da compilação dos Fatores Protetores e de Risco apresentados nos manuais da ABP (2014) e OMS (2000), destacando-se os tópicos pertinentes a este estudo. O quadro está disposto no Apêndice A e apresenta os Fatores Protetores e de Risco que devem ser considerados ao falar sobre suicídio ou desenvolver ações preventivas.

O Instrumento de pesquisa agrupa as notícias em três categorias, sendo elas:

- Categoria Fator Protetor (FP): buscou-se analisar se nas falas (respostas) dos líderes religiosos estavam presentes os FP condizentes com a OMS (2000) e ABP (2014), oportunizando assim a prevenção do suicídio;
- A segunda categoria se deteve acerca dos Fatores de Risco (FR) do suicídio; deste modo, verificou-se quais falas apresentavam o conhecimento sobre tais fatores;
- A terceira categoria é a Prevenção (P), responsável por identificar quais ações são realizadas pelas entidades religiosas neste âmbito.

No que tange ao mapeamento das iniciativas das instituições religiosas sobre ações de prevenção do suicídio (pergunta número seis da mesa redonda), tais respostas foram apresentadas na íntegra nos resultados deste estudo. Ressalta-se que as ações organizadas pelos segmentos religiosos e caracterizadas como preventivas, a partir da interpretação deles, não seguem necessariamente as orientações da OMS e ABP, visto que o segmento religioso atrela a prevenção do suicídio aos seus rituais, portanto, não cabe aos pesquisadores a avaliação de tais ações, mas apresentá-las e construir possibilidades para que a religião e a prevenção caminhem juntas, sem negar o protagonismo religioso e sem desconsiderar os achados científicos sobre prevenção do Comportamento Suicida.

PROCEDIMENTO DE PESQUISA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

O instrumento de pesquisa é composto pelos nomes das instituições religiosas que participaram da mesa redonda, conforme explicitado na subseção anterior; para cada resposta das seis perguntas elaboradas, realizou-se a leitura crítica, para verificar se havia a presença de FP e/ou FR para o suicídio no discurso dos líderes religiosos, bem como a percepção destes sobre o Comportamento Suicida. As perguntas presentes no relatório são:

1. O que é Comportamento Suicida para a religião que você representa?
2. O que dizem os livros sagrados sobre o Suicídio?
3. Existe um protocolo na sua religião para situações de risco de suicídio?
4. Para onde vai o espírito/alma da pessoa que se mata?
5. Como a sua religião cuida da família (sobreviventes)?
6. Quais iniciativas da sua instituição religiosa desenvolvem em relação à prevenção do suicídio?

As respostas das questões de 1 a 5 foram avaliadas conforme as categorias e critérios propostos a fim de verificar se os critérios – total de 15 – apresentados no instrumento de pesquisa faziam-se presentes nos discursos. De acordo com a OMS (2000) e ABP (2014), os critérios são a compilação dos principais Fatores de Risco e Protetores do suicídio.

Na primeira linha do quadro (APÊNDICE A), visualiza-se os segmentos religiosos; na terceira linha é possível verificar o agrupamento por categoria (FP, FR e P); a quarta linha corresponde à resposta da pergunta número 6; e a partir da quinta linha, estão listados os 15 critérios avaliados neste estudo. Sendo assim, após a leitura das respostas de cada líder religioso, o quadro começou a ser preenchido; os critérios que foram mencionados em alguma das 5 respostas individuais presentes no relatório marcou-se com um “X” no quadro, caso o critério não tenha sido mencionado marcou-se com um “o”; o símbolo “-” corresponde a *não*

se aplica. A categoria P foi respondida somente na sexta questão, tendo sua resposta apresentada conforme as informações do relatório, o que serviu para mapear as iniciativas das instituições religiosas.

Os critérios analisados dentro das categorias FP (1, 2, 3, 4, 5, 6 e 15) e FR (7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14) estão apresentados na tabela 1:

Tabela 1 - Categorias: Fatores Protetores e de Risco

1	Bom relacionamento com familiares/apoio familiar.
2	Boas habilidades/relações sociais. Ex.: através de participação em esportes, igrejas, clubes e outras atividades.
3	Confiança em si mesmo, em suas conquistas e sua situação atual.
4	Capacidade de procurar ajuda e conselhos quando surgem dificuldades.
5	Estar aberto ao conhecimento.
6	Tentativa prévia do suicídio.
7	Transtorno Mental.
8	Idade (15 a 29 anos).
9	Gênero Masculino.
10	Desemprego ou aposentadoria.
11	Personalidade impulsiva, agressiva ou de humor instável.
12	Ter sofrido abuso físico ou sexual na infância.
13	Desesperança, desespero e desamparo.
14	Abuso de álcool e outras substâncias.
15	Indicou o serviço de profissionais especializados.

Fonte: Dados dos relatórios desta pesquisa (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos dados apresentados – identificação de Fatores Protetores (FP), Fatores de Risco (FR) e mapeamento das iniciativas de Prevenção (P) do suicídio das instituições religiosas que participaram da mesa redonda – foi possível responder aos objetivos propostos deste estudo.

Com isto, as cinco instituições religiosas responderam a todas as seis questões propostas pela mediadora do debate, o que resultou no relatório, material do qual possibilitou a análise dos dados, com apresentação de respostas completas sobre os questionamentos levantados. Dentre os 15 critérios de FP e FR houve variação de 9 a 12 destes elementos presentes na fala de líderes religiosos. O líder religioso da Assembleia de Deus foi quem mais citou elementos de proteção ou de risco na sua fala (12), seguido da FEAP e os SUD (11), Igreja Católica (10) e Umbanda (8).

De forma geral, percebe-se que os critérios 1, 4, 7, 8, 13 e 15 fizeram-se presentes na fala de todos os líderes religiosos; o critério 11 foi citado somente pela Igreja Católica e o 8, apesar de citado por todos, somente duas entidades religiosas apresentaram iniciativas pertinentes a este público-alvo. Deste modo, apresentamos mais detalhes dos resultados através da análise de cada critério, destacando e comentando falas que os exemplificam.

O critério 1 faz referência à importância do *bom relacionamento e apoio da família*; todos os líderes religiosos mencionaram em seus discursos a relevância de uma boa base familiar; a Igreja Católica afirmou que a Sagrada Família de Nazaré – Jesus, Maria e José – é o exemplo a ser seguido, ainda pontuou que é na família que se tem início à caminhada na vida cristã, a partir do sacramento do Batismo, bem como reforçou que a vida é dom e compromisso dado por Deus. Em linha similar de pensamento, a Assembleia de Deus ponderou que a família é a base para uma boa iniciação na vida cristã e que nela deve haver amor e acolhimento.

Ainda no que concerne à família, e referente à pergunta número 5 do relatório: *como a sua religião cuida da família (sobreviventes)?*, os líderes pontuaram a importância da misericórdia e do acolhimento, concordando que a família precisa de cuidados para que não ocorram outros casos; tal fala converge com o que é proposto nos manuais da ABP (2015) e OMS (2000). Os LDS corroboraram com a ideia da necessidade do cuidado, além de pontuarem que o suicídio ou a tentativa não faz somente uma vítima, já que afeta aos familiares e pessoas próximas de formas diferentes; ademais, tal segmento religioso reforçou a necessidade da procura de recursos profissionais (DOCTRINA E CONVÊNIOS, 2015).

Para a Umbanda, o espírito ou a alma da pessoa que comete suicídio é o mesmo espírito da pessoa que morre por morte natural. Os adeptos da religião de Matriz Africana acreditam na existência de uma entidade chamada *Ikú*, que significa morte, a qual sempre nos rodeia. A forma da morte não tem grande interesse, o que interessa é a forma como *Ikú* se apresenta para a pessoa, isto é, *Ikú* (morte) tem várias maneiras de se apresentar e de levar a pessoa, então os adeptos da Umbanda fazem *Ebós* (limpezas) que fortalecem a cabeça, chamadas de *Ori*, para que essa cabeça não reconheça *Ikú* e a pessoa possa viver plenamente; e caso ela se suicidar, os adeptos oferecem presentes à ancestralidade para que o espírito da pessoa suicidada encontre a paz. Os achados da literatura não apresentam dados concisos sobre a relação das religiões de Matriz Africana e o suicídio, sendo assim, a fala é embasada no conhecimento repassado a partir do representante do referido segmento religioso.

Os representantes da SUD e a FEAP elencaram o suicídio como pecado grave. A Doutrina e Convênios (2015) dos SUD não enfatizam o suicídio como pecado grave, descreve que este não deve ser a característica que define a vida eterna de uma pessoa e que somente Deus é capaz de julgar seus pensamentos, suas ações e seu nível de responsabilidade, portanto, não cabe à sociedade o julgamento, principalmente para os membros religiosos, mas sim o acolhimento e o cuidado com os sobreviventes, conforme já explicitado. Em relação à FEAP o discurso da literatura é condizente com o exposto pela representante religiosa; para este segmento, o suicídio não ameniza nenhum sofrimento, cria somente mais possibilidades para a vivência do mesmo. A Assembleia de Deus e a Igreja Católica ponderaram sobre a misericórdia de Deus, fazendo distinção entre o pecado (suicídio) e o pecador (pessoa).

No que tange ao critério 2, buscou-se perceber a presença ou indicação das *relações sociais* como protetoras ao Comportamento Suicida; este foi destacado pela Igreja Católica, SUD, Assembleia de Deus e FEAP. É importante salientar, conforme já mencionado no referencial teórico, que as pesquisas que correlacionam suicídio e religião apontam a integração social como um dos prováveis elementos que agem como protetor em relação ao Comportamento Suicida, contudo, não se excluem outros elementos (CARIBÉ et al., 2012; BOTEGA,

2015; KLEIMAN; LIU, 2014; NERY-FERNANDES et al., 2012). Os SUD destacam as relações sociais como primordiais para a prevenção do suicídio, pois *“somente através do convívio é que podemos perceber alterações comportamentais nos nossos amigos/familiares e a partir disto criar estratégias de acolhimento”*. As relações foram pontuadas como um importante aspecto de prevenção, logo, é notável que a afiliação religiosa é vista como um dos principais elementos de FP, conforme apontam os autores, porém, não é o único elemento que deve ser investigado.

O critério 3, *confiança em si mesmo, em suas conquistas e sua situação atual*, somente é mencionado pela Umbanda e a Assembleia de Deus, as quais destacaram a importância do autoconhecimento para seguir adiante mesmo nas adversidades. O critério 4, *capacidade de procurar ajuda e conselhos quando surgem dificuldades*, e o critério 15, *indicou o serviço de profissionais especializados*, estiveram presentes no discurso de todos os líderes religiosos, de acordo com eles é importante reconhecer a necessidade de buscar ajuda, pois esse ato não é um sinal de fraqueza, mas uma virtude de humildade.

Tais falas trouxeram destaque à importância da ajuda especializada (profissionais da saúde), ou seja, todos verbalizaram que para além da religião, a ciência também contribui para a prevenção do suicídio. Nos documentos do SUD, tem a menção clara da necessidade da busca de apoio profissional, frisando que a tarefa de prevenção não deve ser realizada sozinha (DOUTRINA E CONVÊNIOS, 2015). O CIC (2002) pontua sobre a presença de fatores psicológicos como desencadeantes do Comportamento Suicida, o que permite abertura de precedentes para a interpretação da recomendação dos profissionais de saúde.

Ademais, constata-se que apesar dos líderes religiosos indicarem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como uma possibilidade de ajuda, eles não tinham conhecimento de como essa rede funciona, constatando-se tal afirmação ao responderem a pergunta número 3, que trata da averiguação da existência de um protocolo para situações de risco de suicídio. O não conhecimento do funcionamento da RAPS pelos líderes religiosos pode ser um fator dificultador a uma possível adesão dos seus adeptos aos serviços de atenção psicossocial.

No critério 5, *estar aberto ao conhecimento*, a Umbanda, SUD e FEAP pontuaram sobre a importância de conhecer a si; ainda frisaram as possibilidades de tratamento para além do religioso; de acordo com os representantes, as Entidades Divinas capacitam os profissionais de saúde para ajudar os filhos de Deus que estão em sofrimento.

A respeito da *tentativa prévia do suicídio*, critério 6, somente a FEAP e a Assembleia de Deus apresentaram, nas suas respostas, a importância de acompanhar, auxiliar e estar atento aos indivíduos que já tentaram suicídio, ratificando o que a própria OMS (2000) e ABP (2014) disserta sobre a temática, este é um dos principais FR. Os SUD destacam em seus documentos, a importância de uma atenção maior para aqueles que já tentaram suicídio previamente, tal elemento não foi pontuado pelo líder religioso, entretanto, faz-se necessário mencionar, para assim ampliar as possibilidades do debate (DOUTRINA E CONVÊNIOS, 2015).

No tocante à *presença de transtornos mentais como fator de risco*, critério 7, todas as instituições religiosas trouxeram exemplos e contextualizaram a importância de reconhecer os transtornos, com a finalidade de incentivarem a busca por tratamento psicoterapêutico e farmacológico, deixando de reproduzir o discurso do senso comum de que o Comportamen-

to Suicida e os transtornos mentais seriam oriundos de ações demoníacas. É válido saber que desde o entendimento sobre os transtornos mentais, as Igrejas passaram a olhar com mais misericórdia para aqueles que cometem suicídio (CIC, 2002), mas não negam que ainda há muitos adeptos e outros representantes que veem os transtornos mentais e Comportamento Suicida como questões demoníacas. Além do mais, evidencia-se que a divulgação de líderes religiosos com transtornos mentais permite maior visibilidade a uma temática tratada como tabu.

Outro aspecto de importante destaque refere-se ao critério 8, *idade entre 15 a 29 anos*, todas as instituições mencionaram sobre a necessidade de produzir ações voltadas a este público-alvo, visto que há um grande número de incidências de casos nessa faixa etária. No entanto, somente a Igreja Católica e a FEAP apontaram iniciativas destinadas a este público. A partir da Pastoral Universitária, a Igreja Católica informou que trabalha a temática da valorização da vida em seus encontros, fomentando o debate sobre a importância da vida. A FEAP apresentou o projeto SEMEAMAR, que trabalha a prevenção do suicídio, tendo os jovens como público-alvo.

Sobre o critério 9, os SUD e a Umbanda deram destaque ao FR *gênero masculino*. Ambos pontuaram que a dificuldade dos homens em expressarem os seus sentimentos é um obstáculo na busca por ajuda. Durante os ritos religiosos, eles buscam sensibilizar o público masculino sobre a importância do cuidado consigo, além de desmistificar os estigmas sobre pedir ajuda.

O critério 10, que analisou o FR *desemprego/aposentadoria*, foi citado pelos SUD e a FEAP. De acordo com os SUD, a situação do desemprego pode gerar aflição para muitas pessoas, principalmente para aqueles que são responsáveis pela renda familiar, logo, caberia à instituição religiosa ajudar durante este período de dificuldade, baseando-se em Mateus no capítulo 11, versículo 28: “Vinde a mim, vós todos que estais cansados e eu vos aliviarei” (BÍBLIA SAGRADA, 2002). Dessa forma, a Igreja como representante de Cristo deve acolher aqueles que estão cansados ou com dificuldades materiais ou espirituais.

O critério 11, *personalidade impulsiva, agressiva ou humor instável*, foi citado somente pela Igreja Católica. A impulsividade em tomar decisões, principalmente por parte dos jovens, pode ser trabalhada a partir de um projeto de vida individual – proposto pelo líder religioso católico – do qual busca-se conhecer a si e diminuir as possibilidades de tomar decisões precipitadas que podem gerar risco à vida. Diante desta exposição, é oportuno destacar a importância do domínio NORAs, que apresentou índices altos em indivíduos com menor envolvimento no Comportamento Suicida; bem como avaliou a atividade religiosa privada, a qual compõe um o estilo adotado do desenvolvimento de um dos projetos da Igreja Católica (CARIBÉ et al., 2012).

O *abuso sexual*, critério 12, é outro FR de destaque. Conforme a ABP (2014), ter sido vítima de abuso sexual na infância pode ser um fator predisponente ao suicídio; a Igreja Católica, Assembleia de Deus e FEAP discutiram sobre a necessidade do cuidado na infância, visando a uma prevenção em longo prazo.

O critério 13 foi mencionado por todos os líderes religiosos. Segundo eles, avaliar a *desesperança, desespero e desamparo* é importante para perceber se há um risco eminente da

tentativa do suicídio. Conforme a fala do pastor representante da Assembleia de Deus: “*Não há um estudo religioso voltado para esta temática do suicídio, propagando assim, por diversas vezes, informações não coerentes. Contudo, acreditamos que sem a presença de Deus, o homem pode estar destinado a coisas ruins*”. Por essa razão, retoma-se a importância e a necessidade de se ter uma visão para além da Espiritual, buscando acolher as pessoas que sofrem em todas as suas dimensões, recordando que aqueles que sofrem e cometem suicídio possuem da misericórdia de Deus.

Em relação ao critério 14, *abuso de álcool e outras substâncias*, somente a Igreja Católica mencionou este fator e discorreu sobre a Igreja ser porta de acolhimento e não de julgamento, além de que busca realizar iniciativas que deem protagonismo ao público masculino dentro da instituição religiosa, tornando-se um espaço de apoio.

Todas as instituições religiosas destacaram que desenvolvem iniciativas que tratam sobre a prevenção do suicídio; a Igreja Católica pontuou que o tema é tratado dentro dos ritos religiosos, considerando a perspectiva de que a vida é um dom dado por Deus; atenta-se que no ano de 2020, a Campanha da Fraternidade se propôs a desenvolver reflexões pertinentes à Vida, tendo um tópico de destaque ao assunto do suicídio; ademais, algumas igrejas da Diocese de Macapá – São Benedito e Nossa Senhora de Nazaré – cedem seus espaços físicos para a realização de projetos de atendimento psicológico grupal e individual, com o objetivo de prevenirem o suicídio.

Os SUD pontuaram que durante o ano realizam convites aos profissionais da saúde para trabalharem temáticas importantes sobre saúde mental durante os seus encontros; frisaram que a Igreja deve cuidar não somente do lado espiritual, mas buscar a completude do ser humano. A igreja dos SUD também cede espaço físico para realização de atendimento em grupo para pessoas envolvidas no Comportamento Suicida.

A FEAP informou que através do desenvolvimento do acolhimento fraterno, visa realizar escuta para pessoas que os procuram em situação de sofrimento, além disso, a referida instituição desenvolve o projeto SEMEAMAR, o qual caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações preventivas ao suicídio dentro do âmbito escolar e, a partir da exibição do filme *Agora já foi*, ocorre a discussão cujo tema envolve a prevenção do suicídio.

A Umbanda se conveniou com o projeto Baobá para dar apoio ao povo preto. É uma casa que está aberta e por isso recebe pessoas que estão em busca de acolhimento, formando assim uma grande família. De acordo com o líder religioso, a Umbanda tem essa facilidade de transformar todo mundo em comunidade, amigo, ou seja, todo mundo é próximo e essa proximidade ajuda a detectar quem precisa de mais ajuda, logo, o trabalho de prevenção do suicídio é feito mediante o apoio comunitário. Já a Assembleia de Deus informou que as suas ações preventivas ocorrem em sincronia com os ritos religiosos da sua congregação.

No que diz respeito à análise das ações desenvolvidas no âmbito da prevenção pelas instituições religiosas, percebe-se que elas estão intrinsecamente relacionadas aos dogmas, valores e documentos que embasam a sua prática religiosa. Sendo assim, o aspecto da prevenção está inserido no modo de desenvolver os ritos religiosos, sendo possível pontuar que a adesão a um grupo religioso coeso pode ser um FP ao Comportamento Suicida (BOTEGA, 2004).

Atenta-se que não há um manual orientativo sobre como os líderes religiosos podem desenvolver questões pertinentes à prevenção do suicídio, tendo em vista que buscou-se no *site* da OMS e ABP e nenhum achado foi encontrado, ressalta-se que a OMS e ABP já publicaram cartilhas para diversas categorias, mas ainda não há a contemplação do segmento religioso. É importante evidenciar que a sugestão da possibilidade de um manual não anula a autonomia das Igrejas em trabalharem a prevenção do suicídio a partir da ótica dos seus preceitos, contudo, como algumas religiões não apresentam documentos que retratam a temática, seria relevante ter o auxílio de um manual.

Portando, considerando este referencial teórico, vislumbra-se a importância das entidades de saúde atentarem-se à necessidade de um trabalho em conjunto de prevenção do suicídio juntamente às instituições religiosas, pois, como pontua Berger (2001), as instituições religiosas e crenças na religião nunca desaparecerão da sociedade, independentemente da situação histórica vivenciada. O referido autor esclarece que a religião continuará a oferecer respostas aos anseios sociais, fator que foi percebido no discurso dos líderes religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o discurso dos líderes religiosos do Amapá sobre a compreensão do Comportamento Suicida e, a partir disto, identificou os Fatores Protetores (FP) e Fatores de Risco (FR) presentes em suas falas; bem como mapeou as iniciativas das religiões no âmbito de ações que visam prevenir o suicídio; ademais, ratificou-se que a religião é um importante FP do Comportamento Suicida, isto em decorrência dos achados oriundos do referencial teórico, o qual possibilitou diálogo condizente com as falas produzidas pelos discursos dos líderes religiosos.

Ao tratar da temática do suicídio, fez-se um levantamento quantitativo dos dados a nível nacional e local, para assim compreender a realidade e a relevância deste estudo no estado do Amapá. Com isto, notou-se o crescente número de suicídios no Estado, o que chama atenção para a importância de pesquisas que tenham como foco a análise, identificação e fortalecimento de FP. Sendo assim, considerando o impacto da religião no Brasil (país com predominância cristã), conforme os dados apontados pelo IBGE (2010) e analisados por Reis e Carmo (2015), torna-se relevante estudar como a religião pode contribuir para a prevenção do Comportamento Suicida, com ênfase na análise do discurso de líderes religiosos.

Neste artigo, compreendeu-se o suicídio como o ato voluntário executado pelo próprio indivíduo, em que a finalidade é a morte. Ao tratar dessa temática, com ênfase nos FP e FR, fez-se fundamental estabelecer quais seriam esses fatores, logo, utilizou-se como base o aporte teórico da ABP (2014) e OMS (2000). Após a correlação de religião e suicídio fez-se imprescindível compreender melhor os dogmas e rituais de cada segmento que participou deste estudo, objetivando trazer informações fidedignas sobre a religião, além de considerar que durante a realização do evento, os palestrantes poderiam não ter tido tempo suficiente de dissertarem sobre a temática proposta, deixando possíveis lacunas. A compreensão dos relatórios analisados foi pautada no referencial teórico, que engloba a compreensão do Comportamento Suicida para as religiões participantes.

Diante da análise crítica das falas dos líderes religiosos, foi possível perceber falas protetoras e falas vulneráveis, contudo, nota-se um predomínio de falas que geram zelo e cuidado com a vida do outro. Outro ponto a ser destacado, é o mapeamento das iniciativas dessas instituições religiosas no âmbito da prevenção do suicídio, pois todas relataram atividades desenvolvidas como protagonistas ou parceiras de instituições que trabalham a prevenção. Sendo assim, os objetivos propostos para esta pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível identificar as falas protetoras, falas vulneráveis e as iniciativas das instituições religiosas à prevenção do suicídio.

O método adotado para a realização desta pesquisa alcançou o objetivo proposto, conseguindo responder aos questionamentos presentes. Para isso, criou-se um instrumento de análise dos 15 principais FP e FR – todos embasados nos documentos da ABP (2014) e OMS (2000) – do Comportamento Suicida. Após a leitura das respostas contidas nos relatórios, as falas foram atribuídas a uma das três categorias criadas pelos pesquisadores: FP, FR e P; dessa forma, foi comprovado se a perspectiva estava voltada para o cuidado e zelo pelos adeptos das religiões pertencentes.

Constatou-se, a partir deste estudo, que outras variáveis dentro da temática suicídio e religião podem ser pesquisadas para uma melhor compreensão desta relação, tais como a integração social religiosa, os dogmas e as características individuais de cada religião; as quais contribuirão com respostas e aprofundamento de questões pertinentes a cada segmento. Uma pesquisa voltada para uma religião poderá apresentar um maior rigor no controle das variáveis e, possivelmente, responderá perguntas que ainda não apresentam respostas unificadas.

É válido salientar que as pesquisas nesta área ainda é muito escassa, principalmente no Brasil, em que a maioria dos estudos encontrados trata-se de outros países, mas que auxilia na compreensão da temática e na elaboração de linhas de pesquisas de locais que têm poucas produções na área, além do mais, os estudos de outros locais possibilitam perceber quais áreas, dentre os possíveis vieses do suicídio, apresentam lacunas no Brasil.

Considerando o exposto, pontua-se a relevância deste estudo, visto que trata-se de uma temática pouco explorada no meio científico do Brasil e sem nenhum estudo anterior no Amapá. Sendo assim, é indispensável a criação e manutenção de estratégias em que a religião desenvolva, junto ao meio científico, ações preventivas do Comportamento Suicida; tais ações podem ser pensadas a partir do Plano Estadual de prevenção ao suicídio, considerando o grande número de praticantes de diversas religiões no Amapá. Ademais, é importante a aproximação das ações desenvolvidas pelas igrejas com as instituições governamentais para conhecer e se fazer conhecer, bem como ampliar as vias de acesso à prevenção do suicídio dentro de cada esfera religiosa, além de serem inseridas na Microrrede de assistência à crise suicida.

Como pesquisadores da temática do suicídio e religião, consideramos que o conhecimento adequado acerca do suicídio é a base para realização de estratégias de prevenção, por isso uma pesquisa que evidencia a percepção dos líderes religiosos sobre o Comportamento Suicida, torna-se tão importante, pois é a partir desses dados que podemos pensar em capacitações e estratégias específicas destinadas a este público, além de construir caminhos de

prevenção, nos quais a Igreja e a Ciência poderão colaborar entre si, respeitando as particularidades do método científico e das crenças religiosas.

Enquanto lacuna desta pesquisa e sugestão para demais pesquisadores, pontua-se a ausência da formação desses líderes religiosos. A princípio, não sabemos se as informações relatadas são em decorrência de estudos voltados à temática da religião ou se são conhecimentos adquiridos a partir de uma motivação individual. Os estudos direcionados partindo-se da formação para os líderes religiosos poderiam englobar uma parcela maior de pessoas, entretanto, estudos sobre a temática através da motivação individual diminuiria o acesso às informações sobre prevenção, tão logo teríamos precedentes que o zelo, cuidado e a misericórdia para com quem sofre, podem ser especificidades da realidade amapaense.

Portanto, reitera-se que a necessidade de compreender os Fatores de Proteção deve estar alinhada ao desenvolvimento dessas habilidades no contexto clínico e social, pensando que tais achados podem contribuir para a prevenção do suicídio.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). *Comportamento suicida: conhecer para prevenir*. Dirigido para profissionais de imprensa. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2017/abr/suicidio/manual_cpto_suicida_conhecer_prevenir.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BERGER, P. L. A Dessecularização do Mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, CER/ISER, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2001, p. 9-23.
- BERTOLETE, J. M; MELLO-SANTOS, C; BOTEAGA, N. J. Detecção do risco de suicídio nos serviços de emergência psiquiátrica. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 32, supl. II, out. 2010.
- BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém* (Ed. Revista). São Paulo: Paulus, 2002.
- BOTEAGA, N. J. *Crise Suicida: Avaliação e manejo*. Porto. Alegre: Artmed, 2015.
- BOTEAGA, N. J. WERLANG, B. G. *Comportamento suicida*. Porto. Alegre: Artmed, 2004.
- BRANDÃO, W. L. de O. *Comportamento suicida: sociedade, assistência e relações comportamentais*. Tese (doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) - Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2015, p. 162.
- BRASIL. *Programa Nacional para a saúde mental: Plano Nacional de prevenção do suicídio 2013/2017*. Direção Geral da Saúde. Brasília: Ministério da saúde. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/12006270-Programa-nacional-saude-mental-%20plano-nacional-de-prevencao-do-suicidio-2013-2017.html>>. Acesso em: 12 set. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil: 15 anos depois de Caracas*. OPAS. Brasília: Ministério da Saúde, nov. 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.
- CARDOSO, H. F. *et al.* Suicídio no Brasil e América Latina: revisão bibliométrica na base de dados Redalycs. *Diaphora*, [s.l.], v. 12, n. 2, nov. 2014, p. 42-48. ISSN 2238-9709. Disponível em: <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/69/69>>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- CARIBÉ, A. C. *et al.* Religiosity as a protective factor in suicidal behavior: a case-control study. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, [s. l.], v. 200, n. 10, oct. 2012, p. 863-867. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23037509/>>. Acesso: 22 jun. 2020.
- CASSORLA, R. M. S. Comportamento suicida. In: WERLANG, B. G.; BOTEAGA, N. J. (Orgs.). *Suicídio e autodestruição humana*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 21-33.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIC). Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

CAVALCANTE, F. G., *et al.* Autópsia psicológica e psicossocial sobre suicídio de idosos: abordagem metodológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 17, n. 8, 2012, p. 2039-2052.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Suicídio e os desafios para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020.

DOUTRINA E CONVÊNIOS: de a igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias. Estados Unidos da América, 2015.

DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989.

DURKHEIM, É. *O Suicídio – Um Estudo Sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. In: ARANTES, A. A. (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24 - Cidadania, 1996, p. 68-75.

HAWTON, K; HEERINGEN, K. *The international handbook of suicide and attempted suicide*. Chichester: Wiley, 2002.

KLEIMAN, E. M; LIU, R. T. Prospective prediction of suicide in a nationally representative sample: religious service attendance as a protective factor. *Rev. Br J Psychiatry*, New York, v. 204, 2014, p. 262-266. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24115346/>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MAYO, D. J. What is being predicted? The definition of suicide. In: R. W. M. Alan, L. Bernard, J. T. M. & Y. Robert (Eds.). *Assessment and prediction of suicide*. New York: The Guilford Press, 1992, p. 99-112.

MOREIRA-ALMEIDA, A. Religião e comportamento suicida. In: MELEIRO, A. M.; TENG, C.T; WANG, Y. P. *Suicídio: Estudos Fundamentais*. Eds: São Paulo: Segmento Farma, 2004. Disponível em: <<http://www.hoje.org.br/arq/artigos/20>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MYNAIO, M. C. de S.; MENEGHEL, S. N. G., CAVALCANTE, F. G. Suicídio de homens idosos no Brasil. *Rev. Ciência e saúde coletiva*, v. 17, n. 10, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000016>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NERY-FERNANDES, F. *et al.* Is there an association between suicide attempt and delay of initiation of mood stabilizers in bipolar I disorder? *J Affect Disord*, v. 136, n. 3, feb. 2012, p. 1082-1087.

NUNES, L. I. S. N.; ABRANTES, D. S. S. Mídia e suicídio: prevenção e posvenção na era digital. *Revista Tempo Amazônico*, Macapá, v. 5, n. 2, jan./jun. 2018, p. 129-148. Disponível em: <https://www.ap.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2471>. Acesso em: 20 jun 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Prevenção do suicídio: um recurso para conselheiros*. Departamento de saúde mental e abuso de substâncias. Genebra: OMS, 2006. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf>. Acesso em: 01 set 2020.

PACHECO, A. S. Religiosidade afroindígena e natureza na Amazônia. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, abr./jun. 2013, p. 476-508. ISSN 2175-5841.

REIS, M. V. de F.; CARMO, A. T. “O Campo Religioso Amapaense: Uma análise a partir do Censo do IBGE de 2000 e 2010”. *Revista Observatório da Religião*, Belém: UEPA, v. 2, n. 2, 2015, p. 175-197.

SCHLOSSER, A; ROSA, G. F. C; MORE, C. L. O. O. Revisão: comportamento suicida ao longo do ciclo vital. *Temas psicol.* [online]. 2014, vol.22, n.1, pg. 133-145. ISSN 1413-389X. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n1/v22n1a11.pdf>>. Acesso em: 06 jun 2020.

SHNEIDMAN, E. S.; FARBEROW, N. L.; LITMAN, R. Taxonomía de la Muerte: punto de vista psicológico. In: *Necesito ayuda! Un estudio sobre el suicidio y su prevencion*. México: La prensa médica mexicana, 1969, p. 148-156.

SILVA, J. A.; BARBOSA, C. N. A. O suicídio na visão da doutrina espírita e das ciências: revisão de literatura. *Rev. Psicologia e Saúde em Debate*, v. 5, n. 2, dez., 2019, p. 96-111.

SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TURECKI, G. O suicídio e sua relação com o comportamento impulsivo-agressivo. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 21, n. 2, 1999, p. 18-22.

VELIQ, F. *Um olhar teológico sobre a questão do suicídio*. Dom Total. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1371230/2019/07/um-olhar-teologico-sobre-a-questao-do-suicidio/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

WERLANG, B. S. G; BORGES, V. R; FENSTERSEIFER, L. Fatores de risco ou proteção para a presença de Ideação Suicida na Adolescência. *Revista Interamericana de Psicologia*, Austin, v. 39, n. 2, 2005, p. 259-266. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/284/28439210.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Background [online]. Genebra: WHO, 2002. Disponível em: <www.who.int/mental-health/suicide>. Acesso em 15 Mar 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Preventing suicide: A global imperative*. Genebra: WHO; 2014. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

	Instituições religiosas	Católica			Umbanda			SUD			Assembleia de Deus			FEAP		
	Nº total de perguntas respondidas	06			06			06			06			06		
	Agrupamento por categorias	FP	FR	P	FP	FR	P	FP	FR	P	FP	FR	P	FP	FR	P
00	Apresentou ações desenvolvidas de prevenção	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X
1	Bom relacionamento com familiares/apoio familiar	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-
2	Boas habilidades/relações sociais. Ex.: através de participação em esportes, igrejas, clubes e outras atividades	X	-	-	o	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-
3	Confiança em si mesmo, em suas conquistas e sua situação atual	o	-	-	X	-	-	o	-	-	X	-	-	o	-	-
4	Capacidade de procurar ajuda e conselhos quando surgem dificuldades	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-
5	Estar aberto ao conhecimento.	o	-	-	X	-	-	X	-	-	o	-	-	X	-	-
6	Tentativa prévia do suicídio	X	-	-	-	o	-	-	o	-	-	X	-	-	X	-
7	Transtorno Mental	-	X	-	-	o	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-
8	Idade (15 a 29 anos)	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-
9	Gênero Masculino	-	o	-	-	X	-	-	X	-	-	o	-	-	o	-
10	Desemprego ou aposentadoria	-	o	-	-	o	-	-	X	-	-	X	-	-	o	-
11	Personalidade impulsiva, agressiva ou de humor instável.	-	X	-	-	o	-	-	o	-	-	o	-	-	o	-

12	Ter sofrido abuso físico ou sexual na infância	-	X	-	-	o	-	-	o	-	-	X	-	-	X	-
13	Desesperança, desespero e desamparo;	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-
14	Abuso de álcool e outras substâncias	-	X	-	-	o	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-
15	Indicou ou recomendou serviços de profissionais especializados	X	-	-	X	-	-	X	-	-	-	X	-	-	X	-

Legenda:

FP = Fator Protetor.

FR = Fatores de Risco.

P = Prevenção.

X = Critério mencionado em alguma das 5 respostas individuais.

o = Critério não mencionado.

- = Não se aplica.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PROJETO UNIENEM E A RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Cássia Plácido de Oliveira

INTRODUÇÃO

Nesse artigo, pretende-se fazer uma abordagem sobre a percepção dos sujeitos pesquisados em relação ao Projeto de Extensão UNIENEM e à relação de integração entre universidade e sociedade. Sabe-se que através das ações extensionistas ocorre a promoção da troca de conhecimentos e saberes na inter-relação entre universidade, comunidade e sociedade.

Esse estudo se justifica pela relevância da investigação desse projeto, o qual é vinculado ao programa de Inclusão, Acesso e Permanência (PIAP) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), cujo objetivo é a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dos discentes egressos do ensino médio e daqueles que concluíram essa etapa formativa, que não tiveram uma boa qualificação na sua escolarização, a fim de ingressarem na Educação Superior.

Torna-se relevante também para a sociedade amapaense, tendo em vista a mudança da realidade social que as ações extensionistas podem proporcionar. Através dessas ações, a universidade toma conhecimento dos problemas e interesses da comunidade e contribui com o desenvolvimento do Estado e com a qualidade de vida da população.

A finalidade desse texto é apresentar os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre a percepção dos sujeitos em relação ao projeto pesquisado. Para tanto, encontra-se dividido em quatro partes: a primeira aborda o papel da universidade na sociedade; a segunda retrata a extensão universitária e a relação de integração entre universidade e sociedade; a terceira destaca a metodologia utilizada e a quarta apresenta uma análise qualitativa da per-

cepção dos sujeitos sobre o projeto UNIENEM e a relação de integração entre universidade e sociedade.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE

A universidade tem um papel relevante na sociedade, porém, tem vivenciado constantes crises que ameaçam sua identidade e o exercício harmonioso de suas múltiplas funções, logo, é preciso que ela dialogue com os atores sociais para definir, na sua atuação, as suas prioridades e cumprir de forma efetiva seu papel social.

Para Rodrigues, Oliveira e Queiroz (2013, p. 99), “O compromisso social da Universidade deve ser muito mais efetivo e fazer opções por ações que visem a transformar profundamente a sociedade, na busca da conquista dos direitos sociais, civis e políticos dos indivíduos e das comunidades”. A universidade, portanto, é uma organização complexa que possui diversas responsabilidades para com a sociedade e deve atuar como um agente no processo de transformação e construção social.

Campos (2012, p. 1) ressalta que “[...] as funções da universidade são plurais, mas é possível afirmar que a sua principal atribuição é pensar a si mesma, isto é, refletir sobre sua própria função social”. Em virtude dessa complexidade, se não houver uma compreensão da sociedade tão pouco haverá uma compreensão da universidade. A sociedade precisa compreender a concepção de universidade, e esta necessita esclarecer a sua existência, ou seja, por que, para que e para quem existe. Saviani (2007, p. 157) realça que “os problemas educacionais não podem ser compreendidos a não ser na medida em que são referidos ao contexto em que se situam”.

Morin (2002, p. 35) salienta que é necessário reformar o pensamento e aponta que “Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não, programática [...]”. Essa reforma expressa uma preocupação destinada a quem estiver interessado na tarefa de pensar ou repensar uma universidade (MORIN, 2002).

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Atualmente, a extensão universitária é utilizada pela universidade como uma ferramenta capaz de promover seu compromisso com as demandas da sociedade. Através dela, a universidade e a sociedade são beneficiadas com a troca de experiências e conhecimentos que ocorrem por meio da relação entre os docentes, discentes e comunidade.

Conforme Nunes e Silva (2011, p. 123), quando se fala em extensão faz-se necessário “[...] repensar o próprio modelo de universidade tanto no que se refere a questões pedagógicas e curriculares quanto a questões como produção e acesso ao conhecimento e a seus produtos”. As autoras apontam que ao refletir sobre o atual modelo de sociedade, a universidade analisaria os acontecimentos do dia a dia de forma mais crítica através dos conhecimentos produzidos pela instituição e os provenientes da comunidade.

De acordo com Castro (2015), o papel da extensão é estabelecer a relação entre universidade e sociedade a fim de buscar soluções para os problemas comunitários, relacionados à

questão da subsistência dos seres humanos e a atuação harmoniosa com o meio em que vivem. Assim, é indispensável reformular a extensão para que seja possível a democratização da universidade e a sua aproximação ao modelo acadêmico institucional.

Nesse sentido, a extensão tem o papel de contribuir com a sociedade, proporcionando benefícios e conhecimentos que apenas se tornam efetivos no momento em que são apreendidos e aplicados na realidade, ou seja, isso acontece principalmente quando quem está na condição de aprender, coloca em prática aquilo que foi aprendido. Assim, é necessário que a universidade auxilie nesse processo e desenvolva práticas que possam contribuir com a comunidade, gerando a possibilidade de promover um saber diferenciado aos cidadãos.

Santos (2008a) enfatiza que a universidade necessita reconhecer os saberes que não são científicos, ou seja, aqueles que circulam na sociedade, tais como: saberes populares, leigos, tradicionais, entre outros. E que através da extensão ao contrário, ou seja, de fora para dentro da universidade, é possível uma interlocução entre os saberes que são produzidos dentro da instituição.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada *in loco* na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), especificamente no Programa de Inclusão, Acesso e Permanência (PIAP), utilizando-se como base metodológica uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, com análise documental, entrevista semiestruturada e grupo focal.

De acordo com Minayo (2001, p. 14) a pesquisa qualitativa corresponde ao “Universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico que consiste no:

[...] levantamento de referências teóricas “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Matos e Lerche: 40 *apud* FONSECA, 2002, p. 31). Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 31-32).

Em seguida, com o intuito de captar informações relevantes, foi elaborada uma análise documental mediante consulta aos documentos da UNIFAP, como: Projeto de Extensão UNIENEM, Relatório do Projeto UNIENEM e documento externo – Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Consoante Vergara (2006, p. 48), a “Investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos circulares, ofícios [...]”.

Quanto aos meios de investigação, trata-se de um estudo de caso desenvolvido na UNIFAP que pode ser caracterizado como:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir a (sic) que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002, p. 33).

Para a coleta de dados, foram organizados dois grupos focais: o primeiro constituiu-se por alunos que participaram do Projeto de Extensão UNIENEM, mas não ingressaram na universidade, sendo que dois eram do sexo feminino e dois do sexo masculino, todos da turma de 2018, mas desde 2017 participam do projeto.

O segundo grupo focal correspondeu aos docentes monitores que são acadêmicos dos cursos de licenciaturas da universidade e lecionaram nesse projeto no ano de 2018, sendo que dois eram do sexo feminino e três do sexo masculino, e atuavam em áreas diversificadas, como: Letras, Pedagogia, Artes, Sociologia e Geografia. Essa técnica de pesquisa possibilita a interação entre os participantes e o compartilhamento de ideias. E, segundo Dias (2000, p. 3), tem como intuito identificar “percepções, sentimentos, atitudes e idéias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade”.

Ao todo, foram efetuadas oito entrevistas semiestruturadas: a primeira foi com o coordenador do projeto UNIENEM, ele é professor de química da UNIFAP com dedicação exclusiva e assumiu a coordenação em 2016; depois com seis alunos que participaram do projeto e ingressaram na universidade, sendo que três eram do sexo feminino e três do sexo masculino, eles fizeram parte do projeto em 2008, 2009, 2010, 2017 e 2018, variando o tempo de permanência entre três semanas a dois anos e meio, ressalta-se que um dos entrevistados, além de ter sido aluno, foi monitor do projeto e permaneceu por seis anos; e por fim, com a diretora do Departamento de Extensão (DEX), que é Técnica administrativa da UNIFAP e Mestra em Ciências da Saúde, que assumiu a direção em 2018.

Essas entrevistas possibilitaram a obtenção de informações dos sujeitos, a partir do seu discurso livre, nos qual:

O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações (SEVERINO, 2007, p. 125).

O universo pesquisado compreendeu a 10 alunos, 5 docentes, 1 coordenador geral do projeto UNIENEM e 1 diretora do Departamento de Extensão da UNIFAP. As entrevistas semiestruturadas foram compostas por 5 perguntas e os grupos focais constituíram-se por 7 perguntas. Para tanto, empregou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos sujeitos participantes da pesquisa no momento das entrevistas e dos grupos focais. A análise dos dados (percepções) estão apresentados, essencialmente, em três eixos centrais: *Extensão Universitária, Universidade e Sociedade e Projeto de Extensão UNIENEM*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PERCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

Os resultados alcançados permitiram a identificação de que os sujeitos compreendem o significado da Extensão Universitária, sua relevância tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade, e se confirmaram através das transcrições das seguintes falas:

[...] É para aproximar a universidade do saber popular, das outras formas de saber (Informação verbal A)¹.

[...] Extensão tem por objetivo ajudar a comunidade local, é, colocando no meu ponto de vista, ofertar vários cursos (Informação verbal B)².

É trazer a sociedade para a universidade (Informação verbal C)³.

É uma oportunidade não só para a comunidade de fora, mas para o próprio graduando ter esse contato mais próximo com a universidade. Para mim, é uma oportunidade para dar a quem precisa, principalmente para pessoas carentes (Informação verbal D)⁴.

No discurso dos sujeitos, percebe-se também um olhar da extensão como forma de assistencialismo, em que as ações se voltam para atender a comunidade carente. Essa percepção é reforçada por Silva (2013, p. 2), ao afirmar que:

[...] a extensão universitária assumiu o caráter de oferta de cursos livres abertos à sociedade, mais tarde conhecida como prestação de serviços, assessorias, ação comunitária e assistencialismo. Atualmente discute-se uma extensão universitária que permita a interação dialógica com a sociedade, uma atuação interdisciplinar e interprofissional, uma prática extensionista indissociável ao ensino e a pesquisa, que cause impacto na formação do estudante e proporcione efetivas transformações sociais.

Em contrapartida, Santos (2004, p. 56) complementa esse entendimento através da ecologia de saberes, que é “[...] uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade”, possibilitando a promoção de um diálogo entre os saberes que são produzidos dentro da universidade e aqueles que circulam na sociedade, fazendo com que haja uma relação solidária entre os conhecimentos.

Nesse sentido, a universidade precisa reconhecer e validar os outros tipos de conhecimentos que existem na sociedade e que poderão ocorrer através da Extensão Universitária. Assim, romper e desconstruir a ideia de que apenas o conhecimento científico, ou seja, o que é produzido dentro da universidade é válido, como se não existissem outros saberes.

Por intermédio da indagação relacionada ao modo como as políticas de extensão são desenvolvidas na universidade, a Diretora do DEX respondeu que:

A extensão universitária primeiramente tem uma política nacional, chamada de Política Nacional de Extensão Universitária, é um documento que foi criado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, então ela tem as diretrizes de todas as universidades, por que que isso é importante, ao nível de todo o Brasil sendo uma IES Estadual, Federal

1 Diretora do DEX/UNIFAP.

2 Entrevista Individual – Aluno A.

3 Grupo Focal – Aluna G.

4 Professor A.

ou Instituto, todos falem uma mesma linguagem e trabalhem sempre a partir das mesmas diretrizes. A UNIFAP não tem uma política de extensão, nós seguimos a Política Nacional, o que a nossa universidade tem é uma resolução, que é a 009 de 2006, inclusive ela está muito desatualizada (Informação verbal A).

Segundo a Diretora do DEX, essa desatualização da resolução acaba dificultando o trabalho desenvolvido pelo departamento e, na falta de instrumentos normativos, acabam utilizando os documentos, diretrizes e ações para fortalecer a extensão universitária, que estão na Política Nacional de Extensão (PNE).

Esse discurso pode ser evidenciado na PNE, ao destacar que as seguintes diretrizes: “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, e Impacto e Transformação Social” (FORPROEX, 2012, p. 29), devem ser utilizadas pelas instituições quando formularem e implementarem suas ações extensionistas.

Sabe-se da relevância da extensão e do quanto ela pode transformar a vida da população que se beneficia dos programas desenvolvidos dentro da universidade ou fora dela. Entretanto, é preciso entender que não basta somente criar programas, ações e políticas, é fundamental acompanhá-los e avaliá-los para que realmente se tornem efetivos. Os estudos permitiram evidenciar de que maneira os projetos de extensão são avaliados e se têm algum tipo de acompanhamento para sua melhoria contínua, como se verifica na fala a seguir:

Eles são avaliados dessa forma, a cada seis meses o professor tem que apresentar o relatório parcial das atividades daquele projeto, se ele recebe bolsa de extensão. Os projetos que recebem financiamento, esses nós temos que acompanhar, somos obrigados a acompanhar porque estão recebendo recurso público, então a gente faz essa exigência. Eles têm que mandar também para o nosso controle, o relatório do bolsista, o relatório semestral, vai colocar assuntos relacionados ao projeto, as atividades que ele exerceu e o programa, esse é o controle que nós fazemos relacionados à avaliação dos projetos. Nosso técnico em assuntos educacionais no caso faz a avaliação do projeto. Ele tem alguns instrumentos técnicos, não são relacionados ao mérito, a gente vai medir a quantidade de alunos que entrou, a quantidade de alunos que concluíram e o índice de aprovação, são dados quantitativos que, claro, não vai avaliar aspectos relacionados à qualidade das aulas, mas pelo menos a gente tem um indicador mensurável, não temos instrumentos, não temos equipe para fazer avaliação qualitativa (Informação verbal A).

De acordo com a fala da Diretora do DEX, para realizar a avaliação ou monitoramento de um programa ou projeto, é importante a elaboração de indicadores para identificar se realmente está tendo resultado ou não. O monitoramento tem o intuito de coletar informações e a avaliação utiliza essas informações para medir a efetividade do projeto ou programa. A realização de somente uma pesquisa quantitativa não possibilita a obtenção de um aprofundamento no resultado e medição da efetividade dessas ações. Para Jannuzzi (2005, p. 143-144):

[...] a opinião da população atendida por um programa é certamente importante, desejável e complementar em qualquer sistemática de monitoramento e avaliação, trazendo subsídios para a correção e melhoria do processo de implementação dos programas

e também indícios da efetividade social desses programas, especialmente aqueles difíceis de serem mensurados em uma escala quantitativa.

Os discursos dos sujeitos permitiram a compreensão de como eles avaliam o projeto de extensão e como ele poderia ter mais efetividade, conforme se observa nos seguintes dados:

O cursinho ajuda quem quer mesmo, quem se dedica bastante, ele é bom de fato, porém falta recurso, investimento (Informação verbal E)⁵.

A minha avaliação é positiva, pois atende gente que são de áreas muito carentes distante da capital, do interior, ribeirinhas, que vem para a capital só para estudar e o cursinho é uma possibilidade (Informação verbal F)⁶.

Eu vejo o projeto como principal programa dentro da universidade que ocupa muitas bolsas e tem muita demanda (Informação verbal D).

Apesar do cursinho ter uma boa classificação na visão dos sujeitos, ainda sofre críticas em relação à disponibilização de materiais, às condições estruturais que precisam estar mais consolidadas, à falta de financiamento e ao reconhecimento institucional. Possivelmente, se tivesse recurso próprio voltado somente para atender essa atividade extensionista, assim como um prédio com boas condições estruturais, salas e materiais disponíveis para subsidiar tanto os alunos quanto os professores, o projeto teria mais efetividade e conseguiria atender muito mais a comunidade e a sociedade em relação à inserção e acesso à Educação Superior.

A avaliação do projeto, na visão dos seus usuários, é essencial para seu melhoramento, como aponta Fagundes e Moura (2009, p. 102):

É importante destacar também que, ao fazer avaliações, é imprescindível ainda pesquisar junto aos usuários, público-alvo dos programas e políticas públicas, de uma forma que os mesmos se sintam sujeitos, visto que são os principais interessados na qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público.

O projeto deve levar em consideração o que os sujeitos pensam em relação aos serviços ofertados por ele e disponibilizar um espaço adequado para recebê-los e realizar a semana pedagógica com os monitores; isso é um fator essencial para a melhoria e qualidade das ações realizadas. O único espaço disponibilizado para o programa onde o projeto é vinculado, está localizado no Centro de Vivências da universidade (Figura 4). O projeto não possui salas próprias para ministrar as aulas, para conseguir atender os alunos são utilizadas salas cedidas provisoriamente pela PROEAC e que pertencem a outros projetos da instituição.

5 Grupo focal – Aluno H.

6 Entrevista Individual – Aluna B.

Figura 4 - Local onde funciona a coordenação do projeto



Fonte: Registro realizado pela Autora, 2019



Fonte: PIAP/UNIFAP, 2019.

Destarte, compreender a extensão como uma função essencial que pode envolver os sujeitos no processo de transformação da sociedade e participar da formação da aprendizagem deles, fazendo com que percebam os fatores relevantes para as mudanças sociais, são aspectos que podem ser visualizados dentro de projetos permanentes que possibilitam uma consolidação da extensão na universidade.

PERCEPÇÃO SOBRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

A pesquisa mostra que, na percepção de muitas pessoas, a relação de integração entre universidade e sociedade através da extensão é imprescindível para o cumprimento da missão da instituição, como evidenciado nas falas a seguir:

Tem que ter projeto de extensão para ter essa troca da comunidade e universidade. O projeto contribui de uma forma que a gente vê a universidade não como quem vê, assim, é só a elite que pode estar lá, que é extremamente inalcançável. A universidade quando abre as portas dela para que outras pessoas entrem, aí elas começam a interagir e vai querer participar daquilo, porque o correto mesmo é a universidade abrir as portas através sempre de um projeto (Informação verbal G)⁷.

O pessoal só anda ao redor, depois que a gente participa do cursinho a gente se sente parte daqui, conheci várias pessoas, tive essa integração toda, eu já me sinto à vontade de estar aqui na UNIFAP (Informação verbal C).

Mediante os relatos, observa-se a confirmação de que o projeto UNIENEM tem essa característica de integrar a universidade, sociedade e comunidade. Ele possibilita que a comunidade acadêmica coloque a teoria, adquirida dentro da sala de aula, em prática, e utilize o espaço do projeto como um laboratório para auxiliar na construção da sua formação de ensino-aprendizagem. Além de atuar na preparação dos sujeitos da sociedade que desejam ingressar no ensino superior, proporcionando acesso a um espaço universitário que muitas vezes parece ser inalcançável.

Na visão dos sujeitos, infere-se que antes a universidade, realmente, era um privilégio apenas para uma parcela da sociedade, mas com o passar do tempo, sua finalidade foi mudando e, atualmente, com a democratização do Ensino Superior, o acesso ao espaço universitário é compartilhado por uma parcela maior da população. Simões (2018, p. 51) aponta

⁷ Entrevista Individual – Aluna F.

que “[...] para se viabilizar o que se denominou como democratização do acesso ao Ensino Superior, algumas políticas públicas foram criadas visando a ampliação do acesso”. A exemplo, as políticas de ações afirmativas⁸.

PERCEPÇÃO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO UNIENEM

A investigação sobre o projeto iniciou com a compreensão de sua origem e desenvolvimento, em seguida passou para as dificuldades e desafios ao longo de todo o processo de construção, mudança de vida dos seus participantes e desejos futuros. Sob o olhar da gestão, o projeto de extensão:

Surtiu a partir de 2002 como CPV negros, era o pré-vestibular onde buscava principalmente aquela parte minoritária da sociedade onde você tinha vários, digamos assim, preceitos que levava em consideração para avaliação ou melhor para que esse aluno entrasse na universidade e aí um grupo de determinados professores tiveram, principalmente da área de humanas, a ideia de buscar e resgatar essa parte excluída da sociedade, que focaram aqui no Amapá principalmente dentro da universidade a questão dos negros, não apenas por ser uma minoria, mas por ser uma parcela da sociedade que se detectou que não tinha tanto acesso, assim, ao conhecimento e aos cursos de graduação. E depois passou de CPV negro para o pré-vestibular onde passou a desenvolver com mais força agora não só para o negro, mas foram trabalhando a parte mais carente da sociedade, tanto é que hoje ainda continua com o mesmo objetivo só que aí lógico não fica só para negros, mas para todos aqueles que tem uma baixa condição socioeconômica. Após o pré-vestibular que ao longo do tempo foi se desenvolvendo e que com as modificações também acontecendo a nível nacional com a implantação do Enem, inclusive sendo adotado pela própria instituição, se adquiriu uma nova característica que agora é voltado totalmente para o Enem (Informação verbal H)⁹.

Logo, por intermédio dos movimentos de resistência dentro da universidade, são criados projetos extensionistas para atender um público-alvo que muitas vezes não tem tanto acesso a esse espaço público. E o projeto UNIENEM é um exemplo disso, através dele compreende-se que a universidade não pode estar submissa apenas aos interesses do mercado, mas sim voltada, principalmente, para os interesses da sociedade e comunidade. O autor Leher (2015, p. 12) aponta a relevância da interação entre os movimentos sociais e a universidade, ao ressaltar que:

A articulação dos setores críticos da universidade com as lutas dos movimentos contribui para que tais movimentos tenham conhecimentos mais sistemáticos e fundamentados para muitos problemas, fortalecendo as lutas sociais; ao mesmo tempo, a interação dos movimentos com espaços da universidade, exigindo maior atenção aos problemas vividos pelo povo (e possibilitando outros prismas para o conhecimento científico), fortalece os setores críticos no espaço acadêmico modificado que, assim, têm suas pesquisas legitimadas pelas demandas sociais.

A interação entre os movimentos sociais e a universidade é percebida como essencial no cenário atual. Essa relação possibilita uma construção de um espaço dialógico, onde há

8 “[...] a política de ação afirmativa, em particular na modalidade da reserva de vagas para ingresso nas universidades públicas, vem possibilitando que grupos socialmente vulneráveis como pobres, negros e indígenas, tenham acesso a direitos sociais como a educação” (SIMÕES, 2018, p. 57).

9 Coordenador do UNIENEM.

o fortalecimento da identidade dessas instituições. Isso contribui com a implantação de políticas com ações voltadas para a inclusão social. Ademais, a intervenção dos movimentos sociais dentro da universidade é capaz de transformar a realidade dos sujeitos que fazem parte de uma região tão peculiar como a da Amazônia, que tem características próprias e se destaca por abranger uma sociedade diversificada, representada pelos quilombolas, negros, índios, ribeirinhos, entre outros que são ou deveriam ser alvos de políticas públicas do Estado.

Em relação ao processo de desenvolvimento do projeto, compreende-se que tem tido muita dificuldade na continuação de suas atividades por diversos fatores, mesmo trabalhando em parceria com a PROEAC e DEX, os quais financiam o pagamento da bolsa monitoria aos discentes que lecionam no projeto (Tabela 2).

Tabela 2 - Valores aproximados do financiamento

ANO	VALOR DISPONIBILIZADO (R\$)
2016	102.300,00
2017	112.530,00
2018	115.200,00

Fonte: DEX/UNIFAP, 2019.

O coordenador do projeto salienta que realizam o processo de seleção tanto para os alunos quanto para os professores. E antes de iniciar as atividades, é realizado um planejamento pedagógico com os professores.

Nos últimos três anos, tem sido solicitado aos estudantes um quilo de alimento não perecível (Figura 5). Em 2018 foi realizada a distribuição de 160 kits de livros didáticos (Figura 6), doação feita pelos calouros do curso de Relações Internacionais da universidade, que serviram para os alunos como recurso pedagógico.

Figura 5 - Alimentos doados ao projeto



Fonte: Registro realizado pela Autora, 2019.

Figura 6 - Livros doados ao projeto



Fonte: PIAP/UNIFAP, 2018.

Em 2019 foram arrecadados 780 (setecentos e oitenta) quilos de alimentos, onde 700 (setecentos) foram doados para a “Casa da Hospitalidade”, abrigo que atende crianças, adolescentes e adultos que são socialmente vulneráveis (Figura 7); e 80 (oitenta) foram doados tanto para pessoas carentes que se situam em locais próximos da universidade, quanto para os voluntários que auxiliaram o UNIENEM no dia que ocorreram as inscrições para o processo de seleção do cursinho.

Figura 7 - Doação de alimentos a Casa da Hospitalidade



Fonte: Registro realizado pela Autora, 2019.

Os projetos de extensão passam por muitos desafios e dificuldades dentro da universidade, sejam relacionados à questão financeira ou até mesmo estrutural. Isso dificulta seu desenvolvimento, e por mais que tenham um tempo de existência considerável na instituição, muitas vezes não conseguem dar continuidade às ações propostas para a comunidade. Em consonância com os discursos coletados, observa-se que:

A dificuldade maior do projeto, hoje, que já tem mais de 15 anos de existência, vai desde materiais básicos e simples didáticos como: papel para a impressão, impressora, computadores para se trabalhar, enfim, apagador, pincéis, espaço até mesmo para desenvolver as turmas do UNIENEM (Informação verbal H).

No meu ponto de vista, para a importância que o projeto tem, ele é desvalorizado pela universidade. De uma certa forma, a gente percebe pela estrutura, a gente tem um pouco de dificuldade, eu particularmente acho a estrutura muito pequena para o tanto de professores, a gente enfrenta problemas diários em relação à falta de dinheiro (Informação verbal I)¹⁰.

O coordenador do projeto enfatiza que nos anos anteriores, o cursinho funcionava no turno da noite e que os professores passaram a disponibilizar as aulas no período da tarde em caráter experimental, mas não tiveram muito êxito devido receberem muitos adolescentes que não têm compromisso nesse horário, que vão até a universidade, mas não entram em sala de aula, com isso tiveram um índice de evasão muito alto e, conseqüentemente, o cursinho voltou a funcionar somente no período noturno, no ano de 2019.

Ressalta-se que o maior desafio abordado pela coordenação, além de ter que lidar com as dificuldades diárias, foi o desejo da realização da institucionalização do projeto. A questão da institucionalização da extensão na universidade, apesar dos avanços ao longo do tempo, ainda é um desafio no contexto atual e no âmbito das universidades. Existem programas com grande relevância para a comunidade e sociedade que deveriam ser institucionalizados, mas não têm o reconhecimento esperado. Essa percepção é pontuada nas seguintes falas:

Já era pra ser um projeto institucionalizado. A gente não manda ninguém para a sala de qualquer forma. É um laboratório que a universidade tem e não está sabendo valorizar. Institucionalizar o projeto e tornar ele um laboratório para as licenciaturas da

¹⁰ Professora D.

universidade. Porque a universidade não criou um olhar ainda mais com responsabilidade para o projeto (Informação verbal H).

Por ter tanto tempo assim, acho que a universidade deveria ter um olhar mais carinhoso por ele, por justamente trabalhar com pessoas que entrarão na instituição e que futuramente vão contribuir também com ela e com a sociedade como um todo (Informação verbal I).

O coordenador do projeto destaca que ainda não tiveram a oportunidade de dialogar com a gestão da universidade, para mostrar que ela tem um laboratório dentro do cursinho, onde trabalham com todas as licenciaturas ofertadas pela instituição, mas infelizmente não estão valorizando, e que precisam desse olhar com mais responsabilidade da gestão para alavancar esse projeto, porque estão sendo cobrados pela sociedade e precisam dar o retorno que se espera dele.

Em relação à institucionalização da extensão, pode-se constatar no documento do FORPROEX (2012, p. 27), que:

[...] a institucionalização da Extensão Universitária, nos níveis constitucional e legal, tem sido acompanhada por iniciativas importantes de sua implantação e implementação. Mas é preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que ela ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua importância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, como já salientado, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública.

Diante do contexto do neoliberalismo, as universidades têm que mostrar que estão sendo produtivas e como o Estado se distancia cada vez mais da obrigação do financiamento das atividades dentro dessas instituições, elas acabam sendo transformadas em agências de prestação de serviços voltadas à sociedade mercantil, são privatizadas tendo seus cursos a missão do autofinanciamento, isto é, com recursos próprios, e acabam realizando cobranças de mensalidades dos alunos nos projetos de extensão (PAULA, 2002). As próximas falas corroboram com essa mesma ideia, pois afirmam que:

Se você fortalece o ensino privado, sucateia o público, os grandes grupos vão ganhar muito dinheiro com o ensino superior, então os projetos de governo que vêm no sentido do liberalismo econômico querem de qualquer forma enfraquecer a universidade e não é a privatização cobrando mensalidade, mas sim, aquela que vamos ser mais asfixiados com pouco recurso para fazer extensão. Aí você se vê obrigado a cobrar a taxa de inscrição do projeto, cobrar mensalidade do projeto, hoje já tem dispositivos dizendo que você pode cobrar, na nossa universidade não cobra, mas tem outras instituições, no Brasil, que já cobram por um curso de extensão e a universidade pública vai se vendo asfixiada para fazer cada vez mais com dificuldades de tocar os projetos, os programas (Informação verbal A).

Nós sabemos que no Brasil as universidades, elas têm dinheiro destinado. Ironicamente, os acadêmicos são cobrados para desenvolverem ensino, pesquisa e extensão. Porém, nós sabemos que não existe verbas regulamentado para a extensão, isso já cria um viés de dificuldade porque se você não tem dinheiro, você não tem como fazer muita coisa (Informação verbal H).

As universidades precisam pensar em uma forma de se manterem para que não necessitem realizar essas cobranças nas ações voltadas para a comunidade. Quando isso ocorre, é inevitável não privatizá-la, essa realidade está sendo vivenciada por muitas instituições públicas no Brasil. E com o corte no orçamento da Educação, a tendência é buscar apoio no setor privado para continuarem desenvolvendo suas múltiplas funções, mas ao invés de fortalecer os interesses sociais, acabam privilegiando os interesses do mercado.

Como o recurso que a instituição disponibiliza não é suficiente para manter as despesas do cursinho, praticamente, somente dá para realizar o pagamento dos professores e, muitas vezes, ocorre a solicitação de ajuda financeira ou uma pequena forma de auxílio a todos os envolvidos no projeto: alunos, professores e o coordenador. Todos disponibilizam o pouco que têm para continuarem desenvolvendo essa ação que faz tanta diferença na vida da sociedade amapaense.

Constata-se que, ao longo dos anos, o projeto teve a oportunidade de expandir-se para outros municípios, pois tem relevância tanto para a população que se localiza aos arredores da universidade, quanto para aqueles que vivem no interior do Estado, e faz a diferença na vida das pessoas, mudando o pensamento delas em relação ao ambiente universitário. Muitos entram somente para ter o acesso à Educação Superior, mas acabam construindo uma vida acadêmica e profissional dentro da própria instituição, a exemplo dos seguintes discursos:

O projeto foi tudo na minha vida porque foi o início da minha carreira acadêmica e profissional, mudei a estrutura social no geral mesmo, tanto econômica como também de conhecimento, ele facilitou a entrada de muita gente no mercado de trabalho e na própria universidade. Ele foi interessante na minha vida porque fui aluno do programa e via a necessidade de ajudar, então prometi para mim que quando eu passasse no vestibular eu ia voltar para dar aula no programa e depois eu comecei a fazer isso. Ele se expandiu para o interior também, dei aula no município de Oiapoque, Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho e Porto Grande. Além disso, também estava me preparando para concurso, era bolsista de outro programa da universidade, e queria ser servidor da universidade, comecei a estudar para concurso e consegui alcançar todos os níveis até chegar no próprio mestrado (Informação verbal J)¹¹.

Ele é de suma importância no que se refere a minha futura profissão como professora, na questão financeira que também ajuda e a experiência que para mim é ímpar. O UNIENEM chegou numa hora muito importante da minha vida e assim eu me sinto muito mais preparada para sair daqui e encarar minha profissão, mais segura de si e confiante e fico muito feliz de ter participado do projeto porque eu que vim de uma escola de periferia e não tinha muito acesso a esse mundo universitário tanto é que quando cheguei levei muitas porradas em relação a isso porque a gente imagina outra coisa, quando não é da vivência da gente (Informação verbal I).

Conforme as falas, verifica-se a relevância do projeto para a comunidade e sociedade e o impacto que essa ação desenvolvida pela universidade, tem proporcionado na vida dos sujeitos. Percebe-se que alguns participantes do projeto foram alunos, depois professores e

¹¹ Entrevista Individual - Aluno E.

atualmente são servidores efetivos, docentes e técnicos da instituição, além de continuarem aperfeiçoando sua formação mediante carreira acadêmica com mestrado e doutorado.

O coordenador do UNIENEM tem como expectativa futura, a institucionalização do projeto, o intuito é fazer com que ele se torne um laboratório para as licenciaturas da universidade, tenha mais visibilidade e atinja o tripé universitário. A ideia é unir os conhecimentos das diversas áreas para a produção de artigos científicos, com a finalidade de publicação em revistas, jornais e participação em congressos. Além de almejar parceria com algum senador ou deputado, a fim de conseguir verbas parlamentares para auxiliar no funcionamento do cursinho.

Vale ressaltar que o projeto recebia emenda parlamentar, mas de acordo com o coordenador, quando ele assumiu a gestão do projeto, não existia mais nenhuma verba, pois devido alguns problemas, esse benefício foi retirado do programa.

Portanto, a continuação do projeto UNIENEM depende de um bom planejamento, supervisão e acompanhamento por parte da administração, por meio de uma preparação mais eficiente dos docentes e de um espaço com boas condições estruturais para atender os alunos, com recursos suficientes para suprir as demandas diárias das ações que são desenvolvidas durante o ano, caso contrário, não conseguirá cumprir seu objetivo de atender a comunidade e a sociedade como um todo. E deixar que essa ação tão essencial não exista mais devido a esses impasses, é um grande equívoco e até mesmo uma falta de reconhecimento da identidade da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar que o projeto de extensão UNIENEM possibilita uma relação de integração e aproximação entre universidade, comunidade e sociedade, e isso pode ser percebido por meio da análise nas falas dos sujeitos pesquisados.

Os sujeitos afirmaram que o projeto é um cursinho preparatório para o ENEM, e além de possibilitar o ingresso ao ensino superior daqueles que não tiveram oportunidade de acessar uma educação de qualidade, também oportuniza aos acadêmicos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), a aplicação de seus conhecimentos quando ministram aula dentro do projeto.

Os resultados mostram que os alunos dos projetos são os responsáveis pela sua própria formação e que os professores, através do cursinho, facilitam esse processo de aperfeiçoamento e aprendizagem. E que dentro do projeto existe o envolvimento e a integração entre os participantes, bem como, um cuidado e uma preocupação que vai além da inclusão dos alunos no ensino superior.

Isto posto, observa-se que através de um movimento de resistência dentro da universidade foi criado um projeto de extensão que incluiu diversas pessoas dentro da instituição para acessar a educação superior. Nesse contexto, se a política não tivesse tantas contradições e desviasse tanto do seu ideal, talvez as classes menos favorecidas poderiam ser mais atuantes em espaços públicos e o verdadeiro sentido da política não seria deixado de lado, mas resgatado através das ações práticas dos representantes em prol da sociedade.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, N. de. *Qual o papel social da universidade no século 21?*. Paraná: Gazeta do Povo, 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opinio/qual-o-papel-social-da-universidade-no-seculo-21-31436hclxguvb4y45vsgmvexa/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- CASTRO, A. T. K. A. *Extensão Universitária e Formação Política na Universidade Pública: o caso Projeto Rondon na UFRGS e na UDESC*. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134809>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- DIAS, C. A. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Revista Informação & Sociedade*, v. 10, n. 2. [s. l.]: [s. n.], 2000, p. 1-12. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- FAGUNDES, H.; MOURA, A. B. de. Avaliação de programas e políticas públicas. *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, 2009, p. 89-103. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/5676/4129>>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: UFSC, 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, [s. l.], v. 56, n. 2, 2005, p. 137-160. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- LEHER, R. *Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade*. 37ª Reunião Nacional da ANPED, Trabalho encomendado GT11 - Política de Educação Superior. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-de-Roberto-Leher-para-o-GT11.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2015.
- MINAYO, M. C. de L. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- NUNES, A. L. de P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 4, n. 7. Barbacena/MG: [s. n.], 2011, p. 119-133. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60>>. Acesso em: 18 jun 2018.
- PAULA, M. de F. C. de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social; Rev. Sociol.*, v. 14. São Paulo: USP, 2002, p. 147-161. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a08.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- RODRIGUES, J. do N.; OLIVEIRA, A. L.; QUEIROZ, E. D. Universidade e formação de educadores ambientais críticos. *Educação: teoria e prática*, v. 23. Rio Claro/SP: [s. n.], 2013, p. 90-105. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304446620_Universidade_e_formacao_de_educadores_ambientais_criticos>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, L. D. Da. *A Gestão da Extensão Universitária: uma nova sinergia entre os três pilares da educação superior universitária*. IV encontro de ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília: [s. n.], 2013, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ198.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- SIMÕES, C. F. *Da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência dos cotistas sociais do instituto de ciências da sociedade e desenvolvimento regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós – Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense

Darcy Ribeiro, Campo dos Goitacazes/RJ, 2018, 156f. Disponível em: <<https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/05/CASSIANA-FERREIRA-SIM%20c3%95ES.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

POLÍTICA, RELIGIÃO E MULHER NO AMAPÁ: “ASSEMBLEIA DE DEUS, FÁTIMA PELAES E SUAS PAUTAS SOBRE OS GRUPOS FEMININOS”

Gabriel Picango Ferreira

Mônica Souza Corecha

Maria da Conceição Cordeiro da Silva

Marcos Vinicius de Freitas Reis

INTRODUÇÃO

Os temas apresentados, política, religião e mulher, objetos da pesquisa abordados, se relacionam na formação do cenário político nacional e local. Através do sujeito da pesquisa Fátima Pelaes e por meio da sua atuação como deputada federal é possível analisar como a Igreja Assembleia de Deus do Amapá se organiza para inserir suas candidaturas oficiais a fim de defender seus dogmas religiosos.

Atualmente no cenário nacional, o número de mulheres na política aumentou devido a mudança na lei brasileira que destina vagas às candidaturas femininas, e a conquista da presidência por Dilma Rousseff no ano de 2010. Mesmo em lutas diárias para aceitação, as mulheres continuam sendo alvos de críticas dentro e fora da política por causa da postura patriarcal imposta pela própria sociedade, que afeta no crescimento numérico e na decisão delas de optarem pela política.

A política da Assembleia de Deus para inserção de suas candidaturas em cargos eletivos começou a partir da década de 1990, através da mobilização nacional dos evangélicos com o slogan de “irmão vota em irmão” que buscava eleger os políticos do segmento evangélico (REIS; CARMO, 2015). Fátima Pelaes aceitou a fé protestante em 2002, quando realizava campanha para o cargo de governadora do estado do Amapá, que por meio de sua participação no cenário nacional e local com projetos de leis que abrangem todas as mulheres do país,

é possível analisar sua postura em relação à defesa das pautas femininas e quais os grupos de mulheres foram beneficiados por seus projetos.

O objetivo deste artigo é compreender como a Assembleia de Deus se organiza e indica suas candidaturas e quais suas defesas a partir da pauta de seus agentes políticos. Compreendendo também como Fátima Pelaes mudou seu discurso e direcionou seus projetos de lei aos grupos femininos.

Os métodos aplicados neste trabalho foram análises de artigos que abordam os temas política, religião e mulher e projetos de lei apresentados por Fátima Pelaes, a fim de compreender para quais grupos suas políticas públicas são direcionadas e como é a visão dos grupos femininos sobre o posicionamento de Fátima Pelaes relacionado à política e religião.

As justificativas para este artigo baseiam-se nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro do âmbito institucional do Estado, bem como dentro dos meios religiosos, visto que a participação das mulheres é nula ou pouco evidenciada no processo de tomadas de decisões em ambientes que são predominantemente protagonizados por homens, como as camadas sociais políticas e religiosas.

A necessidade de estudos que relacionem política, religião e mulher e como a Assembleia de Deus se configura nas suas políticas de inserção e defesa de seus princípios no Amapá é fundamental para a compreensão das políticas públicas que os políticos, como Fátima Pelaes, promovem e quais os pontos da laicidade entre Estado e Igreja.

OS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA

A inserção dos evangélicos na política tem como base a representatividade da sua fé no âmbito público. As mobilizações dos evangélicos no país passaram por defender a laicidade do estado e é devido a essa mobilização que aconteceram os primeiros debates entre os evangélicos e os católicos, segmento religioso com maior número de adeptos no país. (SOUZA, 2007).

Os primeiros debates entre católicos e protestantes ocorreram no período após a Primeira República, no qual houve a separação entre o Estado e Igreja que mesmo após o Estado Laico, a Igreja Católica e seus representantes no cenário político tinham grande prestígio e promulgavam leis com base em seus dogmas religiosos (LEITE, 2011).

Dentre os primeiros políticos protestantes que, na época, eram marginalizados nos seus discursos e atuações, destaca-se o Deputado Federal Guaracy Silveira. Entre suas pautas na Câmara, ele defendeu uma Constituinte Liberal e posicionou-se contra o ensino religioso nas escolas, defendendo o ensino de moral e cívica, propiciando, de certa forma, uma defesa das demais religiões presentes no país (FRESTON, 1993).

O ambiente político e religioso sempre foi liderado majoritariamente por homens, os quais empreendem estratégias persuasivas para manter um controle de manutenção de um sistema patriarcado na política e nas igrejas. Exemplificando, é possível perceber que há menos de um século as mulheres não obtinham o direito ao sufrágio feminino, pauta defendida pelo Deputado Guaracy contrariando a ala católica e mais conservadora no congresso durante a Primeira República (FRESTON, 1993).

Durante o Governo Provisório de Vargas (1930 – 1934) com as lutas das mulheres pelo processo de emancipação política, foi conquistado o sufrágio feminino para a representação feminina no processo político do país.

A primeira mulher a possuir o cargo de deputada federal foi Carlota Queiroz, com o apoio dos movimentos femininos no país durante as décadas de 1920-1930 através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)¹, na qual objetivava, principalmente, as informações políticas para as mulheres, com um trabalho direcionado à inserção feminina no meio público (SCHPUN, 1999).

As mulheres se destacaram na defesa de assuntos que eram contrários aos membros majoritários da política brasileira na Primeira República formada por homens dentro do congresso nacional, no qual pode-se destacar, também, Bertha Luz que tomou posse por ser suplente de Cândido Pessoa em 1936 e através de suas pautas femininas para visibilidade da mulher, Bertha Luz propôs o Estatuto da Mulher através do Projeto de Lei nº 736/39*, o qual promovia a igualdade de direitos entre homens e mulheres (SCHPUN, 1999).

O aumento do número dos evangélicos na política nacional é representado em todos os setores da sociedade, mas principalmente dentro das camadas sociais menos escolarizadas e mais carentes, utilizando de um discurso conservador e por representar uma forma de melhoria de vida para obter legitimidade e apoio popular nos seus discursos e projetos políticos. (TREVISAN, 2013).

Dentro do país, o pentecostalismo é classificado, de acordo com Freston, por “três ondas”, que é uma forma de temporalizar a chegada dos evangélicos no Brasil e referenciar suas doutrinas, as quais mudam de acordo com cada instituição pentecostal (PICOLOTTO, 2016).

Segundo Freston, as ondas pentecostais se configuram, primeiramente, com a chegada das Igrejas: Congregação Cristã (1910) e Assembleia de Deus (1911), que dominaram o cenário pentecostal por quase 40 anos, nos quais a Assembleia de Deus se expandiu geograficamente pelo Brasil, fixando sua presença nos pontos de migrações. A Segunda Onda Pentecostal compreende os anos de 1950 e 1960, foi protagonizada pelas Igrejas: Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é amor (1962), com o contexto dessa formação paulista. E a terceira onda pentecostal começou no final dos anos de 1970 com a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), as quais trouxeram teologia inovadora pautada na teologia da prosperidade e várias possibilidades doutrinárias, litúrgicas, éticas e estéticas do pentecostalismo (FRESTON, 1993).

A Assembleia de Deus iniciou sua atividade no Brasil a partir do início do século XX com a chegada dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. Emigrados da Suécia, participaram como pastores na Igreja Batista onde divergiram sobre as doutrinas desta igreja e defenderam o Batismo no Espírito Santo e o uso de línguas estranhas conhecido como glossolalia² (BRANDINI, 2003).

1 A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi uma organização fundada em 9 de agosto de 1922 no Rio de Janeiro em prol dos direitos civis e políticos das mulheres.

2 Suposta capacidade de falar línguas desconhecidas quando em transe religioso (como no milagre do dia de Pentecostes).

Os missionários chegaram em Belém/PA no ano de 1910. Expulsos da Igreja Batista por pregarem de acordo com a doutrina do batismo no espírito santo e a própria dissidência entre a identificação das doutrinas das igrejas históricas e pentecostais, esses pastores suecos abandonaram a Igreja Batista nos Estados Unidos e seguiram viagem para o Brasil, desembarcando no Pará (D'AVILA, 2006).

Após a chegada no estado do Pará, os pastores suecos procuraram uma igreja protestante no local. Com o intuito de ajudá-los, foram recebidos por um pastor da Igreja Batista, ficaram hospedados no porão da igreja e, durante esse processo de adaptação, fizeram cultos na igreja Batista, dirigindo orações nas casas dos fiéis (D'AVILA, 2006).

Os missionários suecos em suas reuniões com fiéis encontraram uma mulher que teve papel fundamental na fundação da Assembleia de Deus, Celina Albuquerque³, que cedeu sua casa após cisão de Berg e Vingren com o pastor que os acolheu na igreja Batista. Durante um culto em sua residência, Celina Albuquerque recebeu o batismo do espírito santo, o qual foi o estopim para a expulsão dos suecos da Igreja Batista no Pará, eles saíram levando boa parte dos fiéis e lideranças da igreja, fundando a Missão de Fé Apostólica, movimentos percursoros à Assembleia de Deus (D'AVILLA, 2006).

O desenvolvimento da Igreja Assembleia de Deus e demais instituições pentecostais aconteceu de forma acelerada com o objetivo de caracterizar os valores de cidadãos às comunidades marginalizadas pela pobreza e falta de estrutura do Estado, que proporcionou o crescimento dos grandes centros urbanos desordenados, associado ao dinamismo do grande fluxo de migrações, e a religião foi um refúgio à grande camada pobre da sociedade (ALMEIDA, 2009).

Os missionários destacaram-se pela falta de recursos e manutenção do jeito simples na vivência social, demonstrando pouca ambição por dinheiro ou bens materiais, favorecendo o envolvimento com a comunidade do Pará, e apresentou diversos líderes pentecostais responsáveis pelo crescimento da igreja no país, como afirma Mafra (2007, p. 148): “[...] de 1911 em diante, o movimento pentecostal cresceu rapidamente, multiplicando-se através da migração dos trabalhadores que, batizados pelo Espírito, ganharam autoridade para organizar novas congregações por onde quer que fossem”.

A institucionalização da Igreja Assembleia de Deus foi duramente evitada pelos seus líderes Berg e Vingren, pois acostumados com uma vida simples, a retórica das suas evangelizações era bem recebida pelos fiéis que aprendiam costumes de uma vida correta na intenção de proporcionar uma visão que fosse além da marginalização das pessoas na região norte (MAFRA, 2001).

Um dos principais motivos pela rápida adesão de fiéis à Assembleia de Deus foi a propagação geográfica pela região norte do país, influenciados pela falta de estruturas das cidades e principalmente pelos fluxos migratórios e pessoas com baixa escolaridade discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica; a Assembleia de Deus se caracterizou por um fenômeno chamado anticatolicismo, por enfatizar o dom das línguas,

3 Celina Albuquerque se destacou entre as mulheres. Sua bravura evidenciou-se em episódios como o descrito por A. P. Franklin, autor de “Entre Crentes Pentecostais e Santos Abandonados”, na América do Sul, citado em “O Diário de um Pioneiro”.

conhecido como glossolalia, a crença na volta iminente de Cristo, na salvação e rejeição do mundo exterior (FERNANDES, 2006).

Com o decorrer do tempo, a Assembleia de Deus foi se ramificando pelas lideranças, que apresentaram a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). A CGADB abrange 77 artigos, divididos em 9 capítulos e 5 seções, que regem, de forma geral, os comportamentos considerados dentro das igrejas.

No Amapá, a Assembleia de Deus é a instituição pentecostal com o maior número de adeptos evangélicos. Desde os anos 90, a Igreja é ativa na política local, utiliza o discurso político como forma de se legitimar dentro do cenário público para garantir os seus interesses, promovendo o debate a respeito da atuação política dos assembleianos nas eleições com o discurso “irmão, vota em irmão” (CARMO, REIS e ROCHA, 2017).

A visão da mulher dentro do movimento religioso nunca foi bem recebida pelos seus líderes, em sua maioria são representados por figuras masculinas no papel de protagonistas, enquanto as mulheres exercem posições subalternas nas decisões tomadas pelos homens. Um dos grandes responsáveis pelo conceito subalterno da representatividade feminina dentro da religião e paralelamente dentro da sociedade, é a visão da cultura judaico-cristã ocidental nas figuras de Adão e Eva que rompeu as relações instituídas por Deus no paraíso ao comer o fruto proibido, e é a partir disso que torna a mulher responsável pelos desajustes e conflitos sociais nos processos históricos da humanidade (LE MOS, 2007).

Os desafios enfrentados pelas mulheres dentro do sistema religioso em seus templos foram bastante discutidos por membros no início da fundação da Assembleia de Deus. Um episódio marcante da luta feminina pelo espaço na igreja foram os ataques contra Frida Vingren que tinha formação acadêmica em enfermagem, atuava como pregadora e palestrante dentro da igreja e foi duramente criticada pelo missionário sueco Samuel Nystrom⁴, o qual afirmou que sairia do Brasil pelo espaço do ministério feminino cedido a Frida, convencendo Daniel Berg, outro fundador da Igreja Assembleia de Deus (FRE STON, 1993).

O envolvimento do ministério feminino dentro da Assembleia de Deus foi pauta na Primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus realizada na cidade de Natal, Nystrom conseguiu apoio de Daniel Berg para fortalecer seu discurso contra a atuação das mulheres na igreja, mesmo Frida sendo mulher do Gunnar Vingren e ter uma atuação constante a frente de ministrações dentro da Igreja, o casal Vingren saiu derrotado nos discursos contrários ao ministério feminino (D’AVILLA, 2006).

O grupo de mulheres inseridas na política e principalmente a representação feminina durante o período do regime militar, possibilitou uma inserção de trabalhos historiográficos acerca da mulher nos movimentos políticos, e o período da elaboração da Constituição de 1988 foi o que mais deu visibilidade às mulheres, diversidade de crenças e promoção da igualdade de gênero (SARTI, 2004).

Nas últimas décadas, a inserção feminina no meio político e religioso foi feita através do empenho das mulheres que buscaram espaços dentro da sociedade, tais como: a lei de cotas para as mulheres dentro das candidaturas, a atuação de mulheres em espaços que an-

⁴ Pastor missionário, um dos pioneiros das Assembleias de Deus.

tes eram preenchidos por homens, a teologia feminina no discurso religioso visibilizando a compreensão do discurso feminino dentro de diversos meios sociais (BORGES, 2017).

A força política das Assembleias de Deus promove candidaturas em todo o país, sejam no legislativo ou no executivo. A promoção dos evangélicos a partir da Constituição de 1988 intensificou os políticos das Assembleias de Deus, assim como proporcionou cisões e várias denominações da Assembleia de Deus (D'AVILLA, 2006). A Assembleia de Deus é a maior denominação no país com maior número de membros, os efeitos dos atos dos seus líderes dentro da política não podem ser descartados numa análise sociológica e histórica da relação entre Fátima Pelaes, objeto de pesquisa neste trabalho.

Retomando, no Amapá, a maior instituição pentecostal é a Assembleia de Deus com um número considerável de adeptos e isso garante uma capacidade organizacional para lançar candidaturas oficiais no intuito de representar a igreja no cenário local. Desta forma, seus líderes se articulam no mercado acirrado religioso amapaense, bastante protagonizado por evangélicos e católicos, por serem grupos majoritários. E a partir de suas mobilizações no Estado, a Assembleia de Deus utiliza-se do seu discurso, segundo o qual somente através da política é possível garantir os interesses e direitos de seus fiéis (CARMO, REIS e ROCHA, 2017).

FÁTIMA PELAES E ASSEMBLEIA DE DEUS

A grande massa de evangélicos da Assembleia de Deus e suas motivações em torno da política amapaense se configuram na promoção dos representantes políticos indicados pela igreja e pela fé comum. Entre eles pode-se destacar Fátima Pelaes com elevado prestígio dentro da política local, também protagonizou momentos importantes dentro do cenário nacional, que independente das críticas foi indicada pelo ex-Presidente da República, Michel Temer, para o cargo de Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres e, em seus mandatos como Deputada Federal, defendeu a pauta sobre as mulheres.

As candidaturas oficiais das igrejas da Assembleia de Deus se configuram a partir da compatibilidade de ideias e credibilidade do agente político perante a sociedade em geral, como é o caso da escolha da ex-parlamentar Fátima Pelaes que foi lançada como candidata oficial da Assembleia de Deus por ser influente na política nacional e local concorrendo, inclusive, ao cargo de Governo do Estado. A exemplo da candidatura de Fátima Pelaes é possível observar que:

[...] foi candidata oficial da AD e isso pode ser explicado devido a ela ser evangélica e comungar dos mesmos ideais dos grupos assembleianos. No parlamento, onde foi presidente da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, a Deputada se mostra contrária à legalização do aborto. Toda a sua privilegiada representatividade na política nacional faz com que as lideranças da AD vislumbrem nela a candidata ideal para defender seus interesses no Congresso Nacional. Quanto maior prestígio tem o candidato, maiores possibilidades em ser um candidato oficial. (CARMO, REIS e ROCHA, 2017, p. 379).

Há questões que orientam para um debate sobre os posicionamentos tomados por Fátima Pelaes durante sua vida política. Filha de Marcionilda Pelaes, nasceu em Macapá, no dia 13 de fevereiro de 1959 e ingressou na política aos 27 anos de idade, em 1986, quando se

tornou membro do Partido da Frente Liberal (PFL). Seus mandatos como Deputada Federal no Amapá se dividem em dois momentos: o primeiro com início em 1991 e término em 2003, e o segundo iniciado em 2007, finalizado em 2015. Em 2016, foi nomeada secretária da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Ao longo de sua carreira política, em 2002, aconteceu um fator importante durante uma viagem à Laranjal do Jari. Numa colisão com uma balsa, o barco Cidade de Óbidos I, deixou feridos e vítimas em Vitória do Jari, município do sul do Estado do Amapá. Dentre os sobreviventes estava Fátima Pelaes. E foi por meio desse naufrágio, que ela afirmou sua fé na religião evangélica e também a escolha em seguir como adepta da Igreja Assembleia de Deus no Amapá.

O atual cenário brasileiro, seja ele representado pelo Presidente da República ou dentro do congresso nacional, é composto por pessoas com discursos conservadores. As indicações aos ministérios do governo de Jair Messias Bolsonaro, sempre são de homens, geralmente militares, porém, a indicação ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos humanos foi a Damares Alves, pastora evangélica que se envolveu em polêmicas de caráter religioso e científico a respeito do que é o Estado laico. Demonstrando, assim, uma onda conservadora de políticos indicados e apoiados por lideranças religiosas, como no caso do Presidente Jair Bolsonaro que venceu as eleições de 2018.

Anteriormente a isso, uma onda conservadora e o papel de influência, principalmente das lideranças evangélicas, foram evidenciadas em discussões relacionadas à religiosidade dentro da política. A indicação de Fátima Pelaes foi um processo de uma linha conservadora, principalmente por ser mulher, evangélica, que carrega os dogmas e objetivos da igreja.

Por ter uma longa carreira ativa dentro da política, Fátima Pelaes como figura pública no Amapá, utilizou sua trajetória para tomada de decisões parlamentares, além de utilizar a religião como defesa de sua perspectiva nos debates públicos. O aprofundamento sobre essa mulher política e religiosa se torna necessário para saber quais suas colaborações para os diferentes grupos de mulheres da sociedade.

Em 2016, por meio da indicação de Fátima Pelaes para o cargo de Secretária da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, é possível analisar o movimento dos políticos conservadores no país. Pois a indicação da ex-deputada federal causou protestos da ala de grupos femininos no país, influenciados pela posição contrária de Fátima Pelaes contra o aborto mesmo em casos de estupro como a lei brasileira permite.

Quando Michel Temer escolheu Fátima Pelaes para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, as principais pautas de reivindicações femininas foram o pensamento contrário ao aborto que Fátima defendeu, a constituição da família tradicional por homem e mulher, e, também, os casos de corrupção envolvendo desvios de emendas parlamentares. As cobranças em torno da gestão da ex-deputada foram em torno dos direitos femininos, da emancipação da mulher no direito ao corpo, na pluralidade de mulheres e direitos femininos.

É importante ressaltar que Fátima Pelaes já teve posicionamentos contrários e que seus discursos mudaram em relação ao seu início na carreira política, formada em sociologia, já chegou a ser considerada feminista radical, lutando por direitos femininos

de forma persistente, engajando-se em conquistas muito relevantes para as mulheres. O apoio às causas femininas era incondicional, atraindo, assim, muitas eleitoras que se viam representadas pela então deputada, apoio que foi fundamental para sua construção de figura política.

Porém, a conversão religiosa abalou a visão de representação que as eleitoras tinham sobre Fátima Pelaes, causando questionamentos acerca das lutas que favoreciam as mulheres. As causas voltadas para as mulheres passaram a ter um caráter pautado em regras religiosas, com acréscimo de barreiras ideológicas.

Apesar de seus novos posicionamentos cristãos, Fátima tem em seu histórico uma grande vitória para a população carcerária feminina, fato que tem bastante peso, apesar das polêmicas sobre os direitos das mulheres. Esta lei é vista como um grande marco na história política da ex-deputada, pois se trata de uma lei voltada àquelas que se encontram em situações desumanas, de forma estigmatizada.

Mesmo com sua posição conservadora na política e sua atuação como ex-parlamentar, sua pauta na câmara sempre foi direcionada às mulheres. Como é possível observar em seus quatro mandatos como deputada federal, Fátima Pelaes apresentou 11 projetos que versavam sobre as mulheres, nos quais pode-se destacar o Projeto de Lei nº 1733/1996 que estabelece que a empregada gestante tem direito à licença maternidade de 120 dias. Uma lei que abrange todas as mulheres do país e dá segurança a elas no mercado de trabalho.

Em 2013, a então deputada, apresentou uma proposta de lei que visava combater a violência política contra a mulher, no entanto, foi retirada pela autora. Apesar desta retirada, em 2014, Fátima Pelaes apresentou novamente a proposta, visando diminuir a hostilidade para com as mulheres que se encontram em ambiente político. Assim como grande parte de suas propostas, o projeto também acabou sendo arquivado, apesar de se tratar de uma pauta muito importante.

Desta forma, as articulações de Fátima Pelaes, que mesmo sendo política não deixou de expor suas convicções religiosas, mas é preciso contrapor assuntos que entrem no campo da laicidade do Estado, pois como afirma Freston:

O Estado deve ser não-confessional. Foi justamente essa percepção por parte de alguns dos primeiros protestantes nos séculos 16 e 17 que deu início à separação entre Igreja e Estado. Com bases teológicas, eles perceberam que a visão cristã do Estado é que o Estado não deve ser “cristão”, no sentido de defender e promover uma determinada igreja ou religião. Este não é o papel de Estado nenhum na dispensação da graça. Entretanto, religião e política podem, sim, ser misturadas. Uma pessoa pode ser inspirada por sua fé religiosa a ingressar na política e defender certas propostas. Política confessional, sim; Estado confessional, não. (FRESTON, 2006, p. 10).

Como deputada federal, Fátima Pelaes utilizou os espaços públicos para as práticas de cultos religiosos, além de não defender o aborto mesmo em casos de estupro previstos na legislação brasileira, como em uma entrevista à revista CPADNews, na qual apropriou-se do discurso religioso para sua atuação no parlamento como: *“Conquistei novo mandato de deputada federal. Coloquei o mandato à disposição de Deus. Firmei um compromisso de glorificar o nome do Senhor naquela Casa de Leis”*. (CPADNEWS, 2013). A partir dessa fala e de acordo com seus

discursos conservadores é possível debater sobre a laicidade do Estado no tocante às questões como aborto, que mesmo legalizado no país a partir do artigo 128* do Código Penal em casos de estupro, Fátima Pelaes se posicionou contrária.

Nota-se que Fátima Pelaes sempre teve compromisso com as causas femininas, visto que ela, como mulher, compreende as necessidades desta população, utilizando-se de sua posição política para lutar pelos direitos femininos. Apesar de seus novos princípios religiosos, os direitos das mulheres sempre foram trabalhados pela ex-deputada, que compreende as necessidades eminentes e a desigualdade existente na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstra a importância da pesquisa relacionada ao contexto político local acerca da organização da Assembleia de Deus e suas configurações da laicidade na política. O tema escolhido abordou a vida política e pessoal da ex-deputada Fátima Pelaes, explicitando suas lutas e conquistas para a população feminina mesmo mudando seu discurso em sua carreira política. Em se tratando da questão religiosa, cada vez mais mulheres se tornam adeptas a alguma religião, transformando, muitas vezes, suas ideologias.

As mulheres ainda ocupam poucos espaços políticos no Brasil. Diante deste fato, são necessários estudos que evidenciem a desigualdade existente entre os sexos na sociedade. É indiscutível a importância da atuação de mulheres na política, visto que os direitos femininos, por muito tempo, foram elaborados por homens que não possuem conhecimentos reais acerca da existência e das dificuldades das mulheres. Trata-se de um assunto pouco abordado no meio acadêmico e geral, mas que precisa ser trabalhado para que haja maiores informações disponíveis para toda a sociedade.

A política amapaense encontra-se em constante debate e o número de mulheres entrando neste espaço vem aumentando, mas é preciso que os partidos criem planos para manutenção e ampliação das mulheres, visto que na última eleição para a Assembleia Legislativa do Amapá em 2018, dos 24 deputados, 8 são mulheres e, no mesmo ano, somente homens concorreram ao cargo de Governo do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. de. *A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade*. 2009.
- BORGES, A. da S. Mulher de fé sujeito de quem: o impacto da teologia feminista nas prescrições do comportamento feminino a partir de uma igreja local. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 23, Juiz de Fora, 2017, p. 229-249.
- D'AVILA, E. *Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do mensageiro da paz*. São Bernardo do Campo, 2006.
- _____. Entrevista com Fátima Lúcia Pelaes: De Feminista a radical a defensora da família e da vida desde a concepção. CPADNEWS. 02 de Dez. de 2013. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/mensageiro-da-paz/19499/entrevista-com-fatima-lucia-pelaes.html>> Acesso em: 26 de abr. de 2020.
- FERNANDES, R. O. L. *Movimento pentecostal, Assembléia de Deus e o estabelecimento da educação formal*. Piracicaba, 2006.
- FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas, 1993.
- FRESTON, P. *Religião e Política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.
- LEITE, F. C. O Laicismo e Outros Exageros Sobre a Primeira República no Brasil. *Religião & Sociedade*, v. 31, n. 1, Rio de Janeiro, 2011.

- MAFRA, C. Casa dos Homens, casa de Deus. *Análise Social*, v. XLII, n. 182, 2007, p. 145-161.
- MAFRA, C. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro, 2001.
- PICOLOTTO, M. R. *O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações*. 2016.
- PY, F.; REIS, M. V. de F. Católicos e evangélicos na política brasileira. *Estudos da Religião*, v. 29, n. 2, 2015, p. 135-161.
- REIS, M. V. de F.; CARMO, A. T. do. O campo religioso amapaense: uma análise a partir do censo do IBGE de 2000 e 2010. *Observatório da Religião*, v. 2, n. 02, 2015, p. 175-197.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, Florianópolis, 2004, p. 35-50.
- SCHPUN, M. R. *Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz*. UNICAMP: Cadernos Pagu, 1999.
- SOUZA, M. F. de. *A Igreja e o Estado: uma análise da separação da Igreja Católica do Estado brasileiro na Constituição de 1891*. São Paulo, 2007.

A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM OLHAR PARA A CONSTITUIÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES DO AMAPÁ

Josiane Pantoja Ferreira

INTRODUÇÃO

A educação para Pessoa Privada de Liberdade (PPL)¹ é um direito, que além de atender à legislação, deve atender ao direito social da pessoa presa, contribuindo com o avanço e/ou conclusão da escolaridade nos níveis fundamental, médio, educação profissional, educação tecnológica e educação superior, proporcionando melhores condições pessoais e profissionais, para que, ao sair da prisão, sejam ampliadas as oportunidades de reinserção social.

Entretanto, mesmo sendo um direito fundamental, nem todas as PPL têm acesso à educação, é o que revelam os documentos, relatórios, dissertações e teses. Além disso, a educação no ambiente penitenciário ainda é vista como regalia, cuja oferta e desenvolvimento de atividades educativas é algo estranho no cotidiano da prisão, ou quando são ofertadas, as vagas são limitadas, não estando disponível a todos (CARREIRA, 2009).

Diante da carência e/ou insuficiência da oferta de atividades educativas e da falta de efetivação do direito à educação, o Estado tem a obrigação de pensar políticas públicas que visem garantir a implementação deste direito. No Brasil, planejar políticas é algo complexo devido ao seu modelo federativo, sua dimensão territorial, suas desigualdades e outros fatores. Essa complexidade é expandida quando se trata de política educacional para as PPL, uma vez que a intersectorialidade da educação com a segurança é condição *sine qua non*.

¹ Neste trabalho utilizaremos a nomenclatura Pessoa Privada de Liberdade (PPL) por ser essa utilizada no Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 – Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

A intersetorialidade é uma das condições para que os entes federados elaborem seus Planos Estaduais de Educação Prisional e solicitem a adesão voluntária ao Planejamento Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP) o qual foi instituído pelo Decreto nº 7.626/2011 (BRASIL, 2011).

Portanto, o PEESP é relevante porque visa criar um planejamento nacional para oferta da Educação no sistema penitenciário brasileiro, e disponibilizar o apoio técnico e financeiro dos Ministérios da Justiça e da Educação para que Estados e Distrito Federal elaborem seus respectivos planos estaduais. O apoio financeiro será disponibilizado por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) de que trata o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2011).

OS DESAFIOS DE FORMULAR POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PRIVADOS DE LIBERDADE EM UM PAÍS DE DIMENSÕES CONTINENTAIS

Historicamente, as políticas públicas educacionais “[...] são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais” (BALL; MAINARDES, 2011, p. 13).

Na cartilha do Ministério da Educação (MEC), com as 20 (vinte) metas do Plano Nacional de Educação, reconhece-se a dificuldade de planejar políticas públicas educacionais devido às diferenças regionais, às desigualdades sociais e também:

A complexidade do modelo federativo brasileiro, as lacunas de regulamentação das normas de cooperação e a visão patrimonialista que ainda existe em muitos setores da gestão pública tornam a tarefa do planejamento educacional bastante desafiadora. Planejar, nesse contexto, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação das desigualdades que são históricas no Brasil. Para isso, é preciso adotar uma nova atitude: construir formas orgânicas de colaboração entre os sistemas de ensino, mesmo sem que as normas para a cooperação federativa tenham sido ainda regulamentadas (BRASIL, 2014, p. 5).

No artigo 24, inciso IX da Constituição Federal, foi estabelecido que: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação” (BRASIL, 1988). Por isso, é possível a mais de um agente governamental agir em conjunto ou na mesma direção com a finalidade de garantir o direito ao cidadão. Um exemplo de política de competência concorrente é a Educação, que tanto a União, Estados, Distrito Federal e Municípios estão aptos a legislar desde que obedeçam às normativas gerais, e essa atuação pode ocorrer por meio de ação conjunta entre os entes governamentais.

A materialização do direito à Educação para todos, incluindo, portanto, as pessoas em situação de privação de liberdade, perpassa pela elaboração de políticas públicas de Estado. Segundo os ensinamentos de Silva (2010, p. 74):

A política pública de Educação é mais ampla e está além da política de governo, isto é, a política pública de Educação é diferente da política educacional de um governo porque

não é só um programa de governo, mas faz parte da relação contratual entre Estado, sociedade e indivíduo, constituindo um dever de todos. A política de governo é diferente da política de Estado porque a primeira corresponde a um conjunto articulado de intenções de autoria do grupo político vencedor do processo eleitoral e que assumirá e responderá, por um período determinado de tempo, pelo controle do Estado.

Os esclarecimentos de Silva (2010) corroboram para o entendimento da diferença entre política de governo, que é transitória; e política de Estado, que é permanente e de responsabilidade de todos. Este é mais um fator que também dificulta a efetivação do direito à Educação por parte dos cidadãos, logo, “Sabemos que a busca pela equidade e pela qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos” (BRASIL, 2014, p. 6).

Além dos fatores sobreditos que interferem no planejamento da política, Roger Dale (2004) enfatiza que o processo de globalização não é somente um fator econômico, mas sim um fenômeno político-econômico, o que também influencia a construção e efetivação das políticas públicas, porque estas não serão elaboradas pensando somente em nível nacional e local, mas serão planejadas levando em consideração as forças e as influências do nível global. Para o autor, “De uma forma muito crítica, neste contexto, todos os quadros regulatórios nacionais são agora, em maior ou menor medida, moldados e delimitados por forças supranacionais, assim como por forças político-econômicas nacionais” (DALE, 2004, p. 441).

Shiroma, Campos e Garcia (2005) apontam alguns mecanismos utilizados pelos organismos multilaterais para influenciar e institucionalizar as políticas nos países da América Latina, principalmente países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. As interferências internacionais nas políticas educacionais são fomentadas por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre outros órgãos, que por meios de documentos orientadores, acordos, convênios, que interferem, prescrevem e, em certa medida, controlam como deve ser o desenvolvimento das políticas.

Fávero e Centenaro (2019, p. 180) explicam que:

Os países têm orientado seus documentos nacionais amparados pelas diretrizes de órgãos internacionais, que por sua vez buscam construir uma “hegemonia discursiva”. A transferência dos “termos” das organizações multilaterais para os documentos de política de cada país ou região não é de todo tranquila, pois implementar as orientações internacionais exige que sejam traduzidas, interpretadas e adaptadas de acordo com os jogos e interesses políticos do campo educacional de cada país. De certo modo, esse exercício faz com que os responsáveis locais pela formulação das políticas educacionais reescrevam as prescrições dadas pelos documentos internacionais. Sendo assim, não é tarefa simples para o pesquisador compreender a racionalidade que está sendo informada pelo documento, em virtude das contradições, das contingências e das influências que levam às traduções, às reescritas e às elaborações dos documentos nacionais a partir dos internacionais.

Desse modo, pensar a política pública de educação no Brasil não é fácil, e concebê-la para incluir e atender pessoas que estão privadas de liberdade é um desafio ainda maior, visto que a interlocução entre os próprios entes federativos é complexa e atribuir sua responsabilidade prioritariamente a dois órgãos (um da Educação e outro da Administração Penitenciária) aumenta essa complexidade, pois impõe a necessidade de se repensar a própria prisão.

Foucault (2020, p. 249) relata que “A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça [...]”, é o local destinado para as pessoas que, segundo Silva (2015, p. 44) já falharam todos os ambientes de socialização, como a família, a escola, a igreja, a comunidade, o trabalho e as políticas públicas.

A complexidade na formulação de políticas educativas para a prisão ocorre em função da necessidade de coadunar dois sistemas com práticas antagônicas, as quais não deveriam ser divergentes, pois é explícito na Lei de Execução Penal que a pena é a privação de liberdade, e que o período de cumprimento da sentença servirá para proporcionar condições para a integração social do condenado, sendo assim, a Educação pode contribuir com esse processo (BRASIL, 1984).

Silva e Moreira (2006) trataram das compatibilidades e incompatibilidades entre Educação e execução penal no artigo intitulado *Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível*, mesmo antes da regulamentação da Educação em prisões e concluíram que:

A incompatibilidade, diria eu, é de ordem conceitual. Enquanto prevalecer a concepção de prisão como espaço de confinamento, de castigo, de humilhação e de estigmatização social, a Educação não terá lugar na terapia penal, limitando-se a ser, como efetivamente é, apenas mais um recurso a serviço da administração penitenciária para ocupar o tempo ocioso de alguns poucos presos e evitar que se envolvam em confusões. A Educação é marcada pela intencionalidade e para isto se serve do espaço, do tempo, da progressividade dos conteúdos, do método, da didática, do controle e da avaliação e visa alcançar seus objetivos em médios e longos prazos (SILVA; MOREIRA, 2006, não paginado).

Nesse enfoque, Onofre e Julião (2013, p. 53), ao pensarem as políticas públicas para as pessoas presas, relatam a necessidade de levar em consideração que nesse ambiente:

[...] encontram-se duas lógicas opostas sobre o que significa o processo de reabilitação, ou seja, o princípio fundamental da educação que é, por essência, transformador, e a cultura prisional, caracterizada pela repressão, ordem e disciplina, que visa adaptar o indivíduo ao cárcere.

Estamos, portanto, diante de uma situação paradoxal, fazendo-se necessária a compatibilização da lógica da segurança com a lógica da educação em um foco de convergência, com o objetivo comum de oferecer processos educativos (quer de maneira escolar ou não escolar) que mantenham o aprisionado envolvido em atividades que possam melhorar sua qualidade de vida, e criar condições para que a experiência educativa lhe traga resultados úteis (trabalho, conhecimento, compreensão, atitudes sociais e comportamentais desejáveis) que perdurem e lhe permitam acesso ao mercado de trabalho e continuidade nos estudos quando em liberdade, (re)integrando-o eficazmente

à sociedade, com um projeto de vida adequado à convivência social (ONOFRE, 2010) (ONOFRE; JULIÃO, p. 53).

Segundo os autores, a educação no ambiente prisional é complexa devido às especificidades da prisão, mas ao mesmo tempo, apresenta semelhanças com os demais espaços educativos da sociedade extramuros. Nele está presente um reflexo da sociedade, no qual, devido estarem em situação de privação de liberdade, as pessoas apresentam perspectivas educativas peculiares. Em razão disso, conhecer a lógica de funcionamento da prisão é essencial para “[...] identificar os efeitos da cultura prisional sobre todos aqueles que transitam no ambiente prisional se constitui em ponto de partida para a construção de políticas públicas que se efetivem com algum sucesso” (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 54).

É necessário ressaltar que além de toda a complexidade para formulação de políticas, as prisões brasileiras, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), não dispõem de infraestrutura e condições de trabalho adequadas para o desenvolvimento das atividades educativas (BRASIL, 2019). Esses dados atestam a lógica de que a prisão foi concebida como local para punição, e as políticas públicas precisam ser formuladas visando, no mínimo, à amenização dessa problemática.

Diante desses apontamentos, é importante compreender a natureza complexa e controversa que circunda a formulação de políticas públicas educacionais. Ball e Mainardes (2011, p. 13) afirmam que

As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimento materiais e contextuais.

Conclui-se, então, que a elaboração de uma política de educação para as PPL, além dos fatores supramencionados, precisa levar em consideração as singularidades da prisão, o que acrescenta maior complexidade. Também é pertinente lembrar que a política sofre influência de contextos e textos de âmbito internacional, nacional, bem como está sujeita às interpretações e recriações no contexto da prática.

A GÊNESE DOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

A Educação para pessoa presa é um direito consagrado em normativas internacionais e nacionais, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual proclama que todas as pessoas têm direito à educação (ONU, 1948); a Constituição Federal do Brasil, artigo 205, ao declarar que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988); e a Lei de Execução Penal (1984) que disciplina, em sua seção V, a assistência educacional a ser ofertada à PPL (BRASIL, 1984).

Mesmo com a garantia do direito à Educação no mundo jurídico, atualmente, ainda é latente a insuficiência da oferta nas penitenciárias. Em um relatório de direito humano² à educação nas prisões, verifica-se que:

2 A Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), verificou por meio de visitas técnicas

Faltam diagnósticos e informações consolidadas que permitam traçar um panorama preciso sobre a situação da educação prisional no mundo. Estima-se que menos de um terço da população privada de liberdade no planeta tenha acesso a algum tipo de atividade educativa no ambiente prisional o que, em grande parte, não significa o acesso à educação formal. Apesar de vários países contarem com legislações nacionais que garantem o direito das pessoas encarceradas à educação, a maioria está muito longe de concretizá-la nas unidades prisionais (CARREIRA, 2009, p. 25).

Entre os diversos e complexos desafios para efetivação da Educação no espaço da prisão, Scarfó (2008) acrescenta que a oferta da educação é marcada pelo improvisado, dispersão das ações, falta de infraestrutura e indefinição de responsabilidades institucionais (Ministério da Educação e/ou Ministério da Justiça) no que se refere à Educação; além desses problemas, somam-se a superlotação carcerária e o desrespeito de outros preceitos de direitos humanos. Carreira (2009, p. 28) relata que:

Informações e análises de diversas fontes apontam a profunda precariedade do atendimento educacional no sistema prisional brasileiro que enfrenta graves problemas de acesso e de qualidade marcados pela falta de profissionais de educação, projeto pedagógico, infraestrutura, formação continuada, materiais didáticos e de apoio; descontinuidade; resistências de agentes e direções de unidades prisionais; desarticulação entre organismos do Estado, falta de planejamento e políticas de estado, baixo investimento financeiro, inexistência de diagnósticos precisos, entre outros.

Os problemas da prisão e, especificamente, da Educação vêm persistindo desde sua origem (FOUCAULT, 2014). No Brasil, a questão da Educação para PPL vem ganhando espaço devido à intensificação das discussões e às mobilizações organizadas pela sociedade civil. Segundo Torres (2017), o ativismo que vem ocorrendo nos últimos vinte anos, ganhou força com o *Massacre do Carandiru* em São Paulo, no ano de 1992; com a superlotação carcerária; com as diversas e constantes rebeliões e motins no sistema penitenciário e com o aparecimento das facções criminosas.

Esses episódios que mostram ao mundo o descumprimento dos primados da dignidade humana levaram as agências multilaterais e internacionais a exigirem do Brasil o cumprimento das “[...] obrigações assumidas com a comunidade internacional e as cobranças geralmente exigem mudanças expressivas nos temas em questão e até mesmo ingerência nas políticas internas por meio de diversos mecanismos de pressão” (MOREIRA, 2016, p. 8).

Torres (2017) mostra que foram esses acontecimentos que mobilizaram pesquisadores, sociedade civil, Organizações não governamentais (ONGS), universidades e demais pessoas interessadas na defesa dos direitos humanos. As mobilizações contribuíram com o avanço gradual de diversas políticas educacionais direcionadas às PPL. Pois não existiam normativas específicas referentes à educação em espaços de privação de liberdade.

No ano de 2009, o Conselho Nacional de Política Criminal (CNPCP), por meio da Resolução nº 3 estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais. Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) expediu a Resolução nº 2,

a garantia do direito à educação nas penitenciárias do Brasil. Essa investigação deu origem ao documento “Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas prisões brasileiras”. Para mais informações e acesso ao relatório completo, consultar: <<https://www.plataformadh.org.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

No ano seguinte, foi instituído o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional que é fruto de um ato administrativo governamental em prol da efetivação da oferta da escolarização na prisão. Moreira (2016) evidencia que a gênese do decreto nº 7.626/2011 tem suas raízes no projeto *Educando para a Liberdade*, que foi um trabalho conjunto de três instituições: o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Justiça (MJ), juntamente com a representação da UNESCO, desenvolvido nos anos de 2005 e 2006.

A reunião dessas instituições no desenvolvimento do projeto possibilitou avanços para a oferta de atividades educativas para PPL, uma vez que iniciou a aproximação e o fortalecimento das relações entre MEC e MJ, bem como ampliou as discussões da educação prisional através de seminários, oficinas e outros (UNESCO, 2006).

O relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional, do ano de 2007, corrobora o entendimento de que o projeto *Educando para a Liberdade* foi essencial para criação, planejamento e instituição do plano estratégico de educação prisional. O relatório expressa que “[...] foram fortalecidas parcerias interministeriais que contribuem para a redução dos índices de reincidência criminal [...] Ministério da Educação: Fortalecimento do Projeto ‘Educando para a Liberdade’ com o objetivo de criação do Plano Nacional de Educação nas prisões” (BRASIL, 2007, não paginado).

O referido projeto se destaca, porque foi construído coletivamente, não somente pelas instituições, mas pelos dois grupos de servidores do sistema prisional. Sua concepção envolveu discussão, diálogo e cooperação com os estados selecionados: Ceará, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Sul e, posteriormente, Rio de Janeiro e São Paulo, que foram convidados em função das suas dimensões e complexidades. Esses estados participaram da primeira oficina de trabalho, realizada em Brasília, no ano de 2005. A construção coletiva contribuiu para que os envolvidos sintam-se responsáveis com o desenvolvimento e se comprometam com o projeto (MOREIRA, 2016).

Em Brasília, no período de 12 a 14 de julho de 2006, aconteceu o I Seminário Nacional pela Educação em Prisões, organizado pelos Ministérios da Educação e da Justiça, e a representação da UNESCO. O objetivo do seminário foi possibilitar o debate das problemáticas que as pessoas presas e egressas enfrentam. Participaram do seminário: representantes dos Ministérios da Educação e da Justiça, educadores, agentes penitenciários, pesquisadores e interessados. As discussões foram sistematizadas em três eixos, os quais são vinculados e complementares: 1º Gestão, articulação e mobilização; 2º Formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta; e o 3º Aspectos pedagógicos (UNESCO, 2006).

O II Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, também em Brasília, ocorreu nos dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro de 2007, todas as unidades da federação enviaram representantes, o que possibilitou avanços nas discussões da elaboração da política pública de educação prisional. Dentre as diversas proposições estabelecidas, tem-se a construção do Plano Estratégico Estadual de Educação nas Prisões, o qual deveria ser construído de forma democrática (UNESCO, 2009).

Nesse cenário que antecede a produção do texto da política pública do plano estratégico, diversos seminários nacionais e também o Encontro Regional da América Latina de Educação em Prisões, aconteceram em Brasília, nos dias 27 e 28 de março de 2008. Esses eventos foram vitais para o processo de corporificação de normativas específicas para a educação prisional.

É nesse contexto, por meio de um ato administrativo governamental da presidente Dilma Rousseff, que entra em vigor o Decreto nº 7.626/2011, que estabelece o PEESP, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nas escolas localizadas nas penitenciárias, mediante a oferta da educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação tecnológica, e a educação superior (BRASIL, 2011). É relevante a compreensão dessa política, pois um dos seus objetivos é que os entes federados elaborem os seus planos estaduais de educação nas prisões, os quais servirão de base para que o DEPEN elabore o PEESP.

O Decreto prescreve as finalidades, modalidades de educação, diretrizes, objetivos, forma de financiamento, para que os Estados e o DF elaborem os seus planos estaduais de educação nas prisões, vejamos o quadro 01:

Quadro 01 - Estrutura do Decreto nº 7.626/2011

Documento	Artigos	Descrição
Decreto nº 7.626/2011	Art.1º	Finalidade do plano estratégico
	Art.2º	Modalidades de educação a serem contempladas
	Art.3º	Diretrizes do PEESP
	Art.4º	Objetivos do PEESP
	Art.5º	Execução e coordenação do PEESP Ministérios da Justiça e da Educação
	Art.6º	Descrição da competência do Ministério da Educação
	Art.7º	Descrição da competência do Ministério da Justiça
	Art.8º	Responsabilidade pela execução
	Art.9º	Elementos obrigatórios dos planos estaduais de educação em prisões.
	Art.10º	Formas de execução do PEESP
	Art.11º	Dotações orçamentárias para as despesas do PEESP
	Art.12º	Data do Decreto.

Fonte: Brasil (2011).

Dessa forma, contemplamos a estrutura do decreto que institui o PEESP, bem como uma síntese de sua origem, com vistas a demonstrar sua relevância para a compreensão da instituição dos planos estaduais de educação nas prisões e estabelecimento dos parâmetros de sua constituição.

A CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES DO AMAPÁ

O sistema penitenciário do Amapá com base no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), coletados no período de julho a dezembro de 2019, apresen-

ta 2.750 PPL, as quais estão distribuídas nos seguintes regimes: fechado - 1071, semiaberto - 879, aberto - 101, provisório - 689, em tratamento ambulatorial - 02 e medida de segurança - 08 (BRASIL, 2020). Com esses dados, o Amapá apresenta a menor quantidade de pessoas presas do Brasil.

No que se refere à quantidade de PPL em atividades educacionais, o INFOPEN mostra que: 20 estavam no Ensino Fundamental, 30 no Ensino Médio, 07 no Ensino Superior, 05 em cursos profissionalizantes e 16 beneficiários da remição pelo estudo. Somando-se tudo, tínhamos um total de somente 78 PPL desenvolvendo algum tipo de atividade educacional, o que representa um percentual de 2,84% (BRASIL, 2020).

O Amapá é o estado brasileiro que apresenta a menor quantidade de pessoas presas que desenvolvem atividades educacionais, o que evidencia a necessidade de estudos com intuito de conhecer, entender e divulgar informações que sirvam de subsídios para a formulação e avaliação das políticas públicas.

No site do DEPEN³, estão disponíveis todos os planos estaduais de educação nas prisões, dos 26 Estados e do Distrito Federal. A versão disponível do estado do Amapá é a do ano de 2014, denominada Plano Estadual de Educação nas Prisões que, segundo as normativas, deve ser orientador das atividades educacionais e, conseqüentemente, servir para verificar se houve a ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 (AMAPÁ, 2014).

A elaboração do Plano Estadual de Educação Prisional do Amapá foi iniciada no mês de setembro do ano de 2012, para isso foram instituídas comissões compostas pela: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Vara de Execução Penal (VEP), Secretaria de Estado da Educação (SEED), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), Conselho da Comunidade, Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN) e Escola Estadual São José (AMAPÁ, 2014).

No mesmo ano, foi encaminhada ao MEC e DEPEN uma versão preliminar para análise e parecer. Em 2013, os representantes técnicos do MEC e DEPEN realizaram visita técnica no Amapá, e também ocorreu o I Seminário de Política Pública para Educação Penitenciária no Amapá, nos dias 28 e 29 de agosto de 2013 na UNIFAP (AMAPÁ, 2014).

No ano de 2014, para atender a nota técnica expedida pelo DEPEN e MEC, referente à versão preliminar, foi formada uma nova comissão, composta somente por servidores da SEED, IAPEN e Escola Estadual São José, essa foi a equipe que finalizou o plano estadual, cuja construção foi realizada no período de dois anos (AMAPÁ, 2014).

A elaboração do presente documento foi norteadada pelo guia de orientações do DEPEN. Uma das exigências do decreto que instituiu os planos estaduais de educação nas prisões é a intersectorialidade das Secretarias de Educação e Justiça, essa exigência foi cumprida, como sobredito, a elaboração do plano contou com representantes dessas secretarias.

3 Endereço eletrônico dos planos estaduais de educação nas prisões: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/dirpp/cgpc/acoes-de-educacao>>. Acesso em: 01 Out. 2020.

A construção do plano estadual é um requisito obrigatório para que os estados da federação possam requerer o apoio financeiro e o repasse dos recursos do Plano de Ações Articuladas (PAR)⁴ e/ou Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)⁵ (BRASIL, 2011).

Destaca-se que o Plano Estadual de Educação Prisional do Amapá é composto por planejamento que engloba a oferta da educação básica e superior, profissional e tecnológica, e também de atividades complementares à educação escolar, visando ampliar e qualificar o atendimento das unidades prisionais. O plano é composto pela apresentação; a memória da educação prisional no Amapá; os indicadores educacionais da população prisional; o acesso aos serviços de educação formal nos ambientes prisionais e os órgãos públicos envolvidos em ação colaborativa. Para melhor compreensão dos elementos constitutivos do plano, vejamos o quadro 02:

Quadro 02 – Estrutura do Plano Estadual de Educação na Prisão do Amapá

DOCUMENTO	SEÇÕES	DESCRIÇÃO
<i>Plano Estadual de Educação na Prisão do Amapá (2014).</i>	Apresentação do plano	- Processo de elaboração do Plano; - Os órgãos públicos envolvidos na elaboração do Plano; - Metodologia utilizada para elaboração do Plano;
	Concepções fundamentais e norteadoras da oferta educação no sistema prisional	Foram apresentadas algumas normativas do Direito à educação. A Escola Estadual São José não tem proposta pedagógica.
	Histórico da educação penitenciária no estado do Amapá	A história da educação penitenciária no Estado do Amapá
	Diagnóstico	Levantamento da demanda e oferta educacional.
	Gestão	Subseções: 1 - Atribuições e competências, 2 - Regras e procedimentos de rotina, 3 - Gestão de pessoas, 4 - Registros escolares e 5 - Articulação e parcerias.
	Financiamento	Exposição das fontes de financiamento da educação na prisão
	A organização da oferta de educação formal	Apresentação da organização das modalidades de educação formal ofertada
	Organização da oferta da educação não formal e da qualificação profissional	Atividades artístico-culturais, esporte e lazer, entretenimento, assistência religiosa, entre outros.

4 O PAR tem por objetivo promover a melhoria da qualidade da educação básica pública. Lei nº 12.695/2012 Para mais informações, consultar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12695.htm>. Acesso em: 26 dez. 2020.

5 O FUNPEN é gerido pelo Depen, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/funpen>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

	Formação/capacitação de profissionais	Plano de formação inicial e continuada de servidores.
	Práticas pedagógicas e atendimento à diversidade	Apresentação de atendimento dos segmentos específicos;
	Certificação	Exposição dos programas que conferem certificação a PPL
	Infraestrutura física	Apresentação da infraestrutura da escola da penitenciária feminina e masculina e do patrimônio.
	Material didático e literário	Constituição do acervo bibliográfico.
	Remição da pena pelo estudo	Atividades realizadas na Escola Estadual São José e educação não formal (projetos e ações com abordagem da educação social).
	Atendimento às crianças	Descrição das formas de como as crianças estabelecem relações com o ambiente penitenciário.
	Acompanhamento, monitoramento e avaliação	Ações a serem desenvolvidas visando ao aperfeiçoamento do plano
	Metas para 2014, 2015 e 2016.	Descrição das metas para 2014, 2015 e 2016.

Fonte: Amapá (2014).

O Plano Estadual de Educação Prisional do Amapá apresenta o mapeamento do quadro educacional do sistema prisional, e aponta as metas a serem alcançadas nos anos de vigência (2014, 2015 e 2016). As metas são as seguintes: Meta I - Ampliação da Matrícula de Educação Formal; Meta II - Ampliação de Oferta de Educação Não-Formal; Meta III - Ampliação de Oferta de Qualificação Profissional; Meta IV - Ampliação do Número de Inscritos em Exames de Certificação; Meta V - Ampliação do Número de Bibliotecas e de Espaços de Leitura e Meta VI - Melhoria na Qualidade da Oferta de Educação (AMAPÁ, 2014).

Esse documento é fundamental para a efetivação do direito à educação em ambiente de privação de liberdade, no entanto, destaca-se que as pessoas presas, egressas ou familiares não participaram da elaboração do plano, perpetuando assim a *cultura do silenciamento*, na qual os maiores interessados da política não tiveram voz.

Para a criação de um plano democrático e coerente com a realidade da educação ofertada nas escolas da prisão, é fundamental que as PPL, historicamente silenciadas, manifestem-se a fim de identificar seus anseios e expectativas dessa política. Segundo Foucault (2018, p. 133), “[...] quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria de prisão, da penalidade, da justiça. Essa espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental [...]”. Moreira (2016, p. 67), ao constatar que o Amapá, assim como outros Estados, não envolve as PPL na construção do Plano Estadual de Educação Prisional do Amapá, expõe: “Ora, se o público de interesse de qualquer política não tem sua voz ouvida na formulação da mesma, torna-se difícil acreditar que suas necessidades serão contempladas”.

O estado do Amapá dispõe de uma segunda versão do Plano Estadual de Educação Prisional que foi entregue no ano de 2017 na SEED intitulada *Plano Estadual de Educação para o Sistema Penitenciário Amapaense*, que deveria balizar as atividades educacionais nos exercí-

cios de 2017, 2018 e 2019, ressalta-se que esta versão não foi encaminhada para o MEC e DE-PEN e se encontra em análise na SEED. Ademais, nesta versão, as pessoas presas também não foram ouvidas (AMAPÁ, 2017).

No ano de 2020, todos os Estados e o Distrito Federal foram instados a apresentar um novo plano estadual de educação nas prisões e inclusive o DEPEN, por meio do edital nº 03/2020, selecionou 07 (sete) Consultores para apoiar a construção de metodologia, assessoramento e desenvolvimento do documento final (BRASIL, 2020a).

O prazo para entrega do Plano Estadual de Educação para PPL e Egressos do Sistema Prisional estava previsto para o dia 30 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020b). Porém, conforme o ofício nº 2486/2020/DIRPP/DEPEN/MJ, os prazos foram prorrogados, vejamos no quadro abaixo:

Quadro 03 - Prazo de entrega dos Planos Estaduais de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressos do Sistema Prisional 2020-2024.

Documento	Ação a ser realizada	Data
Ofício nº 2486/2020/DIRPP/DEPEN/MJ	Entrega dos Planos ao Depen	Até 18/12/2020
	Análise pelo Depen	Até 29/01/2021
	Devolutiva ao Estado para possíveis ajustes	Até 04/02/2021
	Assinatura do Plano Final pelos Secretários Estaduais de Administração Prisional e Educação e sua publicação	Até 31/03/2021.

Fonte: Brasil, 2020b.

Dessa forma, depreende-se que o Amapá está caminhando para a elaboração da terceira versão do plano. Até o momento, o Plano Estadual de Educação Prisional do Amapá não foi convertido em lei estadual, conforme excerto da carta do III Seminário de Políticas Públicas para a Educação Penitenciária: Arte, Cultura e Educação, realizado no período de 23 a 27 de março de 2018, na UNIFAP. A carta informa que “[...] até novembro de 2015, a Secretaria de Estado da Educação - GEA/SEED não tinha tomado providências para encaminhamento do Plano para órgãos, como a Assembleia Legislativa, com fim de aprovação do mesmo por meio de projeto de lei” (UNIFAP, 2018, p. 2).

De outro modo, é importante destacar que o estado do Amapá, até o ano de 2015, não contava com normativa referente à oferta de educação nas prisões. Somente em outubro do mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação (CEE) instituiu a Resolução Normativa nº 057/2015, que dispõe sobre a oferta da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica para PPL nos estabelecimentos penais do estado do Amapá (AMAPÁ, 2015).

No preâmbulo da resolução é informado que a sua elaboração leva em consideração:

[...] o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Amapá, elaborado Pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, em conjunto com a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública - SEJUSP e demais segmentos sociais, que estabelece metas para efetivar as ações educativas no contexto prisional, na perspectiva de afirmar direitos e reduzir as vulnerabilidades das pessoas em privação de liberdade; (AMAPÁ, 2015, p. 2).

No artigo 10, parágrafo único, é estabelecido que “O Plano Estadual de Educação nas Prisões do Amapá será um dos documentos de referência em todas as ações relacionadas à educação no sistema prisional do Estado” (AMAPÁ, 2015, p. 06). Dessa forma, fica evidente a necessidade de estudos que busquem verificar se o plano está sendo utilizado para direcionar as atividades educativas e para consecução das metas estabelecidas. Pois de acordo com o DEPEN, o Estado do Amapá vem apresentando redução na oferta de atividades educativas (BRASIL, 2020b).

O DEPEN aponta, por meio da nota técnica nº 14/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, o crescimento da oferta educacional para as PPL no Brasil no percentual de 276%, no período de 2012 a 2019, e vincula este aumento à instituição do decreto que estabelece o plano estratégico e, por conseguinte, a elaboração dos planos estaduais de educação nas prisões (BRASIL, 2020b).

A nota técnica apresenta os dados de todos os entes federados, mas para este estudo destacamos no quadro 04, os dados do Amapá.

Quadro 04 - Pessoa presa em atividade educativa no Amapá.

UF	SISDEPEN Dez/2017			SISDEPEN Dez/2018			SISDEPEN Dez/2019		
	Presos	Em atividades educacionais	%	Presos	Em atividades educacionais	%	Presos	Em atividades educacionais	%
AP	2848	323	11,34%	2963	25	0,84%	2750	78	2,84%

Fonte: Brasil, 2020.

Como sobredito, a nota técnica destaca o incremento de 276% na oferta de atividades educativas, ocorre que no Estado do Amapá não houve aumento na quantidade de PPL, pelo contrário, no período de 2017 a 2019, a nota técnica mostra que houve diminuição na oferta das atividades educacionais (BRASIL, 2020).

É possível que a involução na oferta de atividades educativas esteja relacionada com a falta de recurso para a implementação do Plano Estadual de Educação na Prisão. Haja vista que foi realizada consulta por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão⁶ (e-SIC), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o qual teve o protocolo nº 23480013034202066, em que foi perguntado quais os estados da Região Norte receberam recurso do Plano de Ações Articuladas, pelo fato de ter ou estar elaborando e/ou entregado o Plano Estadual de Educação no âmbito do Sistema Prisional. A resposta concedida pela Coordenação de Projetos Especiais (COPES) informa que, com exceção dos estados do Amazonas e Amapá, todos os demais estados – Acre, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins – receberam recursos financeiros.

Portanto, a análise do Plano Estadual de Educação Prisional do Amapá evidenciou que a política não se desenvolve de forma homogênea entre os entes federados. E, revela que é imprescindível verificar o contexto histórico e social da formulação dos planos; a necessida-

⁶ O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic) é um sistema web que centraliza todos os pedidos de informação amparados pela Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011) dirigidos aos órgãos do Poder Executivo Federal, bem como às suas respectivas entidades vinculadas e empresas estatais. Para mais informações, consultar: <<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

de de transparência na concessão dos repasses financeiros destinados à educação nos estabelecimentos penais; e aponta a necessidade de que sejam publicados os critérios avaliativos que o DEPEN e o MEC utilizam para realização dos repasses, pois o financiamento das ações dos planos estaduais é um elemento fulcral do regime de colaboração, uma vez que a ausência de recursos tende a dificultar e até impossibilitar a materialização da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma Política de Educação para as Pessoas em Privação de Liberdade é um processo complexo devido às influências globais, às dimensões territoriais do Brasil e à necessidade de coadunar o sistema educativo e prisional. Porém, o Estado deve buscar superar essas dificuldades de planejar e implementar políticas públicas educacionais, para assim garantir a efetivação desse direito humano a todos.

A educação da pessoa privada de liberdade tem seu marco legal e infralegal definido. É cristalino que ainda é imprescindível a criação de políticas para atender os demais anseios, mas é necessário que o Estado busque a efetivação e o aprimoramento das normativas já existentes.

Os dados divulgados pelo Departamento Penitenciário revelam que houve um aumento significativo na oferta das atividades educativas, no entanto, esse desenvolvimento não foi uniforme. Em alguns Estados, dentre eles o Amapá, o efeito foi de diminuição de atividades educativas, o que evidencia a necessidade de uma avaliação mais profunda, que seja capaz de diagnosticar os fatores que levaram a essa redução.

Por fim, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões apresenta planejamento da oferta da educação básica e superior, profissional e tecnológica, e de atividades complementares à educação escolar, visando ampliar e qualificar o atendimento das unidades penitenciárias. Para que as metas estabelecidas nos planos sejam alcançadas é indispensável o financiamento das atividades educacionais, afinal, esse é o elemento de destaque do Decreto nº 7.626/2011, que prevê a possibilidade de financiamento da execução das metas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).

REFERÊNCIAS

AMAPÁ, Governo do Estado do. *Plano Estadual de Educação nas Prisões*. Macapá, 2014.

AMAPÁ, Governo do Estado do. *Resolução Normativa nº 057 de 2015*. Dispõe sobre a oferta da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica para pessoas privadas de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado do Amapá e dá outras providências correlatas. Amapá: Conselho Estadual de Educação, 2015.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011*. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm. Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL. *DEPEN: Relatório de gestão 2007*. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/departamento-penitenciario-nacional/2007relatoriogestao_depen_2007.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2020.

BRASIL. *Edital nº 03/2020 - seleciona 7 Consultores para apoiar a construção de metodologia, assessoramento e desenvolvimento de documento final de planos estaduais de educação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional*, no âmbito da cooperação técnica do projeto BRA/14/011. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/consultoria/selecoes-encerradas/editalo32opnud.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. *Levantamento nacional de informações penitenciárias infopen – atualização junho de 2017*. Brasília: Ministério da justiça, Departamento penitenciário nacional, 2019. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. *Levantamento nacional de informações penitenciárias infopen – atualização julho a dezembro de 2019*. Brasília: Ministério da justiça, Departamento penitenciário nacional, 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMSooOWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQoNGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Nota técnica nº 14/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ*. Brasília, 2020a. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/NTEDUCACAOSEI_MJ11671181NotaTcnica.pdf>. Acesso em: 02 de Out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. *OFÍCIO Nº 2486/2020/DIRPP/DEPEN/MJ*. Brasília. 2020b.

BRASIL. *Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. 2017. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/496bb4fbf305cca806aaa-167aa4f6dc8.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

CARREIRA, D. *Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras*. São Paulo: Plataforma DHESCA Brasil, 2009. Disponível em: <<https://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2013/07/FINAL-relatorioeduca%C3%A7%C3%A3onasprisoesnov2009.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

DALE. R. *Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, maio/ago. 2004, p. 423-460.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Alínea, v. 1, 2012, p. 52-71.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. *A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites*. Revista Contrapontos Eletrônica. Itajaí, vol. 19, n. 1, Itajaí, Jan./Dez. 2019.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. de L. *Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização*. Revista de Investigaciones UNAD, Bogotá, v. 14, n. 2, jul./dic. 2015, p. 55-73.

MOREIRA, F. A. *Educação Prisional: gênese, desafios e nuances do nascimento de uma política pública de Educação*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2016.

ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. *A Educação na prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas*. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 38, n. 1, jan./mar. 2013, p. 51-69.

SCARFÓ, F. J. *Los Fines de la Educación Básica en Cárceles en la Provincia de Buenos Aires/; el derecho humano a la educación*. La Plata: Universitaria de La plata, 2008.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. *Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos*. Florianópolis: Perspectiva, v. 23, n. 02, jul./dez. 2005, p. 427-446.

SILVA. R. da. *Limites e possibilidades do direito à educação na legislação educacional brasileira*. VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá. 1. ed, v. 2, Caderno de Ciências Humanas, jul. 2010, p. 67-82.

SILVA, R. da. *A eficácia sociopedagógica da pena de privação da liberdade*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1, jan./mar. 2015, p. 33-48.

SILVA, R. da; MOREIRA, F. A. *Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível*. 2006. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.net/objetivos-educacionais-e-objetivos-da-reabilitacao-penal-o-dialogo-possivel/>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

TORRES, E. N. da S. *A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia do direito à educação aos privados de liberdade no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

AS “CÉLULAS” E OS JOVENS: ESTRATÉGIAS DE EVANGELIZAÇÃO EM UMA IGREJA PENTECOSTAL DE MACAPÁ (AMAPÁ)¹

Jade Figueiredo Costa

INTRODUÇÃO

As igrejas que se denominam como evangélicas em Macapá-AP têm apresentado um crescimento perceptível, tendo em vista que é possível encontrar duas ou mais em cada bairro da cidade. Aliás, o crescimento das igrejas evangélicas, bem como do número de fiéis, tem sido diagnosticado em diferentes estudos sociológicos nos últimos anos.² Desta forma, abordar as estratégias de expansão e modos de sociabilidade dos evangélicos, torna-se necessário para compreender esse segmento da população que está em plena expansão no país.

Os evangélicos possuem vários modelos de organização visando à expansão de seus templos e consequentemente da quantidade de fiéis. As diferentes formas de organização e estratégias de atuação cada vez mais têm impulsionado uma segmentação e, consequentemente, a formação de linhagens nesse segmento religioso, ao mesmo tempo sua expansão e atuação no espaço público no país. Entre os modelos de organização que visam à conquista e manutenção de participantes existe a evangelização que se dá por meio de reuniões semanais, chamadas por esses religiosos de “células”. São realizadas por membros regulares das igrejas que organizam em suas casas encontros semanais de uma a duas horas de duração.

A pesquisa para a realização deste trabalho foi elaborada em caráter qualitativo, por meio da pesquisa de campo, com base na observação participante, visando uma compreensão antropológica desse fenômeno. O trabalho de campo foi realizado nos encontros semanais de células de uma das filiais da igreja Assembleia de Deus Esconderijo do Altíssimo, bem como no acompanhamento de cultos e eventos fora da igreja, pesquisa na internet (especialmente em redes sociais), conversas informais e entrevistas com participantes das

¹ Este trabalho apresenta resultados de um projeto de iniciação científica, como parte do projeto de pesquisa “Antropologia das formas expressivas da cultura: festas, celebrações e práticas da cultura popular”, coordenado pelo Prof. Dr. José Maria da Silva.

² Sobre a expansão das igrejas evangélicas no Brasil, ver MARIANO, 2004; 2016.

células. Por se tratar de uma pesquisa com jovens optei por utilizar nomes fictícios para esse público. Já as igrejas e nomes de pastores mencionados neste trabalho correspondem aos seus nomes reais porque essas pessoas e igrejas são figuras públicas.

OS EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS

As igrejas que se identificam como evangélicas no Brasil possuem vários segmentos e modelos de organizações. Entre elas estão as descritas pela literatura acadêmica como igrejas evangélicas pentecostais. Essa denominação do segmento pentecostal surgiu depois que missionários vieram para o Brasil e passaram a criar igrejas em consonância com o movimento pentecostal que eles defendiam (SIEPIERSKI, 2001; MARIANO, 2004).

O termo pentecostal é descrito no livro cristão conhecido como Bíblia, se refere a uma festa realizada pelo povo de Israel chamada “festa de pentecostes”, esse evento era religioso. A mitologia bíblica aponta que no primeiro dia da festa de pentecostes, realizada após a partida de do Deus filho Jesus Cristo, um espírito denominado de “espírito santo” desceu sobre os principais seguidores do Deus filho, os “apóstolos”, e eles falaram línguas distintas “No primeiro dia de Pentecostes após a morte de Jesus, o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos, que começaram a falar em outras línguas” (RABUSKE; SANTOS; GONÇALVES; TRAUB, 2012, p. 262).

Assim, o termo pentecostal está associado a um segmento evangélico que acredita em *glossolalia*, o que na ADEA é chamado de “falar em línguas” ou “língua dos anjos”. Além disso, assim como os pentecostais, os membros da referida igreja também possuem como característica a crença de que o espírito santo é um espírito mandado por Deus para consolar e batizar as pessoas no “batismo do espírito santo”, que consiste em um ritual em que os fiéis da igreja são mergulhados na água – geralmente a ADEA usa piscinas para esse ritual. Depois que a pessoa mergulha na água, considera-se que ela é uma “nova criatura” e toda sua vida até aquele momento não importa mais para os cristãos, assim, ela passa a ser um “filho de Deus”. Na ADEA o termo pentecostal não apareceu durante o campo, mas a bibliografia aponta que a referida igreja possui características pentecostais, por isso, apenas no sentido histórico, é possível associar a ADEA aos evangélicos pentecostais.

A IGREJA DO ESCONDERIJO ALTÍSSIMO EM MACAPÁ

Em Santana a igreja Assembleia de Deus Esconderijo do Altíssimo — ADEA possuía duas filiais e a igreja matriz, já em Macapá existiam duas ADEA, uma na zona norte e outra na zona sul da capital. Os dados do perfil da igreja ADEA³ no *Facebook* e o diálogo com os participantes mostraram que essa igreja chegou a Macapá, a partir da iniciativa dos fundadores da igreja supracitada, os pastores Nilton Almeida e sua esposa Quezia Almeida que utilizam a estratégia de evangelização MDA aprendida com o fundador do modelo, o Pastor Abraão Huber da Igreja da Paz.

As igrejas ADEA criaram filiais através da “multiplicação”, que era quando o espaço utilizado para fazer reuniões começava a ficar cheio e os responsáveis pela igreja tomavam a decisão de expandir para uma nova filial. Neste sentido, o casal fundador da igreja ADEA

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/adesconderijodoaltissimo>. Acesso em: 15 ago. 2019.

que fazia as reuniões na igreja matriz de Santana-AP veio a Macapá-AP com a intenção de ampliar a igreja que já crescia em Santana. Para isso, deixaram um casal de pastores cuidando da igreja matriz em Santana e vieram à capital do Amapá.

Ao chegar em Macapá os pastores Nilton Almeida e Quezia Almeida decidiram abrir a filial da ADEA na zona sul, contando inicialmente com participantes que antes se deslocavam de Macapá para Santana e participavam das atividades da igreja. Depois de um tempo, quando entenderam que a ADEA de Macapá já tinha um quantitativo alto de participantes regulares, os chamados pela igreja de membros, os pastores Nilton Almeida e Quezia Almeida voltaram para a igreja matriz em Santana. Em Macapá ficaram os pastores chamados Júnior Almeida e Josy Almeida para administrar a filial da ADEA na zona sul.

Já a segunda filial da igreja em Macapá surgiu porque moradores da zona norte desta cidade começaram a participar da ADEA da zona sul, esses participantes eram levados para a zona sul a partir de veículos alugados e/ou caronas de membros. Com o decorrer do tempo, os responsáveis pela igreja perceberam que já possuíam um público de participantes ativos que moravam na zona norte da cidade, desta forma, entenderam que era a hora de multiplicar levando uma filial da ADEA para a zona norte de Macapá.

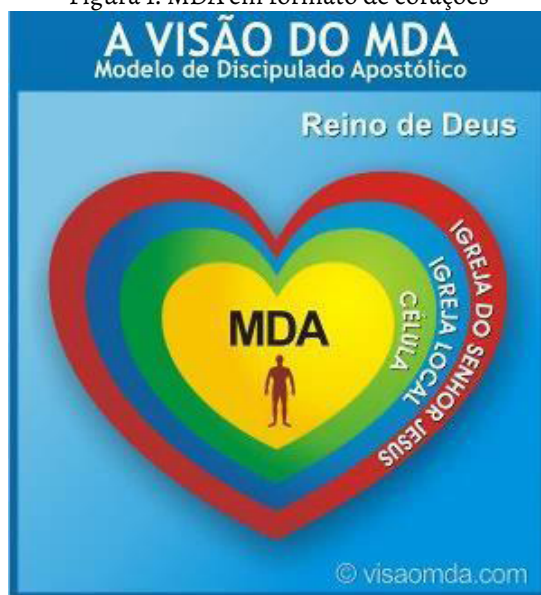
O MODELO DE DISCIPULADO APOSTÓLICO

O modelo de apostolado (MDA), adotado pela Igreja Assembleia de Deus Esconderijo do Altíssimo, iniciou na Suíça em meados de 1830. Chegou ao Brasil, através de imigrantes alemães e depois por meio de missionários estadunidenses, um desses missionários era Melvin Edward Huber que em 1956 chegou ao estado de Paulo juntamente de sua família e em 1976 veio para a região Norte do Brasil e criou o projeto denominado “Paz”. Em 1982, um de seus filhos, chamado Abraão Huber, ficou responsável pela chamada Igreja da Paz Central (MUNIZ, 2012).

De acordo com o site da revista MDA, esse modelo consiste em um sistema que une “discipulado individual”, em que as casas dos participantes funcionam como células da instituição religiosa. A “igreja local”, por sua vez, reúne os fiéis nos “cultos de celebração”.⁴ O MDA é representado para seus adeptos com uma imagem que aborda os pilares da igreja em forma de corações, que vão crescendo de um modo que lembra o esquema hierárquico de uma pirâmide, conforme figura abaixo.

⁴ Disponível em: <<http://www.revistamda.com/conheca-a-historia-da-visao-mda/>>. Acesso em: 14 de ago. 2019.

Figura 1: MDA em formato de corações



Fonte: <http://www.associacaomda.org>

O símbolo do MDA era recorrentemente encontrado em cartazes e paredes nas células e na igreja. O coração maior possui a frase “igreja do senhor Jesus”. Esta frase representa que todas as igrejas são o coração de um projeto do Deus cristão de fazer com que todos na terra sigam os ensinamentos evangélicos e os corações menores são o modelo adotado pela igreja ADEA. Isso é apresentado na página 6 (seis) da apostila visão do MDA com a seguinte narrativa⁵.

O plano original de Deus nunca mudou. Mesmo que o homem natural, por causa do pecado, não reflita a glória de Deus, aquelas pessoas que já nasceram de novo verdadeiramente refletem a Sua glória. Então a ordem de Deus continua a mesma: “Eu quero o Meu Reino implantado sobre toda a terra e isto vai acontecer quando os meus filhos colocarem o Meu Reino em primeiro lugar, crescerem e multiplicarem até que toda a terra esteja cheia de pessoas que reflitam Minha glória (A visão do MDA, p. 7).

Já a “igreja local” corresponde aqueles que frequentam os cultos e demais atividades da igreja. Na ADEA o evento principal para o encontro das pessoas que compõem a igreja local era o culto de celebração – descrito assim porque, de acordo com os membros, era um culto de glorificação a divindade cristã, chamada por eles de Deus – que acontece aos domingos. O culto era ministrado por pastores adultos que abordavam temas gerais sobre valores cristãos, como amor a Deus e ao próximo. Neste culto, jovens e adultos se reuniam em um salão amplo, com várias cadeiras brancas de plástico em que sentavam para ouvir o sermão ministrado.

Por outro lado, as células eram conduzidas por pessoas da mesma faixa etária dos demais presentes, o que ocorria através da divisão de células entre: células de adultos, de crianças e de jovens. As células, para os membros da igreja, eram entendidas como encontros que ocorriam em lares, neles reuniam-se entre cinco a dez pessoas para realizarem uma reunião com base nos assuntos ministrados no culto de celebração. Essa divisão por faixa etária au-

⁵ Livro “A visão do MDA”. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=apostila+da+vis%C3%A3o+mda&sa>> Acesso em: 21 de ago. 2019.

xiliava na evangelização dentro das células, pois o tema do culto de celebração na célula era abordado referenciando o cotidiano do público que a célula abrangia. Além disso, a divisão por faixa etária ajudava na hora de conseguir novos participantes, pois as pessoas poderiam convidar pessoas com quem eles possuíam contato no cotidiano. Isso pode ser identificado quando o responsável pela reunião incentivava que os membros da célula levassem seus amigos de escola, trabalho e faculdade para os encontros semanais.

Já o “discipulado individual”, de acordo com um responsável de célula, consiste em encontros periódicos individuais, chamados de “um a um”, cuja finalidade é acompanhar o cotidiano de cada um, ou seja, vida pessoal, profissional, entre outras vivências, dos membros da igreja.

O discipulado é um acompanhamento um a um, no qual tu vais ter uma pessoa com a qual tu vai te encontrar frequentemente, semanalmente, quinzenalmente, como for mais adequado para o teu tempo e tu vai conversar com essa pessoa de uma forma muito profunda (Emanuel – entrevista realizada em abril de 2019).

O “discipulado individual” é uma forma de criar novos participantes para a igreja. A página da ADEA apontava que esse processo era uma escada crescente, assim o participante da igreja começaria como um “membro inicial”, ou seja, a pessoa entraria em contato com a igreja através do culto de domingo ou das células, depois começaria a participar “ativamente”, pois seria um “membro ativo” ao realizar as tarefas da célula, sendo “discipulado” pelo responsável de célula ou alguém escolhido pelo líder. Após isso, o participante viraria um membro “disciplinador”, alguém capacitado para iniciar outros membros na perspectiva religiosa e por fim se tornaria um “líder de célula”, isso significa dizer que ele sai de sua célula antiga e cria uma nova, com a finalidade de levar novos membros e consequentemente ajudar a igreja a expandir.

Figura 2: Estratégia individual de expansão



Fonte: <http://www.facebook.com/adesconderijodoaltissimo>

Assim, é possível entender que o sistema MDA surgiu de uma nova estratégia de evangelização, a partir da formação de uma rede que envolve a criação de laços através das células e do discipulado individual. Com essa estratégia, busca-se uma maneira de atrair novos

membros para a igreja e manter aqueles que entram nela. Neste sentido, o MDA se apresenta como uma reformulação de evangelização e manutenção de fiéis no Brasil, considerando que existem diversas formas de se entender o mundo, o que se aprofundou com o surgimento da tecnologia. Goulart, ao estudar “tribos” dentro do espaço evangélico, apresenta que “a vida religiosa no Brasil, no que se refere às instituições religiosas, vive um processo tenso de reestruturação ou de desestruturação de significados e de visões de mundo” (GOULART, 2008, p.2). Isto significa dizer que a estratégia da igreja, com o modelo do discipulado e a política de criação de células, tem por finalidade: i) multiplicar os locais de evangelização; e ii) ampliar o número de fiéis; e iii) possibilitar o crescimento da igreja em áreas específicas da cidade.

AS CÉLULAS NO PROCESSO DE EVANGELIZAÇÃO E SOCIABILIDADE

Durante a pesquisa foram visitadas cinco células, mas a observação participante continua foi realizada em três células. Essas três células são denominadas “Efraim” (voltada para adultos), “*Holiness*” e “Kadoness” (destinadas aos jovens). Duas dessas células receberam um nome escolhido pelo líder e aprovado pelo pastor a Efraim e a *Holiness*. Contudo, já a terceira célula, a Kadoness, de acordo com os participantes, recebeu um nome que não está oficializado, pois os pastores não aprovaram sua nomeação.

Assim, enquanto os membros da célula Kadoness, os jovens que possuem entre 13 a 25 anos, dizem que ela se chama Kadones”, os pais desses jovens e outras pessoas da igreja a nomeiam apenas como célula de jovens. O que ocorre, porque de acordo com o líder da célula Kadoness, os nomes das células precisam fazer referências a questões sagradas e Kadoness, um nome criado pelos jovens, não faz referência a algo sagrado que a igreja defenda. Cheguei a presenciar o líder da célula Kadoness conversando com os membros da mesma e pedindo para que fosse escolhido um nome que a igreja aprovasse, mas os jovens não apresentaram respostas positivas a esse pedido. Por esse motivo também, optei por chamar essa célula pelo nome que seus membros colocaram nela.

Também é importante ressaltar que a maior parte deste trabalho foi feito de acordo com a pesquisa de campo realizada com os membros da célula Kadoness porque essa foi a que mais se mostrou receptiva à minha pesquisa, enquanto a célula Efraim, uma célula de adultos, não se mostrou confortável com a minha presença e a célula *Holiness* parou de funcionar pouco após o início da minha pesquisa nela. As células contavam com oito atividades: oração inicial, louvor, dinâmica, palavra de oferta, palavra de edificação, visão, oração final e lanche. Essas atividades eram programadas para acontecer no período de uma hora, o responsável pela tarefa era selecionado na célula anterior e tinha uma semana para organizar o que iria falar em sua tarefa. Todavia, nas três células mencionadas neste trabalho, apenas seis tarefas eram realizadas em todas elas, as outras duas ocorriam apenas nas células de jovens, que eram a *Holiness* e Kadoness.

A CÉLULA EFRAIM

Esta célula acontecia durante as quartas-feiras à noite, das 19h30min às 20h30min. A célula Efraim ficava localizada no bairro do Trem, ela possuía como público principal, adultos que tinham entre 30 a 70 anos de idade. Este nome foi escolhido pela líder da célula, a

Sra. Ana, fui informada que a escolha desse nome veio do livro cristão Bíblia, pois “Efraim» é um nome em hebraico, que significa terra fértil. A casa onde ocorria esta célula pertencia à líder, Sra. Ana e seu marido, as reuniões ocorriam na sala, o primeiro cômodo da casa, que durante as quartas-feiras à noite era organizado para receber cerca de cinco pessoas que frequentavam o espaço e os visitantes que poderiam aparecer. A sala era organizada em formato de círculo com cadeiras de plástico brancas, normalmente também deixavam disponíveis algumas Bíblias que pertenciam à líder, Sra. Ana, para que as pessoas pudessem acompanhar as referências bíblicas citadas na reunião.

A célula Efraim iniciava com uma “oração de abertura”, durante a oração de abertura os membros davam as mãos e faziam um círculo, depois um membro, que ficava responsável pela tarefa, orava em voz alta pedindo para que a divindade estivesse presente no local da célula, trouxesse as pessoas que estavam atrasadas em segurança e desse “discernimento” - interpretação evangélica - para que os membros entendessem e aceitassem o que fosse falado durante a célula, enquanto isso, os outros membros oravam em voz baixa.

Segundo, eram apresentados dois “louvores”, de acordo com os membros da célula, “louvor” era uma categoria utilizada para definir músicas evangélicas, elas normalmente exaltavam o Deus cristão falando de sua pureza, paz, amor e também faziam referência à vida e as histórias presente na Bíblia. Para a realização dessa tarefa a TV da casa era ligada e lá o membro responsável pela tarefa colocava a música selecionada e todos os outros ficavam de pé, acompanhavam batendo palmas e/ou cantando.

A terceira atividade era a “palavra de oferta”, nome dado para o momento em que um dos membros da célula lia algum trecho do livro cristão Bíblia que retratava a obrigação e a necessidade de fazer doações. Essas doações consistiam em dinheiro em espécie, que de acordo com os membros da célula eram utilizados para confecção de cestas básicas para os membros mais pobres da igreja, sendo que cada célula tinha direito a duas cestas básicas por mês, que deveriam ser direcionadas aos membros mais necessitados;

Depois, como quarta tarefa era abordada uma “palavra de edificação”, momento em que um dos membros falava sobre o tema discorrido no culto de domingo que antecedia a realização daquela célula, esse tema era trazido fazendo referências a problemas cotidianos e a pessoa responsável por essa tarefa excitava os debates sobre a temática;

A quinta atividade era uma “oração de encerramento”, nela o membro responsável pela tarefa perguntava, antes da oração, se alguém tinha algum pedido especial, nesse momento os membros e visitantes traziam problemas de suas vidas pessoais e era pedido que os outros membros orassem por eles, assim a oração de encerramento se dava baseada nos pedidos feitos antes de sua realização, nesta oração também era pedido que a divindade «abençoasse» - que significa purificar, deixar saudável e bem - e que os participantes da célula tivessem uma volta segura para suas casas;

Por fim, na sexta atividade, existia um momento de lanche, os adultos e idosos que frequentavam essa célula utilizavam o momento do lanche para conversar sobre notícias dos jornais da TV aberta, a vida de seus filhos, problemas no trabalho, tarefas domésticas e problemas de saúde. Após o lanche os membros se despediam e se direcionavam as suas residências e a líder da célula se oferecia para deixar alguns membros em suas casas.

A CÉLULA HOLINESS

A célula *Holiness* fica localizada no bairro buritizal. Os jovens desta célula possuíam entre 17 a 25 anos, estavam cursando graduação em instituições privadas, eram de classe média e classe média alta. Das células que visitei esta era a única que ficava em uma sala ampla, com refrigeração gerada por central de ar, nela os acentos eram organizados com os sofás da sala. O que marcava a classe dos donos do local, pois o proprietário desta casa possuía um cargo importante na justiça da cidade e a líder da célula era filha dele.

O espaço parecia mais reservado, pois enquanto a célula Efraim ficava voltada para a rua, deixando portas e janelas abertas, mesmo que ocorresse em espaço fechado, esta casa estava sempre com portas fechadas e os membros precisavam apertar a campainha e se identificar para poderem entrar no local. De acordo com a administradora da célula, a jovem Maria, a célula recebeu esse nome da primeira líder, a Júlia, que escolheu o nome *Holiness*, porque traduzido do inglês para o português *Holiness* significa santidade, desde modo, a santidade deveria ser um dos lemas das jovens mulheres que frequentavam essa célula, que foi nomeada no período em que as células eram divididas entre células de jovens do sexo masculino e do sexo feminino. Todavia, hoje essa divisão de células por sexo, não ocorre mais. Quando cheguei a questionar o motivo desta mudança me informaram que a igreja teve uma grande redução de jovens e assim, não tinha público o suficiente para que a separação continuasse.

A *Holiness* era programada para acontecer aos sábados das 16h30min às 17h30min, porém ocorriam atrasos para iniciar e a célula acabava acontecendo em torno das 17h e alguns minutos, às 18h30min em diante, os atrasos ocorriam porque a líder da célula esperava os participantes chegarem. Esta célula contava com as mesmas seis atividades que ocorriam na célula Efraim, com exceção de duas, a “dinâmica” e a “visão».

Durante a “dinâmica” um dos membros trazia algum quebra gelo para incentivar a interação entre os jovens e para fazer referência ao encontro de cunho religioso, o quebra gelo normalmente tinha uma lição que refletia os princípios evangélicos, durante minha observação nesta célula presenciei dinâmicas que se referiam ao amor ao próximo e dedicação de tempo à divindade evangélica. Já na “visão” um dos participantes da célula escolhia algum item sobre o modelo MDA, também chamado de “visão do MDA”, e explicava para os outros membros, daquele momento o responsável pela atividade tirava dúvida dos outros participantes sobre como funcionava o modelo de organização da igreja. Os membros da célula *Holiness*, assim como os membros da Efraim, usavam o horário do lanche para conversar, todavia, seus temas de conversa, diferente da Efraim, eram relacionados a futebol, ajuda nas tarefas de casa, viagens de lazer, trabalhos e atividades da graduação.

A CÉLULA KADONESS

A célula Kadoness ficava localizada no bairro Buritizal. Os membros deste espaço, me informaram que esse nome surgiu da união de *Holiness* e “Kadosh” (quando indaguei sobre o significado deste termo um dos membros me informou que está palavra vinha do hebraico e fazia referência a algo sagrado) a união dos nomes ocorreu porque a célula de jovens mulhe-

res *Holiness* e a célula de jovens homens Kadosh foram unidas e assim, os jovens decidiram fazer uma fusão dos antigos dois nomes das células.

Esta célula funcionava aos sábados entre as 18h30min às 19h30min, todavia a mudança do seu horário de funcionamento era constante e ela ultrapassava uma hora de duração, já sua sequência de atividades seguia a linha da célula *Holiness*. Os seis jovens frequentadores dessa célula possuíam entre 13 a 21 anos, alguns estavam no ensino fundamental ou médio e outros já trabalhavam ou estudavam para concurso público ou para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e vestibular com o intuito de entrar em universidades e faculdades. Neste sentido, suas conversas desde a “palavra de edificação” até o momento do lanche, giravam em torno do mercado de trabalho, ENEM, relações amorosas, convívio com amigos, pais, irmãos e outros parentes.

Durante a pesquisa neste espaço eu era a primeira a chegar e acompanhava a organização para receber os participantes da célula. O círculo neste ambiente era organizado com os sofás da sala e cadeiras de plástico, a dona do local, que é mãe de uma das membras da célula, limpava o chão e pedia para que a sua filha a ajudasse com a tarefa pegando as cadeiras brancas de plástico e *passando um pano*⁶ no que estivesse empoeirado ou sujo.

JOVENS DA CÉLULA KADONESS E SUAS PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO COMO EVANGÉLICO

Os jovens na célula Kadoness demonstravam uma grande preocupação quanto ao futuro, eram recorrentes os diálogos sobre estudar para passar em algum concurso público ou no vestibular. Neste sentido, busquei entender de que forma esse planejamento de futuro incluía a igreja ADEA e a religião evangélica. Augusto, um dos membros da Kadoness com quem conversei sobre planos em relação ao futuro apontava que se preocupava em falar dos ensinamentos evangélicos para as pessoas, pois entendia isso era o seu “dever”, mas que também tinha a preocupação de ser “bem sucedido”.

Meu plano é o que na verdade o que todos querem, ser bem sucedido na vida e tudo mais e além de eu querer ser músico no futuro, eu penso também de levar muita gente com o que eu vou conquistar até chegar lá, até chegar no caminho que eu quero chegar, no ponto ideal que eu quero chegar, eu pretendo sim levar a palavra de Deus para muitas pessoas que o que eu quero seguir não é diretamente a Deus, mas eu creio que como religioso, como cristão eu sei que eu posso fazer isso e é o meu dever (Augusto – entrevista realizada em abril de 2019).

A jovem Clarice, também em relação a planos para o futuro, dizia “eu pretendo, eu quero ser médica, no futuro talvez, eu possa envolver isso com igreja, tipo, a minha profissão com ajudar as pessoas” (Entrevista realizada em abril de 2019). Enquanto isso, Diego afirmava: “eu quero ser bem sucedido, sei lá, dar uma casa pra minha mãe e ajudar, ajudar mesmo, quem precisa, os necessitados e tudo mais. Também levar a palavra (Ensinamentos evangélicos)” (Entrevista realizada em abril de 2019). Já Gabriel mencionava “pro meu futuro, quero ser bem sucedido e tudo mais, eu quero falar para as pessoas como foi o meu tempo na igreja, dar o meu testemunho, para elas acreditarem mais em Deus” (Entrevista

⁶ Expressão nortista que consiste em limpar objetos com o auxílio de um pano seco ou úmido.

realizada em abril de 2019). Esses jovens demonstravam que não possuíam a preocupação de serem membros ativos na igreja, mas sim de falarem dos ensinamentos do Deus cristão ou de suas experiências com a igreja evangélica, sem o compromisso formal com essa responsabilidade.

Todavia, Helena dizia que pretendia ter um papel ativo na igreja como musicista para assim “tocar as pessoas”. Esse “tocar”, dizia respeito a causar comoção através da música evangélica “Penso em ser musicista e pretendo que o meu instrumento de trabalho possa tocar pessoas” (Entrevista realizada em abril de 2019). Em consonância com Helena, o jovem Emanuel também apontava a vontade de ser um membro ativo dentro da igreja:

A minha vontade, que eu sempre tive, sempre foi de dentro da igreja, criar um projeto como se fosse uma escola de música pra ensinar as pessoas da comunidade a tocar [...] e depois disso, futuramente, quando eu me casar e tiver minha esposa, eu sempre tive vontade de ser pastor de casais, aconselhar casais [...] acho muito importante tu ter os pastores para casais, para consolidar aqueles casais, para ajudar aqueles casais que estão passando por uma situação de quase, talvez uma separação, para que tudo fique nos eixos, porque eu creio que não é a vontade do senhor que um casal se una para depois se separar, então ajudar nessa questão, eu sempre tive muita vontade, muita vontade mesmo (entrevista realizada em 2019).

Assim, a preocupação em relação a ser “bem sucedido” se apontou como muito importante na vida dos jovens da Célula Kadoness. Ao mesmo tempo, esses indivíduos entendiam que possuíam o compromisso de levar os ensinamentos evangélicos para outras pessoas e isso em uma das falas foi descrito como um “dever”. Ao falar de visão de mundo na religião Geertz (1989) diz que os indivíduos assimilam um significado de vida e o colocam em prática através de diferentes interpretações de acordo com a sua experiência no meio religioso. Desta forma, os membros da igreja ADEA tentavam incluir as responsabilidades evangélicas em suas vidas, mas de acordo com os seus sonhos e metas.

ENSINAMENTOS RELACIONADOS COM O MUNDO DE FORA DA IGREJA

A igreja ADEA frequentemente buscava abordar em seus cultos e células os temas de amor, felicidade e paz, o que ocorria porque esses temas não geravam tantas discordâncias e a igreja queria ser vista como um local que trazia cura, isso se refletia no slogan da igreja que a descrevia como “Lugar de família feliz”. Desta forma, em suas reuniões retratava o amor do Deus cristão em relação a humanidade, contando vários de seus feitos e de seus seguidores, entre eles a mitologia de que o Deus filho Jesus Cristo foi morto na cruz para salvar todas as pessoas da terra, assim, apontavam que os membros deveriam tentar ser tão amorosos e se importar com as pessoas como Jesus Cristo se importou. Neste sentido, a célula tentava se colocar como um local de terapia religiosa, ensinando e incentivando seus membros a serem boas pessoas, dizendo que só assim essas pessoas conseguirão alcançar o “reino de Deus”. O que ocorria porque, de acordo com Scott e Cantarelip (2004), a igreja Assembleia de Deus tradicional entendia que os seres humanos possuem “livre arbítrio” e que essa liberdade pode levá-los a serem “salvos” ou não dependendo das escolhas que fazem.

Para a Assembléia de Deus, todo ser humano está “envolto no pecado”, “perdido” e “entregue às coisas do mundo”. Nessa condição, “depende da pessoa ser salva ou não, pois existe o livre arbítrio”. Para tal, é necessário tanto participar de uma comunidade religiosa que “glorifique a Jesus”, “reconheça-o como seu único salvador” como a obedecer aos ensinamentos, manifestações imprescindíveis para pertencer à comunidade de Deus. É justamente essa obediência às regras que leva à salvação (SCOTT; CANTARELLIP, 2004. p. 378).

A “salvação” se refere à crença dos pentecostais de que o Deus filho voltará à terra e levará aqueles que seguirem seus ensinamentos para o “paraíso”, um lugar sem guerras e coisas ruins, apenas amor e paz. Essa mitologia vem como um incentivo para que os evangélicos tenham uma postura diferente (WULFHORST, 1995) em relação aos outros indivíduos e sua comunidade. Desta forma, a igreja se preocupava em relacionar temas do cotidiano fora da igreja com os ensinamentos bíblicos, restringindo algumas atividades, como relacionamentos extraconjugais e proibindo algumas questões que colocam a ADEA contra lutas atuais da sociedade, como os relacionamentos homoafetivos e o aborto. Estas proibições não faziam parte apenas desta igreja, mas também de outras igrejas evangélicas, desde as pentecostais mais tradicionais até as neopentecostais mais recentes, como mostra Ricardo Mariano (2004) ao tratar de expansão pentecostal.

Encabeçado pela Igreja Universal, o neopentecostalismo é a vertente pentecostal que mais cresce atualmente e a que ocupa maior espaço na televisão brasileira, seja como proprietária de emissoras de TV, seja como produtora e difusora de programas de televangelismo. Do ponto de vista comportamental, é a mais liberal. Haja vista que suprimiu características sectárias tradicionais do pentecostalismo e rompeu com boa parte do ascetismo contracultural tipificado no estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, volta e meia, estigmatizados. De modo que seus fiéis foram liberados para vestir roupas da moda, usar cosméticos e demais produtos de embelezamento, freqüentar praias, piscinas, cinemas, teatros, torcer para times de futebol, praticar esportes variados, assistir a televisão e vídeos, tocar e ouvir diferentes ritmos musicais. Práticas que, nos últimos anos, também foram sendo paulatinamente permitidas por igrejas pentecostais das vertentes precedentes, com exceção da Deus é Amor, que manteve incólume a velha rigidez ascética. Em todas as vertentes permanece, porém, a interdição ao consumo de álcool, tabaco e drogas e ao sexo extraconjugal e homossexual (MARIANO, 2004. p. 124).

Os assuntos que abordam temas LGBTQI+ e aborto eram considerados tabus, geralmente não eram abordados em cultos maiores ou nas células quando eram tratados isso ocorria através de metáforas. Uma das frases muito utilizada pelos membros da igreja é “Deus ama o pecador, mas abomina o pecador” para dizer que a divindade máxima do cristianismo não aceita relações entre pessoas do mesmo sexo e o aborto, que na visão da ADEA representava um homicídio.

Alguns jovens me falaram que essas proibições tabus não estavam descritas na Bíblia e não deveriam existir, todavia, os membros mais velhos apontavam que realizar o aborto e se ter relações homoafetivas era contra o “natural”, pois a divindade cristã fez Adão e Eva – descritos pelos membros da ADEA como os primeiros humanos criados pelo Deus cristão para povoar a terra – e não Adão e Ivo, neste caso “Ivo” se refere a um parceiro homem, assim

como Adão. Normalmente os que defendiam as proibições citadas anteriormente eram os membros mais velhos da igreja que possuíam de 25 anos de idade para cima, o que não isentava os jovens de defenderem as proibições, entretanto, os maiores questionadores dessas proibições eram o público jovem, aqueles entre 15 a 25 anos.

Os questionamentos dos jovens traziam à tona que nem toda a sociedade deveria seguir as normas que os evangélicos possuem, mas eles se colocavam como adeptos dessas normas. Assim, esses jovens seguiam as proibições que falavam da não utilização de bebidas alcoólicas, cigarro, maconha, entre outras substâncias psicoativas ilegais e não estavam tão preocupados em defender as proibições tabus da igreja. Entretanto, no caso do aborto, mesmo que os jovens não defendessem que as mulheres da sociedade geral deveriam ser privadas de realizar o aborto, as jovens mulheres com quem tive contato alegaram que não abordariam caso viessem a ficar grávidas, mesmo que não quisessem ter um bebê, por acreditarem que o aborto significa matar uma vida, de acordo com Fernandes (2011), isso ocorre porque no meio pentecostal existe uma condenação muito forte para aqueles que praticam o aborto. Já sobre relacionamentos homoafetivos, não cheguei a conhecer nenhum jovem da igreja que se identificasse como LGBTQI+.

A maior parte dos jovens que questionavam as proibições tabus eram aqueles que tinham acesso ao conhecimento científico produzido em universidades, a chamada “juventude burguesa intelectualizada” (MENDONÇA, 2005). Todavia que atualizo como “juventude intelectualizada”, pois a partir das cotas a universidade deixou de ser apenas um espaço para os mais abastados financeiramente. Além disso, a juventude intelectualizada também é caracterizada pelos jovens do ensino médio que seguem a religião evangélica e tem conhecimento social sobre a realidade das pessoas que fazem os procedimentos abortivos ou se assumem como LGBTQI+. Esse conhecimento social vem muitas vezes através de professores das escolas e universidades em que esses alunos estudam.

Assim, em contraposição a esses jovens, cheguei a ouvir dos participantes mais velhos que “o conhecimento afasta as pessoas de Deus”, entendi essa frase como uma forma de dizer que o conhecimento científico é bem vindo, mas não deve ser usado em reflexões religiosas. Os jovens intelectualizados apontam que possuíam a preocupação de demonstrar amor para aqueles que estavam ao seu redor dizendo que não é seu dever julgar o outro. Assim, Silva aponta que existe um novo conceito de “pecado”, (realizar algo ruim, errado) para esses jovens que possuem fácil acesso as redes sociais e outras tecnologias, a chamada geração da era digital (SILVA, 2015), que são aqueles que dizem respeito à “falta de amor ao próximo”, na perspectiva evangélica, “próximo” se refere a qualquer indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa de campo e da elaboração deste trabalho três reflexões se apresentaram como importantes. Primeiramente foi possível identificar que o campo religioso na cidade de Macapá está em plena expansão, especialmente com relação às religiões evangélicas. Isto no sentido da criação e/ou entrada de novas igrejas no cenário da cidade, assim como pelo aumento de novas estratégias de evangelização;

Segundo, que se por um lado à pesquisa atesta que há mudanças no cenário religioso local, com a chegada de novas igrejas e criação de estratégias de evangelização (aspecto que explorei no trabalho, a partir das células), por outro, percebe-se ainda a falta de pesquisas acadêmicas na área da etnografia que busquem explorar questões ligadas às religiões e o campo religioso no Amapá, especialmente na cidade de Macapá.

Terceiro, que ainda existe um preconceito dentro do meio acadêmico sobre as pesquisas em religião, principalmente aquelas que se referem ao estudo dos grupos evangélicos, pois ao comentar sobre meu tema de pesquisa cheguei a ouvir de alguns acadêmicos que não havia motivo para eu pesquisar a religião evangélica porque “ninguém queria saber sobre isso”, esse preconceito também é relatado por outros pesquisadores como Coleman (CAMPOS; MAURICIO JR, 2018) que pesquisou sobre o cristianismo conservador e chegou a ter sua pesquisa comparada a “lixo” por um colega de graduação.

Assim, ainda é preciso quebrar esses preconceitos dentro da antropologia e praticar a alteridade (PEIRANO, 1999) nas pesquisas acadêmicas, seja esse outro conservador, uma minoria e etc. Lembrando que a Antropologia busca estudar todas as culturas, sem exceções.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria F. P. Ser jovem “crente”: a escolha por uma distinção – pensando a igreja, família, juventude e mundo. **Oikos**: Revista Brasileira de Economia Doméstica, v. 23, n. 1, 2012, p. 101-120.
- AMORIM, A. P.; DIAS, C. A.; SIQUEIRA, SUELI. Igrejas protestantes como espaço de sociabilidade e fé para os familiares de emigrantes em Governador Valadares. **Fronteiras**, v. 10, n. 18, jul. /Dez. 2008, p. 251-276.
- CAMPOS, Roberta; JR, Cleonardo Mauricio. O pentecostalismo nas fronteiras da antropologia: uma apresentação a zonas fronteiriças: ética, etnografia e o cristianismo “repugnante”. Porto Alegre: **Debates do NER**, n. 33, P. 263-270, jan./jul. 2018.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FERNANDES, Dalvani. Juventudes, geografia e religião: reflexões a partir das noções de forma simbólica e habitus. **RA´E GA**, 2013, P. 67-93.
- FERNANDES, Sílvia Regina Alves. Adesão religiosa no segmento juvenil: apolitização ou reinvenção da política?. **Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas**. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 2, jul.-dez., p. 152-165, 2007.
- FERNANDES, Sílvia Regina Alves. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais na baixada fluminense – algumas proposições a partir de um *survey*. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 31(1): 96-125, 2011.
- GEERTZ, Clifford. “Ethos”, visão do mundo e a análise de símbolos sagrados. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 1989. P. 93-103.
- GOMES, E. No bairro tem igreja: práticas culturais entre jovens pentecostais. **Cadernos CERU**, n. 18, p. 69-89, 1 jan. 2007.
- GOULART, Denise A. O espaço do jovem em meio ao crescimento evangélico. Trabalho apresentado no **IV ENECULT**, Salvador, 2008.
- JR. Frúgoli Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 2007.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, 18 (52), 2004. P. 121-138.
- MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, dezembro/2008, p. 68-95
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Revista USP**, São Paulo, n.67, p. 48-67, setembro/novembro 2005.
- MUNIZ, Raimunda Margarete Teixeira. O modelo do discipulado apostólico um a um da igreja da paz central de santarém-pará: Um diálogo com o aconselhamento pastoral. **Dissertação de Mestrado em Teologia**. Escola Superior de Sociologia. São Leopoldo, 2012.

- PEIRANO, Mariza. A alteridade em contexto: A antropologia como ciência social no Brasil. Brasília: **Série Antropologia**, 1999.
- SCOTT, Russell Parry; CANTARELLI, Jonhny. Jovens, religiosidade e aquisição de conhecimentos e habilidades entre camadas populares. Salvador: **Caderno CRH**, v. 17, n. 42, p. 375-388, Set./Dez. 2004
- RABUSKE, Irineu José; SANTOS, Paola Lucena dos; GONÇALVES, Hosana Alves; TRAUB, Laura. Evangélicos brasileiros: quem são, de onde vieram e no que acreditam?. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 12, 2012. p. 255-267.
- SIEPIERSKI, Carlos Tadeu. A pentecostalização do campo protestante Brasileiro. In: “De bem com a vida”: o sagrado num mundo em transformação: um estudo sobre a igreja Renascer em Cristo e a presença evangélica na sociedade brasileira contemporânea. **Tese de Doutorado em Antropologia Social**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2001.
- SILVA, Aline Amaro da. Cibergraça: fé, evangelização e comunhão nos tempos da rede. 2015. 141f. **Dissertação de Mestrado em Teologia**, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SIMMEL, Georg. A sociabilidade (Exemplo de sociologia filosófica). In. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 59-82.
- SOUSA, Diego D. S. Sistema crenças e socioespacialidade no baixo e médio Amazonas: um estudo sobre o modelo de células na igreja do Evangelho Quadrangular em Santarém-Pará, **Dissertação de Mestrado em Antropologia**, Universidade Federal do Amazonas, 2018.
- ROCHA, Cleiton de Jesus. As redes de socialidade entre jovens numa igreja pentecostal na cidade de Macapá: conversão, disputas e espaços de encontros. Monografia (Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Amapá, Macapá. 2018.
- VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8. n. 16. 1995. p. 227-234.
- WULFHORST, Ingo. O Pentecostalismo no Brasil. **Estudos Teológicos**, 35(l):7-20, 1995.

ÁGUA DE BARRELA E A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Simone Garcia Almeida

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisar-se-á a obra *Água de Barrela*¹, de Eliana Alves Cruz (2016), a qual discorre sobre a saga de uma família negra no Brasil desde o ano de 1849, quando Akin Sangokunle, com nove anos de idade, juntamente com sua cunhada Ewà Oluwa, grávida, foram embarcados à força em um navio negreiro, percorrendo essa trajetória familiar até as primeiras cinco décadas do século XX. O enredo se desenrola a partir da história de vida de dois casais, Martha e Adônis e Damiana e João Paulo. Dessa forma, é, principalmente, a partir do ponto de vista das mulheres negras que o romance dialoga com o mundo da escravidão e das dificuldades frente à nova situação de liberdade pós-abolição. *Água de Barrela*, enquanto romance afro-brasileiro, desmistifica alguns dos estereótipos tão fortemente delineados pela literatura canônica.

Os episódios dessa história são delineados através do contato propiciado pela narração oral, haja vista que o romance é construído a partir das lembranças de Anolina, a Nanu², tia avó da romancista. Baseada nessas conversas, Eliana Alves Cruz descobriu que havia uma relação estreita entre seus ancestrais e uma família influente do recôncavo baiano, logo,

1 Um dos cinco romances, voltados à cultura afro-brasileira, ganhador do prêmio Oliveira Silveira pela Fundação Palmares em 2015. Na apresentação das cinco obras, é destacado que o objetivo foi valorizar e divulgar a produção literária negra, bem como promover a valorização dos(as) escritores(as) negros. O título do romance faz referência ao procedimento de lavagem das roupas com a barrela, água com cinzas de madeira, na qual se colocava a roupa para branqueá-la.

2 Nanu é portadora de esquizofrenia, e Cruz informa as estratégias que usou para poder acessar a sua memória. “Busquei dados sobre a esquizofrenia, como agiam seus portadores e do que se tratava essa doença mental tão apavorante para a maioria [...]. De cara, entendi que ela não me diria nada de relevante se a tratasse como um de meus entrevistados em coberturas jornalísticas. Teria que ser um pouco atriz e entrar no mundo dela. Percebi que ela, na verdade, vive quase que 90 por cento do seu tempo entre os anos 1920 e 1940, quando era criança e jovem. Fala com os pais, avós, parentes e conhecidos como se estivessem vivos e é capaz de descrever cenários com uma riqueza de detalhes impressionantes para uma idosa de mais de 90 anos [...]. Comecei a conversar como se também estivesse vivendo lá, como se estivesse convivendo com todos eles. Bingo! Ao longo de muito tempo conquistando sua confiança, abriu-se o baú de Nanu.” (CRUZ, 2016, p. 448-449).

pesquisou no acervo da família – cartas, documentos e fotos –, na internet, como também teve acesso aos documentos históricos com a ajuda de amigos pesquisadores.

Para melhor acessar o contexto de produção de *Água de Barrela*, buscou-se compreender como o negro foi representado na literatura e como o romance incorpora os elementos característicos da Literatura Afro-brasileira, propostos por Duarte (2011): tema, autoria, ponto de vista, linguagem, público e recepção.

É válido reforçar que Luciano (2012) discute sobre a figura do negro na Literatura Brasileira, quando foi enquadrado em duas categorias: em uma como objeto e em outra como sujeito. Na primeira, ver-se-á desde a literatura romântica até o modernismo, com raras exceções, uma representação do negro repleta de estereótipos; a mulher negra é representada na perspectiva da mulata sensual, devoradoras de homens, sem família, sem filhos, sempre carne, objetificada sexualmente. O imaginário patriarcal brasileiro, como já destacara Gilberto Freyre (2003) situava a mulher branca para o casamento, a negra para o trabalho e a mulata para o sexo. Enquanto, a representação do negro como sujeito, dar-se-á, principalmente, pela Literatura Afro-brasileira, que nasceu com o objetivo de desconstrução desse discurso hierárquico e em busca de recuperar a identidade afro-brasileira.

Desta forma, *Água de Barrela* narra a história de mulheres fortes, esteios de suas famílias, que desde o período escravocrata têm nas atividades domésticas, no lavar, enxaguar, quilar e passar roupas, uma das suas principais atividades que garantiram o sustento de filhos e netos. O romance demarca muito bem o protagonismo feminino e a luta dessas mulheres por melhores condições de vida, especialmente para seus filhos³.

Inicialmente, este estudo discutirá a respeito da representação do negro na literatura canônica brasileira, para em seguida, abordar o surgimento da chamada Literatura Afro-brasileira, a qual percebe o negro como sujeito; bem como discutir os conceitos de Literatura Negra e/ou Afro-brasileira. Para finalizar, buscar-se-á observar de que forma o romance *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz (2016), incorporou as características da Literatura Afro-brasileira pontuadas por Duarte (2011).

O NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA DE OBJETO A SUJEITO

Para iniciar a discussão, far-se-á um breve apanhado de como o negro foi representado historicamente nos textos literários. Como destaca Luciano (2012), o negro é enquadrado em duas categorias: objeto e sujeito, assim, pode-se observar uma dicotomia entre a Literatura Brasileira e a Literatura Afro-brasileira. O autor também destaca que os primeiros escritos, ao abordarem a realidade brasileira, eram etnocêntricos, pois a cultura dominante do europeu ditava as regras e referências de seus valores como universais. Tais obras representam primeiramente os indígenas, por exemplo, na Carta de Pero Vaz de Caminha, que produz um imaginário pautado na visão do europeu, branco, cristão, civilizado e colonizador. De acordo com Souza (2005, p. 38):

³ Este estudo faz parte da tese *Água de Barrela: História, Literatura e Gênero*, defendida no final do ano de 2019, como requisito parcial da Promoção para Classe E - Professor Titular – da Carreira do Magistério Superior, em que no último capítulo “Gênero na literatura afro-brasileira: a representação da mulher negra em *Água de Barrela*”, se fez um estudo mais detalhado da representação da mulher negra na literatura.

Se a cultura hegemônica constrói para si, um modelo de produções textuais, este modelo deverá veicular as crenças, os símbolos, os significados que ela lhe atribui e que compõem seu imaginário. Constantemente adaptado e atualizado de acordo com as necessidades e interesses de uma tradição ocidental etnocêntrica e hegemônica.

Sendo assim, a formação de uma Literatura Brasileira será ligada às ideologias dominantes, e o grupo social mais afetado será o negro, já que aparece nela como objeto estereotipado, inferiorizado etnicamente, caracterizando-o apenas em temas que lembram a sua escravidão. Consequentemente, o negro é invisibilizado, oculta-se a sua cultura e silencia-o como sujeito.

O período entre o século XIX e o início do século XX, foi aquele em que é possível perceber o ápice das representações negativas sobre o negro. Haja vista que a literatura romântica, como também a realista-naturalista, construíram todo um imaginário no qual se demonstra a inferioridade de uma raça (negra) e a superioridade de outra (branca). Vale ressaltar que o contexto histórico brasileiro apontava para o século das ciências, quando as raças passaram a ser observadas nos moldes do cientificismo positivista. Assim, as teorias raciais e o darwinismo social entendiam a civilização e suas práticas a partir de preceitos que apontam cientificamente, dentro de um determinismo biológico, que certas sociedades e civilizações eram mais evoluídas que outras. O negro, dessa forma, foi inferiorizado e posto na condição de sub-humano.

Esse contexto histórico tornou-se decisivo para a tessitura das obras literárias e, desde então, a representação do negro na literatura, surgiu mais significativa. A Literatura Brasileira, a partir dessa perspectiva, apresenta o negro sem voz ativa e estereotipado, as obras eram escritas por homens brancos e de classe média, pertencentes a uma elite social. Fonseca (2011, p. 250, grifo do autor) desenha um excelente quadro dessa literatura:

A representação do negro como objeto agrega valores e visões forjados no âmbito da escravidão, interessados em afirmar a inferioridade dos negros ou a sua condição instintiva – propensos à submissão e/ou à violência. Tais visões ficam evidentes na caracterização de personagens negras infantilizadas ou imbecilizadas, que reproduzem a condição subalterna em que os africanos escravizados viviam na sociedade brasileira. Servem de exemplo a personagem do poema “Mauro, o escravo” (1864), de Fagundes Varela, e a do drama *O demônio familiar*, de José de Alencar.

Em outros textos literários, cultivam-se os estereótipos do “negro ruim”, do “negro selvagem, instintivo”. A caracterização das personagens indica o endosso pela literatura de representações do negro que circulavam na sociedade escravocrata: o negro de bom coração, mas submisso, como a escrava Isaura e, de certa forma, o médico Raimundo; o negro bestializado, como a Bertoleza, de *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo; ou pervertido, como o negro Amaro, do romance *O bom-crioulo* (1885), de Adolfo Caminha, capaz de assassinar o jovem Aleixo, por quem nutria uma paixão. A caracterização de personagens negras marcadas por estereótipos negativos (de alma ruim, perigosos ou sexualmente pervertidos) distende-se para a consideração dos negros como depravados, que se evidencia no romance *A Carne* (1888) de Júlio Ribeiro. Em *O presidente negro* (1926), de Monteiro Lobato, legitima-se a crença na inferioridade do negro e de sua raça.

Nem mesmo a literatura modernista⁴, quando teve a intensão de reverter as imagens que relacionavam o negro diretamente à escravidão, conseguiram fazê-lo, pois, muitas vezes, acabaram por reforçar a ideia de que a sociedade é isenta de conflitos raciais⁵. Tais textos, em vários momentos, representavam o negro como cordato ou imbecilizado, isso reforçou estereótipos e camuflou os conflitos sociais, a exemplo do negrismo⁶ brasileiro. Nesse sentido, em muitas obras, o Modernismo imobilizou o negro “[...] em imagens que o mantêm à margem do processo de evolução social” (FONSECA, 2002, p. 1). Sendo assim, é perceptível a caracterização das morenas sensuais e fogosas, das negrinhas boas, mas idiotas, por exemplo, em poemas como *Essa nega fulô*, de Jorge de Lima e em muitos romances de Jorge Amado, os quais mantiveram a visão estereotipada em relação ao negro e seus descendentes. No mesmo caminho, baseado em alguns autores, Oliveira (2017, p. 159) afirma que:

O modernismo brasileiro pouco alterou a imagem do negro no campo das letras. Conforme assevera radicalmente Roger Bastide, a literatura brasileira do início do século XX apenas troca o racismo do século XIX por uma “simpatia diluída” que tendia a acumular o “pai João” com os estereótipos e epítetos da simplicidade, da bondade e da alegria naturais (BASTIDE, 1973, p. 121 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 159). O negro – e a própria África – nos poemas brasileiros, incluindo aqui o Modernismo, pouco se aproximam do real, seja ele de ontem ou de hoje. Se os epítetos presidem a representação majoritária do negro, a África é eleita como símbolo vazio e ausente, chegando por vezes a ser fantasiosa. Ou, como quer Pires Laranjeira, “a composição é esquemática, escassa”, sem elementos que permitam ao leitor construir uma imagem expressiva, complexa, realista, com base “em pormenores históricos, políticos, culturais ou geográficos” (PIRES LARANJEIRA, 1995, p. 202 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 159). Neste sentido, o negro e a África são apenas apelos, elementos pitorescos, imagens livrescas orientadas por paradigmas europeus e/ou caribenhos.

Com o objetivo de desconstruir esse discurso hierárquico e na busca por recuperar a identidade afro-brasileira, que já havia sido expressa por escritores negros, entre eles Luís Gama (1830-1882)⁷, Lima Barreto (1881-1922) e Solano Trindade (1908-1974)⁸, nasce a Lite-

4 Como destaca Oliveira (2017, p. 159-160) “[...] muitos intelectuais e escritores [modernistas] se voltaram para a tematização da raça e da classe como forma de abrir a discussão acerca dos limites da modernidade, da identidade nacional e do lugar das alteridades na economia social (BORA, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 159). A *Antropofagia*, por exemplo, como uma das manifestações do modernismo brasileiro, não deixou de lado o tema do negro, já que possuía um desejo de redescoberta do Brasil em toda a sua inteireza étnica. Esta busca pelo universo afrodescendente tenta captar elementos considerados ‘primitivos’, ou seja, uma espécie de essência. Reafirmo: mesmo trazendo o negro enquanto horizonte temático, ele está muito mais próximo daquilo que Oswald de Andrade chamou de ‘alma embrionária’, do que do negro em sua totalidade humana.”

5 Vale lembrar que existem obras que conseguiram superar os estereótipos, procurando resgatar a figura do negro. Dentre elas, destacam-se os romances *Os tambores de São Luís*, de Josué Montello e *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro.

6 Apropriação etnocêntrica do tema do negro, folclórica e descompromissada. “[...] não leva em consideração a relação entre *escritura* e *experiência*, que inúmeros autores negros fazem questão de destacar [...]. Os traços autobiográficos não marcam as páginas de inúmeros autores negristas. Desta maneira, o *ponto de vista* predominante no âmbito do negrismo ainda reflete o discurso do colonizador em seus matizes passados e presentes [...]. [Preocupação] com a exploração de elementos culturais africanos ou trazidos na diáspora e vistos como exóticos [...], ou seja, com um ‘folclorismo negro’, que anima boa parte de suas produções artísticas [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 156-158, grifos do autor).

7 Luís Gama é considerado o primeiro escritor negro brasileiro, conforme Cortazzo (s.d., p.1) (www.letras.ufmg.br/literafro), pois seu texto rompe com o sistema literário que só reconhecia a produção dos homens brancos como verdadeira arte, “instaura um *eu poético* que assume sua condição de negro, e, como consequência, revela indiretamente o sistema branco que está por trás do discurso literário”.

8 As obras dos três autores não tiveram tanta visibilidade, pois não eram considerados escritores da “literatura oficial” ou literatura canônica, que seguia um determinado modelo, determinada regra. A ideia de cânone agrega em si um sistema de valores. As obras canônicas eram aquelas reconhecidas como dignas de autoridade (JACOMEL, 2008).

ratura Negra ou Afro-brasileira, que denuncia a invisibilidade e o preconceito que o negro sofria. Desta maneira, essa literatura marcadamente étnica deu voz ao negro e representou tudo aquilo que tinha sido considerado marginal até então. No final dos anos 1970, em plena ditadura civil-militar, no bojo de vários movimentos sociais, entre eles o movimento negro, surgiu o primeiro exemplar de *Cadernos Negros*, assim, tal ação possibilitou ao afro-brasileiro um *locus* para representar a sua verdadeira identidade, mostrando-o como sujeito social. A esse respeito, Silva (2010, p. 23) esclarece que:

A partir do ano de 1978, alguns escritores com intuito de trabalhar com a figura do negro no Brasil, assim como materializar-se por serem eles próprios vítimas das estereotipias impostas dentro do círculo literário e intelectual, surge o primeiro exemplar dos *Cadernos Negros*, livro que reunia, e ainda reúne, contos e poemas que tinham como princípio a valorização da imagem do negro em uma literatura elaborada por eles próprios, já refletindo o desmembramento, a descontinuidade e a descentralização propostas pelas literaturas pós-modernas, pois não se tratava mais do negro escravo, alienado ou objeto do senhor como se observava até então, mas sim como um participante da sociedade com sentimentos, prazeres e sensações.

Por essa perspectiva, na luta contra o racismo e a exclusão, a palavra escrita é também uma arma poderosa. Deste modo, Moura (1980, p. 11) esclarece que “O Negro já articula uma linguagem literária própria, rompe com o discurso da cultura oficial, e se manifesta como um elemento de resistência à sua marginalização social”. Percebe-se, portanto, que o desmembramento da Literatura Brasileira foi oportuno para criar uma identidade real do negro e para que seu contexto histórico e sociocultural passassem a ser representados. Como pontua Luciano (2012, p. 313):

A literatura afro-brasileira, neste processo de construção de identidades coletivas, evidencia uma escrita quilombola, ou seja, uma escrita de resistência, que busca por meio da arte representar culturalmente um povo, para isso, remexe em um passado na esperança de construir um presente sem correntes.

A produção literária Afro-brasileira demonstra que, muitas vezes, os autores têm como objetivo a denúncia, a resistência, e com isso buscam o resgate de memórias silenciadas pela tradição literária canônica. Assim, o negro passa de objeto a sujeito na produção literária.

POR UM CONCEITO DE LITERATURA NEGRA OU AFRO-BRASILEIRA

A partir da década de 1980, é notável o crescimento da produção de autores que assumem seu pertencimento enquanto sujeitos afrodescendentes, logo, passaram a ocupar um lugar importante no cenário cultural, fato que se dá juntamente com ampliação das demandas do movimento negro, que adquire visibilidade institucional. No entanto, as reflexões acadêmicas sobre essa produção literária afrodescendente não se dão na mesma intensidade⁹. Essa ampliação da participação de afrodescendentes no campo das artes, conforme Duarte (2011, p. 377), pode ser explicada por dois fatores:

9 Durante muito tempo, os estudos sobre a presença do negro na literatura brasileira estiveram nas mãos de pesquisadores estrangeiros. Os debates foram iniciados no Brasil por Roger Bastide com a obra *Estudos Afro-Brasileiros*, publicada na década de 1940. Mais tarde outros estudiosos se debruçaram sobre a temática, como Raymond Sayers, com *O negro na literatura brasileira* (1958), Gregory Rabassa, com *O negro na ficção brasileira* (1965) e David Brookshaw, com *Raça e Cor na Literatura Brasileira* (1983).

[...] por um lado, a ampliação da chamada classe média negra, com um número crescente de profissionais com formação superior buscando lugar no mercado de trabalho e no universo de consumo; e, por outro, a instituição de mecanismos como a lei 10.639/2003 ou as ações afirmativas, vêm contribuindo para a construção de um ambiente favorável a uma presença mais significativa das artes marcadas pelo pertencimento étnico afrodescendente.

As análises desenvolvidas no campo acadêmico referentes à literatura produzida pelos afrodescendentes, levam às discussões sobre os operadores teóricos, os quais possibilitam fazer uma reflexão crítica sobre tal produção, dando origem a um questionamento em torno dos conceitos de Literatura Negra e de Literatura Afro-brasileira. Entretanto, é difícil indicar uma diferença marcante entre os termos supracitados, ou até mesmo, que um seja mais correto que outro¹⁰. Por essa ótica, pode-se observar diferentes perspectivas críticas e teóricas que levam a determinado escopo do conceito, gerando polêmicas entre os defensores de diferentes pontos de vista. Assim, as duas expressões são recorrentes no meio acadêmico e literário, como exemplo, a obra organizada em 2011 por Eduardo de Assis Duarte e Maria de Nazaré Soares Fonseca, *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, composta por quatro densos volumes¹¹, os quais tomam as duas expressões como equivalentes, já que têm como proposta “contribuir na configuração da literatura negra ou afro-brasileira” (DUARTE, 2011, p. 38).

Com a publicação de *Cadernos Negros*¹², a partir de 1978, tem-se a ampliação das discussões em torno de um conceito de Literatura Negra. Dessa forma, Fonseca (2011) defende que antes de sua publicação não é possível afirmar que existia, no Brasil, movimentos literários como o Renascimento Negro Norte-americano ou a Negritude francesa¹³, cuja textualidade apresentava forte conteúdo reivindicativo, através de novos princípios estéticos. Assim, *Cadernos Negros* têm como uma de suas marcas o protesto contra o racismo e a denúncia aos diversos estereótipos construídos em relação à figura do negro. Tal problemática é tratada tanto individualmente como de forma coletiva, abordando a sua inserção social e a constituição de uma memória cultural. Isso pode ser interpretado a partir de Ironides Rodrigues em depoimento à Luiza Lobo, ao declarar que Literatura Negra:

[...] é aquela desenvolvida por autor negro ou mulato que escreva sobre a sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, da forma assumida, discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo. Ele tem que se assumir como negro (*apud* LOBO, 2007, p. 266).

10 Apesar de todo o debate em torno dos dois conceitos, que serão apresentados a seguir, e na falta de consenso, optou-se por utilizá-los com sinônimos.

11 Há dois ensaios presentes no quarto volume, cujo subtítulo é “História, teoria e polêmica”, que são bastante significativos e que discutem propostas de definição de Literatura negra ou afro-brasileira, quais sejam, *Por um conceito de literatura-afro-brasileira* de Duarte e *Literatura negra: os sentidos e as ramificações* de Fonseca. Percebe-se que cada autor trabalha com uma das expressões.

12 Editados desde 1982 pelo Movimento Quilombhoje, cujo sistema de publicação é de um coletivo, em que cada autor que compuser determinado número, contribui financeiramente de acordo com o número de páginas que publicará. Anualmente, o Quilombhoje também publica um livro individual de um dos participantes do grupo.

13 São movimentos que surgiram nas três primeiras décadas do século passado, objetivando o despertar da consciência de ser negro e na reversão dos valores negativos associados à figura do negro pelo discurso colonialista. Esses movimentos marcaram fortemente o conceito de literatura negra (Cf. FONSECA, 2011).

Dado exposto, percebe-se que é essa postura, nitidamente militante, que marcou a produção literária nos primeiros volumes de *Cadernos Negros*, por isso que defendia-se a utilização de termos como “expressão negra”, “povo negro”. Dessa maneira, a coletânea pretendia ser “a viva imagem da África” (ALVES, 2002, p. 223). Conforme Miriam Alves (2002), a intenção dos autores quando do lançamento do primeiro volume da coletânea era de se autoproclamarem “escritores negros de literatura negra¹⁴”, os quais projetaram encontros para a discussão de temas ligados ao propósito de arrancar “as máscaras brancas, pondo fim a imitação” (ALVES, 2002, p. 223; 224). Sobre essa trajetória de *Cadernos Negros*, Fonseca (2011, p. 10) faz a seguinte afirmativa:

Se observarmos a trajetória dos *Cadernos Negros*, é possível observar que a intensão de denúncia do preconceito racial e da exclusão vivida pelos descendentes de escravos no Brasil está sempre presente. Ela se traduz seja em textos de forte apelo contestatório, seja no resgate de histórias de gente simples, sempre convivendo com a exclusão, que se encenam nos textos ora assumindo o seu próprio dizer, ora deixando-se contar por um narrador cúmplice, companheiro na encenação.

Isto posto, torna-se evidente que os primeiros volumes de *Cadernos Negros* podem ser compreendidos como um instrumento de fortalecimento da identidade negra, para tanto, os textos publicados, poesias e contos, são extremamente comprometidos com uma posição política, a qual promove o autoconhecimento do sujeito negro e valoriza a sua estética. Assim sendo, a Literatura Negra critica a suposta democracia racial “que não oportunizava a existência da singularidade e da pluralidade do cidadão negro” (ALVES, 2002, p. 225). Essa literatura buscava, por um lado, a conscientização do povo negro, e por outro, a desconstrução da tradição literária branca, masculina, burguesa e cristã.

Em outra linha de pensamento, Benedita Gouveia Damasceno (1988) confere outro sentido ao conceito de Literatura Negra, marcado pelo reducionismo temático, ou seja, as questões abordadas nas obras estão relacionadas à problemática da situação do negro, sem levar em conta o pertencimento étnico do autor. Se por um lado a autora reconhece as dificuldades para o estabelecimento de uma estética negra, já que não existe uma estética branca, por outro conclui que “há sensíveis diferenças entre a poesia negra escrita por afro-brasileiros e a escrita por brancos” (DAMASCENO, 1988, p. 125).

Há também Domício Proença Filho (1988, p. 77), o qual afirma que os conceitos de “literatura negra” e “literatura afro-brasileira” podem levar a “fazer o jogo do preconceito velado”. Em outras palavras, para ele apenas o critério temático que define a Literatura Negra, apresenta limitações, tais como a questão do negrismo, que é o discurso do branco sobre o negro¹⁵. Assim, propôs uma saída conciliadora entre as duas perspectivas citadas: autoria *versus* temática.

14 O número 28 de *Cadernos Negros* publicado em 1985 apresenta uma mudança significativa quanto a discussão da literatura negra. Conforme destaca Fonseca (2011, p. 385): “O trecho da ‘apresentação’ do número 28 repisa sentidos expressos no prefácio do número 1 dos *Cadernos*, quando se propunha, via literatura, a legítima defesa dos valores do povo negro brasileiro. Considere-se, que no prefácio do n. 28, a proposta de uma poesia assumidamente negritudinista cede lugar à indicação de que a diversidade passa a ser a cara do novo volume, porque, conforme, declaram os organizadores, ‘somos afrodescendentes, temos essa origem comum, mas temos também nossas individualidades, gostos e preferências’ (p.9). Os organizadores destacam também o fato de que cada autor participante do volume tem ‘uma visão clara do que é escrever’ (p.9).”

15 Podendo ser equiparado ao indianismo romântico, em que o indígena é representado conforme o imaginário do colonizador.

À luz dessas observações, será negra, *em sentido restrito*, uma literatura feita por negros ou descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por força de condições atávicas, sociais e históricas, se caracteriza por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularização cultural.

Latu sensu, será a arte literária feita por quem quer que seja, desde que reveladora de dimensões peculiares aos negros ou aos descendentes de negros (PROENÇA FILHO, 1988, p. 78, grifos nossos).

É válido mencionar a discussão de Proença Filho (1988, p. 80) acerca das representações do negro na Literatura Brasileira, caracterizando-as em duas versões: “a condição negra como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada”. A perspectiva do autor comportaria, desta maneira, a literatura do negro, como também a literatura sobre o negro. Segundo Duarte (2011), tal perspectiva comprometeria a operacionalidade do conceito, pois abrigaria tanto as obras que procuram retratar a identidade afrodescendente, em toda a sua dignidade, quanto uma produção que pode ser reprodutora de estereótipos e preconceitos, às vezes, não tão evidentes. É necessário enfatizar que uma questão é discutir como o negro é representado na Literatura Brasileira, outra é discutir a literatura produzida por negros ou afro-brasileiros e toda a problemática envolvida nesta produção.

A análise de Zilá Bernd (1988, p. 22), de certa forma, aproxima-se à análise de Proença Filho (1988), pois entende que a Literatura Negra não está relacionada à cor da pele do autor – considerando tal associação ideologicamente perigosa e cientificamente falsa –, e nem apenas à temática utilizada por ele, mas sim é aquela que evidencia a consciência de um “*eu* enunciador que se quer negro”. Além disso, critica o estudo de Brookshaw (1983) por dividir os autores que trabalham com a temática negra em dois grupos, os “brancos” e “os negros”, assim a autora afirma que:

[...] é preciso sublinhar que o conceito de literatura negra não se atrela nem à cor da pele do autor nem apenas a temática por ele utilizada, mas emerge da própria evidência textual cuja consciência é dada pelo surgimento de um *eu* enunciador que se quer negro. Assumir a condição negra e enunciar o discurso em *primeira pessoa* parece ser o aporte maior trazido por essa literatura, constituindo-se em um de seus marcadores estilísticos mais expressivos (BERND, 1988, p. 22, grifos do autor).

Suas reflexões são pensadas mediante estudo da poesia, estabelecendo as leis fundamentais da Literatura Negra, quais sejam: a reversão dos valores, a afirmação de uma nova ordem simbólica oposta aos sentidos hegemônicos, a construção da epopeia negra e, sobretudo, a emergência de um *eu* enunciador que quer ser negro. Nesse sentido, enfatiza que essa voz individual que se quer negra caminha rumo à identificação com a comunidade, momento em que esse *eu* se encontra com o *nós* coletivo.

Vale mencionar, ainda, que Cortazzo (s.d., p. 5, grifo do autor)¹⁶ ao analisar as obras de Zilá Bernd: *A questão da negritude* (1984), *Negritude e Literatura na América Latina* (1987), *Introdução à literatura negra* (1988) e *Poesia Negra Brasileira* (1992), tece algumas críticas à autora, quanto à questão da autoria na poesia negra:

¹⁶ Site: (www.lettras.ufmg.br/literafro), no qual publicou o ensaio *Branquitude e Crítica Literária*.

Mas continuando a aprofundar a teoria literária de Bernd, somos conduzidos a uma conclusão pelo menos surpreendente: o denominado *discurso do negro* não é necessariamente de um sujeito negro, físico, histórico e socialmente situado: é de qualquer um que se apresente no discurso poético como negro, um puro efeito de sentido vazio de referente racial.

É importante observar que o autor enfatiza que Bernd (1987), em suas discussões a respeito da poesia negra, anuncia a morte da Negritude¹⁷, pois para a autora, a consciência afrodescendente pensada pela Literatura Negra é limitadora e insuficiente. Também afirma que “[...] a Negritude fracassou porque permaneceu prisioneira de uma duvidosa mística da raça. Longe de ser uma questão de comunidade de raça, trata-se essencialmente de uma comunidade de condição. A da opressão” (BERND, 1987, p. 12 *apud* CORTAZZO, s.d., p. 5).

Cortazzo (s.d.) destaca que Bernd (1987) no lugar da ideia de Negritude propõe “[...] um novo programa estético-político, que ela denomina de *Negridade* [...]”, numa proposta de ampliação de luta identitária do negro, enfatizando que “[...] paralelamente a sua reivindicação de ser reconhecido como negro, ele também quer ser reconhecido como operário, como brasileiro, como latino-americano ou como mulher, no caso dos membros femininos do grupo” (BERND, 1987, p. 44 *apud* CORTAZZO, s.d., p. 5). Destarte, a autora propõe que a Literatura Negra supere a questão da consciência racial em direção a uma fraternidade universal brasileira, latino-americana, operária. O autor também criticou dois princípios do pensamento teórico de Bernd (1987):

Primeiro princípio: a literatura não pode ser definida pela raça, pois raça não existe cientificamente falando. Minha posição é que sim, pode. O conceito de raça é questionado na biologia, mas não na sociologia. Raça é uma categoria social, atual e atuante, com efeitos reais no cotidiano das pessoas, e que continua sendo o fundamento do racismo no século XXI.

A cor da pele pode não ter nenhuma importância para a genética, mas importa e muito para a semiótica social: os corpos negros e brancos são construídos não a partir de dados genéticos, senão da aparência imediata à qual se atribuem valores, interesses e significações históricas que permitem criar hierarquias corporais.

Frente a essa posição, afirmamos que a literatura negra tem como fundamento uma política corporal que se desenvolve como uma estética identitária. Isto quer dizer que a teorização desta literatura não pode separar corpo, identidade e escrita. E, neste sentido, deve ser situada junto às problemáticas das literaturas indígenas, feminina e gay. Chegamos assim ao segundo princípio teórico de Bernd: o enunciador da literatura negra pode ser qualquer um, só é preciso “situar-se como negro”. Isto quer dizer que a experiência íntima, pessoal, física, de ser negro, num mundo dominado por brancos, estaria disponível para todos, como uma espécie de fantasia literária que qualquer um pode vestir.

Além desta impossibilidade, temos que lembrar aqui que a literatura negra escrita por brancos já tem sido teorizada como “negrismo”, para diferenciá-la da negritude. E o negrismo (onde também aparece um *eu* que se quer negro) é uma celebração folclórica do negro, sem projeção política, elaborada dentro de um sistema dominante (p. 6-7).

17 O autor utiliza a ideia de Negritude em dois sentidos: 1) estritamente histórico, fazendo alusão ao movimento poético surgido a partir das obras de Césaire, Senghor e Damas, nos anos de 1930 em Paris; 2) sentido amplo, fazendo referência às produções literárias negras em geral.

Para Cortazzo (s.d.), esse pensamento coloca em evidência uma proposta de emergência da branquitude dentro da teoria e da crítica literária, porque promove a desarticulação entre as políticas étnico-raciais e a escrita, além de reduzir os conflitos raciais em um conceito genérico de opressão de classe e esvaziar a questão da identidade negra na literatura. Por fim, o autor conclui que é impensável ver a Literatura Negra em um espaço de neutralidade, haja vista que é a partir de um território marcadamente atravessado por interesses e conflitos étnicos, onde os escritores negros se posicionam e tal território marca a sua textualidade, “[...] onde a gente adota uma posição de enunciação” (CORTAZZO, s.d., p.8).

Logo, comprova-se que englobado ao conceito de Literatura Negra são encontrados posicionamentos que vão de um distanciamento grande em relação à problemática negra, apontando para o folclórico e o exótico, reproduzindo estereótipos, até posturas étnico-raciais militantes. Frente a esse fato, Duarte (2011, p. 381, grifo do autor) afirma que “[...] *literatura negra* são muitas, o que, no mínimo, enfraquece e limita a eficácia do conceito enquanto operador teórico e crítico.”

Fonseca (2011) salienta a dificuldade de acompanhar os significados dados à expressão “literatura negra” na produção acadêmica e literária, enquanto que perscrutar a presença do negro na Literatura Brasileira é tarefa mais fácil. Para a autora, um dos complicadores seria que “a literatura *negra* ou *afro-brasileira* não se estabelece como um gênero literário nem se mostra a partir de gêneros discursivos específicos” sendo pensada a partir da “afirmação étnica ou de marcas de busca de uma identidade negra ou afro-brasileira” ou mesmo por “outros percursos marcados por autores, invenções literárias, temas” (FONSECA, 2011, p. 261-262, grifo nosso). Portanto, consoante autora, passado a euforia das discussões, será o “agenciamento do texto” que indicará como essa literatura será nomeada e defende que:

Mais que definir o texto por expressões como “literatura negra” – sempre encurralada do paradoxo da cor da pele e da intenção do texto - ou “literatura afro-brasileira”, que vem se confirmando como regra geral, é pertinente auscultar o texto e perceber os sentidos que ele ajuda a construir na contramão, nos caminhos marginais, mas por isso mesmo, menos percorridos por parafernália teórica (FONSECA, 2011, p. 268).

É perceptível que ambas as expressões, Literatura Negra e Literatura Afro-brasileira, possibilitam que seja construído um leque de efeitos de sentidos, perpassando por estratégias literárias que também possuem um caráter político-social, tendo em vista que a literatura pode contribuir para a “[...] mudança em cenários culturais e atitudes” (FONSECA, 2011, p. 272).

Luiza Lobo (2007), em sua definição de Literatura Afro-brasileira, articula de forma bastante apropriada sobre a questão do sujeito enunciador que se quer negro proposto por Zilá Bernd (1987), como a necessidade de que haja um compromisso com a questão negra, isto é, a exigência de um pertencimento, como postula Ironildes Rodrigues¹⁸. Conforme Lobo (2007, p. 315):

Poderíamos definir literatura afro-brasileira como a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio. Portanto, ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores

¹⁸ No já citado depoimento feito por Rodrigues a Lobo.

brancos a respeito do negro, seja enquanto objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado (folclores, exotismo, regionalismo).

Ao refletir sobre o estado da arte dos conceitos em discussão, Duarte (2011) enfatizou que a questão é controversa. Para ele, pensar a literatura por meio da denominação afro-brasileira remeterá ao processo tenso de miscigenação racial, processo que envolveu além da hibridação étnica, a hibridação cultural e religiosa. Do mesmo modo, falar em uma literatura autenticamente negra como sinônima de africana, é problemático, até porque a África não é uma só, e nem a textualidade dessa literatura remete unicamente à diáspora negra ou ao Atlântico Negro. Desse modo, o autor afirma que:

Num universo cultural como o nosso – onde verdadeiras constelações discursivas, localizadas tanto regionalmente, quanto no que Nora denomina de “lugares de memória”, se dispõem ao constante reprocessamento –, insistir num viés essencialista pode gerar mais polêmicas do que operadores teórico-críticos eficientes para o trabalho pedagógico de formar leitores (DUARTE, 2011, p. 378).

Reiterando, o autor determina que o conceito de Literatura Negra enfraquece a discussão teórica da configuração literária de cunho étnico, porque abrange “[...] da militância e celebração identitária ao negrismo descomprometido e tendente ao exótico, passando por escritos distantes tanto de uma postura como de outra [...]”, enquanto o termo Afro-brasileira seria mais apropriado, pois remete o “tenso processo de mescla cultural em curso no Brasil desde a chegada dos primeiros africanos” (DUARTE, 2011, p. 381).

Logo, a questão do reducionismo temático enfatizado por alguns autores, sem levar em consideração o pertencimento étnico do escritor, é resultado da “[...] força da herança modernista na cultura brasileira” (DUARTE, 2011, p. 378). Desta forma, também critica a perspectiva adotada por Proença Filho (1988), em razão de perceber como a problemática da análise confere um duplo sentido a essa literatura, uma do negro e a outra sobre o negro, por “[...] abrigar tanto o texto empenhado em resgatar a dignidade social e cultural dos afrodescendentes quanto o seu oposto – [...] o exotismo e a reprodução de estereótipos atrelados à semântica do preconceito” (DUARTE, 2011, p. 379). Assim, destaca que tão relevante quanto o sujeito de enunciação próprio – ou seja, um narrador que se autoproclama negro ou afrodescendente –, é o ponto de vista adotado. Segundo ele:

Mas tão relevante quanto o “sujeito de enunciação próprio”, em que um eu lírico ou um narrador se autoproclama negro ou afrodescendente, é o ponto de vista adotado. Um exemplo pode estar na produção de autores do século XIX remanescentes de africanos, submetidos à hegemonia do embranquecimento como vacina contra a morte social. E, ainda, submetidos a um pensamento científico que praticamente os proibia de se declararem negros ou mulatos, a exemplo de Maria Firmina dos Reis. Autores impelidos a uma negrícia ou negrura abafadas e tendo na literatura uma forma de expressão do retorno do recalcado, como no caso de Machado de Assis. Em ambos não há uma voz autoral que se assuma negra [...]. Todavia, os escritos de ambos [...] não podem ser classificados como dotados de um ponto de vista externo ou descomprometido. O texto machadiano fala por si, e assim como em Firmina, explicita um olhar não-branco e não-racista. Nem um nem outro devem, portanto, serem enquadrados como negrismo ou literatura sobre o negro. Deste modo, tão relevante ou mais que a expli-

tação da origem autoral é o *lugar* a partir do qual o autor expressa sua visão de mundo (DUARTE, 2011, p. 380, grifo do autor).

Por conseguinte, o autor compreende o conceito de Literatura Afro-brasileira como uma formulação mais produtiva, visto que permite englobar tanto os autores que explicitaram seu pertencimento étnico, como àqueles que mesmo dissimulado o lugar de enunciação, escreveram dentro da perspectiva do afro-brasileiro, o que permite incorporar as várias tendências existentes na produção textual deste segmento da sociedade¹⁹.

Além do mais, Duarte (2011) discute quais seriam os elementos que caracterizariam essa Literatura Afro-brasileira: uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva explícito ou não, com vistas ao universo recepcional e, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo. Por este ângulo, abordar-se-á como o autor pensa cada um desses elementos, e como os mesmos se expressam no romance *Água de Barrela*.

Duarte (2011) enfatiza que *o tema* é um dos fatores que ajuda a configurar o pertencimento de um texto à Literatura Afro-brasileira. Esclarece, conforme Octavio Ianni (2011), que se trata de abordar não só o sujeito afrodescendente no plano do indivíduo, mas como “universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura” (IANNI, 2011 *apud* DUARTE, 2011, p. 381). A Literatura Afro-brasileira pode contemplar diversas temáticas:

[...] o resgate da história do povo negro na diáspora brasileira, passando pela denúncia da escravidão e de suas consequências, ou ir à glorificação de heróis, como Zumbi dos Palmares. Tais escritos polemizam com o discurso colonial que [...] trabalha pelo apagamento da história, cultura e civilização existentes para quem ou além dos limites da sociedade branca dominante.

A temática afro-brasileira abarca ainda as tradições culturais ou religiosas transplantadas para o novo mundo, destacando a riqueza dos mitos, lendas e de todo um imaginário circunscrito quase sempre à oralidade. [...] recuperação de uma multifacetada memória ancestral. [...] a recorrência de textos em que se celebram vínculos com a ancestralidade africana [...].

Outra vertente dessa diversidade temática situa-se na história contemporânea e busca trazer ao leitor os dramas vividos na modernidade brasileira, com suas ilhas de prosperidade cercadas de miséria e exclusão. [...] surgem nos textos o subúrbio, a favela, a crítica ao preconceito e ao branqueamento, a marginalidade, a prisão (DUARTE, 2011, p. 381-382).

Água de Barrela perpassa pelas diversas temáticas pontuadas por Duarte (2011), a julgar que o romance conta a saga de Akin Sangokunle e seus descendentes, da vida na África, da prisão e do embarque forçado em um navio negreiro, além de examinar a questão da abolição do tráfico negreiro, a escravização de homens e mulheres negros como um negócio

19 Duarte (2015, p. 123) faz uma releitura da obra de Machado de Assis, lendo-a com olhos menos armados, procurando demonstrar o envolvimento do escritor com a questão escravocrata. Identifica nas crônicas jornalísticas do escritor, muitas publicadas com pseudônimo, uma denúncia sutil contra a sociedade escravocrata. Vê em sua obra a voz do “cidadão empenhado em denunciar a crueldade do sistema e a hipocrisia dos escravocratas recém-convertidos ao abolicionismo”. Seus romances, apesar de não fazerem uma denúncia clara contra a escravidão, evidenciam a ironia do autor contra os senhores de escravos, apontando seus desmandos e a situação em que se encontravam os negros e afrodescendentes no Brasil.

lucrativo, o cotidiano desses seres escravizados nas lavouras de algodão e cana de açúcar e as torturas. É importante destacar que a obra faz uma crítica consistente ao sistema escravista, à Lei do Ventre Livre, à Lei Áurea, à dura realidade dos africanos e afro-brasileiros após a abolição da escravatura, que não veio acompanhada de políticas de inclusão para essa grande parcela da população brasileira. Põe a nu o preconceito racial e a exploração do trabalho dos negros na sociedade brasileira. Por outro lado, expõe ao leitor, elementos da tradição religiosa dos povos africanos, do conhecimento sobre a cura de doenças, os laços identitários construídos, o amor à família, os sonhos, a busca por melhores condições de vida nesse novo mundo que se abre a eles após a abolição da escravidão. Histórias de vida repletas de amor, de luta e de muito trabalho, principalmente, das mulheres negras diariamente na barrela.

O teórico afirma que as abordagens das condições passadas e presentes da vivência dos afrodescendentes não podem ser consideradas obrigatórias, nem transformarem-se em uma prisão. Desse modo, a adoção da temática afro não deve ser considerada isoladamente e, sim, em sua interação com outros fatores, como autoria e ponto de vista.

Para Duarte (2011), a *autoria* é uma das instâncias mais controversas, como ficou explicitado nas discussões anteriores, para ele é preciso compreender tal questão não como um dado exterior, mas como um elemento do discurso integrado à materialidade da construção literária. Com isso, afirma que:

A instância da autoria como fundamento para a existência da literatura afro-brasileira decorre da relevância dada a interação entre *escritura* e *experiência*, que inúmeros autores fazem questão de destacar, seja enquanto compromisso identitário e comunitário, seja no tocante a sua própria formação de artistas da palavra. No primeiro caso, saltam aos olhos os impulsos coletivistas que levam diferentes autores a quererem ser a voz e a consciência do grupo, de acordo com a tradição africana dos *griots*. Guardiães do saber ancestral circunscrito à oralidade, bem como dos usos e costumes das nações que deram origem à população afrodescendente no Brasil [...] (DUARTE, 2011, p. 383, grifo do autor).

O autor realça que a produção literária afrodescendente tem sido marcada pela expressão de diversos obstáculos. É comum observar a autobiografia nas obras de diversos autores do passado e do presente, entrelaçando “[...] a ficção e a poesia com o testemunho [...]” (DUARTE, 2011, p. 383). Assim, a autoria deve necessariamente estar conjugada intimamente ao ponto de vista, pois “Literatura é discursividade e a cor da pele será importante enquanto *tradução textual* de uma história própria ou coletiva” (DUARTE, 2011, p. 384, grifo do autor).

O *ponto de vista* faz referência à visão de mundo dos autores, isto é, eles explanam os valores nos quais se baseiam para a tomada de posição, fundamentando suas opções em que se expressam até mesmo nos termos vocabulares utilizados em suas representações textuais. Tendo em vista que a ascendência africana ou a utilização de temáticas relacionadas aos afrodescendentes não são suficientes, uma vez que:

É necessária ainda a assunção de uma perspectiva identificada à história, à cultura, logo a toda a problemática inerente à vida e as condições de existência desse importante segmento da população.

Ao superar o discurso do colonizador em seus matizes passados e presentes, a perspectiva afro-identificada configura-se enquanto *discurso da diferença* e atua como elo importante dessa cadeia discursiva (DUARTE, 2011, p. 385-387, grifo do autor).

Água de Barrela foi o primeiro romance escrito por Eliana Alves Cruz (2016), e é baseado nas memórias de sua tia avó Anolina, a tia Nanu, que afirma: “Quem me contou tudo foi minha mãe, foi minha avó, minha bisavó... Eu? Eu era apenas uma menina.” (CRUZ, 2016, p. 445). A obra é uma autobiografia da família da autora, dessa forma, a escrita e a experiência estão entrelaçadas. Sua bisavó, Damiana, era lavadeira e criou sua família com os recursos advindos dessa atividade. São histórias do passado e, simultaneamente, do presente, pois a realidade representada ainda faz parte do cotidiano de muitos afrodescendentes, sobretudo das mulheres negras, as quais precisam trabalhar arduamente para sustentar suas famílias, sejam como diaristas, domésticas, lavadeiras, mas também juízas, jornalistas, enfermeiras. Por este motivo é uma escritura que vem de dentro, demonstrando toda força e a beleza da Literatura Afro-brasileira. Conforme enfatiza Cruz (2006, p. 448):

Desde a adolescência, muita coisa me intrigava, a vontade de pesquisar mais fundo para depois escrever ia sendo postergada pelo sufoco da rotina e da vida, que clamava por coisas práticas. Minha madrinha, Einar, sentindo que eu realmente me interessava, me presenteou com a foto da que está logo após o sumário deste livro, sacada pelo fotógrafo Lindemann em 1911, além de outras imagens e documentos.

Em um raro mês de férias em 2010, comecei, por pura distração, a pesquisar nomes na internet. Qual não foi minha surpresa ao ver as informações surgindo na tela com muito mais detalhes do que eu poderia supor? Foi então, que depois de tomar notas básicas, respirei fundo e fui até a “louca”.

A obra revela a subjetividade do ser negro em um mundo desigual, mostrando o seu lado humano e não apenas como seres que foram escravizados e objetificados, apresentando que compreendiam criticamente o mundo a sua volta. Por essa razão, a escritura do romance, baseado, em grande parte, na tradição oral e ancestralidade, possibilitou à autora ser a voz e a consciência dos afro-brasileiros. Ao desvendar a história de sua família, do seu passado, reescreveu uma parte importante da história do Brasil imperial e republicano, a partir do prisma do povo negro, superando, assim, o discurso do colonizador.

Duarte (2011) salienta que a literatura é, antes de tudo, pensada como *linguagem*, em outras palavras, uma construção discursiva marcada pela finalidade estética, porém, há outras questões que também perpassam as obras literárias, tais como: valores éticos, culturais, políticos e ideológicos. Sendo assim, frisa que

A linguagem é, sem dúvida, um dos fatores instituintes da diferença cultural no texto literário, deste modo, a afro-brasilidade tornar-se-á visível também a partir de um vocabulário pertencente às práticas linguísticas oriundas da África e inseridas no processo transculturador em curso no Brasil (DUARTE, 2011, p. 387).

O autor enfatiza que a Literatura Afro-brasileira promove uma nova discursividade, ao ressaltar ritmos, entonações e mesmo ressignificações que vão na contramão dos sentidos hegemônicos da língua, já que ela não é neutra. Também esclarece que os termos como: negro, crioulo, mulato, são percebidos como carregados de estereótipos, que levam a

verdadeiros tabus quanto a sua veiculação, devido à ideia da cordialidade que caracteriza o racismo à brasileira. E exemplifica:

[...] quem não se lembra dos versos de Manuel Bandeira (1990) “Irene preta, Irene boa, Irene sempre de bom humor”? Ou da mulata assanhada, que nunca é mulher diurna, só noturna; nunca é espírito, só carne; nunca é família ou trabalho, só prazer? E bem conhecemos o complemento masculino dessa fantasia: o mulato malandro, chegado à festa e aos vícios, fator de degeneração e de desequilíbrio social. Estes e outros fantasmas emergem de nosso passado escravista para ainda hoje habitarem o imaginário social brasileiro, onde fazem companhia a figuras como a do “bom senhor” ou do “bom patrão”, do “escravo contente” ou do seu oposto, o marginal sanguíneo e psicopata, naturalmente voltado para o crime. Estas e tantas outras deturpações inscrevem-se em nossas letras [...]. São estereótipos sociais largamente difundidos e assumidos inclusive entre suas vítimas, signos que funcionam como poderosos elementos de manutenção da desigualdade.

Nesse contexto, o discurso afrodescendente busca a “ruptura com os contratos de fala e escrita ditados pelo mundo branco”, objetivando a configuração de “uma nova ordem simbólica” que expresse a “reversão de valores”, conforme analisa Zilá Bernd (1988: 22, 85, 89) (DUARTE, 2011, p. 390-392).

Apesar da utilização da linguagem no sentido de reversão de valores²⁰, da expressão de uma nova ordem simbólica²¹, do impacto da própria construção textual ser mais evidente na poesia, a linguagem utilizada por Cruz (2016) em *Água de Barrela*, não deixa de romper com o discurso estereotipado em relação ao negro, sendo representado como pessoa humana, com contradições, sonhos, anseios e esperanças. Há o uso de expressões e instrumentos musicais que marcam a questão do pertencimento étnico das personagens, o que é percebido pela passagem em que Firmino luta com o capataz Moreno:

Todas aquelas cenas lhe passavam rápidas na mente e não o deixavam pensar em nada que não fosse matar aquele capataz. Cerrava os olhos e podia ouvir o peito batendo no ritmo dos atabaques e do berimbau dos angolas que lhe ensinaram capoeira soando em sua cabeça, em suas memórias, em sua alma. Eles ritmavam os golpes ágeis que desferiam sem dó contra Moreno. Podia sentir uma força de ferro lhe correr nas veias (CRUZ, 1996, p. 159).

Há diversas passagens em que a autora faz referência à religiosidade de origem africana e aos orixás:

Xangô é o orixá da justiça. O oxé – machado com duas lâminas – que sempre carrega corta para os dois lados, olha sempre dois pontos de vista. Ele representa a imparcialidade que um justiceiro deve possuir. Martha gostava do canto que abria a cerimônia da “Fogueira de Xangô”, a que todos os anos assistiam na roça da avó Umbelina.

20 A proposta é tornar positivo o que até então fora considerado negativo. Vejamos nos versos de Cuti: Primeiro o ferro marca/A violência nas costas/Depois o ferro alisa/A vergonha nos cabelos/Na verdade o que se precisa/É jogar o ferro fora/É quebrar todos os elos/Dessas correntes de desesperos. (CUTI, 1982 *apud* BERND, 1988, p. 89). Instrumentos musicais de origem africana tornam-se símbolos de chamado à união, de convocação à luta por uma sociedade livre. Vejamos Ele Semong: É hora de ouvir os atabaques/Que nos chamam a participação/Deixar o coração e a alma livres/A disposição desse novo canto/Desse novo fazer (ELE SEMOG, 1983 *apud* BERND, 1988, p.91).

21 A palavra de ordem é pôr o mundo do avesso. Há todo um discurso de inversão do valor simbólico dos elementos do mundo da escravidão, que ao não serem mais negados, mas reafirmados, passam a compor as novas unidades culturais que alicerçam a poesia. Vejamos Solano Trindade: Sou filho de escravo/Tronco/Senzala/Chicote/Gritos/Gemidos/Sou filho de escravo. (SOLANO TRINDADE, 1981 *apud* BERND, 1988, p. 91-92).

A dupé ni mòn oba e kú ale

A dupé ni mòn oba e kú ale

Ó wá, wá nilé

A dupé ni mòn oba e kú ale

(“Nós agradecemos por conhecer o rei. Boa noite a Vossa Majestade. Ele veio, está na terra”).

Pensava muito sobre esta última parte: “Ele veio, está na terra”. Por mais que olhasse, não conseguia ver justiça em nada [...] (CRUZ, 1996, p. 255).

Portanto, escrever se reveste de um sentido de rebeldia, que se observa tanto quando a escrita fere as normas cultas da língua, como pela escolha da matéria narrada.

O último elemento que caracterizaria a Literatura Afro-brasileira seria o *público*. Há, segundo Duarte (2011), uma busca pelo leitor afrodescendente, fazendo com que essa literatura, no momento de sua produção, já tenha uma intencionalidade quanto ao público-alvo, diferentemente da Literatura Brasileira em geral. O autor afirma que “A constituição desse público específico, marcado pela diferença cultural e pelo anseio de afirmação identitária, compõe a faceta algo utópica do projeto literário afro-brasileiro [...]” (DUARTE, 2011, p. 394). Assim, essa literatura se constrói na e pela consciência do papel do escritor como porta voz da comunidade negra, diante da proposta de reversão de valores e o combate aos estereótipos, focalizando o papel da literatura na construção da autoestima. Para tanto, segundo Duarte (2011, p. 396), duas tarefas se impõem:

[...] primeiro, a de levar ao público a literatura afro-brasileira, fazendo com que o leitor, tome contato não apenas com a diversidade dessa produção, mas também com novos modelos identitários; e, segundo, o desafio é dialogar com o horizonte de expectativas do leitor, combatendo o preconceito e inibindo a discriminação sem cair no simplismo muitas vezes maniqueísta do panfleto.

Com relação à recepção da obra, em entrevista²² a Renato Farias Cruz, a autora esclarece que o romance foi distribuído gratuitamente para várias escolas e universidades do Brasil e que muitas pessoas já fizeram a sua leitura, pois confirmou que recebeu vários relatos desses leitores; ela conta a história de uma moça que após a leitura, olhou com outra perspectiva para a velhinha que estava em sua casa, e descobriu por intermédio dela, histórias que nunca imaginara, como o papel de seu avô no mundo do trabalho no início do século XX, que foi grevista e participante do movimento sindical. Para Cruz (2016), esse relato mostra que há muitos baús de histórias dentro das casas de cada afro-brasileiro, a serem abertos, memórias vivas de *griots* com tantas experiências de vida: “Às vezes você tem dentro de sua casa resposta pra muita coisa, basta saber acessar”. É importante salientar que a romancista pontua em um dos momentos das diversas conversas que teve com tia Nanu, o seguinte questionamento: “- Mas ninguém sabia disso. Como não contou a ninguém?” E tia Nanu responde: “- Nunca me perguntaram...” (CRUZ, 2016, p. 449). Consequentemente, o leitor percebe por meio da leitura de *Água de Barrela* que a história da família de Eliana Alves Cruz corresponde a história de muitas famílias de afrodescendentes.

22 Exibida em 07 de março de 2017, no Canal Saúde da Fiocruz (<https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/agua-de-barrela-CEL-0368>).

Portanto, mediante a leitura de *Água de Barrela*, o leitor compreende a importância da história dos negros no Brasil, que cada um deles com suas lutas cotidianas, foram agentes dessa história; e a importância de acessar essa memória que os mais velhos ainda possuem em relação a esse passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Duarte (2011), na Literatura Afro-brasileira é possível perceber a interação de cinco fatores: temática, autoria, ponto de vista, linguagem, público e recepção; sendo que “Tais componentes atuam como constantes discursivas presentes em textos de épocas distintas. Logo, emergem ao patamar de critérios diferenciadores e de pressupostos teórico-críticos a embasar e operacionalizar a leitura dessa produção” (DUARTE, 2011, p. 398). Por fim, esclarece que esses elementos isolados não indicam o pertencimento de uma obra à Literatura Afro-brasileira, mas sim o resultado de sua inter-relação, pois “Isoladamente, tanto o tema, como a linguagem e, mesmo, a autoria, o ponto de vista, e até o direcionamento recepcional são insuficientes.” (DUARTE, 2011, p. 401).

Por esse entendimento, *Água de Barrela* é em exemplo de Literatura Afro-brasileira, visto que contempla todos os cinco elementos citados por Duarte (2011), além de possuir uma qualidade estética²³ impressionante, como diria Lukács (1978, p. 161) a obra permite “[...] compreender, descobrir e reproduzir, com seus meios específicos, a totalidade da realidade em sua explicitada riqueza de conteúdos e formas”. A representação que Cruz faz da realidade dos negros no Brasil é impressionante, desenhada com base no cotidiano dessa população e construída a partir das memórias de uma senhora esquizofrênica, que ao lembrar do passado, descortina a vida desses homens e mulheres negros da escravidão à liberdade, expondo as lutas para a sobrevivência em um mundo desigual.

Observa-se, pelo exposto, que a Literatura Negra ou Afro-brasileira e entre elas a obra *Água de Barrela*, é aquela que está mergulhada profundamente nas experiências de vida dos afrodescendentes, evidenciando as marcas das tradições, os problemas e experiências cotidianas, culturais, religiosas, buscando resgatar a memória viva dessa população. Essa literatura se reveste de crítica social ao racismo, às desigualdades, à exclusão social, sendo assim, um instrumento de reivindicação de cidadania, bem como acentua o orgulho das raízes africanas, exaltando a luta do povo negro pela liberdade.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. Cadernos negros (número 1): estado de alerta no fogo cruzado. In: FIGUEIREDO, M. do C.; FONSECA, M. N. S. (Orgs.). *Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte: Mazza Edições; Editora PUC Minas, 2002, p. 221-240.

BERND, Z. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CORTAZZO, U. Branquitude e Crítica literária. *Literafro*. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/48-uruguay-cortazzo-branquitude-e-critica-literaria>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CRUZ, E. A. *Água de Barrela*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2016.

23 Conforme Magalhães (2015, p. 11), “A estética é uma forma de conhecimento humano que se coloca em um nível superior do conhecimento, diretamente ligado à práxis imediata da vida cotidiana, e que, no entanto, tem seu fundamento nas relações que acontecem nesse patamar da sociabilidade. A estética, a ciência e a prática cotidiana refletem a mesma realidade objetiva. Embora os resultados sejam distintos quanto à forma e ao conteúdo, há relações fecundas e recíprocas entre esses campos que exercem estímulos uns sobre os outros.” A autora entende por nível superior, “[...] um nível de abstração e de elaboração que extrapola a práxis cotidiana e se dirige à relação da individualidade com a genericidade”.

- DAMASCENO, B. G. *Poesia negra no modernismo brasileiro*. Campinas: Pontes Editores, 1988
- DUARTE, E. de A. Margens da História: a revisitação do passado na ficção afro-brasileira. In: SISCAR, M.; NATALI, M. (Org.). *Margens da democracia: a literatura e a questão da diferença*. Campinas-SP: Editora da Unicamp/Editora da USP, 2015, p. 167-189.
- DUARTE, E. de A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, E. de A.; FONSECA, M. de N. (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Vol. 4: História, teoria, polêmica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 375-403.
- FONSECA, M. de N. S. Literatura negra: os sentidos e as ramificações. In: DUARTE, E. de A.; FONSECA, M. de N. S. (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Vol. 4: História, teoria, polêmica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 245-278.
- FONSECA, M. de N. S. Vozes em discordância na literatura afro-brasileira contemporânea. In: FIGUEIREDO, M. do C. L.; FONSECA, M. de N. S. (Orgs.). *Poética afro-brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições/PUC Minas, 2002, p. 191-220.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- JACOMEL, M. C. W. Relações de poder e a Literatura Brasileira. *Fragments de Cultura*. Goiânia, v. 18, n. 5/6, maio/jun, 2008, p. 461-473.
- LOBO, L. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- LUCIANO, H. J. O negro na literatura brasileira: de objeto a sujeito. XIV *Semana da Educação Pedagogia 50 anos*: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/215344030/o-Negro-Na-Literatura-Brasileira-de-Objeto-a-Sujeito>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- LUKÁCS, G. *Introdução à uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MAGALHÃES, B. *A particularidade estética em Vidas Secas, de Graciliano Ramos*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- MOURA, C. Prefácio. *Cadernos Negros*, n. 3. São Paulo: Autores Associados, 1980, p. 7-11.
- OLIVEIRA, L. H. S. de. Manifestação do negrismo no modernismo brasileiro: poesia e romance. *Navegações*, v. 10, n. 2, jul/dez 2017, p. 156-164.
- PROENÇA FILHO, D. O negro na literatura brasileira. *Boletim bibliográfico Mário de Andrade*. São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, v. 49, n. 14, jan/dez, 1988.
- SILVA, S. Literatura Afro-Brasileira: uma identidade em questão. *Revista Iluminart do IFSP*. Sertãozinho, v. 1, n. 4, abr. 2010, p. 21-28.
- SOUZA, F. da S. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RACISMO RELIGIOSO: SÍNDROME DO DIABO¹

Roberto José Nery Moraes

INTRODUÇÃO

Intolerância religiosa é o mesmo que racismo religioso, um crime de ódio, seu autor um criminoso e as religiões que o propala como doutrina religiosa uma organização criminosa, pois, pertinentemente, racismo religioso, intolerância religiosa é crime.

É um comportamento apreendido em doutrinas distorcidas de fé, que desqualifica o Sagrado do outro em condutas de: satanizar, demonizar, idolatrizar, conjurar, insultar, reprimir, perseguir, assediar, intimidar, reprimir, denegrir, incitar, aterrorizar e apagar a memória individual e coletiva do Sagrado alheio, através do discurso de ódio (discurso de morte) como instrumento de doutrinação programada, aterrorizando as vítimas com a obsessão pelo Diabo nos outros, denominada *Síndrome do Diabo*; realizado por Seitas das mais diversas denominações, verdadeiros botecos da fé, espalhados como um câncer pelo nosso Brasil, pela regência de líderes, sob o culto da personalidade como “tradutores juramentados dos desígnios divinos”. Como exemplo deste comportamento delituoso, tem os ditos: “te repreendo em nome de Jesus!”, “queima em nome de Jesus!”, “está quebrado em nome de Jesus!”, “está amarrado em nome de Jesus!” e o “narconazievangelismo”.

Tal delito desqualifica a identidade coletiva da vítima e sua herança histórica-ancestral, a fim de destruir pelo proselitismo predatório, sua relação personalíssima com o Sagrado e substituí-la pelo produto do mercado da fé do agressor. É uma violência contra a dignidade humana, os direitos humanos, ato de natureza nazifascista, pessoal, persecutório, doloso, hediondo, específico, premeditado, continuado, motivado pela cólera à crença alheia, na

¹ Texto baseado na Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, na linha de pesquisa Meio Ambiente e Políticas Públicas. 2013. Intitulada “O valor ambiental da religião afro-ameríndia: uma análise acerca da intolerância religiosa no Amapá”.

qual a crueldade da violência religiosa, parceira da dominação, nutre o discurso de ódio que antecede a ação criminoso e infringe o Estado Social Democrático de Direito, o equilíbrio da sociedade brasileira, a equidade social e isonomia entre as religiões. Preconceito, discriminação, insanidade moral contra a fé alheia, acompanhada da homofobia, parceiros desta bestialidade humana de guerra religiosa destinada à destruição do outro como sujeito de direitos, acometem trauma emocional resultante dos ataques, como no Macedismo, demonstração deste comportamento criminoso e expressão social mefistofélica.

As vítimas têm como caminhos de enfrentamento, a organização político-social, a judicialização e a legítima defesa das liberdades e direitos civis com o uso de força (armamentos), porém, sendo o racismo estruturante na sociedade brasileira, há o desconhecimento dos agentes públicos das relações étnico-raciais, constatando-se na prática, a invisibilidade do SER NEGRO e a naturalização da violência religiosa praticada, forma de ver embotada pelo aprendizado social do racismo e de nossa herança maldita do sistema escravocrata.

A autoridade pública pelo próprio racismo histórico, estrutural e institucional que sustenta, desconsidera a violência religiosa subjacente aos casos que lhe são colocados para apreciação, invisibiliza a violência sofrida pela vítima e afirma não haver ocorrência do crime, o mártir precisa torcer para que caia o pedido de ação nas mãos de quem tenha, além do conhecimento jurídico, a sensibilidade histórica e comprometimento pela superação das violências raciais presentes no tecido social brasileiro, para compreender e visibilizar as metamorfoses do racismo religioso. Quando o Estado omite a punição destes criminosos, criaturas odiosas e obcecados pelo demônio, torna-se conivente com este crime, garantindo a impunidade ao invés dos direitos étnico-raciais.

Hoje a violência religiosa se espalha pelo país, como consta nos canais de mídia, os fatos ocorridos são reproduzidos das mais diversas formas, e nenhuma tradição religiosa está isenta de sofrer ataques do sectarismo, porém as principais vítimas são os adeptos da religião afro-ameríndia e os católicos.

O caso mais impactante de violência religiosa ao nível nacional foi o cometido contra Mãe Gildásia dos Santos e Santos do Ilê Axé Abassá de Ogum, em Itapuã, Bahia, o qual ocasionou sua morte no dia 21 de janeiro de 2000, instituído pela lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007 como o dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (BRASIL, 2007), projeto de lei de autoria do deputado federal Daniel Almeida do Partido Comunista do Brasil (PC do B); e contra os católicos, o caso do Chute na Santa, “no dia 12 de outubro de 1995, diante das câmaras de um programa de televisão, um pastor chutou a imagem de Nossa Senhora da Aparecida, para mostrar que a santa de devoção de milhões de brasileiros não passava de um ‘falso ídolo’, de uma ‘boneca de barro’” (CARTILHA, 2004, p. 32-33). Até quando os católicos ficarão inertes aos ataques à mãe de Cristo que tanto amam? Acusá-los de idolatria é faltar com a verdade do catolicismo e é intolerância religiosa, está na hora de reagir, processando seus autores e suas organizações que difundem este discurso de ódio religioso.

No Amapá, Bairro Novo Buritizal, ocorreu o assédio racial religioso e de racismo institucional religioso contra a comunidade Mestre Tupiaçu no dia 29 de julho de 2016. Foi o primeiro caso em apuração que inaugurou a delegacia de racismo, gênero e crimes contra

a pessoa idosa situado no Bairro do Araxá, na Unidade de Policiamento Comunitário, com apuração em inquérito policial.

De qualquer forma, o racismo religioso não deixa outro caminho para suas vítimas a não ser o enfrentamento; e para o Estado Brasileiro, o dever constitucional e infraconstitucional, também sustentado no Estatuto da Igualdade Racial – EIR de puni-lo, garantindo a liberdade de crença e o respeito à laicidade, princípio do regime democrático e da garantia da liberdade de religião do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Governo Federal, 2004.

BRASIL. *Lei n. 11.635, de 27 de dezembro de 2007*. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br>>. Acesso em: 10 de fev. de 2013.

MORAES, R. J. N. *O valor ambiental da religião afro-ameríndia: uma análise acerca da intolerância religiosa no Amapá*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, na linha de pesquisa Meio Ambiente e Políticas Públicas. Rev. e atu. 2013.

O IMPACTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ADVINDO DO AVANÇO TECNOLÓGICO NAS ORGANIZAÇÕES

Mariana Morais Miccione

Andréa Figueiredo Gomes

Fábio Alexandro Pereira de Almeida Filho

Monã Corrêa Lima

Paulo Cozzi de Oliveira

Vitoria Almeida Farias

INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo tem como característica um mercado altamente competitivo, o que provoca uma grande necessidade de que as empresas busquem vantagens para competir no mercado. As empresas adquiriram novas necessidades, como a de se comunicar com rapidez e facilidade, de buscar informações e de melhorar a qualidade de seus processos com maquinário de alto padrão. As organizações adotaram o uso da tecnologia como uma medida essencial para alcançar esse novo patamar de qualidade e complexidade. Caminhando junto a isso, intensificou-se o reconhecimento de que os relacionamentos no trabalho também são de extrema importância para o sucesso das organizações, resultando na constatação de que essas vantagens precisam ser coordenadas e correlacionadas para atender com excelência à complexidade de suas novas ações, sem que uma não afete a outra negativamente.

No presente estudo, identificou-se de que forma o avanço tecnológico influenciou nas relações de trabalho do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) da cidade de Macapá-AP, enfatizando as principais problemáticas oriundas do avanço tecnológico, em busca de um maior entendimento acerca dos impactos gerados nas relações de trabalho.

Com isso, busca-se apresentar maneiras de intervenção e solução para os problemas organizacionais identificados, além de esclarecer o público afetado.

O SENAI é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Ele estimula a inovação da indústria por meio de consultoria e incentivo às ações das empresas com o desenvolvimento de pesquisa aplicada e serviços tecnológicos que são decisivos para a competitividade das empresas brasileiras. Também foi objeto de estudo desta pesquisa por conta da importância que a tecnologia possui em seu ambiente organizacional e pela forma como a organização realiza as capacitações dos colaboradores (e clientes) para que esses saibam a melhor maneira de usufruí-las na instituição.

De acordo com o SENAI (1942), a missão da organização é a de promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira; A visão é a de consolidar-se como a instituição líder nacional em educação profissional e tecnológica e atingir o reconhecimento como indutor da inovação e da transferência de tecnologias para a indústria brasileira, atuando com padrão internacional de excelência.

Dessa forma, este artigo tem o objetivo de identificar o comportamento individual e coletivo dos colaboradores envolvidos, subsidiado por abordagens da Psicologia Organizacional, e também o comportamento das empresas em sua totalidade. Um ponto importante a ser desenvolvido e esclarecido é a capacidade da organização de controlar essas mudanças para que sejam majoritariamente positivas, tendo a habilidade e conhecimento de capacitar seu quadro de pessoal no manejo correto das tecnologias. Ademais, visa identificar se a problemática apresentada é percebida pela organização estudada e propor maneiras de solucioná-las.

REFERENCIAL TEÓRICO

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTEXTO HISTÓRICO

A Administração de Recursos Humanos (ARH) teve seu início no final do século XIX com o movimento da administração científica, que foi marcada por Frederick W. Taylor (1856- 1915) e Henri Fayol (1841-1925). Esse tipo de organização tinha como principal objetivo possibilitar uma base científica para a padronização das atividades administrativas para que a improvisação e o empirismo fossem substituídos, fazendo com que a falta de processos organizacionais fosse eliminada (GIL, 2009).

Gil (2009) explica que, por meio da técnica de observação, Taylor concluiu que os operários produziam muito menos do que poderiam. Partindo desse pressuposto, desenvolveu seu sistema de Administração Científica, que tinha como fundamento a racionalização do trabalho e buscava a redução do tempo e a simplificação dos movimentos necessários à execução das tarefas, tornando-as mecânicas e repetitivas.

Logo após o movimento da administração científica, iniciou-se a escola das relações humanas, um movimento que surgiu da necessidade de comprovar que o produto final sofria alterações de acordo com as influências sofridas no ambiente de trabalho pelos trabalhadores, ou seja, dependendo das condições de trabalho, como a iluminação, exposição a

riscos, e até mesmo as condições psicológicas dos trabalhadores, o resultado do produto final poderia sofrer alterações.

A descoberta da relevância do fator humano na empresa veio proporcionar o refinamento da ideologia da harmonização entre capital e trabalho definidas pelos teóricos da Administração Científica. A partir da segunda guerra mundial (década de 40), a administração de pessoas passou a se preocupar mais com as condições de trabalho e com os benefícios disponibilizados aos seus empregados (GIL, 2009).

Os estudos sobre o comportamento humano nas organizações aumentaram em número e importância e incluíram temas como motivação, liderança, participação nas decisões, resolução de conflitos, saúde e lazer (TONELLI; LACOMBE; CALDAS, 2002). A partir da década de 1990, o ambiente corporativo começou a passar por mudanças cada vez mais velozes e intensas, tanto no ambiente organizacional, quanto na forma com que as empresas utilizam as pessoas.

Roncon (2010) explica que o mundo dos negócios experimenta um processo de mudanças contínuas, exigindo uma dinâmica organizacional que compreenda um ambiente mutável e incerto. O impacto dessas influências pode ser sentido pelas pessoas e gestores que procuram apoio e suporte em uma gestão de pessoas mais estratégica e menos centralizadora.

Nesta nova era da informação, as equipes de gestão de pessoas passam a assumir atividades estratégicas de orientação global que substituem os antigos departamentos de Recursos Humanos (RH) (GIL, 2009). As tarefas operacionais e burocráticas são transferidas para terceiros, enquanto a gestão é focada no gerenciamento com e para as pessoas, considerando colaboradores como sujeitos dotados de talento, capacidade, habilidades e atitudes capazes de gerar sucesso organizacional (ARAÚJO, 2006).

A gestão de pessoas é representada pelas pessoas e organizações, sendo que, se não houver pessoas e organizações, não há necessidade de existir a terminologia Gestão de Pessoas. Isso acontece porque as organizações são compostas de pessoas e precisam delas para atingir suas metas e cumprir sua missão. Da mesma forma que as pessoas necessitam das organizações para alcançar seus objetivos pessoais (CHIAVENATO, 2005).

Ressalta-se o fato que a empresa e o colaborador se relacionam em uma via de mão dupla, desta forma, é de suma importância que a área de Gestão de Pessoas desenvolva suas atividades de forma muito próxima da excelência, ou seja, o processo de Gestão de Pessoas deve integrar o processo de agregar com os demais processos, sendo eles os de aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar as pessoas nas organizações.

CONCEITO

A Administração de Recursos Humanos (ARH) é um agrupamento de métodos e habilidades com o objetivo de administrar as condutas internas e desenvolver o capital humano de uma empresa, isto é, propõe nortear e conduzir os colaboradores na direção dos objetivos e metas da organização. O líder da organização precisa compreender que um grupo bem ad-

ministrado¹ consegue produzir muito mais do que funcionários atuando individualmente. A esse respeito é preciso considerar que:

As organizações dependem de pessoas para dirigi-las e controlá-las e para fazê-las operar e funcionar. Não há organização sem pessoas. Toda organização é constituída de pessoas e delas depende para seu sucesso e continuidade. [...] A ARH tem duas diferentes vertentes para considerar as pessoas: as pessoas como pessoas (dotadas de características próprias de personalidade e individualidade, aspirações, valores, atitudes, motivações e objetivos individuais) e as pessoas como recursos (dotadas de habilidades, capacidades, destrezas e conhecimentos necessários para a tarefa organizacional) (CHIAVENATO, 2007, p. 97).

A ARH consiste em planejar, organizar, desenvolver, coordenar e controlar os métodos capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal. Chiavenato (2007) diz que “as organizações são sistemas sociais porque são compostas por pessoas e funcionam graças às atividades e às interações dessas pessoas”. Sendo assim, é aconselhável que um administrador entenda sobre o comportamento humano e conheça diversos recursos para lidar com ele.

Esse modelo de administração tem o intuito de fazer com que as pessoas e organização trabalhem conjuntamente em prol de um só objetivo a fim de trazer lucros e ter um ambiente de trabalho que faça com que as pessoas deem o melhor de si em suas funções. Sobre esse ponto, Chiavenato (2007, p. 162) diz que:

Assim, tanto as pessoas como as organizações desejam alcançar seus objetivos. De um lado, as organizações recrutam e selecionam pessoas para com elas e por meio delas alcançarem objetivos organizacionais [...]. Todavia, de outro lado, as pessoas, uma vez recrutadas e selecionadas, têm objetivos individuais que lutam para alcançar e, muitas vezes, servem-se da organização para atingi-los mais adequadamente.

O trabalho deve ser associado ao prazer, e não meramente à obrigação. Deve-se identificar a sua função, buscar o desenvolvimento de novas habilidades e ter objetivos a serem conquistados. Mas, para que isso ocorra, o colaborador deve estar motivado para exercer sua função e, por sua vez, a organização tem que oferecer meios para filtrar o melhor de cada funcionário que contribui com o crescimento da organização.

TECNOLOGIA

Tecnologia é um produto que visa a resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa. As tecnologias primitivas ou clássicas envolvem a descoberta do fogo, a invenção da roda, a escrita, dentre outras. As tecnologias medievais englobam invenções como a prensa móvel, tecnologias militares com a criação de armas ou as tecnologias das grandes navegações que permitiram a expansão marítima. As invenções tecnológicas da Revolução Industrial (século XVIII) provocaram profundas transformações no processo produtivo.

A partir do século XX, destacam-se as tecnologias de informação e comunicação através da evolução das telecomunicações, utilização dos computadores, desenvolvimento da

¹ Conferir: <<https://procenge.com.br/tomada-de-decisao-planejamento-estrategico/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

internet e, ainda, as tecnologias avançadas, que englobam a utilização de Energia Nuclear, Nanotecnologia, Biotecnologia, etc. Atualmente, a alta tecnologia, ou seja, a tecnologia mais avançada é conhecida como tecnologia de ponta.

As novas tecnologias são fruto do desenvolvimento tecnológico alcançado pelo ser humano e têm um papel fundamental no âmbito da inovação. Dentre vários autores que expõem suas conclusões sobre o tema, Almeida (1996, p. 63) citado por Almeida (1998, p. 23), afirma que:

[...] a tecnologia é gerada porque: em caso contrário, a sociedade entraria em processo de decadência; ajuda a solucionar problemas como a falta de produtividade do solo ou as dificuldades de comunicação; ajuda a superar deficiências físicas como a surdez ou a cegueira; possibilita o aumento do conforto humano; conecta o planeta todo a um custo muito baixo; possibilita aos detentores da tecnologia da informação maior influência sobre massas populacionais; aumenta a produtividade do trabalho humano; melhora a qualidade, o custo, a capacidade e a conveniência de produtos e serviços; proporciona aumentos na lucratividade de organizações; possibilita o aprimoramento nos processos de ensino e aprendizagem; e possibilita o aumento da segurança pessoal.

Os avanços da tecnologia provocam grande impacto na sociedade. Pelo lado positivo, a tecnologia resulta em inovações que proporcionam melhor nível de vida ao Homem. Como fatores negativos, surgem questões sociais preocupantes como o desemprego, devido à substituição do Homem pela máquina ou à poluição ambiental que exige um contínuo e rigoroso controle.

Brittos (2002) complementa que as tecnologias geram impacto econômico, político e social. As novas configurações trazem, portanto, benefícios e prejuízos já que facilitam por um lado e por outro demandam a necessidade de um conhecimento maior para acessá-las, além de afastar os indivíduos do contato físico, trazer diferenças sociais à tona e evidenciar que o poder está cada vez mais nas mãos de poucos.

É possível afirmar que a valorização da tecnologia deve ser realizada de forma contextualizada, sendo complexo o debate sobre a sociedade digital. Castells (1999) afirma que as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos de maneira educativa dentro da comunidade interessada.

A IMPORTÂNCIA DO AVANÇO TECNOLÓGICO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Os dispositivos tecnológicos estão cada vez mais presentes na sociedade, sendo usados não apenas para diversão, mas para fins profissionais. A chegada da tecnologia no mercado de trabalho tem exigido um novo comportamento profissional de pessoas que adotam ferramentas modernas como aliadas em suas funções. Esse meio vem ganhando espaços dentro dos ambientes organizacionais e simplificando a vida dos colaboradores no seu cotidiano, apresentando opções construtivas nas empresas, aplicando métodos para trazer praticidade e se tornando uma ferramenta de apoio nesse meio. Essa tecnologia oferece uma ótima oportunidade de evolução ao seu empreendimento e de adaptação às demandas da sociedade.

Por outro lado, essa evolução vem trazendo alguns problemas como a falta de capacitação de boa parte dos colaboradores, pois não é todo trabalhador que já oferece em seu currículo, o domínio da tecnologia da informação. O administrador, enquanto líder da organização, tem que saber lidar com os diferentes tipos de pessoas que ali estão em convívio diário e saber tirar o melhor de cada um, porque na maioria das vezes, não são todos que têm a facilidade de aprender a lidar com a tecnologia. A esse respeito Chiavenato (2007) diz que:

Embora nossa intenção seja visualizar as pessoas como recursos, isto é, como portadoras de habilidades, capacidades, conhecimentos, motivação de trabalho, comunicabilidade etc., nunca se deve esquecer que as pessoas são pessoas, isto é, portadoras de características de personalidade, expectativas, objetivos pessoais, histórias particulares etc. Convém, portanto, salientar algumas características genéricas das pessoas como pessoas, pois isto melhorará nossa compreensão de comportamento humano nas organizações.

Entretanto, é necessário a inclusão desse meio dentro das organizações. Em uma época em que a Indústria 4.0 – projeto que impulsiona uma série de avanços no processo produtivo, trazendo um aspecto mais elaborado em relação ao uso da tecnologia – está dominando o mercado, o melhor a se fazer é a capacitação desses funcionários para que não se concentre esse recurso nas mãos de poucos dentro da organização, mas que seja feito um trabalho em equipe para se ter um resultado positivo e rápido, trazendo lucros para a empresa.

Segundo Bridges (1995), o trabalho tecnológico, quando realizado em equipe, propicia a busca contínua e permanente do aperfeiçoamento na execução das atividades produtivas. Dessa forma, se uma pessoa não conseguir fazer a sua parte do projeto comum, a equipe sofrerá. A filosofia do trabalho em equipe passa, em virtude do componente tecnológico, a exercer um maior controle sobre os indivíduos, uma vez que a produtividade não dependerá mais de cada um, mas da soma dos esforços de todos os indivíduos que compõem a equipe.

A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Ao tratarmos da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) é interessante, primeiramente, contextualizar seu surgimento e como se deu a evolução desse campo da Psicologia. O surgimento de um estudo da Psicologia associada ao trabalho ocorreu por volta de 1930, com a qualificação dos chamados psicotécnicos, que era a denominação do profissional que aplica os conceitos da Psicologia ao trabalho (ZANELLI, 2002, *apud* BOLOGNA, 1980, p. 14). Na mesma época, houve a implantação do Instituto de Organização Racional do Trabalho, entidade particular que “[...] tinha a finalidade de buscar soluções para os problemas empresariais, estudando a organização da prática administrativa e a seleção e o treinamento dos trabalhadores”. (ZANELLI, 2002, p. 22).

Por ser dividida em três fases, a POT passou por diferentes momentos, tendo seus objetivos e aspectos relativos ao homem e seu ambiente de trabalho alterados conforme o desenvolvimento das instituições e a mudança de suas necessidades, as quais serão abordadas a seguir.

Zanelli, (2002) diz que a denominada Psicologia Industrial foi a primeira fase da POT e desenvolveu-se efetivamente nas organizações em meados do século XX, sendo definida,

segundo Tiffin e McCormick (1975, p. 3) citados por Campos et al. (2011, p. 703), como “[...] o estudo do comportamento humano nos aspectos da vida relacionados com a produção, distribuição e uso dos bens e serviços de nossa civilização”, com o intuito de identificar causas e solucionar dificuldades no contexto industrial.

Para Campos (2008), a principal atribuição do psicólogo industrial na época, era seleção e recrutamento de funcionários, visando aproveitar as melhores características de cada candidato e alocá-lo na função em que ele seria mais produtivo. Esse processo era realizado, principalmente, com a utilização de testes psicológicos, tendo como preocupação maior otimizar a produção e melhorar a eficiência, enquanto as relações interpessoais entre funcionários e a relação da empresa com os grupos de colaboradores não eram consideradas. Para esses profissionais, a visão do homem nas organizações de trabalho ainda não era clara.

Em relação à segunda fase da POT, entre 1970 e 1990, centrada no psicólogo organizacional, Campos (2008) aborda que esse profissional atuava de modo diferente, pois o homem passou a ter maior relevância, tanto que, o principal objetivo desse profissional era compreender este indivíduo enquanto trabalhador, bem como as implicações de seu trabalho, buscando resgatar a dignidade humana nas relações trabalhistas.

Já a terceira fase surgiu em 1990, período de utilização da denominação Psicologia Organizacional e do Trabalho. Goulart e Sampaio (1998, p. 13) definiram a POT como “[...] campo de aplicação dos conhecimentos oriundos da ciência psicológica às questões relacionadas ao trabalho humano, com vistas a promover a saúde do trabalhador e sua satisfação em relação ao trabalho”.

Para Ghiraldelli (2000), juntamente com a estreita relação da POT com atividades administrativas nas empresas, a globalização influenciou significativamente a ocorrência de várias transformações na POT, no intuito de desenvolver da melhor forma o bem-estar e a eficiência do trabalhador. Diante dessas mudanças, os psicólogos organizacionais e do trabalho passaram a atuar a partir de uma abordagem psicossociológica, norteados por uma vasta e dinâmica visão das organizações.

O novo termo passou a ser utilizado devido às constantes mudanças das problemáticas e das necessidades das organizações e engloba a atual diversidade da área e seus fenômenos, envolvendo tanto as organizações, na figura de um sistema social complexo formador de grupos sociais que interagem entre si, como o trabalho, enquanto atividade essencial da vida humana (BASTOS, 2003).

Nesse contexto, Zanelli e Bastos (2004) dizem que os fenômenos organizacionais se relacionam com o funcionamento da sociedade e podem ser considerados processos psicossociais, nos quais a vida dos indivíduos está estruturada. O trabalho é uma atividade social, tanto que todos os aspectos do dia-a-dia do indivíduo são definidos em função do trabalho.

De acordo com Bastos (2003, p. 142), ao tratarmos da POT e seu domínio, devemos enxergá-la como “um amplo conjunto de competências profissionais que habilitam o psicólogo a compreender, analisar e intervir diante dos problemas de gestão implicados em quaisquer empreendimentos coletivos voltados para produzir bens e serviços demandados pela sociedade”.

Já Garcia, Valdehita e Jover (2003, p. 22), após analisarem inúmeros conceitos do tema, afirmam que:

A Psicologia do trabalho é uma disciplina ao mesmo tempo teórica e aplicada, que busca, mediante o uso de conceitos, modelos e métodos procedentes da Psicologia, descrever, compreender, prever e explicar o comportamento laboral de indivíduos e grupos, assim como os processos subjacentes ao mesmo. Objetiva ainda a intervenção, tanto sobre a pessoa como sobre o trabalho, com o propósito de melhor satisfazer as necessidades dos trabalhadores, sem nunca esquecer de incrementar os benefícios e rendimentos da empresa.

Dentre os objetivos do estudo da POT, um de seus principais desafios é analisar fenômenos a fim de compreender como ocorre a interação dos vários aspectos integrantes da vida individual, dos grupos e das organizações como um todo, buscando elaborar métodos para a promoção, preservação e para o restabelecimento da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos (ZANELLI; BASTOS, 2004). Para isso, é fundamental levar em consideração as particularidades de cada indivíduo, evitando a necessidade de adaptação às condições desfavoráveis ou que alterem suas características de identidade (MALVEZZI, 2004).

Pode-se dizer que, diante das constantes mudanças nas relações de trabalho, além do fato de as organizações estarem se tornando cada vez mais complexas, cresceu enormemente as possibilidades de atuação desse profissional.

Segundo Garcia, Valdehita, e Jover (2003), no intuito de acompanhar essas mudanças cada vez mais rápidas e significativas no contexto das relações trabalhistas, a POT precisou se adaptar e ampliar sua esfera de atuação, com vistas a empregar seus conhecimentos nas mais diversas áreas com problemas referentes ao trabalho. É possível perceber a evolução da POT ao observar suas mudanças em cada fase de seu desenvolvimento, o qual foi preciso adequar a atividade do psicólogo nas organizações para solucionar os problemas cada vez mais complexos das organizações e das relações de trabalho. Enquanto, inicialmente a atividade do psicólogo era direcionada à análise e seleção de funcionários, hoje é possível encontrar um psicólogo organizacional atuando com o desenvolvimento de métodos para melhorar a saúde mental no trabalho, por exemplo, analisando problemas laborais e buscando reduzir o estresse nas organizações ou elaborando planos de formação e desenvolvimento humano.

Para Orlandini (2008) citado por Campos (2011), o psicólogo nas organizações passou a agir como facilitador e conscientizador da função e da relação entre os vários grupos de uma organização, levando em consideração a saúde e a subjetividade de cada indivíduo, a dinâmica de cada instituição e a inserção da organização em um contexto mais abrangente. O emprego das atividades deste profissional, fundamentadas na Psicologia e em suas metodologias e instrumentos, pode contribuir para o desenvolvimento do trabalhador, da organização e da sociedade.

METODOLOGIA

Para Silva e Menezes (2005), pesquisa é “[...] um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que tem por base procedimentos racionais e siste-

máticos”. Para classificar uma pesquisa existem vários âmbitos, do ponto de vista de seus objetivos, do ponto de vista da sua natureza e do ponto de vista dos procedimentos técnicos.

Quanto aos objetivos, classifica-se esta pesquisa como descritiva. Segundo Triviños (1987), estudos descritivos são aqueles que descrevem os fenômenos da mudança na sua totalidade, contextualizando-os e relacionando-os aos significados que o ambiente lhes outorga. Ademais, esta pesquisa trata-se de um estudo de caso que, segundo Gil (2007), é um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, que permite seu conhecimento amplo e detalhado.

Quanto à natureza, a forma de abordagem do problema classifica-se como quali-quantitativa e, quanto aos meios, este trabalho caracteriza-se como pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e estudo de caso para coletar informações e analisar as relações de trabalho da organização estudada por meio de questões fechadas.

A caracterização da amostra foi definida por julgamento, que, de acordo com Malhotra (2011), é uma forma de amostragem por conveniência, segundo a qual os elementos são escolhidos deliberadamente com base no julgamento do pesquisador. Neste estudo, participaram colaboradores do SENAI da cidade de Macapá-AP. Houve a aplicação de um questionário estruturado para entender melhor as atitudes e os padrões das relações de trabalho da organização estudada. Ao todo, doze colaboradores responderam ao questionário, garantindo-se o sigilo das informações apresentadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Lakatos e Marconi (2009) afirmam que durante a análise, o pesquisador entra em maiores detalhes a respeito dos dados decorrentes do trabalho estatístico a fim de obter respostas às suas indagações. Assim, elas são comprovadas ou refutadas, mediante análise.

Neste estudo, a análise descritiva foi o principal método utilizado, pois, de acordo com Reis e Reis (2002), permite ao pesquisador organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos de dados.

Para Gil (2012), descrever os dados obtidos é caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis observadas, logo, é necessário utilizar recursos proporcionados pela estatística descritiva.

Dessa forma, analisaram-se respostas relativas aos fatores internos da organização estudada, focando em como o avanço tecnológico impacta nas relações de trabalho, através da avaliação das atitudes, padrões de comportamento e como estão sendo tratados alguns dos fatores preponderantes para o alcance de sua vantagem competitiva.

FATORES INTERNOS

Inicialmente, foram identificadas as idades dos colaboradores do SENAI Macapá-AP. As respostas incluíram: de 16 a 25 anos (0%); de 26 a 35 anos (66,7%); de 36 a 45 anos (8,3%); de 46 a 55 anos (16,7%); de 56 a 65 anos (8,3%) e mais de 65 anos (0%). Em relação ao sexo, 75% dos respondentes é masculino e 25% feminino. Sobre a escolaridade dos colaboradores, 25%

não concluíram o ensino superior; 41,7% possuem ensino superior completo e 33,3% estão na categoria de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Esta pesquisa envolveu o levantamento dos fatores internos de influência no relacionamento entre os colaboradores do SENAI Macapá-AP. O Quadro 1 mostra as respostas obtidas nesse aspecto, com as perguntas, as alternativas e os respectivos percentuais.

Quadro 1 - Levantamento dos fatores internos de influência no relacionamento entre os colaboradores do SENAI Macapá.

<i>Questão 1. “Há quanto tempo você trabalha nesta organização?”</i> <i>Respostas: “De 0 a 2 anos” (41,7%); “De 3 a 5 anos” (25%); “De 6 a 9 anos” (8,3%); “10 anos ou mais” (25%).</i>	<i>Questão 7. “Você se sente estimulado pela organização a estar constantemente inovando em seu trabalho?”</i> <i>Respostas: “Sim” (91,7%); “Não” (8,3%).</i>
<i>Questão 2. “As mudanças nos relacionamentos oriundas do avanço tecnológico são perceptíveis na sua organização?”</i> <i>Respostas: “Sim” (100%); “Não” (0%); “Não sei” (0%).</i>	<i>Questão 8. “Identificar as principais tendências do mercado e do empreendedorismo é essencial para que as organizações tenham destaque perante à concorrência. Você se considera um colaborador que frequentemente busca acompanhar tais tendências?”</i> <i>Respostas: “Sim” (91,7%); “Não” (8,3%).</i>
<i>Questão 3. “Com o avanço tecnológico tornou-se possível um maior contato com a organização fora do expediente. Este contato, sendo muito constante, pode influenciar negativamente os relacionamentos dentro e fora da organização?”</i> <i>Respostas: “Sim” (41,7%); “Não” (58,3%); “Não sei” (0%).</i>	<i>Questão 9. “Você já teve dificuldades no trabalho ou sentiu seu trabalho prejudicado por conta de determinada tecnologia?”</i> <i>Respostas: “Sim” (25%); “Não” (75%).</i>
<i>Questão 4. “A tecnologia impactou e causou muitas mudanças nos relacionamentos entre os colaboradores de uma organização, isto é um fato inegável. Você considera essa mudança:”</i> <i>Respostas: “Positiva” (100%); “Negativa” (0%); “Não sei” (0%).</i>	<i>Questão 10. “Em um processo de seleção na sua organização, candidatos que já possuem experiência com tecnologia recebem maior preferência do que aqueles que não possuem?”</i> <i>Respostas: “Sim” (66,7%); “Não” (25%); “Não sei” (8,3%).</i>
<i>Questão 5. “Você considera essencial as organizações usarem ao máximo a tecnologia para obterem sucesso?”</i> <i>Respostas: “Sim” (83,3%); “Não” (16,7%); “Não sei” (0%).</i>	<i>Questão 11. “Na sua organização, quando há implantação de novas tecnologias no dia-a-dia da organização, é disponibilizado treinamento aos colaboradores quanto ao uso desses novos instrumentos de trabalho?”</i> <i>Respostas: “Sim” (83,3%); “Não” (0%); “Não sei” (16,7%).</i>
<i>Questão 6. “Você já participou de ações na sua organização que visam contribuir para a melhoria da sua satisfação no trabalho?”</i> <i>Respostas: “Sim” (91,7%); “Não” (8,3%).</i>	<i>Questão 12. “Você, enquanto colaborador, se sente ameaçado pelas mudanças decorrentes do avanço tecnológico?”</i> <i>Respostas: “Sim” (8,3%); “Não” (91,7%); “Não sei” (0%).</i>

Fonte: Dados dos autores (2019).

Dos resultados relativos aos fatores internos, percebe-se na questão 1 que a maioria dos colaboradores do SENAI Macapá-AP é nova na instituição e, de acordo com Moscovici (2012), a dinâmica de um grupo é impactada pela entrada de um novo membro na organi-

zação. Segundo a autora, novos colaboradores trazem consigo experiências anteriores, opiniões e atitudes, que podem agregar, reforçar ou conflitar com as percepções já praticadas pelos antigos membros do grupo. Brittos (2002) alega que as tecnologias geram impactos econômicos, políticos e sociais e, com as respostas da questão 2, nota-se que todos os colaboradores concordam que as mudanças nos relacionamentos oriundas do avanço tecnológico são perceptíveis na organização. Sobre isso, Melo (1991) acrescenta que essa mudança organizacional pode vir a gerar diferentes impactos nas relações de trabalho.

Além disso, a questão 3 aponta que o constante contato com a organização fora do expediente torna-se possível devido ao avanço tecnológico e não afeta negativamente o relacionamento entre os colaboradores do SENAI Macapá-AP (“Não” 58,3%). Contudo, Dimitrius e Mazzarella (2000) alegam que, apesar da tecnologia propiciar um contato maior entre as pessoas, esse contato normalmente não é pessoal. Os mesmos avanços tecnológicos que permitem essa conexão cobram um retorno, pois os benefícios de ver ou de falar pessoalmente com alguém passam a ser relativamente escassos. Todavia, a questão 4 revela que todos os colaboradores consideram positivas as mudanças nos relacionamentos causadas pela tecnologia, inclusive é algo defendido por estudiosos mais otimistas, como Kohn e Moraes (2007), os quais declaram ser impossível não ver os benefícios que as novas tecnologias trouxeram para a vida das pessoas.

Falchetti e Lascio (2003) afirmam que a modernização e a tecnologia entrelaçam os homens uns com os outros. Para Lira et al. (2008), informação é o conjunto de dados úteis às organizações e aos seres humanos, pois dá subsídios para uma tomada de decisão eficaz. Ainda de acordo com Falchetti e Lascio (2003), as informações surgem instantaneamente e continuamente para as pessoas e, assim que se adquire um novo conhecimento, esse é rapidamente substituído por informação ainda mais recente. Dessa forma, a resposta da questão 5 mostrou que um percentual expressivo de 83% de respostas positivas dos colaboradores do SENAI Macapá-AP, considera ser essencial que as organizações usem ao máximo a tecnologia a seu favor para obterem sucesso competitivo.

As respostas das questões 6 e 7 indicam, devido ao maior percentual de respostas “Sim” (91,7% em ambas), que os colaboradores do SENAI Macapá já participaram de ações na própria organização com a temática de satisfação no trabalho, fato que, conseqüentemente, os fazem sentir mais estimulados e motivados, estando constantemente inovando em suas funções e gerando resultados positivos para a organização. Conforme Di Lascio (2001), o Psicólogo Organizacional vem se preocupando com essas questões, pois o volume de pessoas com estresse ou outros problemas como depressão, causados por pressão contínua e excessiva, está aumentando assustadoramente. Na Psicologia Organizacional, encontram-se muitas informações, técnicas e instrumentos que podem melhorar as relações e o ambiente de trabalho dos indivíduos, seja em seu relacionamento interpessoal ou nas atividades de grupos de trabalho.

Queremos que o trabalho se transforme em fonte de prazer e bem estar e não de peso. Ser humano trabalhador, sempre terá para nós muito mais valor que a tecnologia, a máquina ou o computador, já que não existe nada que o substitua, por mais que tentem (DI LASCIO, 2001, p. 11).

Segundo Silveira et al. (2008), o mundo contemporâneo, apesar de trazer todos os benefícios da era tecnológica, apresenta desafios que devem ser analisados para a permanência das organizações. Fatores como a globalização da economia e a revolução tecnológica ocasionam mais rapidamente às mudanças que ocorrem no ambiente organizacional. Dessa forma, nota-se na questão 8 que, geralmente, os colaboradores do SENAI Macapá-AP estão cientes desta realidade e alegam frequentemente buscar acompanhar tais tendências. Para Ansoff e McDonnell (1993), o ideal seria que os colaboradores fizessem uma análise das perspectivas da organização, procurando identificar, além de tendências, as ameaças e oportunidades.

Fiore (1969) argumenta que, com o avanço tecnológico, o mundo tornou-se mais complexo, veloz e tenso, o que torna comum ao colaborador ter dificuldades no trabalho em algum momento. Contudo, constatou-se que esta realidade não é preocupante no SENAI Macapá-AP, pois, através dos resultados da questão 9, a maioria dos colaboradores afirma não ter dificuldades ou não ter sentido seu trabalho prejudicado por conta de determinada tecnologia (“Não” 75%).

Poster (2001) e Shapiro (1999) indicam a tecnologia como campo de interação entre técnicas e relações sociais, que reconfigura a analogia entre tecnologia e cultura. As novas configurações trazem, portanto, benefícios e prejuízos já que facilitam por um lado e por outro demandam a necessidade de um conhecimento maior para acessá-las, trazendo diferenças sociais à tona e comprovando que o poder está cada vez mais nas mãos de poucos. Evidencia-se esta realidade na questão 10, visto que em processo de seleção do SENAI Macapá-AP, os candidatos que já possuem experiência com tecnologia recebem maior preferência do que aqueles que não possuem (“Sim” 66,7%).

Segundo Starepravo (1997), no mundo atual, somos possuidores de uma enorme quantidade de atributos, capacidades, habilidades e talentos. O autor acrescenta que cada indivíduo é uma fonte inesgotável desses recursos, e, para que eles funcionem e ajudem na conquista de novas metas dentro de um ambiente organizacional, é de responsabilidade da organização reconhecê-los. Dentre as respostas da questão 11, a maioria dos colaboradores alegou que quando há implantação de novas tecnologias no SENAI Macapá-AP, é disponibilizado treinamento quanto ao uso desses novos instrumentos de trabalho (“Sim” 83,3%). Isso é um dado positivo, pois mostra que a organização se preocupa em manter seu quadro de pessoal atualizado e capacitado para novos desafios que possam surgir.

Por fim, a questão 12 do questionário indagou se os colaboradores se sentem ameaçados pelas mudanças decorrentes do avanço tecnológico. Descobriu-se que não (91,7%), pois, afinal, o mercado está em constante evolução, em função das mudanças de comportamento da sociedade, portanto, cabe a esse colaborador usufruir dos benefícios que o avanço tecnológico tem a oferecer. De acordo com os especialistas da área, como Popcorn (1993) e Naisbitt e Aburdene (1990), para que a empresa obtenha sucesso, ela deve estar em sintonia com o avanço tecnológico e com as tendências mercadológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante esta pesquisa, foi possível concluir que para a empresa obter sucesso ela deve estar em constante sintonia com os avanços tecnológicos, as tendências mercadológicas e as necessidades da sociedade. O SENAI Macapá-AP tem colaboradores capacitados, escolarizados e constantemente treinados para adotar um uso abrangente da tecnologia sem que isso atrapalhe em seus relacionamentos intrapessoal, interpessoal e na vida fora do ambiente organizacional.

O estudo delimitou que os colaboradores entrevistados têm o conhecimento da influência da tecnologia e que a consideram positiva. Junto a isso, eles procuram ficar em constante evolução e adaptação para acompanhar as novas tendências e manter a competitividade em alta. Ao mesmo tempo que o estudo mostra que a tecnologia traz muitos benefícios, também demonstra as diferenças sociais como variáveis atuantes nesse processo.

As organizações que têm conhecimento de que as pessoas são seu principal recurso e vantagem competitiva, e que só investindo primeiro nelas terão o retorno esperado dessa junção, são as que têm maior chance de sucesso. Portanto, a tecnologia tem um impacto majoritariamente positivo nos relacionamentos das organizações que têm estrutura, treinamento e conhecimento para usufruir corretamente desses avanços tecnológicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. de S. Cultura organizacional e atitudes contra mudanças. *Revista de Ciências da Administração*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- ANSOFF, H. I.; MCDONNELL, E. J. *Implantando a administração estratégica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- ARAÚJO, L. C. *Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.
- BASTOS, A. V. B. Psicologia organizacional e do trabalho: Que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira?. In: YAMAMOTO, O. H.; GOUVEIA, V. V. (Org.). *Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 139-166.
- BRASIL. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (Org.). *Institucional: Missão e Visão*. SENAI. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/estrutura/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- BRIDGES, W. *Mudanças nas relações de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- CAPRA, F. *O Ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- BRITTOS, V. (Org). *Comunicação, informação e espaço público: exclusão no mundo globalizado*. Rio de Janeiro: Papel e Virtual, 2002.
- CAMPOS, D. *Atuando em Psicologia do trabalho, Psicologia organizacional e recursos humanos*. São Paulo: Ltc, 2008.
- CAMPOS, K. C. de L. et al. Psicologia Organizacional e do Trabalho – Retrato da Produção Científica na Última Década. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 4, n. 31, ago. 2011, p. 702-717.
- CASTELLS, M. *La Era de la informació'n: economi'a, sociedad y cultura*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.
- CHIAVENATO, I. *Administração de recursos humanos: Fundamentos básicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- DI LASCIO, C. H. R. A Psicologia no Trabalho. *Revista Contato – CRP* 08. Curitiba, ano 23, n. 113, 2001, p. 11.
- DIMITRIUS, J. E.; MAZZARELLA, M. *Decifrar pessoas*. 17. ed. São Paulo: Alegro, 2000.
- FALCHETTI, S.; LASCIO, R. H. C. D. *Como a modernização e a tecnologia influenciam nas relações humanas*. Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná, 2003.
- IORE, M. M. L. Q. *O meio são as Massa-gens*. Rio de Janeiro: Record, 1969.
- GARCÍA, J. M.; VALDEHITA, S. R.; JOVER, J. L. *Que es la psicología del trabajo*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. As teorias educacionais na modernidade e no mundo contemporâneo: humanismo e sociedade do trabalho. In: *Didáticas e teorias educacionais*. São Paulo: Dp&a, 2000, p. 15-38.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A.C. *Gestão de Pessoas, enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas, 2009.

GOULART, Í. B.; SAMPAIO, J. dos R. (Org.). *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

KOHN, K.; MORAES, C. H. de. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, Santos, 2007.

KOHN, K.; MORAES, C. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <<https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1533-1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIRA, W. S. et al. A busca e o uso da informação nas organizações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Brasília, v. 13, n. 1, 2008, p. 166-183.

MALHOTRA, N. *Pesquisa de marketing: foco na decisão*. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

MALVEZZI, S. Prefácio. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Ed.). *Psicologia, organizações e trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p. 13-18.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 12-55.

MELO, M. C. O. L. *Estratégias do trabalhador informático nas relações de trabalho*. Tese (Titular) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1991.

MOSCOVICI, F. *Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

NAISBITT, J.; ABURDENE, P. *Megatrends 2000*. São Paulo: Amana Key, 1990.

POPCORN, F. *O Relatório Popcorn: Centenas de Idéias de Novos Produtos, Empreendimentos e Novos Mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1993.

POSTER, M. *The information subject: critical voices in art, theory and culture*. Amsterdam: G+B Arts Internacional, 2001.

REIS, E. A.; REIS, I. A. *Análise Descritiva de Dados*. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002.

RONCON, A. O papel da cultura organizacional na formação das práticas de gestão de pessoas. RAU. *Revista de Administração Unisal*, v. 1, 2010, p. 45-60.

SANTOS, F. C. O.; CALDEIRA, P. A *Psicologia Organizacional e do Trabalho na Contemporaneidade: as novas atuações do Psicólogo Organizacional*. 2014. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/AO929.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SELLTIZ, C. & COOK, S. W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2. ed., São Paulo: E.P.U., 1987, p. 31-55.

SHAPIRO, A. *The control revolution: how the internet is putting individuals in charge and changing the word we know*. New York: A Century Foundation Book, 1999.

SIGNIFICADOS. *Significado de tecnologia: O que é tecnologia*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/tecnologia-2/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SILVA, E. L. da.; MENEZES, E. M. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, M. et al. *Tendências Mercadológicas*. n. 6, 2008. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3304323/7-tendencias-mercadológicas.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SOUZA, A. *Evolução Histórica da Administração de Recursos Humanos*. 28 de maio de 2012. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/evolucao-historica-da-administracao-de-recursos-humanos>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

STAREPRAVO, B. *Segredos da Realização*. Editora: Do Autor, 1997.

TONELLI, M. J.; LACOMBE, B. M. B.; CALDAS, M. P. Desenvolvimento Histórico do RH no Brasil e no Mundo. In: *Manual de Gestão de Pessoas e Equipes: estratégias e tendências*. São Paulo: Gente, 2002.

TONETTO, A. M. *et al.* Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil: Desenvolvimento Científico Contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte-MG, v. 2, n. 20, ago. 2008, p. 165-173. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/NCYvXk6K93pZ6ZmV9NJStcC/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANELLI, J. C.. *O psicólogo nas organizações de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Ed.). *Psicologia, organizações e trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p. 466-491.

O “MARCO TEMPORAL” E OS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Daize Fernanda Wagner

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado parcial das investigações desenvolvidas no Projeto Identidades Étnicas em Juízo, registrado e financiado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)¹ e tem por objetivo discutir a utilização do chamado “marco temporal” em casos envolvendo disputas sobre direitos territoriais de povos indígenas, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88).

O objetivo geral da pesquisa é analisar de que maneira os tribunais pátrios julgam casos em que a identidade étnica e a pertença de indígenas aparecem como assunto relevante a ponto de influenciar sua decisão e o reconhecimento de direitos aos indígenas. Todavia, no decorrer da investigação, observou-se que a discussão acerca do “marco temporal” ganhou centralidade nos debates sobre os direitos territoriais dos povos indígenas. Além disso, passou a ser mencionado em vários julgados, merecendo, portanto, análise própria.

O direito dos povos indígenas à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam é assegurado amplamente na CF/88, no artigo 231 e seus incisos, conforme segue:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

¹ Por se referir à pesquisa em andamento que, em grande medida, é desdobramento da tese de doutoramento defendida em 2017, algumas das decisões mencionadas, bem como alguns dos argumentos e construções teóricas podem ser encontrados em Wagner (2017) e Wagner (2019).

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º (BRASIL, 1988).

É pacífico entre os estudiosos² do assunto e na jurisprudência, o entendimento de que tal direito foi previsto em todas as constituições brasileiras desde a de 1934, ainda que seus textos tenham sido diferentes da atual constituição³. Também é consenso de que foi a CF/88 que mais amplamente reconheceu direitos aos indígenas, dado que além dos direitos territoriais, assegurou-lhes o direito à diferença, a se manterem indígenas e conduzirem suas vidas com autonomia⁴.

Então, desde 1988 no Brasil, esses indivíduos têm direito de serem e se manterem indígenas (SOUZA FILHO, 1998). Logo, supera-se aquela percepção tão comum nas décadas de 1960 e 1970, e presente no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), de que os indígenas seriam incorporados à comunhão nacional, significando que deixariam de ser indígenas para se tornarem brasileiros, saindo de seu estado primitivo para um estado dito desenvolvido, que seria aquele da sociedade não indígena. Da mesma forma, supera-se a compreensão de que, para ser indígena, seria necessário estar separado, vivendo de forma *primitiva*. Portanto, desde a CF/88, descabe falar em incorporação, aculturação ou assimilação de indígenas, como era praxe na legislação que a antecedeu.

Após o julgamento da Petição (Pet.) nº 3.388, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, surgiu uma discussão acerca do “marco temporal de ocupação tradicional indígena”. A partir de então,

2 Silva (2018); Pereira (2018); Souza Filho (1998), dentre outros.

3 Refere-se ao artigo 129 da Constituição de 1934 como aquele que inaugurou a proteção em âmbito constitucional, nos seguintes termos: “Art 129 - Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las” (BRASIL, 1934). Já na jurisprudência, essa referência ocorre em vários julgados, dos quais cita-se, exemplificativamente, a Ação Cível Originária (ACO) nº 362, julgada pelo Tribunal Pleno do STF, no ano de 2017, sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio Mello (BRASIL, 2017).

4 Nessa direção, destacam-se autores como Sousa Filho (1998); Pereira (2018); Wagner e De Farias (2020), etc.

este tema tem demandado debates, incertezas e disputas a respeito do que seria o “marco temporal”, sua validade e alcance.

O julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi o primeiro no qual o Tribunal Pleno do STF se manifestou sobre o mérito de uma demarcação de terra indígena após a promulgação da CF/88. Por essa razão, levantou-se o seguinte questionamento: o que é o marco temporal e como ele opera nas disputas judiciais acerca de direitos territoriais indígenas, no âmbito do STF, a partir do julgamento da Raposa Serra do Sol? Com base na resposta a esse problema, pretende-se contribuir na discussão referente à concretização dos direitos dos povos indígenas.

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, através do método indutivo na catalogação de julgados. Este estudo se vincula à vertente jurídico-sociológica, à medida em que se propõe a discutir a efetividade das normas constitucionais, especialmente do artigo 231 e sua concretização em decisões judiciais pelo STF. Quanto à técnica de análise de conteúdo, define-se como pesquisa teórica, visto que neste artigo, analisou-se conteúdos de textos legislativos, jurisprudenciais e de obras jurídicas sobre o tema.

OS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS

No Brasil, tem-se reconhecido os direitos territoriais dos povos indígenas há muito tempo. É mesmo possível retroceder ao período do Brasil Colônia, quando no país era aplicável a legislação portuguesa. As Cartas Régias promulgadas por Filipe III, de 30 de julho de 1609 e de 10 de setembro de 1611, já afirmavam o pleno domínio dos indígenas sobre seus territórios e sobre as terras que lhes foram alocadas nos aldeamentos (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p. 58). Assim, o Alvará de 1º de abril de 1680, confirmado pela Lei de 6 de junho de 1755, foi explícito ao afirmar que a concessão de sesmarias pela Coroa portuguesa não poderia afetar os direitos originários dos indígenas sobre suas terras. Nas terras particulares, seria sempre “[...] reservado o prejuízo, e direito os Índios, *primários* e naturais senhores delas” (ALVARÁ de 1.4.1680, parágrafo 4 *apud* CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p. 59, grifo do autor). Desde o clássico estudo de João Mendes Júnior ([1912] 2018), diferentes autores têm demonstrado a cadeia legislativa que reconhece e resguarda os direitos dos povos indígenas sobre suas terras, a contar do período do Brasil Colônia até os dias atuais. Mendes Júnior ([1912] 2018) passou a identificar o indigenato nesse direito originário, o qual é um título congênito, diferente da ocupação, que é um título adquirido. Segundo o autor:

[...] o indigenato é um título congênito, ao passo que a ocupação é um título adquirido. Conquanto o indigenato não seja a única verdadeira fonte jurídica da posse territorial, todos reconhecem que é, na frase do Alvará de 1º de Abril de 1680, “a primária, naturalmente e virtualmente reservada”, ou, na frase de Aristóteles (Polit. I, n. 8), - “um estado em que se acha cada ser a partir do momento do seu nascimento”. Por conseguinte, o indigenato não é um fato dependente de legitimação, ao passo que a ocupação, como fato posterior, depende de requisitos que a legitimem. [...]

Só estão sujeitas à legitimação as posses que se acham em poder do ocupante (art. 3º da Lei de 18 de Setembro de 1850); ora, a ocupação, como título de aquisição, só pode ter por objeto as coisas que nunca tiveram dono, ou que foram abandonadas por seu an-

tigo dono. A ocupação é uma *apprehensio rei nullis* ou *rei derelictae* (confram-se os civilistas com referência ao Dig., tit. *de acq. rerum domin.*, L. 3, e tit. *de acq. vel. amitt. poss.*, L. 1); ora, as terras de índios, congenitamente apropriadas, não podem ser consideradas nem como *res nullius*, nem como *res derelictae*; por outra, não se concebe que os índios tivessem adquirido, por simples ocupação, aquilo que lhes é congênito e primário, de sorte que, relativamente aos índios estabelecidos, não há uma simples posse, há um título imediato de domínio; não há, portanto, posse a legitimar, há domínio a reconhecer e direito originário e preliminarmente reservado (MENDES JÚNIOR, [1912] 2018, p. 349-350, grifo do autor).

Independentemente do instituto jurídico que se utilize no direito estatal para fundamentar o reconhecimento do direito originário dos povos indígenas às suas terras, o que importa verdadeiramente é assegurar a efetividade desse direito e, portanto, assegurar o cumprimento da CF/88, para que esta não reste como mera promessa. Assim, pode-se entender que o fundamento do direito dos povos indígenas às suas terras é o indigenato, ou seja, esse direito originário de que fala o artigo 231 da CF/88.

Esse direito originário implica no reconhecimento de que o direito às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas é anterior e independente de qualquer formalização estatal. Decorre da própria relação do povo indígena com aquela terra.

Os direitos sobre as terras indígenas foram declarados como sendo “originários”, um termo jurídico que implica precedência e que limita o papel do Estado a reconhecer esses direitos, mas não a outorgá-los. Essa formulação tem a virtude de ligar os direitos territoriais às suas raízes históricas (e não a um estágio cultural ou a uma situação de tutela) (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 186).

Esse reconhecimento de que as terras indígenas independem de formalização estatal e que o procedimento demarcatório é meramente declaratório de um direito que lhe é anterior, está explicitado no plano legislativo, a exemplo do disposto no artigo 231 da CF/88, no artigo 17 e seguintes do Estatuto do Índio e no artigo 13 e seguintes da Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também já foi reconhecido pelo Poder Judiciário em diferentes julgados, dos quais destaca-se a Pet. 3.388, que decidiu a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. No item 12 da ementa do acórdão, o Ministro Relator resumiu a compreensão acerca da expressão *direitos originários*, contida no artigo 231 da CF/88, conforme segue:

12. DIREITOS “ORIGINÁRIOS”. Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente “reconhecidos”, e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa preexistente. Essa a razão de a Carta Magna havê-los chamado de “originários”, a traduzir um direito mais antigo do que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensos direitos adquiridos, mesmo os materializados em escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não-índios. Atos, estes, que a própria Constituição declarou como “nulos e extintos” (§ 6º do art. 231 da CF) (BRASIL, 2009, p. 9).

O parágrafo primeiro do artigo 231 da CF/88 trouxe o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, que corresponde a um dos tipos de terras indígenas re-

conhecidas pelo ordenamento jurídico, sobretudo no artigo 17, I, do Estatuto do Índio e no *caput* do artigo 231 da CF/88.

Para que se caracterize uma área como tradicionalmente ocupada pelos indígenas é necessário considerar os usos, costumes e tradições daquele povo ou grupo indígena. Portanto, o que caracteriza a terra indígena não é a posse ou a propriedade nos moldes estudados pelo direito civil ou pelo direito estatal como um todo. Essa talvez seja a grande dificuldade envolvida no conceito, pois implica em que os não índios, tão habituados a nomear, delimitar e responsáveis pela própria ideia de terra indígena, aprendam com o povo ou grupo indígena em questão para que se consiga compreender suas próprias maneiras de usar, ocupar, produzir e se relacionar com aquela terra.

Posto isto, deve-se fazer um somatório das áreas habitadas em caráter permanente, com as áreas utilizadas para as atividades produtivas daquele povo ou grupo, com as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e, por fim, com as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural. O resultado desse somatório é que se traduz na terra indígena tradicionalmente ocupada por aquele grupo ou povo indígena. Com isso, pode-se concluir que a decorrência lógica é que não há um formato único para esse tipo de terra indígena, posto ser dependente da maneira particular, segundo os usos, tradições e costumes próprios de cada povo ou grupo indígena. Portanto, o que caracteriza as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas é um conjunto de situações fáticas que variam conforme variam os povos indígenas, uma vez que cada um tem sua maneira particular, que lhe é própria, de ocupar a terra tradicionalmente.

Além do artigo 231, a CF/88 faz referência às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em outros dois dispositivos que se relacionam com a presente pesquisa: o inciso XI do artigo 20, que estabelece que são bens da União, e o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabeleceu o prazo de 5 anos após a promulgação da CF/88 para que a União concluísse a demarcação das terras indígenas⁵.

O reconhecimento formal do direito dos povos indígenas sobre suas terras pela legislação nunca foi um problema, pois sempre foi reconhecido e afirmado explicitamente⁶. Todavia, isso não foi suficiente para evitar que tais direitos fossem vilipendiados durante todo esse tempo, de diferentes maneiras⁷.

Em 1987, Manuela Carneiro da Cunha afirmou que a disputa sobre as terras indígenas e suas riquezas é o núcleo da questão indígena no Brasil (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p. 32). Para Kayser (2010, p. 231), “a questão dos direitos à terra foi o problema central dos direitos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, e ainda o é na realidade

5 A jurisprudência do STF é pacífica no sentido de compreender que o prazo previsto no artigo 67 do ADCT é meramente programático. Nessa direção, por exemplo, o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº 26.212/DF, sob a relatoria do Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 03/05/2011, cuja ementa consignou: “Esta Corte possui entendimento no sentido de que o marco temporal previsto no art. 67 do ADCT não é decadencial, mas que se trata de um prazo programático para conclusão de demarcações de terras indígenas dentro de um período razoável” (BRASIL, 2011, p. 1).

6 Especificamente no plano constitucional, desde a Constituição de 1934, todas as constituições brasileiras vêm assegurando direitos territoriais aos povos indígenas de maneira explícita em seus textos, cada uma à sua maneira. De todas elas, é a CF/88 que mais avançou nesse reconhecimento.

7 No âmbito estatal, o exemplo é a morosidade administrativa em executar e finalizar as demarcações, bem como a ampla judicialização dos casos de demarcação de terras indígenas e o excessivo tempo de tramitação desses processos. Além disso, pode-se citar inúmeros casos de invasões de terras indígenas por garimpeiros, como no caso da Terra Indígena Yanomami, no estado de Roraima.

de constitucional atual”. Desse modo, permanece até hoje, sobretudo quando se analisa o grande número de demarcações de terras indígenas que são questionadas judicialmente, as inúmeras disputas e a violência contra indígenas⁸.

O QUE É O “MARCO TEMPORAL”?

O chamado “marco temporal” surgiu durante o julgamento do caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ocorrido através da Pet. 3.388. Foi justamente nesse caso que o denominado “marco temporal da ocupação indígena” passou a ser referido, a despeito de não ter sido previsto em nenhum diploma legal. Cabe então indagar: o que é o “marco temporal”?

A resposta ao questionamento é encontrada no corpo da decisão da Pet. 3.388. O relator, Ministro Ayres Britto, assim manifestou:

I – o marco temporal da ocupação. Aqui, é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) como insubstituível referencial para o reconhecimento, aos índios, “dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Marco objetivo que reflete o decidido propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena. Mesmo que essa referência estivesse grafada em Constituição anterior. É exprimir: a data de verificação do fato em si da ocupação fundiária é o dia 5 de outubro de 1988, e nenhum outro (BRASIL, 2009, p. 295-296, grifo nosso).

Em síntese, o “marco temporal” implica na seguinte compreensão: para que uma área seja reconhecida como de ocupação tradicional indígena, é necessário que o determinado grupo indígena estivesse sobre aquela área exatamente no dia 05/10/1988.

Essa ideia foi debatida e referendada pela maioria dos Ministros em seus votos na Pet. 3.388. Após a leitura do voto do relator, o Ministro Menezes Direito pediu vistas dos autos. Retomado o julgamento, proferiu seu voto-vista, afirmando inicialmente a importância da causa, bem como a importância da terra para os indígenas. Doravante, passou a defender a impossibilidade de revisão administrativa de demarcações de terras concluídas. Como corolário, passou a desenvolver a ideia do que chamou de “teoria do fato indígena”.

Segundo ele, a posse tradicional indígena prevista pela CF/88 é um fato objetivamente verificável em data certa, que é a data da promulgação da CF/88 (05/10/1988). Conforme os seus argumentos, a CF/88 teria adotado a teoria do fato indígena, em substituição à teoria do indigenato, que fundamentava a posse imemorial dos indígenas em ordens constitucionais antecedentes (BRASIL, 2009). De acordo com o Ministro Menezes Direito, “[...] a identificação e a demarcação da terra indígena devem ser realizadas com base em um fato, o fato indígena, a ser apurado com base em critérios e metodologia próprios da ciência antropológica, a partir dos dados disponíveis e das informações levantadas em campo” (BRASIL, 2009, p. 414).

No voto, desponta a preocupação do Ministro em procurar uma solução mais objetiva para o caso. Nessa direção, afirmou a necessidade de apelar à ciência, que deve ter instrumentos e meios próprios a utilizar para essa finalidade – apurar o fato indígena. Segundo

⁸ O Relatório Violência contra Indígenas no Brasil, publicado pelo CIMI, apresenta alguns dados dessa realidade. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/10/nota-sobre-relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil/>>. Acesso em 28 out. 2020.

ele: “Se o problema das terras indígenas há de ser resolvido com base no fato indígena, como aqui se propõe, os procedimentos de identificação e demarcação devem servir para demonstrá-lo” (BRASIL, 2009, p. 388). Para tanto, defendeu a necessidade de balizas exatas nas demarcações a atender os limites impostos pela CF/88 e pelas leis (BRASIL, 2009, p. 390).

Ao longo da maioria dos votos dos demais Ministros, é possível observar a preocupação em encontrar elementos objetivos para definir a posse tradicional indígena e um limite preciso para deferir ou indeferir demarcações.

O interesse em resolver o caso com objetividade e de forma que sua solução também pudesse reverter para outros casos semelhantes, é presente ao longo de todo o voto do Ministro Menezes Direito, bem como emerge no voto de vários Ministros, a exemplo do Relator Ayres Britto e do Ministro Cezar Peluso. Este último considerou presente uma certa precariedade nos elementos em que se fundaram os processos de demarcação, que conforme seu pensamento, estão “[...] baseados em poucas opiniões, num universo restrito de pessoas e com muita controvérsia” (BRASIL, 2009, p. 536). Tudo isso para demandar maior precisão e objetividade nos critérios adotados nos procedimentos demarcatórios (WAGNER, 2017).

Baseado nessas considerações, o Ministro Menezes Direito afirmou a necessidade de que o “estatuto jurídico das comunidades indígenas” seja de uma vez por todas definido, considerando a disciplina constitucional (BRASIL, 2009, p. 404-405). Observa-se ao longo de todo o acórdão, a necessidade expressa pela maioria dos Ministros de que haja balizas exatas a definir as demarcações de terras.

O “marco temporal” cumpriria esse papel, à medida em que seria possível ter uma *chapa radiográfica* da ocupação da terra pelos indígenas naquela data certa: 05/10/1988. Estando lá presentes os indígenas nesse dia fatídico, estaria caracterizado o *fato indígena* requerido pela “teoria do fato indígena” criada pelo Ministro.

Essa iniciativa legiferante do Ministro Menezes Direito, que acabou sendo acompanhada por grande parte dos Ministros do STF e resultou, com pequenas modificações, na decisão final do caso, tem recebido muitas críticas pelo motivo de extrapolar a função do Poder Judiciário, adentrando na competência do Poder Legislativo, ou por adotar técnica decisória incompatível com a natureza da ação popular proposta e, simultaneamente, por ir além do pedido inicial e do debate estabelecido entre as partes na ação, em clara decisão *extra petita* (WAGNER, 2017)⁹.

Na sequência do desenvolvimento dessa ideia, estabeleceu-se a única escusa para que os indígenas não estivessem sobre a área requerida no dia 05/10/1988: pela ocorrência do “renitente esbulho” (BRASIL, 2009).

O *renitente esbulho* estaria caracterizado quando ocorressem atos de violência que impediriam os indígenas de permanecer na área ou quando houvesse uma ação judicial debatendo o assunto (o esbulho é uma figura típica do direito civil). Todavia, foi apropriada pelos Ministros durante o julgamento da Pet. 3.388 e, posteriormente, apareceu no julgamento da demarcação da Terra Indígena Limão Verde, no qual os Ministros procuraram estabelecer os contornos da definição do *renitente esbulho*, como se verá.

⁹ Nessa direção, entre outros, as críticas apontadas por Silveira (2015, p. 29-47); Yamada e Villares (2010, p. 143-158).

Em síntese, percebe-se que o “marco temporal” foi uma criação que ganhou corpo durante o julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mas não está pacificado. A partir daquele julgamento, os Ministros passaram a decidir outras demandas, monocraticamente ou no âmbito das duas Turmas do STF, algumas vezes utilizando-se do “marco temporal”, outras afastando sua aplicação. Da mesma maneira, a decisão na Pet. 3.388 repercutiu em outros tribunais inferiores e também no âmbito da administração pública, gerando uma série de incertezas e disputas adicionais.

Até o presente momento, o Tribunal Pleno do STF não se manifestou sobre o assunto, mas isso deve ocorrer através do Recurso Extraordinário nº 1.017.365, que está em Repercussão Geral, sob o Tema nº 1.031, e tem por relator o Ministro Edson Fachin. Em sua ementa, restou consignado que é “[...] dotada de repercussão geral a questão constitucional referente à definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena à luz das regras dispostas no artigo 231 do texto constitucional” (BRASIL, 2019, p. 1).

A PESQUISA

Sendo uma questão ainda passível de definição, o debate em torno do “marco temporal” tomou contornos próprios. A fim de compreender em que medida ele opera nas disputas judiciais acerca de direitos territoriais indígenas no âmbito do STF, depois do caso Raposa Serra do Sol, é importante verificar a existência de casos posteriores nos quais o “marco temporal” é mencionado e utilizado para firmar decisões.

Para tanto, realizou-se pesquisa no endereço eletrônico do STF, repetida por três dias diferentes do mês de outubro de 2020, na aba de pesquisa de jurisprudência. No campo destinado a *pesquisar palavras chave* foram inseridos os termos: marco, temporal e indígenas. No que se refere às *bases*, foram selecionados apenas os *acórdãos*. No que tange às *opções de pesquisa*, foram assinalados apenas *sinônimos*, *plural* e *busca exata entre aspas*, que são as opções que aparecem assinaladas automaticamente pelo próprio sistema de busca. E como resultado obteve-se nove julgados, conforme descrito no quadro abaixo¹⁰.

Quadro 1 - Julgados do STF

Número	Julgado	Órgão julgador STF	Ministro(a) Relator(a)	Data do julgamento
1	RMS 29.087 ED-ED	Segunda Turma	Gilmar Mendes	08/03/2016
2	ARE 803.462 AgR	Segunda Turma	Teori Zavasky	09/12/2014
3	RMS 29.087	Segunda Turma	Ricardo Levandowski/ Gilmar Mendes	16/09/2014
4	RMS 26.212	Primeira Turma	Ricardo Levandowski	03/05/2011
5	Pet. 3.388	Tribunal Pleno	Carlos Ayres Britto	19/03/2009
6	ARE 803.462 AgR-ED	Segunda Turma	Celso de Melo	21/03/2017

¹⁰ A depender dos marcadores selecionados nos campos de opções de pesquisa, o resultado se altera significativamente, ampliando em muito o número de julgados. Optou-se pela delimitação de busca descrita, por ser aquela na qual obtém-se como resultado, julgados que se referem às decisões colegiadas.

7	HC 91.121	Segunda Turma	Gilmar Mendes	06/11/2007
8	ADI 3.239	Tribunal Pleno	Cezar Peluso/ Rosa Weber	08/02/2018
9	ADC 42/ADIN 4.901	Tribunal Pleno	Luiz Fux	28/02/2018

Fonte: STF, 2020.

Após a leitura dos julgados, foram excluídos aqueles – nº 4, 7, 8 e 9 do quadro – que não guardam nenhuma relação com o tema do “marco temporal”. O de nº 4, Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº 26.212 refere-se à discussão em torno da natureza programática do prazo estabelecido no artigo 67 do ADCT. O nº 7, Habeas Corpus (HC) nº 91.121, debate a competência para julgar crimes contra indígenas. O nº 8, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.239, tinha como objetivo a declaração de inconstitucionalidade dos parágrafos 2º e 3º do artigo 2º, do Decreto nº 4.887/2003, que se refere às áreas quilombolas. Por fim, o de nº 9 está relacionado à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 42, na qual foi declarada a constitucionalidade de incisos do artigo 12 do novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

Ademais, foi possível agrupar os julgados referentes a um mesmo caso e, assim, chegou-se a dois casos posteriores à Pet. 3.388, que apresentam discussões em torno do “marco temporal”: o RMS nº 29.087, que dispõe sobre a demarcação da Terra Indígena Guyraroká; e o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 803.462, que diz respeito à demarcação da Terra Indígena Limão Verde. Além destes, a própria Pet. 3.388 apareceu como resultado da busca empreendida.

Provavelmente, existem outras decisões monocráticas ou colegiadas acerca do “marco temporal”. Contudo, por não aparecerem na pesquisa realizada e pelas limitações características de um artigo, não serão aqui analisadas. Além disso, os casos selecionados são expressivos para demonstrar a grande divergência em torno do “marco temporal”.

CASOS POSTERIORES À PET. 3.388 QUE DISCUTEM O “MARCO TEMPORAL”

Os casos selecionados para análise concernem à demarcação da Terra Indígena Limão Verde e da Terra Indígena Guyraroká. Ambos os casos têm em comum o fato de se referirem às terras indígenas que estavam em fases avançadas do processo demarcatório. Em ambos, houve uma mudança de compreensão do próprio caso e o “marco temporal” foi utilizado como argumento principal para encaminhar as disputas no âmbito do STF; além disso, até o presente momento, não há uma decisão definitiva e nem perspectivas de que se coloque fim aos graves conflitos entre os indígenas e os não índios nas respectivas regiões.

A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA LIMÃO VERDE

A Terra Indígena Limão Verde é de ocupação do povo Terena; foi homologada pelo Decreto Presidencial s/n. de 10/02/2003¹¹; possui área de 5.377 hectares, está localizada no mu-

¹¹ Segundo dados do ISA, a Terra Indígena Limão Verde estava na fase final do procedimento demarcatório. Restava apenas ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis da respectiva comarca e na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), quando foi suspensa pelo STF. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3748>>. Acesso em: 30 out. 2020.

nicípio de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul; e abriga uma população de 1.267 indígenas, segundo dados SIASI/SESAI para o ano de 2014 (RICARDO; RICARDO, 2017, p. 738).

A Terra Indígena Limão Verde havia passado por todas as etapas do processo demarcatório e, com relação à área da Fazenda Santa Bárbara, tornou-se objeto de disputa judicial. No ARE nº 803.462, a Segunda Turma do STF decidiu anular o Decreto Presidencial que havia homologado a terra indígena, pois compreendeu que a área correspondente à Fazenda Santa Bárbara não seria área de ocupação tradicional do povo Terena, à medida em que não atenderia ao “marco temporal” estabelecido no julgamento do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, de Roraima. A decisão refere-se ao Agravo Regimental, que foi interposto para negar seguimento ao Recurso Extraordinário e discute a natureza da área sob litígio (WAGNER, 2017). A ementa da decisão assim dispõe:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TERRA INDÍGENA “LIMÃO VERDE”. ÁREA TRADICIONALMENTE OCUPADA PELOS ÍNDIOS (ART. 231, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). MARCO TEMPORAL. PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO CUMPRIMENTO. RENITENTE ESBULHO PERPETRADO POR NÃO ÍNDIOS: NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Pet 3.388, Rel. Min. CARLOS BRITTO, DJe de 1º/7/2010, estabeleceu como marco temporal de ocupação da terra pelos índios, para efeito de reconhecimento como terra indígena, a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

2. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula 650/STF, o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” não abrange aquelas que eram possuídas pelos nativos no passado remoto. Precedente: RMS 29.087, Rel. p/ acórdão Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 14/10/2014.

3. *Renitente esbulho não pode ser confundido com ocupação passada ou com desocupação forçada, ocorrida no passado. Há de haver, para configuração de esbulho, situação de efetivo conflito possessório que, mesmo iniciado no passado, ainda persista até o marco demarcatório temporal atual (vale dizer, a data da promulgação da Constituição de 1988), conflito que se materializa por circunstâncias de fato ou, pelo menos, por uma controvérsia possessória judicializada.*

4. Agravo regimental a que se dá provimento (BRASIL, 2014a, grifo nosso).

Pelo que foi apurado durante o processo demarcatório, a área é ocupada pelo povo Terena há muito tempo, sendo que documentalmente é possível retroceder aos anos de 1865-1866¹². De acordo com o laudo pericial citado na decisão, os indígenas ocuparam a área até 1953, quando foram expulsos em meio ao processo de demarcação. Ainda segundo o laudo, a ocupação da área pelos indígenas Terena, se mantém até hoje para a utilização dos recursos naturais, mediante práticas de caça na região executadas pelos indígenas (PEREIRA, 2018; WAGNER, 2017).

Nesse julgamento, ao estabelecer que a área não é de ocupação tradicional indígena, a Segunda Turma do STF delimitou o que caracterizaria o *renitente esbulho*. Conforme se lê na ementa da decisão, o *renitente esbulho* implicaria em efetivo conflito possessório no dia 05/10/1988 (BRASIL, 2014a). O fato de ter ocorrido a expulsão violenta dos indígenas no pas-

12 O processo de colonização da região da bacia do Aquidauana se intensificou especialmente depois do término da Guerra do Paraguai. Na região em questão, existiam diversos aldeamentos indígenas, como Ipegue [...] e o Piranhinha [...] pelo menos desde 1865-1866. A partir de 1892 inicia-se um processo de colonização conduzido por um grupo de coronéis (PEREIRA, 2018, p. 60).

sado, como constatou o laudo pericial, não seria suficiente, já que em 05/10/1988 ela já não se mantinha.

Situações fáticas ocorridas na região e relatadas no laudo pericial não foram consideradas na decisão. Tais situações descrevem que houve a expulsão violenta dos indígenas no passado e que o povo Terena se apropriou das estruturas e formas de reivindicação dos não índios para pleitear “[...] junto a órgãos públicos, desde o começo do Século XX, a demarcação das terras do chamado Limão Verde, nas quais se inclui a Fazenda Santa Bárbara” (BRASIL, 2014a, p. 15).

Com esse propósito, enviaram carta em 1966 ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão então responsável pela tutela dos indígenas. Em 1970, apresentaram um requerimento, através de um vereador Terena, à Câmara Municipal, cuja aprovação foi comunicada ao Presidente da FUNAI, através de ofício. Também enviaram cartas em 1982 e 1984, através do Cacique Amâncio Gabriel, à Presidência da FUNAI (BRASIL, 2014a).

Nesse período, os indígenas eram considerados incapazes, logo, inicialmente tutelados pelo SPI e, em seguida, pela FUNAI. Ora, se eram incapazes e tutelados, não poderiam ingressar com ações judiciais reivindicando seus direitos. Nesse contexto, os Terena utilizaram-se dos meios que conheciam para exercer seu direito: fizeram requerimentos a todas as autoridades competentes possíveis a que tiveram acesso, tanto no âmbito municipal, quanto federal (WAGNER, 2017).

Entretanto, isso não foi considerado no julgamento e a demarcação da Terra Indígena Limão Verde, de posse tradicional do povo Terena, reconhecida por Decreto presidencial, foi anulada com base num precedente – o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – que não poderia produzir efeitos para além dele próprio. Não bastasse isso, a anulação da demarcação se deu com base num fundamento que não encontra amparo em nenhuma das normas legais que disciplinam o assunto, conforme anteriormente mencionado.

A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA GUYRAROKÁ

A Terra Indígena Guyraroká é de ocupação do povo Guarani-Kaiowá; tem extensão de 11.401 hectares, está localizada no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul; e abriga uma população de 525 indígenas, segundo dados do Censo 2010 do IBGE (RICARDO; RICARDO, 2017, p. 738). Sua demarcação foi feita através da Portaria nº 3.219, de 07/10/2009, do Ministério da Justiça, que declarou a posse permanente aos indígenas (ISA, 2020).

Contra esse ato, um proprietário rural, cuja área estava abrangida pela referida Portaria, impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou a segurança pleiteada, com acórdão que recebeu a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - ÁREA INDÍGENA: DEMARCAÇÃO - PROPRIEDADE PARTICULAR - ART. 231 DA CF/88 - DELIMITAÇÃO - PRECEDENTE DO STF NA PET 3.388/RR (RESERVA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL) - DILAÇÃO PROBATÓRIA - DESCABIMENTO DO WRIT.

1. A existência de propriedade, devidamente registrada, não inibe a FUNAI de investigar e demarcar terras indígenas.

2. Segundo o art. 231, §§ 1º e 6º, da CF/88, pertencem aos índios as terras por estes tradicionalmente ocupadas, sendo nulos os atos translativos de propriedade.
3. A ocupação da terra pelos índios transcende ao que se entende pela mera posse da terra, no conceito do direito civil. *Deve-se apurar se a área a ser demarcada guarda ligação anímica com a comunidade indígena. Precedente do STF.*
4. Pretensão deduzida pelo impetrante que não encontra respaldo na documentação carreada aos autos, sendo necessária a produção de prova para ilidir as constatações levadas a termo em laudo elaborado pela FUNAI, fato que demonstra a inadequação do writ.
5. Mandado de segurança denegado (art. 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009) (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Inconformado, o proprietário rural interpôs Recurso Ordinário do Mandado de Segurança (RMS) perante ao STF, sob o argumento de que a Portaria do Ministério da Justiça violou seu direito líquido e certo ao transformar em terra indígena área da qual tem o domínio e posse. Em seu voto, o Relator, Ministro Ricardo Lewandowski, ressaltou que a esse recurso estava apensado o RMS nº 27.828, que lhe era anterior e cujo objeto de discussão lhe é conexo.

O RMS nº 27.828 foi julgado pela 2ª Turma do STF, em 19/11/2013, sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski. Esse recurso havia sido proposto pelo mesmo proprietário rural anteriormente à expedição da Portaria do Ministério da Justiça que declarou a Terra Indígena Guyraroká. O proprietário rural apresentou o recurso com o objetivo de evitar os efeitos futuros da sobredita portaria e alegando que, sendo expedida, caracterizaria confisco de sua propriedade privada pela União. O recurso não foi provido, pois não havia ato concreto imputável ao Ministério da Justiça. Além disso, o Mandado de Segurança não se presta para a discussão de todo o contexto fático-probatório envolvido no caso (BRASIL, 2013).

Ainda irresignado, o proprietário rural impetrou novo Mandado de Segurança, desta vez contra a Portaria do Ministério da Justiça já expedida, que, então, acabou por ensejar o RMS nº 29.087/DF, que originalmente estava sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, mas teve como redator do acórdão o Ministro Gilmar Mendes, julgado pela 2ª Turma do STF, em 16/09/2014, cuja ementa afirma:

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS. O MARCO REFERENCIAL DA OCUPAÇÃO É A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS SALVAGUARDAS INSTITUCIONAIS. PRECEDENTES.

1. A configuração de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, nos termos do art. 231, § 1º, da Constituição Federal, já foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, com a edição da Súmula 650, que dispõe: *os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.*
2. A data da promulgação da Constituição Federal (5.10.1988) é referencial insubstituível do *marco temporal* para verificação da existência da comunidade indígena, bem como da efetiva e formal ocupação fundiária pelos índios (RE 219.983, DJ 17.9.1999; Pet. 3.388, DJe 24.9.2009).

3. Processo demarcatório de terras indígenas deve observar as salvaguardas institucionais definidas pelo Supremo Tribunal Federal na Pet 3.388 (Raposa Serra do Sol).
4. No caso, laudo da FUNAI indica que, há mais de setenta anos, não existe comunidade indígena e, portanto, posse indígena na área contestada. Na hipótese de a União entender ser conveniente a desapropriação das terras em questão, deverá seguir procedimento específico, com o pagamento de justa e prévia indenização ao seu legítimo proprietário.
5. Recurso ordinário provido para conceder a segurança (BRASIL, 2014b).

O relator originalmente designado, Ministro Ricardo Lewandowski, havia negado provimento ao recurso sob vários argumentos, dos quais ressaltou que o Mandado de Segurança não é o instrumento jurídico adequado para revolver aspectos fáticos que não emergem de forma clara e inequívoca dos autos (BRASIL, 2014b).

Nos debates, instalou-se uma divergência de compreensão do caso e a decisão tomada na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol surgiu como novo argumento, conforme segue:

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Eu tenho impressão, Presidente, que aqui se coloca o problema da atualização da jurisprudência do Tribunal, tendo em vista o caso de Raposa Serra do Sol. Ali, o Tribunal acabou por fazer, pelo menos, considerações que traduzem uma crítica à jurisprudência até então dominante, por exemplo, quanto ao procedimento administrativo. Talvez não tenha sido objeto de discussão no STJ, até porque a questão, talvez, seja anterior – imagino –, mas, por exemplo, o Tribunal estabeleceu a necessidade de que se faça presente o próprio Estado-membro.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente): Trata-se de *salvaguarda* institucional que objetiva preservar o *princípio da Federação*, a significar que se impõe, *quando for o caso*, a necessária participação do Estado-membro ou do Município no procedimento administrativo de demarcação.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - O município. Então esses são pontos que precisam ser identificados. *Há, ainda, a consideração de que é necessário que se prove a posse indígena em 5 de outubro de 1988, para se evitar esses recuos históricos, que acabam por tornar a discussão excessivamente abstrata. Então, é preciso que esses elementos sejam contemplados, tendo em vista a discussão sobre a liceidade do processo demarcatório.*

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Agora, Ministro, eu concordo com Vossa Excelência, entendo que esses processos têm pecado por uma série de falhas, sem dúvida nenhuma, mas eu penso até que o processo administrativo pode ser atacado por outro tipo de recurso - por uma anulatória, por exemplo. Mas em sede de mandado de segurança, que tem angustos limites probatórios, eu não vejo como revolver toda essa documentação, essa decisão, e declarar ilegal o ato do Ministro de Estado da Justiça, que passou por todo um procedimento, até então, considerado lícito e hígido pelo Supremo Tribunal Federal.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Eu vou pedir vista dos autos, apenas para fazer essa verificação, porque, a mim, parece-me que, em mandado de segurança, é possível, sim, verificar se os requisitos estabelecidos quanto ao procedimento estão atendidos e, *também, sobre a eventual prova da presença indígena, no local, em 5 de outubro de 1988.*

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Eu concordo, em parte, com Vossa Excelência, data venia, quer dizer, os requisitos da ampla defesa, do devido processo legal, isso nós sempre temos feito, sistematicamente, mas temos exigido a presença de prova pré-constituída.

Eu tenho dúvidas, permito-me expressá-las, neste aspecto, se é que nós podemos contraditar, sem prova pré-constituída, o laudo da FUNAI.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É só para deixar claro, Ministro Lewandowski, o laudo da FUNAI é que tem que seguir a jurisprudência do Tribunal a propósito.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Ah, sim, mas não *a posteriori*, depois de já emitido o laudo, não podemos impor a ela que reveja os laudos já editados.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não, é isso que eu estou dizendo, ela tem que se orientar para fixar que a posse indígena tem que ser fixada, identificada, em 5 de outubro de 1988.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Não, pois é, eu acho que até é possível que se ingresse com uma ação anulatória, eventualmente, mas, aqui, em sede de mandado de segurança, para desconstituir uma portaria do Ministro da Justiça.

Mas eu acho que está em boas mãos (BRASIL, 2014b, p. 17-19, grifo nosso).

Na sequência, o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas dos autos e, a partir de seu voto-vista, a solução do caso recebeu nova direção. Apesar da incompatibilidade da natureza do Mandado de Segurança e da grande quantidade de precedentes citados pelo Ministro Lewandowski, que afirmam a impossibilidade de rediscussão fático-probatória em Mandado de Segurança, a Turma adentrou no mérito da discussão do caso¹³.

Ao referir o laudo antropológico, o Ministro Gilmar Mendes entendeu que a permanência dos indígenas no local de forma desarticulada não mais caracterizaria posse indígena nos termos do artigo 231 da CR/88. O laudo antropológico afirma que:

[...] a terra pretendida pela comunidade de Guyraroká está localizada no interior do amplo território tradicional ocupado pelos Kaiowá antes do período colonial.

O estudo identificou várias parentelas originárias de Guyraroká e seus respectivos líderes estão determinados em retornar para a terra. *A maioria das pessoas com mais de trinta anos que compõem essas parentelas nasceram em Guyraroká e guardam uma viva memória do território e da vida comunitária que aí desenvolviam.*

As informações levantadas junto aos índios dão conta da concentração expressiva de população Kaiowá residindo na terra reivindicada em caráter permanente até o início da década de 1940, ocupando os eixos dos córregos Karaku e Ypytã. *A partir dessa época as pressões dos fazendeiros que começam a comprar as terras na região tornaram inviável a*

13 Nessa perspectiva, é possível citar, a título ilustrativo, os seguintes precedentes do STF que afastaram a possibilidade de discussão fático-probatória em Mandado de Segurança: o MS nº 31.245-AgR, Relator Ministro Teori Zavascki, julgado pelo Pleno, em 19 ago. 2015; o MS nº 28.406-AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, julgado pelo Pleno, em 19 dez. 2012; o MS nº 25.483, Relator Ministro Ayres Britto, julgado pelo Pleno, em 04 jun. 2007; o MS nº 27.939, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, julgado pelo Pleno, em 10 jun. 2010; e o MS nº 23.652, Relator Ministro Celso de Mello, julgado pelo Pleno em 22 nov. 2000, assim ementado: “O PROCESSO FUNDAMENTAL NÃO COMPORTA DILAÇÃO PROBATÓRIA. - O processo de mandado de segurança qualifica-se como processo documental, em cujo âmbito não se admite dilação probatória, pois a liquidez dos fatos, para evidenciar-se de maneira incontestável, exige prova pré-constituída, circunstância essa que afasta a discussão de matéria fática fundada em simples conjecturas ou em meras suposições ou inferências” (BRASIL, 2000, grifo nosso).

permanência dos índios no local. São várias famílias extensas relacionadas entre si por fortes laços de sociabilidade (parentesco, aliança política e religiosa), caracterizando um tekoha guasu ou tekoha pavêm.

O levantamento da cadeia dominial das propriedades identifica a origem e a qualificação dos títulos de propriedades que incidem sobre a Terra Indígena. Em sua maioria, as terras foram tituladas a partir da década de 1940, quando estas voltam ao domínio da União, com o fim dos contratos de arrendamento pela Cia Mate Laranjeiras. Os primeiros proprietários adquiriram as terras junto ao Governo do Estado de Mato Grosso através de compra e, *paulatinamente expulsaram os índios, prática comum naquela época; mesmo assim, a presença indígena em Guyraroká como peões de fazendas, se prolonga até a década de 1980, sendo parte de uma estratégia do grupo de permanência na terra onde sempre viveram.* O Estado vendeu as terras para particulares sem antes se certificar da ocupação indígena e o SPI se omitiu no papel de defesa dos direitos indígenas, já que o relatório de um servidor desse órgão, datado de 1927, atesta a presença indígena em Guyraroká (Ypytã), mas nada foi feito de concreto para assegurar a posse indígena.

Os Kaiowá só deixaram a terra devido às pressões que receberam dos colonizadores que conseguiram os primeiros títulos de terras na região. A ocupação da terra pelas fazendas desarticulou a vida comunitária dos Kaiowá, mas mesmo assim muitas famílias lograram permanecer no local, trabalhando como peões para os fazendeiros. Essa estratégia de permanência na terra foi praticada até início da década de 1980, quando as últimas famílias foram obrigadas a deixar o local (PEREIRA, 2012, grifo nosso).

Afere-se que, para o Ministro Gilmar Mendes, o caso relatado no laudo antropológico não estaria sequer a ensejar o esbulho sofrido pelo povo Guarani-Kaiowá em sua posse, no sentido mencionado pelo Ministro Ayres Britto no caso da Pet. 3.388, que seria uma exceção justificada ao cumprimento do “marco temporal” para comprovação da posse indígena em 05/10/1988. Segundo o Ministro Gilmar Mendes:

Se esse critério pudesse ser adotado, muito provavelmente teríamos de aceitar a demarcação de terras nas áreas onde estão situados os antigos aldeamentos indígenas em grandes cidades do Brasil, especialmente na região Norte e na Amazônia. Diferente desse entendimento, a configuração de terras “tradicionalmente ocupadas” pelos índios, nos termos do art. 231, § 1º, da Constituição Federal, já foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, com a edição da Súmula 650, que dispõe: “os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto” (BRASIL, 2014b, p. 23).

Pelos argumentos produzidos quando da edição do enunciado de súmula nº 650, o caso dos Guarani-Kaiowá não se refere a um antigo aldeamento, mas a uma posse tradicional que foi sendo perdida ao longo do tempo. Essa perda não ocorreu através de um único ato violento, mas paulatinamente, de maneira a desarticular a comunidade indígena em sua terra, conforme afirmado no laudo antropológico.

No ponto, cabe considerar os estudos etnográficos realizados no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, os quais asseguram a aculturação progressiva dos indígenas brasileiros. Esses estudos referem-se às situações semelhantes à dos Kaiowás, do julgamento sob exame. Tal como ocorreu com diferentes etnias indígenas que, aos poucos, foram retiradas, expulsas ou empurradas para fora das áreas que tradicionalmente ocupavam, à medida que

as frentes de *desenvolvimento e progresso* avançavam rumo ao interior do país, especialmente na região Centro-Oeste. Nesses casos, muitos grupos indígenas passaram a trabalhar como peões nas fazendas e empreendimentos rurais da região, assumindo a identidade de caboclos ou bugres, isto é, que estavam em processo de aculturação e perda da identidade étnica própria. Já não eram identificados como indígenas, mas sim como bugres ou caboclos (WAGNER, 2017).

Doravante os estudos desenvolvidos por Darcy Ribeiro (1982) e depois por Roberto Cardoso de Oliveira (1972), entre outros, passou-se a compreender que a permanência dos indígenas como peões foi a forma que encontraram para resistir e se manterem em suas terras. Não se tratava de aculturação, pelo contrário, submeter-se ao poder econômico que passou a ocupar os espaços territoriais que tradicionalmente ocupavam, tornou-se a alternativa possível aos indígenas para permanecerem em seus lugares de origem, sua terra. Ressalta-se que eles não deixaram de ser indígenas, não abriram mão de sua identidade étnica própria, mas adotaram estratégias necessárias de forma a manter seu vínculo anímico com a terra, tão característico de sua identidade (WAGNER, 2017). Isso está descrito no laudo antropológico que analisa a relação dos Guarani-Kaiowá com a área correspondente à Terra Indígena Guayraroká.

No entanto, a compreensão do Ministro Gilmar Mendes vai em outra direção, numa lógica do tudo ou nada. Para ele, as conclusões do laudo antropológico não foram suficientes para caracterizar o vínculo dos indígenas com a terra e sua posse tradicional em 05/10/1988, tal como estabelecido na decisão da Pet. 3.388, que o Ministro invoca como precedente para o caso (WAGNER, 2017).

As estratégias dos indígenas de permanência em seu lugar de pertencimento, mesmo que na condição de empregados rurais, não é considerada no caso¹⁴. A forma da posse tradicional indígena é aquela estabelecida pelo STF, e não pelos próprios indígenas em sua tradicionalidade, muito embora os Ministros afirmam o inverso disso em várias oportunidades de julgamentos sobre o assunto. Sendo assim, a maneira de permanecer em relação com a terra que implique em resistência pacífica e velada por parte dos indígenas, ainda que reconhecida e descrita em laudo técnico pericial, não foi argumento suficientemente válido para a maioria dos Ministros (WAGNER, 2017).

Após o voto-vista do Ministro Gilmar Mendes no RMS nº 29.087/DF, a Ministra Cármen Lúcia também pediu vistas dos autos. Em seu voto, a Ministra afirmou a não existência de posse tradicional indígena na área, argumentando que é necessário o atendimento concomitante aos marcos temporais e da tradicionalidade da ocupação indígena – a forma peculiar dos indígenas ocuparem e se relacionarem com a terra. Este marco, tal como estabelecido no julgamento da Pet. 3.388, veio substituir a ideia de posse imemorial, aquela que se perde no tempo pretérito e que impõe dificuldades práticas em sua comprovação, segundo a Ministra (WAGNER, 2017).

14 Em parecer sobre o assunto, José Afonso da Silva argumenta que, na hipótese, ao estabelecer a divergência, o Ministro Gilmar Mendes considerou apenas as partes do laudo antropológico que estariam a demonstrar a inexistência de indígenas na região em 05/10/1988, mas ignorou outros excertos igualmente importantes, que explicitam, inclusive, a razão dessa ausência e que demonstram a existência dos indígenas na área (SILVA, 2018).

Não houve, por parte dos Ministros mencionados, qualquer consideração de que a forma peculiar da posse tradicional dos indígenas sobre a área em conflito se ajustou em razão da presença dos não índios, proprietários rurais que impuseram essas mudanças. É como se os Ministros estivessem a defender, *a contrario sensu*, uma posse memorial, que data de 05/10/1988 e corresponde à teoria do fato indígena, tal como entabulada pelo Ministro Menezes Direito em seu voto no julgamento da Pet. 3.388 (WAGNER, 2017).

Não há considerações de que a identidade étnica dos indígenas e o vínculo anímico que os atrela a seu lugar sofram o influxo do tempo e das próprias circunstâncias que vão lhes sendo impostas, como no caso, a presença dominante dos não índios (WAGNER, 2017)¹⁵. Para mais, há que se ponderar que, naquele período, os indígenas eram considerados relativamente incapazes, nos termos do Código Civil de 1916 e, portanto, tutelados pelo órgão indigenista estatal.

É sobremaneira interessante no caso, que o “marco temporal” estabelecido na Pet. 3.388 é usado ora para conceder o direito à posse indígena, como fez o STJ ao julgar inicialmente o caso, o MPF em seu parecer e o Ministro Ricardo Lewandowski, ora para negar o direito à posse indígena, a exemplo dos votos dos Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Celso de Mello. Ao final, os Ministros, por maioria, concederam a segurança para anular a portaria ministerial que havia demarcado a terra indígena. O Ministro Teori Zavascki estava impedido de votar por pertencer à Turma do STJ que havia negado o mandado de segurança inicialmente e o Ministro Dias Tofoli estava ausente da sessão (WAGNER, 2017).

A manifestação da Ministra Cármen Lúcia em seu voto-vista talvez seja, também, esclarecedora dos conflitos e valores envolvidos no próprio dever de julgar, dos quais a segurança jurídica desponta. Segundo a Ministra:

No julgamento da Petição n. 3.388/RR, buscou-se a solução de intrincado conflito fundiário que pendia há mais de 30 anos na Região Norte do país, deixando como legado a fixação de balizas que pudessem orientar a solução de outros conflitos fundiários, atuais e futuros, a denotar, em certa medida, a tentativa de uniformização dos julgamentos, de conferir previsibilidade às soluções administrativas e judiciais, e de restabelecer a confiança dos envolvidos na capacidade do Estado federal, por seus órgãos administrativos, judiciários e legislativos, equacionar a questão.

É esse, a meu ver, o objetivo que se deve perseguir (BRASIL, 2014b, p. 53).

Destarte, apesar de não terem atribuído efeito vinculante à decisão tomada na Pet. 3.388, com suas condicionantes, os Ministros assumem cada vez mais a força de precedente que fazem decorrer daquele caso, a despeito de o considerarem excepcional, como emerge dos debates havidos no julgamento desse RMS:

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente, só para deixar claro as questões que foram agora pontuadas.

Em primeiro lugar, o precedente de Raposa Serra do Sol não se dirige apenas ao caso de Raposa Serra do Sol. Basta ler os enunciados para saber que muitos deles não se aplicam à Raposa Serra do Sol, até porque já estava realizado. Na verdade, o Tribunal, ali, modulou os efeitos para não anular aquela demarcação, tendo em vista as suas

15 Nesse caminho, inclusive, aponta o Texto 5 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, que trata sobre as violações de direitos humanos dos povos indígenas (BRASIL, 2014c).

implicações, mas quis dizer, por exemplo, não se pode fazer demarcação sem a participação de estados e municípios, porque aquilo era um caso surreal em que a área inteira do município foi colocada dentro da demarcação – da área demarcada –, acabando com uma unidade toda.

Então, o que se assentou em Raposa Serra do Sol? Que nas novas demarcações – claro, é para as novas demarcações – tem que haver a presença, no processo demarcatório, de estados e municípios. Isso, claro, não se aplica ao caso de Raposa Serra do Sol, até porque o Tribunal não quis conceder a ordem naquele caso, não quis anular, em função da repercussão que isso teria e dos inconvenientes.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Vossa Excelência me permite uma questão?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - A Raposa Serra do Sol era um caso atípico, em que lá se reivindicava, praticamente, dois terços de um Estado-membro da Federação brasileira.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Exatamente (BRASIL, 2014b, p. 31).

A despeito da excepcionalidade que atribuem ao julgamento da Pet. 3.388, dele extraíram consequências, a exemplo do “marco temporal”, que aplicaram também a outras controvérsias envolvendo terras indígenas, como a Guyraroká e a Limão Verde. Embora formalmente não tenham atribuído efeito vinculante àquela decisão, pois tratava-se de ação popular, na prática e na vida dos indígenas envolvidos nos dois casos aqui analisados, é o que efetivamente ocorreu.

A tradicionalidade da posse, que pode variar grandemente entre as diferentes etnias, tal como se extrai da abertura proposta no artigo 231 da CF/88, é desconsiderada, em detrimento de uma objetividade à qual é atribuída segurança jurídica. É necessário considerar que há sempre uma dimensão étnica envolvida, caso contrário, ocorre a continuação de olhares e práticas colonizadoras, as quais pretendem que os indígenas se comportem conforme a expectativa dos não índios (WAGNER, 2017).

Atualmente, está pendente de decisão no Plenário do STF o Agravo Regimental na Ação Rescisória (AR) nº 2.686, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux. Esta AR foi interposta pela comunidade Guarani-Kaiowá, e objetiva reverter a decisão que anulou a demarcação da Terra Indígena Guyraroká (BRASIL, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “marco temporal” foi uma criação de Ministros do STF que corre o risco de continuar a ser aplicado e, assim, impedir que a norma constitucional prevista no artigo 231 seja efetivada em sua plenitude. Em nenhuma parte da CF/88, há referência a datas para exercício de direitos territoriais por parte dos indígenas, com exceção da data do artigo 67 do ADCT, que estabelece prazo para a União concluir as demarcações, e não para os indígenas. O artigo 231 da CF/88 e seus incisos não mencionam qualquer prazo, referem-se apenas à maneira tradicional dos indígenas exercerem sua territorialidade.

A *maneira tradicional* significa o modo próprio de cada povo, de cada grupo indígena e seu relacionamento com a terra: a sua maneira peculiar de viver naquele território. Essa

compreensão não pode ser tomada sem considerar o direito à diferença, uma vez que sendo tantos povos indígenas no Brasil, a tendência é que as maneiras de viver e se relacionar com a terra sejam diversificadas. Portanto, tradicional no texto constitucional não está vinculado a uma data ou prazo, mas ao modo de ocupação pelos indígenas, tal como estabelece o parágrafo primeiro do artigo 231.

Provavelmente, é neste ponto que reside a dificuldade de grande parte dos não índios em compreender a extensão dos direitos assegurados pela CF/88 aos indígenas. Isso se depreende, por exemplo, das manifestações de vários Ministros do STF no julgamento da Pet. 3.388. Os *dados objetivos*, tão requeridos por vários Ministros em seus votos, seguem em direção contrária àquela da posse tradicional dos indígenas. Nessa perspectiva, a Antropologia pode contribuir muito na elucidação acerca de como se dá a posse tradicional de cada povo indígena, entretanto, há que haver uma abertura efetiva, por parte dos integrantes do STF, para essa ciência. Abertura tal que não se coaduna com o uso seletivo de laudos ou com simplesmente ignorar seu conteúdo.

Apenas como exercício, ainda que se pudesse considerar o “marco temporal” criado pelo STF no caso Raposa Serra do Sol, é fundamental lembrar que tal julgamento deu-se no âmbito de uma ação popular. Esta, por sua natureza, não comporta efeitos *erga omnes*. Assim, o “marco temporal” estaria a referir-se tão somente à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Além do mais, estabelecer uma data para reconhecer direitos territoriais aos indígenas implica em desconsiderar seu direito à diferença e a desconsiderá-los em sua diversidade, uma vez que trata todos os povos indígenas como se fossem iguais – todos índios. Essa compreensão vai em sentido inverso àquele estabelecido na CF/88, que reconhece aos indígenas, suas formas próprias de ser e viver.

No julgamento da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1.017.365, o Plenário do STF terá a chance de rever, elucidar e corrigir o rumo de suas decisões. Dessa maneira, poderá efetivamente contribuir para a solução de tantos e tão graves conflitos. Muito provavelmente, a tão almejada *pá de cal* nos infundáveis conflitos entre indígenas e não índios nos processos demarcatórios, mencionada pelo Ministro Ayres Britto, Relator da Pet. 3.388, ainda esteja longe de ser atingida. Em grande medida, tem sido o próprio Estado, o grande responsável por essa situação de coisas, tanto por ação, quanto por omissão.

Mediante o exposto, conclui-se que a tese do “marco temporal” é uma triste criação que não merece prosperar, porque desvirtua o legítimo direito à terra para os indígenas, nega força normativa à Constituição, enfraquece a democracia e empobrece a diversidade tão característica dos indígenas, consagrada no plano constitucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. *Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Mandado de Segurança n. 23.652*. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 22 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=23652&classe=MS&codigoClasse=o&origem=JUR&recurso=o&tipoJulgamento=M>>. Acesso em 19 abr. 2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Petição n. 3.388*. Relator: Ministro Carlos Ayres Britto. Brasília, 19 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=3388&classe=Pet&codigoClasse=o&origem=JUR&recurso=o&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Mandado de Segurança n. 14.746/DF*. Relatora: Ministra Eliana Calmon. Brasília, 10 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=Terra+Ind%EDgena+Guyra-roka&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em: 15 abr. 2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 26.212/DF*. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 3 maio 2011. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2431486>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 27.828*. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 19 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=27828&classe=RMS&codigoClasse=o&origem=JUR&recurso=o&tipoJulgamento=M>>. Acesso em 03 abr. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo n. 803.462/MS*. Relator: Ministro Teori Zavascki. Brasília, 09 dez. 2014a. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=29087&classe=RMS&codigoClasse=o&origem=JUR&recurso=o&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 29.087*. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Redator para o acórdão: Gilmar Mendes. Brasília, 16 set. 2014b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=29087&classe=RMS&codigoClasse=o&origem=JUR&recurso=o&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Cível Originária n. 362*. Relator: Ministro Marco Aurélio Mello. Brasília, 16 ago. 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1467705>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Rescisória n. 2.686*. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 30 abr. 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5444941>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n. 1.017.365*. Relator: Ministro Edson Fachin. Brasília, 21 fev. 2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5109720>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014c. Volume II. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em 15 maio 2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA. *A sociologia do Brasil indígena: ensaios*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001, p. 184-193.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019*. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/09/em-2019-terras-indigenas-invadidas-modo-ostensivo-brasil/>>. Acesso em 3 nov. 2020.

ISA. Instituto Socioambiental. *Terras Indígenas no Brasil*. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3748>>. Acesso em:

KAYSER, Hartmut-Emanuel. Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desenvolvimento histórico e estágio atual. Tradução de Maria da Glória Lacerda Rurack e Klaus-Peter Rurak. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2010.

MENDES JÚNIOR, João. Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos. [1912]. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; BARBOSA, Samuel Rodrigues (Orgs.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 319-362.

PEREIRA, Deborah Duprat. O marco temporal de 5 de outubro de 1988: TI Limão Verde. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; BARBOSA, Samuel (Org.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Unesp, 2018, p. 43-73.

PEREIRA, Levi Marques. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Guyra-roká*. Três Lagoas. 13 mar. 2012. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yCVkb-w-fqmUJ:https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/rel.ver_.final_.1.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 09 maio 2017.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1982.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fani (Org.). *Povos indígenas do Brasil 2011/2016*. São Paulo: ISA, 2017.

SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, José Afonso da. Parecer. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; BARBOSA, Samuel (Org.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Unesp, 2018, p. 17-42.

SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch da. Raposa Serra do Sol: análise crítica dos novos (des)caminhos do STF sobre o direito indígena. In: GEDIEL, José Antônio Peres; CORRÊA, Adriana Espíndola; SANTOS, Anderson Marcos dos; SILVA, Eduardo Faria. (Orgs.). *Direitos em conflito: movimentos sociais, resistência e casos judicializados*. Artigos e ensaios. Volume I. Curitiba: Kairós, 2015, p. 29-47.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o Direito*. Curitiba: Juruá, 1998.

WAGNER, Daize Fernanda. *O paradoxo das identidades indígenas no Poder Judiciário: o caso Raposa Serra do Sol, o Supremo Tribunal Federal e o reconhecimento da identidade étnica dos indígenas – necessidade de repensar o status jurídico efetivo dos indígenas no Brasil*. 2017. 219f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

WAGNER, Daize Fernanda. *Identidades étnicas em juízo: o caso Raposa Serra do Sol*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019.

WAGNER, Daize Fernanda; DE FARIAS, Aline Suzana Figueira. A Demarcação de Terras Indígenas e a Segurança Jurídica. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 17, n. 38, p. 375-404, 2020.

YAMADA, Erica Magami; VILLARES, Luiz Fernando. Julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: todo dia era dia de índio. *Revista Direito GV*, São Paulo, n. 6, vol. 1, jan./jun. 2010, p. 143-158. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/artigo/julgamento-terra-indigena-raposa-serra-sol-todo-dia-era-dia-de-indio>>. Acesso em 22 mar. 2017.

MULHERES MIGRANTES NA CIDADE DE OIAPOQUE: VULNERABILIDADE EM REGIÃO DE FRONTEIRA

Carolina dos Santos Lazaméth

INTRODUÇÃO

Neste artigo, propõe-se analisar os processos de mudança que vêm ocorrendo na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, no município de Oiapoque, focando a pesquisa na realidade das mulheres migrantes e refugiadas. A perspectiva adotada procura focalizar na compreensão dos sujeitos sociais que transitam nesse espaço transfronteiriço e trazer a visibilidade para dimensões pouco estudadas, como a vulnerabilidade dessas mulheres em pequenas cidades, que desempenham um papel fundamental na estruturação de regiões distantes e, na atualidade, encontram-se sob o foco de novos interesses econômicos e políticos; em razão de que é uma fronteira com significativos fluxos migratórios de brasileiros oriundos principalmente dos estados do Amapá, Pará e Maranhão, que se dirigem aos garimpos do rio Oiapoque e de seus afluentes, e à Caiena, em busca de oportunidades de trabalho.

Segundo Botega (2016), “A condição migratória revela que os papéis sociais que recaem sobre a *mulher* se sobrepõem, condicionando sua vivência e integração na sociedade de destino e configurando um cenário de vulnerabilidade (PARELLA, 2003)”, logo:

Ainda que as mulheres migrantes enfrentem as mesmas dificuldades que as nacionais em situação de vulnerabilidade, as barreiras linguísticas, o preconceito e a xenofobia, a ausência de referências e redes de contato à própria integração no novo país, assim como as dificuldades de acesso a políticas públicas de saúde e educação as colocam em uma situação de vulnerabilidade. Não por acaso, essas mulheres se alocam em serviços de baixa remuneração, não formalizados e com condições precárias de trabalho [...] (BOTEGA, 2016).

Marinucci e Milesi (2011, p. 11) identificam que “Outro desafio da mobilidade humana contemporânea é o aumento da migração clandestina, que é diretamente relacionada às políticas migratórias restritivas”. Além disso, os autores apontam que “Os migrantes em situação irregular vivem numa condição de extrema vulnerabilidade. Estão facilmente sujeitos à extorsão, aos abusos e à exploração por parte de empregadores, agentes de migração e burocratas corrompidos” (MARINUCCI; MILESI, 2011, p. 11).

MULHERES MIGRANTES NA CIDADE DE OIAPOQUE: VULNERABILIDADE EM REGIÃO DE FRONTEIRA.

Vargas e Aquino (2019) informam que:

Por estar localizado no extremo norte do território brasileiro, cercado por parques nacionais e reservas indígenas, o município do Oiapoque, 590 quilômetros distante de Macapá, acaba experimentando uma condição de isolamento em relação a outras cidades e estados do Brasil. Diante das dificuldades de deslocamento, já que as vias terrestres são precárias e inexistem voos comerciais ligando a cidade a outras partes do país, há uma forte demanda de acesso às cidades da Guiana Francesa, onde os serviços médicos e assistenciais são bastante superiores, por se tratar de departamento ultramarino francês.

Em termos numéricos, a dinâmica populacional histórica do município de Oiapoque é difícil de ser quantificada, dado que como a fronteira entre os dois países não foi efetivamente firmada e *controlada*, a população circula entre os dois territórios.

Sendo assim, conforme explica Botega (2016):

[...] a migração pode ser entendida como uma estratégia que homens e mulheres se valem para lidar com situações adversas ou se adaptarem a mudanças súbitas de seu contexto (INGLÊS, 2014). As duas visões têm repercussões no desenho de políticas de migração, na pesquisa científica sobre o tema e também nas ações de assistência e no atendimento às pessoas em mobilidade. Ao passo que o primeiro ponto de vista insiste nos cenários de sofrimento ou vulnerabilidade em que os migrantes se encontram, o segundo percebe o deslocamento como uma forma de indivíduos ou grupos reafirmarem a sua dignidade ou lidarem com situações políticas e econômicas adversas. Essas duas formas de interpretação também nos interpelam a pensar sobre como as mulheres se inserem nos fluxos migratórios na contemporaneidade. É importante, por um lado, considerar os cenários de riscos e vulnerabilidades com os quais elas se deparam – [...] [como os casos de violência contra a mulher]. Entretanto, considerando a perspectiva do protagonismo dos migrantes, os deslocamentos passam a ser resignificados (sic) e compreendidos como uma estratégia de sobrevivência, uma alternativa a que as mulheres se valem, tanto no âmbito individual, quanto no âmbito coletivo, no que diz respeito a suas famílias, ante a feminização da pobreza (DUTRA, 2014) ou até mesmo em busca da sobrevivência. Ressaltando-se, assim, sua capacidade de agência e de tomada de decisão, de luta por melhores condições de vidas, enfim, de resiliência diante das situações adversas.

A presença de mulheres nos fluxos migratórios não é resultado somente de uma escolha racional, mas de uma estratégia familiar em que homens e mulheres estão inseridos, contribuindo para rearranjos nas relações familiares e de gênero (ASSIS, 2007).

Peres e Baeninger (2012, p. 2) salientam que os “Avanços teóricos recentes dos estudos de migração ressaltam a importância de se estudar diferenciais por sexo, transformações nas relações de gênero e também de ter um aporte específico para este fenômeno”. As autoras também citam que segundo Boyd e Grieco (2003, p. 61):

O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes fatores melhor fundamentam as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo¹.

Marinucci e Milesi (2011, p. 13) afirma que:

Um espaço específico merece também o que hoje é definido de “feminização da migração”. Há autores que negam que exista, de fato, uma real predominância feminina, em relação ao passado, nos fluxos migratórios atuais. Esta seria apenas uma concessão feita à questão de gênero, muito em voga na atualidade.

Conforme o já citado Estudo Econômico e Social das Nações Unidas, atualmente as mulheres representam 48,6% dos migrantes internacionais, enquanto que em 1960 essa porcentagem era de 46,7%. Embora percentualmente a mudança seja pouco relevante, não há dúvida de que existam transformações e problemáticas específicas que atingem as mulheres migrantes.

Historicamente, a presença feminina no âmbito da migração estava ligada, predominantemente, à chamada “reunificação familiar”. No entanto, nos últimos anos, aumentou muito o número de mulheres que se deslocam sozinhas com um projeto migratório meramente laboral. Na origem desta mudança deve ser realçado o sensível aumento, nos estados do Norte, da demanda de mão-de-obra feminina para tarefas “domésticas”, tanto de limpeza, quanto de cuidado com as pessoas (crianças ou idosos).

Em outras palavras, é provável que ocorre o crescimento da presença feminina no universo das migrações. Sobre o município de Oiapoque, Mulato e Moura (2019, p. 8) explicam que:

[...] por fazer fronteira com o Departamento Ultramarino Francês, [Oiapoque-AP] se tornou dessa forma o principal destino para imigrantes que possuíam o desejo de mudar e/ou trabalhar nesse “país europeu”, politicamente falando. Como marca desse processo, o território urbano de Oiapoque representa um espaço de elo e passagem de pessoas, por fornecer mecanismos, para esses imigrantes: os formais e os clandestinos.

Os autores acrescentam que:

Por fazer parte da união européia a moeda oficial da Guiana Francesa é o Euro, a qual é mais valorizada que o Real. Dessa forma o que esses imigrantes ilegais em termos sa-

¹ Tradução livre de Peres e Baeninger (2012): “Gender is deeply embedded in determining who moves, how those moves take place, and the result futures of migrant women and families. If international migration theory is to incorporate gender appropriately and effectively, it must take into account the subtle as well as the obvious factors that coalesce to create different experiences all along the migration spectrum. Further defining and understanding these forces and outcomes will greatly enhance theoretical grounding of international migration in general and the individual experiences of migrant women around the world”.

lariais e remuneratórios recebem lá, representa muito, se comparado ao que possivelmente ganhariam em território brasileiro, uma vez que a mão de obra desses imigrantes ilegais [ou legais] não é capacitada em sua maioria (MULATO; MOURA, 2019, p. 89).

Ao parafrasear Soares (1995), Góes (2020, p. 115-116) informa que “A fronteira territorial existente entre Brasil e Guiana Francesa passou por uma intensa história de deslocamentos fortemente atrelada aos desdobramentos provenientes dos acontecimentos desencadeados pelos procedimentos de expansão territorial e a busca de ouro”. Com base em Soares (2010), Vargas e Aquino (2019) concluem que:

Há vários registros de jovens menores de idade traficadas do Amapá para a Guiana Francesa e exploradas sexualmente. Elas costumam acompanhar mulheres mais velhas e até mesmo familiares que as persuadem a ir para o país vizinho. Há casos de mulheres, maiores e menores de idade, que são levadas mediante propostas de emprego em outras atividades, mas, quando chegam aos garimpos, são obrigadas a se prostituir.

A abordagem das migrações na ótica de gênero revela a extrema vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres migrantes. Em concordância com Graeme Hogo, “se o migrante está em situação dupla de insegurança dado o seu status de migrante e ilegal, o aumento do número de mulheres envolvidas nesse processo as expõem a uma situação de tripla insegurança por causa da questão de gênero, havendo um risco ainda maior de exploração” (*apud* MARINUCCI; MILESI, 2011, p. 13-14).

De acordo com Peres e Baeninger (2012, p. 2-3):

Ao incorporar os diferenciais por sexo bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho. Segundo Pessar (2000), há importantes interseções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos, principalmente entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações.

Compreender essas estruturas e suas intersecções, exige um estudo minucioso da migração feminina partindo de um aporte teórico específico, ancorado no debate da migração como um todo. No entanto, o interesse pelo estudo da migração feminina é hodierno e tem a sua origem com as constatações da quantidade de mulheres em fluxos migratórios, nos quais predominavam homens, ou ainda, pela captação de fluxos migratórios essencialmente femininos (CASTRO, 2006 *apud* PERES; BAENINGER, 2012, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi a compreensão dos fluxos migratórios de mulheres que se estabelecem inicialmente no território de Oiapoque e partem em direção à Guiana Francesa, especialmente em busca de melhores condições de vida e ofertas de trabalho.

A violência contra as mulheres migrantes está em uma situação de invisibilidade em termos de dados disponíveis, políticas públicas e produção acadêmica. A maior parte dos

esforços do poder público para minimizar violências físicas e psicológicas dessas mulheres está focado em campanhas de conscientização que não mudam nem a estrutura social ou auxiliam em mudanças para o bem-estar do indivíduo.

Acredita-se que a mentalidade patriarcal machista que ainda permanece na atualidade da grande maioria das culturas e sociedades, favorece o crescimento de mulheres em vulnerabilidade social, uma vez que estas são vistas apenas como meras mercadorias e mão de obra barata. Em um mundo que a maioria dos políticos são homens, os direitos relacionados ao gênero feminino devem ser defendidos à luz dos direitos humanos, resistindo às exclusões e cobrando dos governos equanimidade nas garantias e conquistas em todas as áreas e camadas da sociedade, para que a reivindicação na igualdade de gênero e direitos não seja fragmentada pela discriminação.

A clandestinidade aliada à falta de qualificação profissional são subsídios que mantêm a exclusão social e reproduz velhas formas de escravidão em momento contemporâneo da história. No entanto, a esperança de um futuro melhor faz com que essas mulheres enfrentem os desafios e riscos advindos da migração, muitas vezes ilegal; a esperança da conquista por uma vida melhor é um suporte que as fazem persistirem, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas. E, essa esperança continuará a motivar essas pessoas enquanto houver tamanhas desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. Tradução de Paulo Neves. *Revista Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 2, nov. 2006, p. 197-215.
- AROUCK, R. de C. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades*. Belém: NAEA/UFPA, 2002.
- ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, v. 15, n. 3, set./dez. 2007, p. 745-772. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/pTknVwR7jtGFHsPfyV5Mk7x/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- BOTEGA, T. *Por um olhar mais humano sobre as mulheres migrantes*. Resenha nº 105, 4º trimestre de 2016. Publicada em Migra Mundo, por Rodrigo Borges Delfin, 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://migramundo.com/por-um-olhar-mais-humano-sobre-as-mulheres-migrantes/>>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- CASTRO, E. Integração sul-americana da IIRSA: visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: CARVALHO, J. G.; ALMEIDA, A. W. B. (Orgs.) *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil da Pan-Amazônia*. Belém: MPEG, 2009, p. 76-97.
- DUTRA, D.; BOTEGA, T. Migrações internacionais: a problemática das mulheres migrantes. In: *Relatório de pesquisa Mulher migrante: agente de resistência e transformação*. Brasília: CSEM, 2014, p. 14-20. Disponível em: <https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Relatorio_de_pesquisa_CSEM_Mulheres_migrantes.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrações Internacionais Contemporâneas. In: *Migração no Mundo*. CSEM/IMDH, 2011. [PDF] Disponível em: <<https://www.ufff.br/pur/files/2011/04/MIGRA%C3%87%C3%83O-NO-MUNDO.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- MARINUCCI, R. Mulheres, migrantes e muçulmanas. Percurso de discriminação e empoderamento. In: VASCONCELOS, A. M.; BOTEGA, T. (Orgs.) *Políticas migratórias e o paradoxos da globalização*. Porto Alegre: EdUPUCS - Brasília: CSEM, 2015, p. 189-207.
- MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade. *REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, ano XXIII, n. 44, jan./jun. 2015, p. 11-30.
- MONTEIRO, A. *Mulher: da luta e dos direitos*. Instituto Teotônio Vilela, Brasília, 1998.

- MONTEIRO, A.; PINTO, M. *Estado e políticas sociais em Oiapoque é Caiena*. Relatório de Pesquisa. Belém: Naea; São Paulo: FGV, 2008.
- MULATO, W. P.; MOURA, E. D. de. Fluxos migratórios ilegais e dinâmicas territoriais na fronteira Franco-Brasileira. *Revista Equador*, PPGEO/UFPI, v. 8, n. 2, 2019, p. 115-131. Disponível em: [Download automático] <<https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/download/9145/5400>>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- PERES, R. G.; BAENINGER, R. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de Lindóia-SP: ABEP, 19 a 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1982>>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- PINTO, M.; CASTRO, E. Mudanças na fronteira: papel do Estado e suas políticas. *Anais do Seminário Amazônia e Fronteiras do Conhecimento*. Belém: Naea/UFPA, 2008.
- REZENDE, T., PINTO, M. *Fenômeno migratório de brasileiros para a Guiana Francesa*. 2010
- SILVA, J. M. A Cidade de Oiapoque e as Relações Transnacionais na Fronteira Amapá- Guiana Francesa. *História Revista*, v. 10, n. 2, jul./dez. 2005, p. 273-298.
- SILVA, G.; RÜCKERT, A. “A fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa”. *Confins*, n. 7, 2009.
- SILVA, J. G. C. *Oiapoque: uma parábola na floresta Estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia brasileira*. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará. Belém-PA: NAEA/UFPA, 2006, 152 f.
- SOUZA GÓES, D. A garimpagem de ouro na ocupação, povoamento e definição dos limites entre Brasil e Guiana Francesa. *Fronteiras & Debates*, Macapá: UNIFAP, v. 7, n. 1, jan./jun. 2020, p. 113-127. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/6232>>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- VARGAS, J. D.; AQUINO, J. P. D. Garimpos de ouro na fronteira franco-brasileira: conexões entre o legal e o ilegal. *Dilemas*, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. Especial, n. 3, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, p. 219-235. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5638/563864592012/html/>>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- WALDMAN, T. C.; MORALES, M. A. B. *Entre Trajetórias e Memórias: mulheres migrantes e a luta por direitos na coleção de história oral do Museu da Imigração de São Paulo*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

SOBRE OS AUTORES

Raimundo de Lima Brito: Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1985); Especialização em Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (1988); Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Pará (1992). Atualmente é Professor Assistente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Coordenador do Laboratório de Ciências Sociais, vinculado ao curso de Graduação em Ciências Sociais (UNIFAP). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, Educação, Religião, Instituições Sociais, Política e Políticas Públicas. Ministrando atualmente as disciplinas: Introdução à Teoria Sociológica, Sociologia Rural, Sociologia Urbana, Sociologia da Educação I e II, Ciência Política e Teoria Geral do Estado.

Jorge Lucas de Oliveira Dias: Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação na Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP); Aluno do curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade Educacional da Lapa; Possui graduação em Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal do Amapá, graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Paulista; Pós-graduação, em nível de Especialização, em Gestão e Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas e Pós-graduação, em nível de Especialização, em Estudos Culturais e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá. Atuou como bolsista no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/AP), com ênfase para atividades desenvolvidas sobre “Sociologia do Trabalho e Sociologia das Organizações”; bolsista voluntário no Laboratório de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá (2017-2018); Monitor voluntário nas disciplinas ‘Sociologia’ e ‘Trabalho de Conclusão de Curso’ no projeto “Universidade da Maturidade do Amapá” (UMAP/UNIFAP); bolsista do Programa de Iniciação Científica, com a pesquisa intitulada: “A Presença de Trabalhadores Brasileiros na Guiana Francesa: novos cenários Socioeconômicos” (PIBIC/CNPq/UNIFAP, 2017-2018) e bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, com a pesquisa intitulada: “Políticas Públicas e Relações de Trabalho para Mulheres na Cidade de Macapá-AP” (PROBIC/UNIFAP, 2018-2019). Atuou como membro do Grupo de Pesquisa: “Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas” (CNPq/UNIFAP). Atualmente, é membro voluntário do Núcleo de An-

tropologia Visual, da Imagem e do Som, Linguagens, Memória e Identidades (NAIMI/UNIFAP). E-mail: jorgelucas.ap@gmail.com

Cássia Plácido de Oliveira: Graduada em Administração pela Faculdade Estácio do Amapá (2013); Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá (2014) e Mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (2019). Atualmente exerce o cargo de assistente em administração da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atuou como Tutora do Curso de Bacharelado em Administração Pública à distância (2017) e do Curso de Sociologia (2019).

Jéssica Vitória dos Reis Barreto: Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Marcos Vinicius de Freitas Reis: Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Docente do Curso de Mestrado Acadêmico em História Social da UNIFAP. Docente do Curso de Mestrado Profissional Ensino de História UNIFAP. Docente do Curso de Graduação em Relações Internacionais e História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Líder do Centro de Estudos de Religião, Religiosidades e Políticas Públicas (CEPRES). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Religião, atuando principalmente nos seguintes temas: Religião e Política, Diversidade Religiosa na Amazônia. E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br

Jade Figueiredo Costa: Graduanda em Sociologia na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); participa do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes de Ciências Sociais UNIFAP; ganhou o prêmio VII Lévi-Strauss em 2020; realizou Iniciação Científica nas áreas de Arqueologia e Antropologia; atualmente realiza pesquisas na área de Antropologia.

Josiane da Trindade Damasceno: Licenciada em Letras Português/Francês pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Mestra e Doutora em Letras pela Universidade Bordeaux Montaigne, onde atuou como professora de Língua e Civilização Portuguesa. Trabalha como professora substituta de Língua Francesa e Língua Portuguesa na UNIFAP. Atua como vice-presidente da Associação de Professores de Francês do Amapá, diretoria 2020/2022.

Simone Garcia Almeida: Graduada em História pela UFAL (1991), Mestre em História do Norte e Nordeste do Brasil pela UFPE (1994), Doutora em História Econômica pela USP (2001), e possui Pós-doutorado em Linguística com ênfase em História e política indigenista pela Universidade Livre de Amsterdã (2008). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Áreas de pesquisa: política indigenista e História e Literatura.

Daize Fernanda Wagner: Professora no curso de Direito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da mesma Universidade. Doutora em Direito pela UFMG. Mestre em Direito pela Ludwig Maximilian Universität (LMU) Munique/Alemanha. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC/RS. Líder do Grupo de Pesquisa UNIFAP/CNPQ Direitos Humanos, Cidadania e Justiça. E-mail: daizefernandawagner@gmail.com

Roberto José Nery Moraes: Professor concursado para a disciplina Direito Processual Penal da UNIFAP, graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, especialista em Direito Processual Penal, Direito Processual Civil e Direito Administrativo, Psicólogo, com bacharelado, licenciatura e formação clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Membro Fundador da Academia Amapaense de Letras Jurídicas (AALJ), ex-delegado de Polícia do Estado do Amapá, advogado militante, ex-coordenador do Curso Jurídico UNIFAP, Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Direitos e Deveres da Cidadania Brasileira, ex-consultor Jurídico do Instituto de Previdência do Estado do Amapá (IPE-AP), membro da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos AfroBrasileiros do Estado do Amapá (FEUCAB), mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela UNIFAP, ganhador do Prêmio Brasil de Advocacia promovido pela Wektra International, do Troféu Guarita 2008 ofertado pelo Jornal O Eco do Vale e a Associação de Escritores de Turismo, Sociedade e Lazer do Rio Grande do Sul, do Troféu Giusep Garibaldi 2008 e Troféu Anita Garibaldi 2008, ofertado pelo Instituto Giusep Garibaldi e Anita Garibaldi.

Crislane Oliveira do Nascimento: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Wellington de Lima Pinto: Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Amapá. Advogado, graduado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC-Campinas (2009). Monitor na disciplina de Sociologia do Direito na Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC-Campinas (2006 a 2008). Advogado com ampla vivência em contencioso e consultivo de multinacionais e empresas de grande porte, com ênfase em contratos, cível, comercial e trabalhista.

Josiane Pantoja Ferreira: Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Possui licenciatura em Pedagogia pela UNIFAP, Bacharelado em Direito pela Faculdade Brasil Norte (FABRAN). Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade do Estado do Ceará (UECE) e Doutoranda do programa de pós-graduação em Educação na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Gabriel Picanço Ferreira: Graduado em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Mônica Souza Corecha: Graduada em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Maria da Conceição Cordeiro da Silva: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pesquisadora do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: anancey@bol.com.br. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7892705728411351>>.

Érica Cristiane Monteiro de Moraes: Acadêmica de Administração/UNIFAP. Professora de Química. Trabalha como Assistente Administrativo e atua na área de gestão administrativa.

Tiago Araujo Carvalho: Acadêmico de Administração - UNIFAP. Trabalha como Assistente Administrativo Financeiro e atua na área de planejamento e gestão corporativa.

Mariana Morais Miccione: Mestre e Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora adjunta da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua no curso de Bacharelado em Administração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e é professora no curso de Licenciatura em Sociologia (EaD). Coordena um projeto de pesquisa na modalidade PROVIC, é orientadora de iniciação científica em um projeto na modalidade PROBIC e é coordenadora de um projeto de extensão.

Andréa Figueiredo Gomes: Graduada em Administração de empresas e especialista em gestão empresarial pelo Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP); especialista em gestão industrial com ênfase em mineração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Mestranda em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá.

Fabio Alexandre Pereira de Almeida Filho: Formado em Técnico em Computação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Acadêmico do Curso de Bacharelado em Administração na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua como estagiário de administração no setor Financeiro e RH da GEAP-AP.

Monã Corrêa Lima: Acadêmico de Administração da Universidade Federal do Amapá, bolsista de iniciação científica do CNPq. Atua como estagiário na área financeira de uma Startup.

Paulo Cozzi de Oliveira: Formado em Técnico em Administração pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP). Acadêmico da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Vitoria Almeida Farias: Acadêmica da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua como estagiária na área de Assistente Administrativo.

Anne Karolyne Pessoa Pimentel: Acadêmica do 5º semestre do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Participa como colaboradora voluntária em um projeto de pesquisa na modalidade PROVIC e como bolsista em outro projeto de pesquisa na modalidade PROBIC, ambos na referida instituição de ensino. Atua como estagiária na área administrativa em um Órgão Público.

Luana Izabel da Silva Nunes: Possui graduação em Psicologia pelo Instituto Macapaense de Ensino Superior (2018); cursa Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas (UNIFAP); Psicóloga e pesquisadora do Ambulatório de Atenção à Crise Suicida; terapeuta de grupo no Grupo de Apoio aos Sobreviventes do Suicídio; Psicóloga com atuação clínica; Psicóloga com vínculo profissional na Delegacia de Crimes Contra a Mulher. Compõe a equipe Diretora da seção Amapá do Conselho Regional de Psicologia 10ª Região. Principais temáticas abordadas em eventos: suicídio, mídia, terapia de grupo individual, políticas públicas e manejo da crise suicida.

Washington Luiz de Oliveira Brandão: Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (1999), graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2001), graduação em Administração de Empresas pela União das Escolas de Ensino Superior do Pará (1991), mestrado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (2003) e doutorado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (2015). Atualmente é professor magistério superior da Universidade Federal do Amapá. Tem experiência na área de Psicologia, com

ênfase em Estados Subjetivos e Emoção, atuando principalmente nos seguintes temas: psicopedagogia, análise do comportamento, TCC, inclusão e autoestima.

Carolina dos Santos Lazaméth: Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá (2013), Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Amapá, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Amapá (2015), professora de História da rede Estadual de Ensino do Amapá. E-mail: carolinalazameth@gmail.com

Título: Pesquisa em Ciências Humanas na Amazônia Amapaense - volume 2

Autoria: Andréa Figueiredo Gomes, Anne Karolyne Pessoa Pimentel, Carolina dos Santos Lazaméth, Cássia Plácido de Oliveira, Crislane Oliveira do Nascimento, Daize Fernanda Wagner, Érica Cristiane Monteiro de Moraes, Fábio Alexandro Pereira de Almeida Filho, Gabriel Picanço Ferreira, Jade Figueiredo Costa, Jéssica Vitória dos Reis Barreto, Jorge Lucas de Oliveira Dias, Josiane da Trindade Damasceno, Josiane Pantoja Ferreira, Luana Izabel da Silva Nunes, Marcos Vinicius de Freitas Reis, Maria da Conceição Cordeiro da Silva, Mariana Moraes Miccione, Monã Corrêa Lima, Mônica Souza Corecha, Ney Cristina Monteiro de Oliveira, Paulo Cozzi de Oliveira, Raimundo de Lima Brito, Roberto José Nery Moraes, Simone Garcia Almeida, Tiago Araujo Carvalho, Vitoria Almeida Farias, Washington Luiz de Oliveira Brandão, Welligton de Lima Pinto.

Organização: Marcos Vinicius de Freitas Reis, Cássia Plácido de Oliveira, Warlisson de Sousa Ferreira, Genival Fernandes Rocha

Projeto gráfico: Nepan Editora

Capa e arte final: Marcelo Alves Ishii

Produção editorial e diagramação: Marcelo Alves Ishii

Revisão: Joysse Pâmella Bezerra Santos

Divulgação: Marcelo Alves Ishii

Tipologia: Alegreya 13/17

Número de páginas: 239

